



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

EMANOEL PEDRO MARTINS GOMES

**PROBLEMAS DO CONSÓRCIO ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA/REALISMO
CRÍTICO: DESCREVENDO OS CIRCUITOS E OS CURSOS DE AÇÃO PARA UMA
ANÁLISE SÓCIO-CRÍTICA DO DISCURSO**

FORTALEZA – CEARÁ

2018

EMANOEL PEDRO MARTINS GOMES

PROBLEMAS DO CONSÓRCIO ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA/REALISMO
CRÍTICO: DESCREVENDO OS CIRCUITOS E OS CURSOS DE AÇÃO PARA UMA
ANÁLISE SÓCIO-CRÍTICA DO DISCURSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudiana Nogueira de Alencar.

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gomes, Emanoel Pedro Martins.

Problemas do consórcio Análise do Discurso Crítica/Realismo Crítico: descrevendo os circuitos e os cursos de ação para uma análise sócio-crítica do discurso [recurso eletrônico] / Emanoel Pedro Martins Gomes. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 238 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof.^a Ph.D. Claudiana Nogueira de Alencar.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Realismo Crítico. 3. Discurso. 4. Estudos Científicos. 5. Teoria do Ator-rede. I. Título.

EMANOEL PEDRO MARTINS GOMES

PROBLEMAS DO CONSÓRCIO ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA/REALISMO
CRÍTICO: DESCREVENDO OS CIRCUITOS E OS CURSOS DE AÇÃO PARA UMA
ANÁLISE SÓCIO-CRÍTICA DO DISCURSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Aprovada em: 22 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



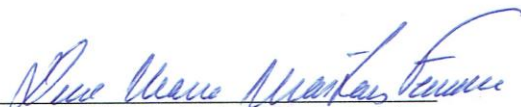
Profª. Drª. Claudiana Nogueira de Alencar (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP



Profª. Drª. Glenda Cristina Valim de Melo
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro – UNIRIO



Profª. Drª. Dina Maria Machado Andréa
Martins Ferreira
Universidades Estadual do Ceará – UECE



Profª. Drª. Maria Helenice Araújo Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE

À minha grandiosa e querida mãe, D. Maria Martins, como aquela que sempre me precederá; à minha amiga e amorosa esposa, Ana Larysse, como aquela que comigo sempre estará; ao meu lindo e sorridente filho, Dante, como aquele que sempre me sucederá.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa de doutoramento se deu em quatro anos, e, como uma travessia de rio, nem sempre o ponto de chegada visualizado e pretendido lá na margem de partida é o mesmo quando chegamos do outro lado. Quero, dessa forma, agradecer aqui aqueles que foram sensíveis o suficiente para entender esses quatro anos e que estiveram comigo durante toda essa travessia.

A Deus, desinstitucionalizado, essa força ambivalentemente humana e não humana, por ter-me permitido ir até o fim desta pesquisa, mesmo quando sentia Sua presença ausente demais para crer em Seu auxílio.

A minha muito querida mãe, D. Conceição, D. Ceiça, D. Maria, tão múltipla não só em seus nomes, mas também em suas formas de me amar, por ter estado a meu lado com um orgulho tão forte de seu filho que, sem isso, eu não teria persistido em meus propósitos acadêmicos e pessoais. Muito obrigado por tudo, minha mãe!

A minha companheira e amorosa esposa, Ana Larysse, por ter-me oferecido uma nova forma de enxergar a mim a e à realidade, fazendo reviver em mim o sertão que por tanto tempo me esteve apartado e trazendo-me, assim de volta às ribeiras do Rio Acaraú, de onde frutificou não só minha ascendência, mas também minha descendência, com meu amado filho, Dante. Vocês são meu eterno presente: reuniram nessa terra dos três rios meu passado e meu futuro, como uma semente sempiterna de minha existência. Muito obrigado por isso e por todo seu amor!

A minha orientadora e segunda mãe, Claudiana, por ter me protegido como filho de todos os obstáculos que pudessem me fazer perder a alegria e a vontade de estudar e pesquisar. Quando penso em uma referência à qual posso me reportar como porto seguro e objetivo de caminhada, não esqueça que só penso em você, em sua garra como pesquisadora e professora, em sua luta diária contra as desigualdades sociais que avassalam nossos jovens e famílias da periferia, sem perder o porte de condor na pesquisa acadêmica. Minha eterna admiração por você, professora!

Agradeço os fortes e crescentes investimentos no ensino superior promovidos pelos Governos de Lula e de Dilma, de 2003 a 2014, quando de meu ingresso no doutorado, pois, graças às verbas destinadas ao aprimoramento das instituições de ensino superior públicas e à criação de vagas e de adequada infraestrutura para possibilitarem educação superior a pessoas de baixa renda e de famílias pobres como a minha, eu não teria conseguido estudar nem prosseguir como estudante-pesquisador nesses últimos dez anos de minha vida no ensino

superior. Obrigado por terem dado a famílias pobres como a minha o orgulho e a chance de ascenderem minimamente a uma vida digna!

Também sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, PosLA, e aos professores (Prof^a. Helenice, exemplo de sensatez, humilde e consciência crítica; Prof^a. Dina Maria, exemplo de audácia, energia e coragem acadêmicas; Prof. Pedro Henrique Praxedes, exemplo de confiança, encorajamento e inteligência) que saudavelmente acreditam em seus alunos e os incentivam a ir longe, pois isso foi e é imprescindível para que possamos fazer ciência e pesquisa como amor e objetivo mais humano.

Minha gratidão seria incompleta se eu não mencionasse, com carinho quase choroso, os nomes de amigos que foram como partes de mim, que me sustentaram como pedra angular em cada abalo na vida durante toda minha travessia não só como estudante-pesquisador, mas também como pessoa e ser humano. Eduardo, esse meu irmão mais velho, que nunca me abandonou nem descreditou em minha fraterna e forte amizade por ele; você é o amigo que nada, nem as enchentes dos cursos dos anos irão tirar de mim o amor que nutro por você e sua amizade; muito obrigado, amigo, por tudo! Jariza, minha irmãzinha querida, irmã mais nova que o coração escolheu para junto comungar da vida e que esteve não só comigo em todos esses anos de graduação e pós-graduação, mas que também acolheu minha família como sua, como se fosse uma extensão de mim; saiba que marejam meus olhos de pensar no seu carinho e na sua amizade; obrigado por tudo, mas sobretudo por aguentar minhas implicações com habilidade de irmã.

Obrigado, Erika Assunção, Dilena Lenita, Poly Oliveira, Rafaelle Oliveira, Geórgia Feitosa, Nonato Furtado, Hiran Nogueira, Fernanda Ribeiro, Natali de Moraes, Tito Leal Barros, Ana Alice Menescal, Paulo Passos, Aleksandra Oliveira, Fernando Henrique, Robson Braga, Jana Lisboa, Marco Antônio, Jony Castro, Rodrigo Viana e Maria Eduarda. Todas e todos vocês estiveram comigo e com os meus, nesses quatro anos, a nos dar ânimo e fé, na certeza de que o futuro será mais promissor se lutarmos hoje com e contra o *status quo* imputado ao nosso desafiador presente.

Agradeço, por fim, à Fundação Capes e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, por fomentarem esta pesquisa de doutoramento do início ao fim.

“O único mito puro é a ideia de uma ciência purificada de qualquer mito”.

(Michel Serres)

“O fato é um aspecto secundário da realidade”.

(Mario Quintana)

“Un fait est fait”.

(Gaston Bachelard)

“Não será afirmado nada que não esteja garantido por um documento mobilizado exatamente em frente – o mais próximo possível – do que se afirma”.

(Bruno Latour)

RESUMO

Este trabalho faz uma reconsideração crítica à prática de análise dos discursos teorizada por Norman Fairclough para a Análise de Discurso Crítica (ADC) buscando trazê-la para os trilhos das redes de práticas dos discursos, como são discutidas e preconizadas nos trabalhos de Bruno Latour. Considerou-se como as justificativas ontoepistemológicas construídas na ADC, uma vez baseadas no Realismo Crítico (RC) de Roy Bhaskar, recaem nas “grandes divisões” modernas, como discutidas por Bruno Latour: a separação entre conhecimento científico e o conhecimento comum; entre percepção crítica e percepção empírica; entre o resgate transcendental dos sentidos e a compreensão imanente deles. Encarando as práticas de análise do discurso em termos de práticas de purificação (que atestam a transcendência da natureza e, por conseguinte, da ciência/teoria) ou de tradução (que defendem a imanência da própria natureza e, por extensão, da ciência/teoria), como se veem em Latour, analisou-se a ADC como uma ciência que produz fatos científicos a respeito de seus *subject-matters* e percebeu-se, com isso, que o trabalho da ADC via RC é tanto o de purificação, quanto o da negação da purificação. Este duplo trabalho constitui o científico e o crítico que se imiscuem nos resultados calculados na ADC, bem como nos princípios advogados na agenda do pesquisador em ADC, já que há a primazia da representação-mor da natureza (tratada aqui como a dos sentidos dos discursos) pela ciência, mas não da ciência pelos homens, a fim de assegurar à ciência o juízo societário de sua transcendência. Dessa forma, notou-se que a ciência social crítica, como a ADC, traduz transcendentalmente a natureza de seu objeto de análise, o discurso, e purifica-se imanentemente dos homens tanto ao tratar esse objeto quanto ao propor um discurso para mudanças sociais. Com essa discussão, tentou-se, por fim, aproximar a proposta teórica da ADC da Teoria do Ator-Rede de Latour, para que seja possível vislumbrar uma análise que, em vez de cair na aporia epistemológica de justificar para quais resultados pode ser auferido o título de científico, crítico, descreve as redes de práticas ligando-a aos mundos sustentados pelo discurso, aos sujeitos envolvidos na significação, à transcendência nesta pressuposta, mas construída como fruto de lutas para tal.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Realismo Crítico. Discurso. Estudos Científicos. Teoria do Ator-rede.

ABSTRACT

This work makes a critical reconsideration to the practice of discourse analysis theorized by Norman Fairclough to Critical Discourse Analysis (ADC) in order to bring it to the rails of discourse practice networks, as discussed and advocated in the works of Bruno Latour. It was considered how the ontoepistemological justifications constructed in the ADC, once based on Roy Bhaskar's Critical Realism (CR), fall into the modern 'big divisions' as discussed by Bruno Latour: the separation between scientific knowledge and common knowledge; between critical perception and empirical perception; between the transcendental ransom of the senses and their immanent understanding. By facing to discourse analysis practices in terms of purification practices (which attest to the transcendence of nature and hence of science/theory) or translation ones (which advocate the immanence of nature itself and, by extension, of science/theory), as seen in Latour, the ADC was analyzed as a science that produces scientific facts about its subject-matters and it was thus realized that the working of ADC via RC is both the purification one and the denial one of purification. This double working constitutes the scientific and the critical that imbue in the results calculated in the ADC, as well as in the advocated principles in the agenda of the ADC researcher, since there is primacy of the primordial representation of the nature (treated here as that of the senses from discourses) by the science, but not that of science by men, in order to secure to science the societal judgment of its transcendence. Thus, it has been noted that critical social science, like the ADC, translates transcendently the nature of its subject-matter of analysis, e.g. discourse, and purifies itself immanently of men both in dealing with this subject-matter as well as in proposing a discourse for social change. With this discussion, it was finally tried to approach the theoretical proposal of the ADC to the Actor-Network Theory of Latour, so that it is possible to glimpse an analysis that, instead of falling into the epistemological aporia of justifying for which results can be obtained the title of scientist, critic, describes the networks of practices linking it to the worlds sustained by discourse, to the subjects involved in signification, to transcendence in this presupposition, but constructed as the results of struggles for such.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Critical Realism. Discourse. Science Studies. Actor-network Theory.

RÉSUMÉ

Ce travail fait un réexamen critique à la pratique de l'analyse du discours théorisée par Norman Fairclough pour l'Analyse Critique du Discours (ACD) en cherchant à la mettre sur les rails des réseaux de pratiques de discours, comme elles sont discutées et défendues par les travaux de Bruno Latour. Il a été considéré comme les justifications ontoépistémologiques construites dans ADC, une fois basée sur le Réalisme Critique (RC) de Roy Bhaskar, tombent dans les grandes «divisions modernes», comme discutées par Bruno Latour: la séparation entre les connaissances scientifiques et les connaissances communes; entre la perception critique et la perception empirique; entre le sauvetage transcendantale des sens et leur compréhension immanente. En faisant face aux pratiques d'analyse du discours en termes de pratiques de purification (attestant la transcendance de la nature et donc de la science/théorie) ou de la traduction (préconisant l'immanence de la nature elle-même et, par extension, de la science/théorie), comme on l'a vu dans Latour, l'ADC a été analysée comme une science qui produit des faits scientifiques sur ses sujets et il a été ainsi réalisé que le travail de l'ADC via RC est à la fois la purification et le déni de purification. Ce double travail est le scientifique et le critique qui empiètent sur les résultats calculés dans l'ADC, ainsi que sur les principes préconisés dans le programme du chercheur en ADC, car il y a la primauté de la représentation de la nature (traité ici comme le sens des discours) par la science, mais non de la science par les hommes, afin d'assurer à la science le jugement sociétal de sa transcendance. Ainsi, il a été noté que la science sociale critique, comme ADC, traduit transcendantalement la nature de son objet d'analyse, c'est-à-dire du discours, et se purifie elle-même immanemment des hommes pour traiter cet objet et pour proposer un discours au changement social. Avec cette discussion, nous avons essayé d'approximer la proposition théorique de l'ADC de la Théorie de l'acteur-réseau de Latour, de sorte qu'il est possible d'entrevoir une analyse qui, au lieu de tomber dans l'aporie épistémologique de justifier à quels résultats peut être obtenu le titre de scientifique, de critique, décrit les réseaux de pratiques qui les relient aux mondes soutenus par le discours, aux sujets impliqués dans la signification, à la transcendance dans cette présupposition, mais construits comme le fruit des luttes pour cela.

Mots-clés: Analyse Critique du Discours. Réalisme Critique. Causation. Études sur la Science. Théorie de l'acteur-réseau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – As dimensões da língua e seus princípios de ordenamento	43
Figura 1 – Sistema de Polaridade.....	44
Figura 2 – Estratos da língua	46
Figura 3 – A interseção entre as metafunções e os estratos intralinguísticos	48
Figura 4 – Estratificação do mundo natural e social.....	92
Figura 5 – Lógica de Descoberta Científica	95
Figura 6 – O momento cognitivo e intrínseco da ciência	101
Figura 7 – O voluntarismo weberiano	106
Figura 8 – A reificação durkheimiana.....	106
Figura 9 – A dialética bergeriana.....	107
Figura 10 – O Modelo Transformacional da Sociedade	109
Figura 11 – Localização de uma teoria crítica no mundo social	125
Figura 12 – Garantias constitucionais do discurso filosófico moderno	159
Figura 13 – Passo a passo metodológico para uma análise crítica do discurso	163
Figura 14 – O trabalho de purificação na ADC e no RC.....	171
Figura 15 – As dimensões moderna e não moderna nas práticas de purificação e de tradução.....	177
Figura 16: O trabalho de purificação integrado ao trabalho de mediação.....	182
Figura 17: Modelo de repartição crítica entre ciência e sociedade/política	193
Figura 18: Esquema das operações de tradução.....	198
Figura 19: Concepção correspondentista da referência	214
Figura 20: Concepção deambulatória da referência	214
Figura 21: Circuitos heterogêneos encarregados da permanência viva dos fatos científicos	219
Figura 22: Modelo de proposições para as formas de atuação da ADC.....	224

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: SITUANDO O PONTO DE PARTIDA.....	21
1.1	A DIMENSÃO PERLOCUCIONÁRIA DE JOHN L. AUSTIN E LUDWIG WITTGENSTEIN.....	21
1.2	A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS E A TEORIA DO ATOR-REDE, DE BRUNO LATOUR.....	31
2	DA EMERGÊNCIA E DA FINALIDADE CRÍTICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC): A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, DE NORMAN FAIRCLOUGH.....	37
2.1	DOS IMPASSES DA LINGUÍSTICA CRÍTICA (LC) À EMERGÊNCIA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	39
2.1.1	Antecedentes da LC: a convergência de interesses em torno da conexão entre linguagem e sociedade.....	39
2.1.2	A Linguística Sistêmico-Funcional como subsídio linguístico para uma análise da linguagem e da ideologia: as dimensões da língua em função de seus usos sociais.....	42
2.1.3	Superando dualismos vigentes e incorporando conceitos de “ideologia” e “discurso”: de onde nasce a “crítica” e para onde ela se dirige.....	49
2.2	AS FASES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E SUA VISÃO DE MUNDO E DE LINGUAGEM.....	65
2.2.1	O consórcio ADC/Realismo Crítico (RC): a proposta de um enquadre teórico-metodológico para o discurso.....	71
2.3	DAS QUESTÕES CONFLITUOSAS: AS CONTROVÉRSIAS DA LC E DA ADC	76
2.3.1	A análise do discurso desideologizada	76
2.3.2	A análise como atividade profunda e especializada	79
2.3.3	A análise axiologicamente autojustificada	81
3	PROBLEMAS DO CONSÓRCIO ADC-RC.....	83
3.1	O REALISMO CRÍTICO OU TRANSCENDENTAL DE ROY BHASKAR.....	86
3.2	O NATURALISMO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A POSSIBILIDADE DE UMA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E	

SOCIAIS.....	102
3.3 A CRÍTICA EXPLANATÓRIA COMO VALIDAÇÃO METACRÍTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO-FILOSÓFICO	113
3.4 DAS CONTROVÉRSIAS: AS ARMADILHAS ONTOEPISTEMOLÓGICAS DO RC NA ADC	126
3.4.1 Da natureza discursiva do real e do caráter transcendentalizado da causação.....	126
3.4.2 Da inseparabilidade entre lógica explanatória e lógica interpretativa.....	136
3.4.3 Da impossibilidade de abstração dos efeitos perlocucionários.....	138
4 COMO FAZER ANÁLISE DE DISCURSO SEM REPETIR AS APORIAS CRÍTICAS DA MODERNIDADE: RETOMANDO OS FIOS DOS DISCURSOS NOS CIRCUITOS E PARA NOVOS CURSOS DE AÇÃO	144
4.1 AS ARMADILHAS DAS GRANDES DIVISÕES: ANALISANDO OS ARTIGOS DE LEI DA CONSTITUIÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO MODERNAS NO QUADRO TEÓRICO DA ADC.....	148
4.1.1 O trabalho de purificação como forma de transcendentalização da ciência social crítica: como funciona a ADC com o RC?	161
4.1.2 Destacar o trabalho da tradução/mediação como forma de recuperação da potencialidade crítica da ADC: o discurso como quase-objeto/híbridos e os sentidos como (re)(des)territorialização.....	173
4.2 RETORNANDO ÀS REDES DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DO DISCURSO: O DISCURSO COMO ACTANTE, TÉCNICA E INSCRIÇÃO	187
4.3 UMA METODOLOGIA EM/DE/PARA REDES: OS CIRCUITOS E OS CURSOS DE AÇÃO PARA UMA ANÁLISE SÓCIO-CRÍTICA DO DISCURSO.....	205
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	232

APRESENTAÇÃO

No momento em que assistimos incrédulos a inúmeros desdobramentos de nossa política nacional e mundial, nós, cientistas críticos da linguagem, que nos dedicamos anos a fio a pesquisas sobre o lugar e as conexões do discurso com questões relacionadas ao poder e à construção de bolhas e ordens ideológicas na sociedade, tivemos a ocasião de sentir certa distância que as proposições e propostas científicas têm das tomadas de decisão mais imediatas. Por exemplo, analisamos como a mídia tem um papel interferidor, ora atuando como um “quarto poder” no mundo sistêmico e administrativo do Estado, ora agenciando formas de pensar, agir e representar a vida; mostramos como ela trabalha na constituição de esferas públicas e privadas de debate; descrevemos as várias interfaces que os sistemas de comunicação mantêm com os sistemas econômicos de dominação e de influência políticas; mas não conseguimos jamais que todas essas coisas deixassem de funcionar como o fazem, nem que nossas elucubrações e perspicácia retóricas cheguem a ser consideradas alternativas contra o modo como as coisas são. Somos muito eficazes na capacidade de denúncia e de descrição das coisas, porém somos, por vezes, limitados demais em saber promover mudanças efetivas na sociedade, sobretudo em função de nossas próprias análises e descobertas.

As pesquisas com a linguagem e com o discurso – esse componente linguageiro carregado de definições e redefinições teóricas que lhe alargam o horizonte conceitual – nem sempre atuam nos limites estreitos dos muros acadêmicos. É verdade. A necessidade crescente de sair dos escritórios e gabinetes do ambiente universitário e ir a campo, etnograficamente, cartograficamente, em busca de ligar nossas indagações a necessidades coletivas mais concretas tem se mostrado salutar na medida em que revela ser mais eficaz as pesquisas estarem ligadas a interesses práticos e reais do que dimensionarem, dentro do cercado refrigerado das salas acadêmicas, o que é a sociedade e como ela deveria ser, de modo a ampliar, assim, a satisfação de demandas vitais das pessoas. Mas, para quantos são formuladas nossas certezas ou como facilitar o agenciamento de tais demandas vitais, se a vida social exige muito mais habilidade de articulação política com as esferas de poder do que rigor científico para a elaboração de verdades incontestes sobre a realidade ou retórica argumentativa para o convencimento de nossos pares em nossas bancas e sabatinas? Talvez temos sido comedidos demais em compreender a dimensão ampla do papel da ciência linguística na sociedade, que nos exige muito mais disponibilidade e fôlego para participar e estender a visibilidade de nossas certezas a outras esferas de organização sociais do que relatórios de pesquisa ou artigos acadêmicos, que o mais das vezes só enriquecem nossos

currículos com número de publicações e páginas, enquanto nos subordinam a políticas de avaliação das esferas de poder com que deveríamos aprender a negociar nosso fazer e nossa existência científicos.

Nossas certezas científicas são para nossos companheiros de academia. Nossas certezas são para os grupos sociais com quem trabalhamos em nossas investigações. Nossas pesquisas querem convencer nossos colegas de departamento ou de centro. Nossas pesquisas querem emancipar as pessoas que forneceram dados pertinentes de suas vidas, mas que não entenderam como podem superar os obstáculos que lhe atravancam o caminho. Como estender a dimensão de todas as certezas que em nossas pesquisas elaboramos, se muitos dentre nós somos resistentes em propor que a ciência linguística ou o cientista do discurso deve dar o passo adiante de não só defender publicações ou títulos novos com nossos pares, de não só ofertar diagramas de problemas não superados ou potencialidades não ativadas para as práticas cotidianas nas quais as pessoas de nosso interesse estão envolvidas, mas também de recalctrar outras certezas por meio das nossas ou as nossas para além dos grupos de pessoas com que estamos mais diretamente ligados? Que potencialidade crítica ou transformadora uma ciência do discurso pode ter, se nós, pesquisadores, não soubermos ser tão hábeis e ágeis em ligar nossas certezas a cursos de ação que sustentam com mais vigor as vigas de nossa sociedade? Não nos surpreendemos mais quando, em várias ocasiões, nos deparamos com analistas do discurso a dizerem que nós, os analistas, não somos imparciais, pois a ação de pesquisa e/ou os objetos de pesquisa estão ligados a situações práticas que envolvem relações de desiguais na distribuição de poder, mas também que não podemos nos meter na lama suja da política nem nos aliar a discursos políticos ou ideológicos de forma clara, porque isso é tirar da ciência sua cientificidade e relativizar o discurso científico em sua função de esclarecer a realidade social sem vinculá-la a sistemas de dominação. Como se a ciência devesse ser ou fosse assim: interessante para a ideologia política das pessoas e desinteressada da política suja dos políticos – presa à velha dicotomia do fato e do valor.

A repartição entre ciência e política, assim, torna-se a *raison d'être* de uma análise científica e crítica do discurso, assim como a denúncia e a proposição de novas formas de ação pelo discurso devem ser a condição *sine qua non* da eficácia do fazer científico do discurso. Não é à toa que vemos os investimentos governamentais se transformarem em prédios, equipamentos, laboratórios e infraestrutura nos departamentos de engenharia e de tecnologia, ao mesmo passo que presenciamos os cortes de verbas em pesquisas nas ciências humanas e sociais. Não sabemos negociar nossas pesquisas com o utilitarismo norteador da empresa Estado, senão em forma de publicações que nos garantam verbas. Não enxergamos

que nossas formas de (pesquisa e) ação devem ir tão longe quanto a engenharia bioquímica consegue ir em angariar não só recursos e interesses de grupos nem sempre ligados ao seu próprio fazer intracientífico, mas também juntar suas pesquisas às formas de ação de tais. É tornar uma ciência social crítica e emancipadora, como a ciência dos discurso, útil aos sistemas de poder? Não deve ser bem assim o utilitarismo da ciência, apesar de sê-lo com frequência. Os outros fazem ciência com a política e o mundo empresarial; nós fazemos ciência o mais longe possível que pudermos da política e contra os grupos empresariais. Os outros têm poder na política por fornecer poder à política; nós miramos nosso poder contra a política por não quisermos negociar dentro das artimanhas da política. Apregoamos que quase tudo se faz com ou pelo discurso, mas impassíveis assistimos ao desfile das coisas denunciadas fazendo frincha de nós, com discurso e pelo discurso. Isso exige, então, agenciar outras formas de interesses extracientíficos, sob o peso de nossa ciência ter pouca ou relevância social nenhuma para a sociedade.

Nossos estudos e percuciência acadêmica voltados para a análise do discurso têm, por mais de três décadas, fornecido um forte arsenal analítico para a investigação de práticas sociais e discursivas. Somos capazes de desbaratar o funcionamento de discursos com uma capacidade incrível de ligar isso a um grau de cientificidade e de verdades de um modo tal, que é comum sermos temidos pela acuracidade de nossas percepções, mas o temor para por aí e, muitas vezes, se assemelha ao de pessoas na frente de um professor de português: com receio de cometer um deslize gramatical ao estar conosco, mas com total desprezo em cometê-lo ao estar longe de nós. O diagnóstico que fazemos aqui do parco alcance de nossas propostas para além do círculo da ciência é também sintomático do desenho atual das análises de discurso. Estão preocupadas demais com fornecer um estoque epistemologicamente bem definido de ferramentas analíticas que deem uma compreensão cada vez mais profunda das coisas que analisam, mas acabam concedendo privilégio aos analistas em suas atividades científicas, um privilégio que fazem deles os verdadeiros portadores dos dados e dos fatos de suas investigações. A ciência do discurso é um caça-tesouro: vai mais longe do que todo mundo em busca de coisas que estão cada vez mais distantes de todos nós. Quem conseguirá ter em mãos esse tesouro? Decerto, não será qualquer um. É uma ciência, então, apartada do social, ainda que defenda uma atuação para o social. Todo um trajeto que possa, por exemplo, dotá-la de importância e significância para além do campo da ciência, contudo, é deixado de lado, porque se limita a isto quando conclui suas análises: fornecer novos discursos como interpretações do real, mas à luz de uma explanação que não faz da interpretação da análise de discurso sobre um discurso tão contingente quanto uma interpretação qualquer de um

discurso. Esse desconforto com o *apartheid* que as análises de discurso promovem, mesmo defendendo o contrário, é que motivou nossa tese. Caçam o tesouro, limpam-no, lustra-o aos olhos dos outros, vendem-no, e o mundo que se vire com ele, pois o analista já ganhou sua recompensa, seu dinheiro.

A Teoria Social do Discurso ou Análise do Discurso Crítica (ADC), do linguista britânico Norman Fairclough, é uma referência importante na seara acadêmica, e disso não se tem dúvidas. Encontramos cada vez mais pesquisadores que por ela se interessam em pesquisas que não se restringem à área de Letras e Linguística, mas que brotam também em toda a dimensão das ciências humanas e sociais. Tal teoria oferece uma abordagem inovadora para a análise social dos discursos e confere ao discurso um papel relevante nas práticas sociais reunindo uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem nessa nova conjuntura) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Por conta disso, é comum escutarmos sobre a capacidade de “empoderamento” (*empowerment*) que, frequentemente, atribuem à ADC (CAMERON *et al.*, 1992; BLOMMAERT, 2005). Mas, tal capacidade é limitante, pois não enxerga o conjunto de acordos que precisam ser feitos com outras searas para além da ciência do discurso para que as análises que ela promove se transformem em alternativas eficientes para a sociedade ou se sustentem como discursos a que se pode fazer referência em uma cadeia muito mais extensa do que se pensa. Essa “ciência do discurso” só está ligada ao social em certa medida, e nunca de forma completa, como teremos a oportunidade de ver neste trabalho.

Essa tese, portanto, debruça-se sobre a ADC considerando-a como uma ciência, uma forma de fazer ciência com a linguagem e por meio da linguagem. Discutiremos, no **Capítulo 2**, os conceitos e/ou as ferramentas, as técnicas e/ou as táticas, bem como os antecedentes teóricos e disciplinares que fazem dela uma ciência como qualquer outra a fornecer uma heurística que permita analisar seus *subject-matters*, embora seu laboratório seja muito mais sutil e surja muito mais daquilo que analisa, divulga e propõe do que de um espaço físico com equipamentos onde os fatos que busca comprovar vêm à boca de cena para mostrar que existem e vão agenciar novas formas de ação. Ao lançarmos o olhar sobre a ADC, buscamos tanto entender como intracientificamente constitui aquilo que investiga (o discurso como *subject-matter*) quanto identificar como extracientificamente age para promover as mudanças que almeja para a vida social via um novo discurso (o discurso resultante da análise como proposta para a vida social). Trataremos a ADC como herdeira de disciplinas como a Linguística Crítica (LC) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de tal modo que delas descendeu não seu objetivo de ser crítica, mas também a forma como enxerga

a língua em conexão com o social. Ao final do capítulo, traçaremos alguns pontos que chamaremos de “Controvérsias”, por entendermos que eles implodem em partes o potencial crítico tanto reivindicado pela teoria, além de serem frutos dos acordos ontoepistemológicos que faz com outras teorias e filosofias.

Em uma dessas controvérsias, destacaremos que a ADC opera com um vocabulário explanatório *realista crítico* que permite as afirmações feitas a partir dele serem respaldadas por um valor de verdade, científico, tão à altura de uma verdadeira ciência (no sentido que tradicionalmente se deu a este termo). Tal vocabulário se manifesta quando ela é utilizada nas análises sócio-discursivas, concedendo à ADC uma posição desmistificadora dos textos, devido ao fato de que o valor epistêmico dado ao seu modo de explanação a põe num lugar sobrepujante em relação a qualquer outro que possa tratar de um evento em que haja discurso. Tudo passa a ser visto pelo olhar do analista educado na ADC em um novo prisma (o da análise crítica e científica do pesquisador), devida à *explicação* do que, *de fato, ocorreria* ou *do que é o caso*. É por esta razão que o objetivo da tese não passa ao largo de fazermos uma reconsideração crítica da Análise de Discurso Crítica (ADC), descrevendo e analisando que aspectos de sua formulação teórica e metodológica estão fundamentados na filosofia geral das ciências de Roy Bhaskar, o Realismo Crítico (RC), a principal base ontológica, epistemológica e metodológica a basear respectivamente as percepções de mundo, de conhecimento e de explanação científica que a ADC tem de seus objetos de investigação. Para explicá-la, desenhamos um panorama geral do Realismo Transcendental, do Naturalismo Crítico e da Crítica Explanatória de Roy Bhaskar – pai fundador do RC – destacando os momentos compartilhados pela ADC de Fairclough, bem como, depois, enfatizando os problemas dessa conexão para a análise social. Tal discussão está presente no **Capítulo 3**. Assim como no anterior, neste capítulo traçaremos algumas controvérsias que fazem eco na ADC e que a amarram ainda mais naquelas que encontramos como herdadas do LC e da LSF.

Após nossa análise crítica da ADC e do RC, veremos, no **Capítulo 4**, que a atividade de uma análise de discurso é muito mais complexa do que se defende até então e depende às vezes muito mais daquilo de que não desejava depender – do que está fora dos domínios da ciência e funciona o mais das vezes a despeito desta –, o que nos levará a estender de tal modo as frentes de atuação de um analista crítico de discurso que só será possível ir até aonde os objetivos da ADC pretendiam, se engajarmos, quando for preciso, ainda mais nossos discursos com os mundos da política e do social, com o que foge aos propósitos virtuosos de uma ciência desenxovalhada das contingências e interesses mundanos extracientíficos. Estender as redes de atuação e sustentação de um discurso, para os mais

variados domínios de ação, é uma forma de tanto validar a pertinência da ciência do discurso e dos discursos dela provenientes quanto territorializar as práticas sociais que a ADC busca modificar ainda que cumulativamente, gradativamente. Colonizar as práticas sociais com justiça e equidade só será possível se um entendimento diferente da forma como se faz ciência embrenhar-se nas práticas de análise de discurso. E essa forma diferente encontraremos nos Estudos Científicos e na Teoria do Ator-rede, de Bruno Latour, aquele a quem apelaremos para nos lançar nova luz tanto para os trilhos dos discursos negligenciados pela ADC em consórcio com o RC, quanto para os fundamentos em que precisa estar baseada de modo a garantir um entendimento menos ingênuo e mais realista das formas de ação da ciência.

Nosso trabalho analisará principalmente as obras da ADC em que sejam discutidas as articulações com o RC, a saber: a proposta teórico-metodológica desenvolvida por Fairclough em conjunto com Lilie Chouliaraki na obra *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), que se estende ao seu livro individual *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, de 2003, nas quais ocorre, respectivamente, a aproximação e adoção irrestrita à filosofia de Roy Bhaskar. Também, abordaremos o enquadre anterior, presente em *Discourse and Social Change*, graças ao qual as bases teóricas e metodológicas da ADC alcançaram reconhecimento acadêmico no meio brasileiro como sendo a primeira obra traduzida para o país. Com essas obras, foi possível fazer um trabalho de análise teórica detalhada e crítica do arcabouço analítico da obra de Norman Fairclough, em que ele propõe sua Teoria Social do Discurso.

Nessa espécie de análise crítica do discurso da ADC, não podemos deixar de considerar que ponto de partida adotamos para iniciar nossa compreensão da linguagem. Ainda que o que faremos aqui seja uma análise da ADC como ciência, partiremos, no **Capítulo 1**, de um ponto de vista da linguagem enquanto performatividade, na esteira de reflexões de Ludwig Wittgenstein, em suas *Investigações Filosóficas*, e John L. Austin, com suas ideias a respeito dos atos de fala, já que será a compreensão de que a linguagem é uma atividade, uma ação compulsória da qual não podemos escapar, que permitirá a reavaliação crítica da ADC quando consorciada o realismo crítico bhaskariano. Além disso, faremos uma panorama inicial das ideias de Bruno Latour a respeito dos Estudos Científicos, como forma de aproximar o trabalho de análise do discurso feito pela ADC de Norman Fairclough de uma compreensão do discurso nas redes de associações que promove quando de sua produção, de sua distribuição e de seu consumo. Ainda que uma relação entre Estudos Científicos e Filosofia da Linguagem deste porte exija uma discussão muito mais ampla do que a que iremos ensinar aqui, a relevância de tomarmos a ideia de linguagem enquanto

performatividade é que poderemos não só, em um momento da discussão, refutar a defesa de uma dimensão ilocucionária como a da ciência, presente no RC e discutida por nós em uma das controvérsias do Capítulo 3, como também entender a dimensão perlocucionária como aquilo que, em vez de implodir um fazer científico pautado por um Realismo ainda que Crítico, nos chama a atenção para a necessidade de olharmos para o que nos foge das mãos enquanto analistas cientistas dos discurso (encetar novas lutas via discurso resultante das análises), mas que, por isso mesmo, fornece uma compreensão do que é preciso fazer para segurar o *uptake* da ciência nas mãos de outras pessoas ou campos sociais: negociar constantemente os sentidos do que queremos conceber como fato científico de nossa ciência, bem como fazer acordos para sustentar o mais extensivamente possível aquilo que pretendemos propor para o mundo social.

1 INTRODUÇÃO: SITUANDO O PONTO DE PARTIDA

1.1 A DIMENSÃO PERLOCUCIONÁRIA DE JOHN L. AUSTIN E LUDWIG WITTGENSTEIN

A pedra de esteio teórica e epistemológica a respeito da linguagem será as reflexões de dois principais pensadores da “virada pragmática”¹ na filosofia da linguagem: Ludwig Wittgenstein e John Austin. Na obra de cada um (*Investigações Filosóficas*, no caso de Wittgenstein, e *Quando Dizer é Fazer*, no de Austin), encontramos as ideias principais e basilares do que respectivamente se chama de antiessencialismo e performatividade em uma visão pragmática da linguagem. A concepção pragmática de linguagem tem origem no domínio da Filosofia da Linguagem, mais especificamente no da filosofia da linguagem ordinária. Para compreender essa visão e sua importância para o modo como vamos encarar a linguagem nesse trabalho, devemos nos reportar, em linhas gerais, ao contexto de discussão sobre a linguagem em que surge essa concepção.

Até meados do século XX, pensava-se, no quadro teórico das discussões sobre a linguagem, que a filosofia deveria, antes de propor qualquer reflexão, elucidar problemas relacionados à nossa experiência, mediante uma análise lógica das sentenças, pois é somente através da linguagem que nosso conhecimento sobre o mundo se constitui e é expresso. A filosofia da linguagem, até então, baseava-se na assunção de que ela, a linguagem, tinha como função retratar ou representar o mundo. E a tarefa da filosofia era clarificar, depurar a linguagem para que ela viesse a realizar essa função satisfatoriamente. Essa concepção partia

¹ A expressão “virada pragmática” deve ser entendida no quadro de discussões filosóficas que, desde o século XIX, concedem um papel mais central à linguagem na formulação do conhecimento humano. De certa forma, essa mudança de paradigma na filosofia, que, na esteira do pensamento grego socrático, preocupava-se essencialmente com questões de ordem ontológica, pode ainda ser remontada, na modernidade, às reflexões de Immanuel Kant, no século XVIII, quando a metodologia filosófica, em vez de lançar as perguntas sobre a ontologia (o real das coisas), decide se questionar sobre as condições de possibilidade de se conhecer verdadeiramente o mundo. Nesse caso, no quadro da filosofia, encontramos uma mudança da ordem da ontologia para a ordem da epistemologia, dentro da qual vai se inserir a preocupação com o papel da linguagem na constituição do conhecimento humano. A filosofia analítica, inaugurada por Gottlob Frege (1978) e continuada por outros representantes, como George Moore, Bertrand Russel, Rudolf Carnap e o jovem Ludwig Wittgenstein (com seu *Tractatus Logico-Philosophicus*), surge como um paradigma filosófico-metodológico que coloca a linguagem no centro das discussões, afastando-as de uma tendência psicologizante na filosofia de então. Com esse paradigma, assistimos à “virada linguística” no campo da filosofia. A virada pragmática se dará somente a partir da década de 1940, notadamente com a reviravolta na filosofia analítica iniciada pelo trabalho tardio de Wittgenstein (*Investigações Filosóficas*) e prosseguida por filósofos de Oxford (como John Langshaw Austin, Gilbert Ryle e Peter Strawson), conforme veremos nesta seção. Nela, a preocupação passa, em vez de uma consideração baseada na lógica e na matemática, para uma atenção com a linguagem em situações ordinárias de uso. Se a virada linguística está vinculada ao surgimento da filosofia analítica, a virada pragmática concerne às discussões tardias daquela em torno da linguagem ordinária. Para essa discussão, cf. Oliveira (2006) e Rorty (1992).

de pressupostos formulados pela “virada linguística” promovida pelos trabalhos do filósofo e matemático alemão Gottlob Frege, para quem qualquer conhecimento que pudéssemos ter acerca do mundo passava antes pelas estruturas da linguagem. Esse paradigma filosófico, utilizando-se de noções lógicas para empreender suas análises, partia sempre da investigação de sentenças declarativas (por serem consideradas frases completas), centrado na correlação entre linguagem e mundo, para estabelecer critérios que permitissem dizer quando uma sentença realizava a contento sua tarefa de referir e representar² a estados de coisas no mundo.

Com esse primeiro momento da Filosofia Analítica, como se chamou esse empreendimento filosófico, fundou-se uma semântica de cunho veritativo, ou seja, uma semântica que buscava indicar as condições de verdade de uma sentença, pois, se a linguagem faz referência a algo no mundo, então se deveria compreender como ela realizava essa função. O significado de uma sentença, portanto, estaria na possibilidade de se verificar, empiricamente, no mundo aquilo que ela mesma predicava. Caso não acontecesse essa correspondência entre o que diz uma sentença e os seus referentes mundanos, teríamos uma sentença falsa, desprovida de significação.

Na década de 1940, esse modelo de análise da linguagem, entretanto, vai sofrer uma reviravolta, após a divulgação das *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, que propõe a noção de *jogos de linguagem* para caracterizar a própria linguagem. Esta não poderia mais ser concebida de forma abstrata, metafísica, como linguagem *una*, possuidora de uma única gramática e uma só estrutura; ao contrário, deve ser vista como vários *jogos de linguagem*, com suas próprias normas, com sua gramática. Como diz Araújo (2004, p. 101), com as *Investigações*, passam-se “[...] a valer proposições num conjunto que lhes dá sentido, sentido que não provém mais da projeção sobre a realidade, mas de regras combinatórias que formam o espaço de uma gramática [...]”. Com essa noção de *jogos de linguagem*, Wittgenstein (1975, § 43, p. 32) postula um novo modelo para a investigação da linguagem e de seu significado (“O significado de uma palavra é seu uso na linguagem”), baseado simplesmente no uso da linguagem cotidiana e em como ela se apresenta a cada uso,

² É importante ressaltar que o termo “representar”, aqui, assume uma acepção totalmente oposta àquela que encontramos em concepções de linguagem enquanto discurso, tal como em Norman Fairclough (2003), o qual tenta, embora muito amenizadamente, dar ao termo um sentido como o de “construir”, ou seja, de construção sócio-ideológica do mundo. Já em relação à acepção que aparece na filosofia da linguagem, “representar” é um termo chave para se entender não só sua visão de linguagem, mas também toda uma tradição filosófica, para a qual a linguagem é uma afiguração, uma representação secundária, quer dizer, uma “re-apresentação” de uma apresentação primeira – a do mundo à consciência, ao *logos*. Contudo, a disputa na significação em torno do conceito de representar revela também dois ramos de se fazer ciência que veremos tanto tensionar aqui as filosofias da linguagem, quanto sinalizar a necessidade de um caminho alternativo entre ambos os repertórios conceituais acerca da representação.

caracterizando, assim, a “virada pragmática” nas reflexões sobre a linguagem e iniciando o segundo momento da Filosofia Analítica.

O antiessencialismo nos estudos filosóficos da linguagem encontra em Wittgenstein um de seus precursores, porque, com esta sua obra, ele desmantela um dos fundamentos mais notórios do pensamento ocidental acerca da linguagem, qual seja: o de que a linguagem tem como função representar, figurar a realidade. A filosofia da linguagem, até então, baseava-se na assunção de que ela, a linguagem, tinha como função retratar ou representar o mundo. E a tarefa da filosofia era clarificar, depurar a linguagem para que ela viesse a realizar essa função satisfatoriamente. Essa concepção partia de pressupostos formulados pela “virada linguística” promovida pelos trabalhos do filósofo e matemático alemão Gottlob Frege (1978), para quem qualquer conhecimento que pudéssemos ter acerca do mundo passava antes pelas estruturas da linguagem. Esse paradigma filosófico, utilizando-se de noções lógicas para empreender suas análises, partia sempre da investigação de proposições, centrando-se na correlação entre linguagem e mundo, para estabelecer critérios que permitissem dizer quando uma proposição realizava a contento sua tarefa de referir a estados de coisas no mundo.

Wittgenstein (1999) rechaça essa compreensão. A ideia de que a linguagem é uma afiguração, uma representação, uma “re-apresentação” de uma apresentação primeira – a do mundo à consciência –, de que as proposições se constituem de um modo pelo qual sua verdade ou falsidade é veritativa, ou seja, depender da correspondência com um estado de coisas no mundo e de que a estrutura da linguagem logicamente perfeita espelha a estrutura da realidade, essa ideia recaí, nas reflexões de Wittgenstein, sobre a crença filosófica de que todos os usos possíveis da linguagem têm por única função reportar-se a objetos. Segundo ele: “[...] esse sistema [em que se acredita ser a essência da linguagem humana denominar coisas] não é tudo aquilo que chamamos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 28). Para o filósofo, esse sistema de referências é, na verdade, um tipo de jogo de linguagem, dentre inúmeros outros. A noção de “jogos de linguagem” como marca da linguagem humana é central para esta pesquisa, pois ajudará a questionar um dos pressupostos da ADC: a afirmação de que a linguagem é apenas um elemento das práticas e de que pode ser internalizar ou não outros elementos, “não linguísticos”. Com a noção de “jogos de linguagem”, Wittgenstein (1999, p. 35) não deslinda a fronteira do que é linguístico e do que não é linguístico: “o termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. Dessa forma, não há como separarmos o que é linguagem do que não seria linguístico, pois constituem uma mesma ação, portanto

inseparavelmente uma atividade.

Após a morte e a pouca repercussão da obra de Wittgenstein no meio da Filosofia Analítica, surgem as discussões, em Oxford, que se centram na análise da linguagem ordinária. Dentre os membros da Escola de Oxford que tiveram trabalhos inovadores e que extrapolaram as concepções wittgensteinianas acerca da análise da linguagem, está o inglês J. L. Austin, que, através de uma reinvestigação dos problemas filosóficos tradicionais por meio de suas instâncias de uso, extrapola (embora estando na mesma esteira de seu pensamento) as ideias de Wittgenstein e faz surgir um novo paradigma teórico que revoluciona as reflexões sobre a linguagem, questionando, de vez, os postulados fundamentais da filosofia analítica. Em suas conferências, depois reunidas sob o título *How to Do Things with Words*³, encontramos uma nova perspectiva acerca da significação, que tornará saliente a necessidade de os agentes sociais reconhecerem as consequências éticas, políticas e sociais de seus discursos. Austin parte do entendimento que o problema da filosofia analítica estava em acreditar na existência de enunciados que pudessem somente descrever estados de coisas no mundo, o que permitiria, assim, conceder-lhes ou não valores como verdadeiro ou falso, ao ser verificado a correspondência entre o que declarava o enunciado e as coisas que ele designava.

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração era tão-somente o de ‘descrever’ um estado de coisas, ou declarar um fato, que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso (AUSTIN, 1990, p. 20);

Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições [...]. Seguindo esta linha de pensamento, tem-se demonstrado atualmente de maneira minuciosa, ou pelo menos tem-se procurado parecer provável, que muitas perplexidades filosóficas tradicionais surgiram de um erro – o erro de aceitar como declarações factuais diretas proferimentos que ou são sem sentido [...] ou então foram feitos com propósitos bem diferentes (AUSTIN, 1990, p. 23).

Para Austin, tais proferimentos – do tipo “Aceito” (esta mulher como minha esposa), dita por um noivo na sua cerimônia de casamento, ou “Prometo que...” – não descrevem, nem relatam, mas “realizam” ações no momento de dizê-las, não sendo, contudo, equivalentes a dizer algo. O que se vê, portanto, é que Austin começa a pôr em xeque, por meio de exemplos como esse, o paradigma filosófico tradicional, para o qual a linguagem tem a função primordial de referir a/representar coisas (ou estados de coisas) do mundo.

³ *Quando dizer é fazer*, na tradução brasileira de Danilo Marcondes de Souza Filho (cf. AUSTIN, 1990).

É nesse sentido que Austin, em uma de suas conferências em *How To Do Things With Words*, tentando, ao modo de uma análise filosófica para a linguagem, encontrar critérios que servissem para uma diferenciação clara entre os dois tipos de enunciados, sugere que a distinção entre ambos não se sustenta:

[...] pelo menos de alguma maneira, existe o perigo de que se anule a distinção entre proferimentos constataativos e performativos que tentamos estabelecer de início. [...] as considerações de felicidade e infelicidade [que caberiam aos performativos] podem infectar as declarações [...] e as considerações de falsidade e verdade [que caberiam aos constataativos] podem infectar performativos. Temos, então, que dar mais um passo à frente no deserto da precisão comparativa. Devemos perguntar: há alguma forma precisa para distinguir o proferimento constataativo do performativo? (AUSTIN, 1990, p. 58-59).

A partir da sétima conferência, Austin resolve dar outro tratamento à questão. Ele chega ao entendimento de que não só os proferimentos inicialmente ditos performativos executam atividades, ações, pelo fato de se emití-los, mas até mesmo os proferimentos constataativos realizam ações. Esse entendimento é resultado do fracasso de vários métodos tradicionais utilizados por Austin para determinar com segurança que proferimentos são constataativos e quais, performativos.

Austin (1990), após a diferenciação entre enunciados/proferimentos constataativos e performativos, tentou utilizar, para o primeiro tipo de enunciados, os constataativos, como critério analítico as noções clássicas de *verdade* e *falsidade* (verdadeiro ou falso se o estado de coisas descrito na proposição afirmativa pudesse ser constatado no mundo, fora da linguagem); para o segundo tipo de enunciados, os performativos, forjou, como um novo critério analítico, as noções de *felicidade* e *infelicidade*, que diriam respeito ao sucesso ou insucesso da realização de uma ação por meio de um enunciado, ou seja, quando determinadas condições contextuais são satisfeitas para o desencadeamento de uma ação. Por exemplo: para batizar alguém, é necessário que quem batiza seja alguém autorizado a fazê-lo, ou seja, é necessário que seja um representante religioso que tem a autoridade para realizar tal ação; do contrário, o enunciado “eu te batizo” não será *feliz*, já que a condição para sê-lo não fora satisfeita. Num primeiro momento, percebe-se que estas noções de felicidade e infelicidade estavam muito interligadas a um papel institucional e socialmente aceito conferido a quem proferia o tipo de enunciado performativo. Contudo, Austin, usando vários exemplos de enunciados, começa a pôr em questão a eficácia de critérios que pudessem, sempre, diferenciar quando um enunciado é constataativo ou performativo, o que o leva à

consequência de pensar qualquer tipo de enunciado como um *ato de fala*, pois que todo enunciado, no fim das contas, realiza algum tipo de ação.

Nas conferências finais, Austin vai dizer que todo proferimento (que agora é concebido como ato de fala) realiza, simultaneamente, três tipos de atos de fala:

a) o primeiro, ato locucionário, se constitui como um ato *de* dizer algo, “o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo ‘significado’ no sentido filosófico favorito da palavra [...]” (AUSTIN, 1990, p. 85);

b) o segundo, o ato ilocucionário, seria o ato que se realizaria *ao* se dizer algo, tais como informar, ordenar, prevenir etc., que teriam uma certa força (convencional);

c) e, por fim, o ato perlocucionário, que produz certos efeitos ou consequências naqueles com os quais se está falando, ou seja, esse ato é uma ação realizada *por* se dizer algo.

O ato ilocucionário – o ato que *se realizaria ao se dizer algo*, se se considerar apenas seu valor convencional – é o ponto onde o rompimento com uma visão tradicional, positivista, da linguagem é mais patente, já que é a partir dele que os conceitos de verdade e falsidade para um enunciado tornam-se inválidos, principalmente quando é com a noção de ato ilocucionário que se assume que atos de fala têm uma natureza outra que não a de descrever estados (fixos) de coisas no mundo, mas, sim, a de realizar ações no mundo (ou nas pessoas). Tal noção, portanto, é a fronteira a partir da qual se encontra uma *visão performativa da linguagem*, ou seja, a visão de que a linguagem não descreve, passivamente, coisas do mundo, mas, antes, que *age* sobre o mundo e sobre as pessoas.

O ato perlocucionário, por sua vez, deixa entrever uma importante contribuição, embora Austin não tenha ele mesmo dado continuidade ao seu trabalho. Na nona conferência, ao buscar diferenciar atos ilocucionários de atos perlocucionários, o filósofo inglês afirma que para definir este último é necessário distinguir três consequências suas: a primeira seria que todo ato perlocucionário envolve assegurar a apreensão (*securing uptake*, no inglês) de significado de um ato de fala; a segunda é que ele tem resultados; e, por fim, ele leva a uma resposta ou sequela.

Com a noção de *uptake*, percebemos que todo uso da linguagem se dá numa relação entre interlocutores, e, o que é mais relevante, que não há regras ou critérios formalistas *definitivos* que venham a definir a significação. O *uptake*, portanto, é uma condição necessária do próprio ato (de fala) para que ele venha a ter um sentido; ou, como argumenta Ottoni (1995, p. 85), “na proposta austiniana, a intenção [*e, por conseguinte, a*

significação] não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para *assegurar sua apreensão*”.

Assim, temos o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados, não são *previamente* determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, através da atitude responsiva, digamos assim, do sujeito-outro (do interlocutor) da interação, quer dizer, é somente quando meu interlocutor reage ao meu ato de fala que posso verificar que sentido, que significado, esse ato adquiriu. Assim, numa interação o interlocutor pode ser visto como um índice sensível daquilo que significam nossas palavras.

Por meio dessa compreensão, diria que nós, enquanto outridade das representações discursivas, somos, em parte, responsáveis também pela sua significância⁴. E, dessa forma, torna-se no mínimo ingênuo acreditar tão-somente que nosso uso da linguagem faça parte apenas de *um* único jogo de linguagem, o designativo, pois, do contrário, estaríamos sempre à mercê de disputas – disfarçadas com uma capa a-ideológica, a-política – sobre quem pode oferecer uma descrição *fiel, certa, objetiva, racional*, do que ocorre no mundo.

A performatividade, proveniente das reflexões de Austin (1990), pode ser considerada como uma ideia ainda mais radical para o trato com a linguagem. Radical porque Austin fornece a possibilidade de pensarmos toda a linguagem como uma ação. Ele ofusca a separação entre linguagem e ação, ao dizer (quase na esteira de Wittgenstein a respeito dos jogos de linguagem como forma de vida) que não há como dizermos quando um proferimento é constativo ou performativo, ou seja, uma constatação – um referir-se a estado de coisas no mundo – ou uma performance, uma ação – um ato de fala, que age sobre o mundo. Austin, assim como Wittgenstein, parte do entendimento que o problema da filosofia analítica estava em acreditar na existência de enunciados que pudessem somente descrever estados de coisas no mundo, o que permitiria, assim, conceder-lhes ou não valores como verdadeiro ou falso, ao ser verificada a correspondência entre o que declarava o enunciado e as coisas que ele designaria.

Assim, Austin nos fornece uma visão de que a linguagem não descreve coisas do mundo, mas, antes, *age* sobre o mundo e sobre as pessoas. O ato perlocucionário (aquilo que poderia ser considerado como uma das dimensões dessa ação que é linguajar) deixa entrever

⁴ Significância aqui pode até ser compreendida como no universo estatístico, como uma referência numérica, ao mesmo tempo valorativa, de tal modo que se destaque o caráter imprescindível que nós, outridade responsiva, adquirimos nas interações, já que damos a *importância* e o *significado* que estariam envolvidas na atividade responsiva de agente social em reação a um ato discursivo.

uma importante contribuição. Ele afirma que é preciso distinguir três consequências suas: a primeira seria que todo ato perlocucionário envolve assegurar a apreensão (*securing uptake*, no inglês) de significado de um ato de fala; a segunda é que ele tem resultados; e, por fim, ele leva a uma resposta ou sequela. Com a noção de *uptake*, discutida por Paulo Ottoni (1998), percebemos que todo uso da linguagem se dá numa relação entre interlocutores, e, o que é mais relevante, que não há regras ou critérios formalistas *definitivos* que venham a definir a significação. O *uptake*, portanto, é uma condição necessária do próprio ato (de fala) para que ele venha a ter um sentido; ou, como argumenta Ottoni (1995, p. 85), “na proposta austiniana, a intenção [*e, por conseguinte, a significação*] não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via *uptake*, pelo sujeito ouvinte para *assegurar sua apreensão*”. Assim, temos o fato de que as consequências de um ato de linguagem, ou melhor, seus significados, não são *previamente* determinados, adquirindo sentido, apenas, no contexto da enunciação, na interação, quer dizer, é somente quando meu interlocutor reage ao meu ato de fala que posso verificar que sentido, que significado, esse ato adquiriu.

Essas reflexões serão importantes na medida em que nos colocam no centro do processo de constituição de uma realidade que pesquisamos. Wittgenstein e Austin nos lançam a responsabilidade de que o que fazemos com a linguagem, em qualquer um de seus tratamentos, nos jogos que jogamos com a linguagem, é uma ação sobre o mundo, uma ação de construção do mundo, despojando-nos de um possível uso instrumental, representacionista, essencialista da linguagem, como se desprende da crença em ADC pautada no RC de a pesquisa social ser uma “ciência profunda”, que vasculha conexões causais a nos levarem a uma dimensão intransitiva dos fenômenos investigados, além de se defender a validade do discurso científico como a despeito dos valores perlocucionários que enseja intra ou extracientificamente⁵. A partir dos dois filósofos, percebemos que a linguagem é compulsória e inescapável, e, assim sendo, é uma construção social que promovemos ao linguajarmos, mas que nunca se esgota na língua ela mesma, nem no locutor ele mesmo, muito menos na sua intenção, por pressupor imprescindivelmente de uma dimensão além-língua, além-locutor, além-intenção, para sustentar o fazer que a linguagem faz. Essa dimensão que escapa à língua, ao locutor e à sua intenção, a que se poderia chamar de perlocucionária, sinaliza-nos uma porta de saída não só para os problemas insolúveis da filosofia analítica, em sua tarefa desgastante (para a qual mobilizou grandes mentes e calorosas discussões em quase um

⁵ No capítulo 3, quando resenharmos o Realismo Crítico de Bhaskar, serão vistas tais questões, já sinalizando sua insuficiência e a necessidade de irmos além das compreensões ofertadas pela ADC e pelo RC para a forma como deve se comportar a ciência social crítica.

século) de tentar definir para todo o sempre critérios que assegurassem a correspondência direta com o mundo enquanto valor de verdade universal, mas também para a percepção de que a ciência, seja ela da linguagem ou não, justamente por ter a linguagem como espaço inescapável de expressão/projeção da realidade, não prescinde da interlocução de uma audiência que não seja a própria ciência.

Antes que nos acusem de estarmos forçando uma interpretação de Austin para além do que suas conferências nos indicaram, o que queremos dizer com isso é que o filósofo de Oxford não só libertou a ciência da linguagem dos grilhões da representação fiel da realidade como fazer único da linguagem, como também oxigenou as vias respiratórias de uma ciência que, a despeito do recente surgimento na história da filosofia ocidental, já mostrava ares de ter esgotado sua importância. A saída para o ar livre da ciência da linguagem decorre exatamente de nova compreensão oferecida por Austin de que deveríamos voltar a atenção muito mais para o que ocorre fora da língua, fora do significado formalizado no sistema da língua, fora das intenções supostas por trás da enunciação de um locutor, do que imaginávamos até então. O próprio Austin enunciava suas reflexões para uma plateia heterogênea, e não para seus colegas de contensão filosófica no seio acadêmico inglês; conferenciava como entendia serem as formas de existência da linguagem, buscando, com isso, levar a ciência da linguagem para longe das amarras do discurso tradicional da filosofia. O próprio Austin provou da face ordinária da ciência que precisa muito mais do que falar a verdade, falar o que corresponde à realidade de fato, uma vez que sua teoria dos atos de fala provou, após sua morte antes da transcrição e publicação de suas conferências em livro, antes da defesa para outros auditórios, antes de imersão no rio disputado das concepções filosóficas em voga sobre a linguagem, que é preciso às vezes lutar mais do que num ciclo de conferências para colocar ao corrente uma nova forma de teorizar a linguagem⁶. Austin

⁶ Cf. o livro de Kanavillil Rajagopalan (2010) para entender o tenso jogo de força no interior da filosofia da linguagem promovido por John Searle após a morte de Austin de modo a ser o herdeiro da teoria de seu mestre, Austin. Segundo Rajagopalan (2010), Searle não só conseguiu se tornar o herdeiro da teoria e o porta-voz de tudo o que concernia ao seu mestre, tal como Platão fala em nome de Sócrates, como ainda a colocou de volta nos trilhos para longe dos quais o próprio Austin já mostrava ter dado uma outra guinada. Essa discussão também pode ser vista com um pouco mais calor na famosa disputa entre Searle e Jacques Derrida, que simbolizam duas formas distintas de se entender a teoria de Austin e de lidar com o fazer científico. A disputa ocorre após a publicação do ensaio de Derrida (1991a), “Assinatura, Acontecimento, Contexto”, de 1972, no periódico americano *Glyph*, sobre a teoria de Austin e seu rompimento com o binarismo validador da ciência pautado entre verdade/falsidade, fato/valor. Ao ensaio, Searle (1977) responde com outro, na segunda edição do periódico, “Reiterating the differences: a replay to Derrida”, em que critica a interpretação da teoria dos atos de fala por Derrida. Este, por fim, treplica com outros dois artigos, “Limited inc a b c.” de 1977 (que acompanhou a segunda edição de *Glyph*, quando foi publicado o texto-resposta de Searle) e “Em direção a uma ética da discussão” de 1988, este último após inúmeras declarações de Searle na mídia americana em 1984, principalmente para a revista *The New York Review of Books*, sobre o que pensava da Desconstrução, de Derrida, sobre uma observação privada supostamente de Michel Foucault sobre o estilo “obscurantista

premonizou que a dimensão perlocucionária de uma teoria, de uma filosofia, de uma ciência é mesmo importante para dar continuidade e validade ao que elas preconizam.

É nesse sentido que encontramos, não só na visão performativa, mas também na dimensão performativa, um ponto de encontro com estudos sobre a ciência e o fazer científico tais como são promovidos por Bruno Latour e por seus colegas de seara. Latour demonstra alternativas possíveis às formas como era concebido o fazer científico, ao criticar as demarcações de campos epistemológicos distintos uns dos outros em que a ciência, longe da política, da economia, da moral, por exemplo, pudesse se desenvolver. Assim como Austin extrapola os limites da linguagem ao fazer com que uma dimensão que foge ao ego transcendental do locutor seja tão ou mais determinante do que o significado enraizado na mente de quem fala ou na língua que se utiliza, Latour nos chama a atenção para os pontos de contatos entre uma dimensão ilocucionária como a ciência e suas várias dimensões perlocucionárias, uma vez que a ciência não se limita a nem importa apenas para si mesma, senão for possível que ela também esteja ligada e se valide em função do que outras esferas de ação humana têm a nos dizer sobre o fazer científico: “[...] longe de politizar a ciência, [os Estudos Científicos] permitiram ver a que ponto todas as teorias do conhecimento, desde os gregos até nossos dias, estão sob o jugo de uma definição política que obriga a separação dos fatos e dos fetiches” (LATOURE, 2002, p. 43). Se a ciência depende de decisões e definições que ultrapassam o seu próprio fazer e sua esfera, é sinal de que ela também depende de uma dimensão que é perlocucionária a ela mesma, graças à qual será possível entender seu funcionamento no quadro social.

Para que possamos entender o que são os Estudos Científicos, na próxima seção, iremos panoramicamente apresentar sua constituição e caminhos que têm a nos oferecer. Não esgotaremos tudo o que, por exemplo, Bruno Latour pode ensinar, mas ao menos deixaremos mais claro o ponto de partida desta tese, o veículo teórico pelo qual iremos percorrer as estradas construídas pelo fazer científico de uma ciência que analisa criticamente o discurso, de modo que fique guardado na memória de quem nos lê que a paisagem com que nos depararemos no final será muito mais verde, muito mais ventilada do que a aridez das redomas de uma ciência de gabinete, como as descreveremos, de uma ciência em busca da verdade como um solitário procurando uma agulha no palheiro. Apresentaremos, sem muito

terrorista” da escrita de Derrida. Em resumo, com Austin morto, sem poder assegurar a continuidade de sua teoria, esta caiu no diz-me-diz ordinário entre dois filósofos preocupados em fornecer uma interpretação a mais pertinente dos atos de fala.

nos aprofundar, pois no Capítulo 4 teremos mais tempo de explorar a potencialidade crítica dos Estudos Científicos, em especial da Teoria do Ator-Rede, Bruno Latour.

1.2 A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS E A TEORIA DO ATOR-REDE, DE BRUNO LATOUR

É importante destacar que, uma vez inscrita a preocupação desta tese em analisar um pensar e fazer científicos dentro do campo da pesquisa social, assumimos, também, um ponto de partida que muito se assemelha àquele presente, por exemplo, em estudos da Sociologia das Ciências, especificamente de uma recente disciplina, da qual são tributários os sociólogos franceses Bruno Latour, Michel Callon e Madeleine Akrich, por exemplo, chamada de “Antropologia das Ciências” ou de “Estudos Científicos”. A Antropologia das Ciências ou Estudos Científicos surgiu no final da década de 1970 como uma análise crítica e interdisciplinar que vê e identifica a inter-relação recíproca entre a produção de fatos e técnicas científicos e o conjunto de práticas da sociedade, da política e da cultura. Nessa espécie de análise crítica da ciência, Bruno Latour e Steve Woolgar (1997, p. 20) veem como problemática, por exemplo, a concepção do papel do contexto social na construção de fatos científicos: “é como se contexto e conteúdo [científico] fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso”. Dessa forma, temos uma antropologia que não se faz nos moldes daquela que se fazia tradicionalmente, ou seja, uma antropologia daqueles-que-não-fazem-ciência, mas sim uma que investiga, como objeto de estudo, a própria produção científica, a constituição dos artefatos e das técnicas da ciência.

Para tanto, Latour, o principal pensador dessa vertente analítica da produção científica, toma de empréstimo conceitos provenientes de campos filosóficos múltiplos, em um diálogo profícuo que nos levará a pensar o fazer ciência na intersecção com a sociedade. Ontologicamente, foge dos dualismos cerrados, de monismos pluralistas e de pluralismos monistas. Aquelas divisões que atravessam a ciência moderna, homem/natureza, sujeito/objeto, verdade/falsidade, são evitadas, porque são frutos, de alguma forma, de um campo transcendental que as concebe. A estratégia de recusa dos dualismos cerrados vai encontrar esteio na filosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari, principalmente na ideia de “rizoma” – um modelo ontoepistemológico em formato de rede cujo ponto de partida-mor nunca há, por se tratar de uma sistema acentrado que só tem ramificações, e nunca uma raiz primeira, uma estrutura de conhecimento e de realidade que não provém de um conjunto de

princípios fundamentais, mas que se elabora, de forma simultânea, de vários pontos sob a influência de diferentes observações, segmentações e conceitualizações (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Metodologicamente, além do conceito de rizoma, Latour faz uso do princípio de “simetria”, do filósofo e sociólogo David Bloor, em seu famoso Programa Forte em Sociologia do Conhecimento. Bloor (1983, 2009), na sua preocupação em descobrir a seleção historicamente situada de objetos de estudo da ciência e a explicação científica dada aos aspectos da realidade estudados, considera o trabalho científico como uma construção social codeterminada tanto pela própria comunidade científica quanto pela sociedade à qual pertence. É nessa consideração do contexto social para a produção, conteúdo e explanação científicos que Bloor elabora um princípio metodológico de simetria que reconhece que as causas a explicar as crenças valorizadas na ciência devem ser as mesmas usadas para recusar aquelas consideradas falsas e desvalorizadas, já que a diferença entre verdade e erro não se sustem, senão no fetiche que separa realidade de construção, no conjunto de práticas que a ciência moderna criou para si de modo a purificar os fatos científicos do seu caráter socialmente constituído (LATOURE, 2002).

Com base no princípio de simetria, Latour (2009) sugere uma “antropologia simétrica” em que não só o verdadeiro e o falso devem ser tratados sob o mesmo prisma de observação e nunca de forma separada, como também a natureza e a sociedade, essa “grande divisão moderna” a sustentar e a formar uma Carta Magna, uma “Constituição” do fazer científico. Para Latour, o mundo das coisas em si e o mundo dos homens não podem ser entendidos como planos *a priori*, definidos de antemão, já que são feitos de redes heterogêneas que os constituem a todo instante, dividindo e sedimentando o que pertenceria a um e ao outro. Assim, Latour, ao propor sua Teoria do Ator-Rede, definida como uma Sociologia das Associações (LATOURE, 2012), vai definir que se deve estudar com o mesmo tratamento aquilo que pertenceria ao mundo dos homens e aquilo que faria parte do mundo das coisas em si, o mundo dos não humanos, pois haveria uma simetria tal entre os humanos e os não humanos que impediria de entendermos nossas interações sociais com outras pessoas senão com o auxílio dos não humanos. As redes que constituem as interações, redes essas compostas, como dito, por uma série muitas vezes indefinidas de humanos e não humanos, elaboram o social, moldam-no, de forma que seria impossível estudar um sem o outro. Ainda de acordo com Latour (2011), a atividade científica tem uma dimensão coletiva, pública tal, que a construção dos fatos e dos conteúdos científicos apenas se torna possível quando da comunhão de interesses e mobilização de um grande número de aliados: “a construção de um

fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (LATOURE, 2011, p. 70). Dessa forma, um fato científico só existe na medida em que ele for amparado por uma rede de atores e que, “em última instância, uma ciência não se universaliza, mas sim que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza” (LUNA FREIRE, 2006).

Ainda no que concerne aos conceitos usados por Latour em seus trabalhos, é importante destacar que, em um de seus famosos ensaios, *Jamais fomos modernos*, há uma preocupação em discutir a atividade da ciência no contexto social do surgimento da sociedade moderna. Ele discute duas concepções de moderno nas sociedades ocidentais, mais especificamente nas suas práticas científicas. De um lado, ele afirma (LATOURE, 2009) que há um conjunto de práticas, a que chama de “moderno”, as quais vêm se reforçando cada vez mais em nossa sociedade: a da proliferação dos híbridos, a da hibridização do social – isto é, o surgimento de elementos que não sabemos se pertencem à natureza das coisas elas mesmas ou à sociedade dos homens, ou seja, se são elementos da natureza ou da cultura/sociedade, se são algo genuinamente real ou construído: os não humanos, os quase-objetos. Esses híbridos, no mais das vezes, são produtos da ciência moderna e atravessam as concepções que nós temos da natureza e da sociedade/social. Como exemplo, Latour (2009, p. 7-8) cita o vírus da AIDS, que percorre uma linha de interesse e furor que vai do laboratório de pesquisadores preocupados em encontrar uma cura para tal à demora das indústrias farmacêuticas e químicas em fornecer drogas mais fortes após a reivindicação de doentes organizados em associações militares. Esses híbridos desafiam nosso senso comum como um nó górdio, pois delineiam uma trama que nos coloca, ao mesmo tempo, no campo da ciência, do mercado, da política, da religião, do direito. Diz o autor: “aperte o mais inocente dos aerossóis e você será levado à Antártida, e de lá à universidade da Califórnia em Irvine, às linhas de montagem de Lyon, à química dos gases nobres, e daí talvez até à ONU” (LATOURE, 2009, p. 8). Esses híbridos só se tornam um imbróglio para nosso entendimento, porque insistimos em não misturar o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder; em não misturar o céu com a terra, o global com o local, o humano com o inumano.

O outro sentido de moderno a que Latour chama a atenção também diz respeito a um conjunto de práticas, mas que se definem por meio de uma cisão entre o que pertenceria ao campo da natureza e ao da cultura/sociedade. Essa cisão pode ser vista como um trabalho de “purificação” que opera nessas práticas, ou seja, existem práticas, muitas vezes científicas, mas também práticas que fazem parte do nosso cotidiano, do nosso senso comum ou da forma como agimos com o conhecimento no senso comum e com o nosso modo de ver as coisas,

que purificam aquilo que é da natureza daquilo que é da sociedade/cultura/dos homens. É justamente essa cisão, por um momento, que gera um desconforto ontoepistemológico em relação aos híbridos, pois somos forçados, por causa dela, a ter de decidir a que possível polo (se do da natureza, se do da cultura/sociedade) pertencem os híbridos. Latour desloca essa preocupação quando inverte a própria ideia que nós temos desses polos: em vez de tratá-los como causas das quais partem as explicações sobre os híbridos, assim como sobre quase todas as questões que envolvem a produção do conhecimento em nossa sociedade, ele tenta enxergá-los como efeitos, como consequências das redes que os híbridos constroem entre nós, territorializando, desterritorilizando e reterritorializando, assim, a natureza e a sociedade/cultura. Latour, dessa forma, elabora uma antropologia das ciências que tenta, senão superar, tangenciar a separação entre entidades ontológicas e epistemológicas como a da Natureza e a da Cultura, a Sujeito e a do Objeto, e como as disciplinas estabelecidas (a linguística, a economia, a biologia, o direito), em prol de descrever as tramas, as redes muitas vezes confusas que os híbridos tecem para nós, colocando-nos frente a frente, por exemplo, ora com o conhecimento exato da natureza das coisas, ora com o exercício de poder. Os híbridos, esses seres não humanos, fizeram a tentativa moderna da ciência de purificação dos domínios natural e humano fracassar:

Nossa vida intelectual é decididamente mal construída. A epistemologia, as ciências sociais, as ciências do texto, todas têm uma reputação, contanto que permaneçam distintas. Caso os seres que você esteja seguindo atravessarem as três, ninguém mais compreende o que você diz. Ofereça às disciplinas estabelecidas uma bela rede sociotécnica, algumas belas traduções, e as primeiras extrairão os conceitos, arrancando deles todas as raízes que poderiam ligá-los ao social ou a retórica; as segundas irão amputar a dimensão social e política, purificando-a de qualquer objeto; as terceiras, enfim, conservarão o discurso, mas irão purgá-lo de qualquer aderência indevida à realidade – *horresco referens* – e aos jogos de poder (LATOUR, 2009, p. 11).

O trabalho dos híbridos só se torna, portanto, incompreensível porque é recortado em três repertórios que usualmente os críticos utilizam para explicar nosso mundo: a naturalização, a sociolização e a desconstrução. Quando se fala de fatos naturalizados, não há sociedade, nem sujeito, nem discurso. Quando se fala de poder sociologizado, não há ciência, nem técnica, nem texto. Quando se fala de efeitos do discurso, não se pode querer se preocupar com uma realidade transcendente nem com jogos de poder. Latour afirma que esses repertórios são potentes em si mesmos, mas não podem ser combinados, porque ofereceriam uma colcha de retalhos grotesca:

Podemos imaginar um estudo que tornasse o buraco de ozônio algo naturalizado, sociologizado e desconstruído? [...] Nossa vida intelectual continua reconhecível contanto que os epistemólogos, os sociólogos e os desconstrutivistas sejam mantidos a uma distância conveniente, alimentando suas críticas com as fraquezas das outras duas abordagens (LATOURE, 2009, p.11).

Dessa forma, é possível perceber, na teorização de Chouliaraki e Fairclough, momentos de ontologização (a existência de realidades independentes do discurso e da sociedade, embora ajudadas a serem constituídas pelo discurso e pela sociedade – realismo/naturalismo), de sociologização (a existência do social como oposto à natureza e à realidade em si, e dos interesses daqueles que o compõem, com as questões de poder e ideologia postas nele em funcionamento pelo conjunto de homens e de instituições sociais nas suas relações consigo mesmo – sociologia/sociologismo) e de desconstrução (a existência de discursos que transcendem a própria realidade e que anunciam a morte dos homens que o proferem, ao mesmo tempo em que tanto a estes quanto àquela constituem em seus efeitos de sentido e de verdade, não passando ambos, em suma, de efeitos do próprio discurso). Contudo, eles prosseguem em sua concepção do papel do discurso na (construção da) sociedade partindo da tripartição entre esses campos da crítica, tomando como fixos, e não como constituídos em rede, a própria realidade em discussão, as coletividades sociais em jogo e o discurso em elaboração, restringindo-se apenas, quando já concebidos em separado, a amalgamar um no outro, como se, dessa forma, fosse ser suficientemente crítico entender tanto a participação do discurso nos “processos” (realidades) de mudanças culturais, sociais e econômicas do capitalismo tardio em curso quanto as questões de poder subjacentes à sustentação hegemônica do discurso no campo em análise (ver o exemplo da “acumulação flexível” em CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4). Será justamente o funcionamento desta tripartição no corpo teórico e metodológico da ADC que abordaremos nesta tese. O objetivo é demonstrar os problemas para uma análise de discurso que se pretende crítica quando se opera dentro desse corte tripartite e a necessidade crítica de se lançar um novo olhar para as análises de discurso em que se destaquem os fios do discurso (sendo o *subject-matter* da disciplina aqui em questão, a linguística aplicada) em rede com a natureza-sociedade das coisas.

Nunca estamos falando apenas de questões de técnicas da ciência e da natureza por si só; nem de contexto social e de interesses de poder; nem da representação social pela linguagem, da linguagem, do texto ou do discurso: estamos falando de redes que são ao

mesmo tempo reais como a natureza, coletivas como a sociedade e narradas como o discurso (LATOURE, 2009). Cabe ao analista, a esse novo antropólogo retrazar as tramas que o *subject-matter* constrói. Para Latour, as redes são como os curdos anexados e separados pelas fronteiras do Irã, do Iraque e da Turquia: mal cai a noite, eles atravessam as fronteiras, casam-se, sonham com uma pátria comum, extraída daquelas que insistem em os desmembrar.

Assim, com a antropologia simétrica proposta por Bruno Latour, parte-se aqui do entendimento de que a ciência não é transcendente, pois é coisa de homens, portanto é coisa imanente a eles; assim como o de que a natureza é transcendente, pois é coisa de coisas-em-si, logo é coisa transcendente aos homens, do mesmo modo que à ciência/teoria. Mas, se se sabe que a ciência é coisa de homens, como acreditar, portanto, que ela não é, ainda assim, imanente a eles? Isso ocorre porque há um duplo trabalho de purificação (purificando da ciência a natureza e dos homens a ciência), na mesma medida que há a primazia da representação-mor da natureza pela ciência, mas não da ciência pelos homens, para assegurar à ciência o juízo societário de sua transcendência. Poderíamos pensar que ou aqui reside um ponto artificializado de sustentação – o impedimento tradutório da ciência pelos homens –, ou surge aqui uma eleição sem eleitores, uma transcendência do tradutório – o locamento da ciência na imanência transcendentalizada, mas não na transcendência imanentizada. Ou seja, a ciência traduz transcendentalmente a natureza e purifica-se imanentemente (mas parece não haver quem a isso denuncie) dos homens.

A questões como essas iremos nos lançar com a necessidade de descrever pactos e repertórios que fundamentam a ADC e que a faz comprometida com uma demarcação ontoepistemológica “moderna”, como diria Latour. A tarefa não é tão-só descrever, apontar, desvelar os problemas que se imbricam nas análises de discursos críticas em decorrência da forma como elas operam quando incrustadas no seio das tradições “modernas” de se fazer ciência, mas também fornecer uma alternativa mais enérgica e menos ingênua de como podemos entender o funcionamento tanto do discurso sob análise quanto do discurso proveniente da análise e destinado a promover mudanças sociais. Talvez a compreensão ou os acordos firmados no seio da ADC se esbarrem nas aporias típicas do modo “moderno” de se fazer ciência, o que exige muitas vezes os analistas de discurso terem um jogo de cintura muito elástico para poder responder às controvérsias ou mesmo contradições de seu fazer analítico.

2 DA EMERGÊNCIA E DA FINALIDADE CRÍTICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC): A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, DE NORMAN FAIRCLOUGH

Neste capítulo, descreveremos o surgimento da ADC em território tanto linguístico quanto social crítico, com o fito de trazer à tona nuances conceituais, ontológicas, epistemológicas, metodológicas e teleológicas que fundamentam a atuação crítica da ADC no campo das pesquisas sociais contemporâneas. Ao traçar os caminhos e percalços que constituíram esse campo transdisciplinar de estudos, hoje tão difundido nas ciências sociais e linguísticas, mostraremos como abordagens caras tomadas de empréstimos e conciliadas com a ADC compactam de princípios que, uma vez colocados para funcionar dentro dessa máquina analítica, fazem de um analista do discurso um porta-voz dos dados discursivos em investigação. Conceitos como o de “discurso”, “crítica”, “prática social”, “estrutura social”, “ideologia”, “internalização” dentre outros, serão aqui resgatados e discutidos, senão desde sua formação original, em sua realocação no quadro teórico-metodológico da ADC. Aqui os conceberemos não tanto como aparatos de uma heurística linguística crítica, mas sobretudo como técnicas e visões de mundo que instrumentalizam a possibilidade de análise e cimentam o chão a partir do qual os analistas críticos de discurso tomam impulso para seu trabalho.

A descrição que faremos para o resgate de conceitos, princípios e categorias de análise da ADC não será linear e cronológica. Iniciaremos essa proposta a partir da Linguística Crítica, por a entendermos como inaugural no sentido de aliar uma discussão linguística promissora, proveniente de um ramo linguístico-filosófico orientador da ADC atual, a saber, o funcionalismo de Michael Halliday, com um conceito de ideologia, em geral proveniente das ciências sociais. Como esse marco inaugurador tem raízes fincadas em muitos pontos do histórico anterior do campo linguístico, seja como fruto de um desdobramento teórico intradisciplinar (da linguística sistêmico-funcional) que queria entender o funcionamento da linguagem em esferas macroconceituais como a da sociedade e a da cultura, seja como resposta crítica a um *mainstream* teórico no interior da linguística (a abordagem formalista), seja ainda como manifestação de questões sociais mais amplas, em vários momentos, será necessário descrever em que medida os temas a que respondiam a Linguística Crítica não só nasciam do desenvolvimento interno ao funcionalismo linguístico como também apontavam para possibilidades teóricas que escapavam da preocupação da época, sobretudo na tentativa de superar problemas e de percorrer caminhos entre o linguístico e o social distintos daqueles preconizados pela Sociolinguística da época

(FOWLER; KRESS, 1979). A ADC, como um corpo teórico e metodológico interdisciplinar, vai se propor como ponto de lança para as ciências linguísticas e sociais, quando se levanta do horizonte das pesquisas sociais como promessa de união entre campos de atuação sem diálogo aparente, mas profícuo.

Fora isso, com a ideia de que a ciência é um manifesto e uma forma de pensar e agir na sociedade frutos de seu tempo, explicaremos como a ADC buscou no RC uma forma de enfrentar questões que a colocavam seja em uma posição estratégica, seja em uma metodologia ontoepistemológica mais eficiente que lhe permitisse advogar não só uma explanação cientificamente “superior” ou, para enunciarmos dentro da perspectiva realista crítica, “profunda” em relação a outras no quadro das ciências sociais críticas, mas também uma compreensão menos “niilista” e relativista com o mundo social. Conceber o discurso como uma matéria-prima para tanto iniciar quanto entender processos de mudança social poderia, numa primeira instância, deixar a ADC com os pés todos na catapulta toda poderosa do sócio-construtivismo, em voga nas ciências sociais após a difusão dos estudos da desconstrução nas formas de pensamento e filosofias europeias. Para evitar esse niilismo ontoepistemológico, de alguma forma ao mesmo tempo ingênuo e perigoso, a ideia de uma realidade era urgente, mas que não cedesse a concepções demasiado realistas e positivistas, justamente para deixar em aberto chances de mudar ou, melhor dizer, desnaturalizar ideologias e padrões de relação social estabelecidos em sociedade, ao mesmo tempo em que não nos deixasse a sensação de onipotência via discurso. É nesse sentido que a abordagem que a ADC de Norman Fairclough (2009) oferece uma posição ideológica “dialético-relacional”, que encontra inclusive em Bhaskar (2005, 2009) uma ressonância atualizada em uma de suas fases de desenvolvimento filosófico⁷, de modo a orientar a compreensão do discurso como uma dobradiça teórica que tanto, de um lado, abre a possibilidade de mudança social, quanto, de outro, fecha as chances para transformações nas relações sociais de poder.

Nos tópicos a seguir, faremos esse resgate histórico e transdisciplinar da ADC descrevendo o horizonte conceitual e teórico que forma a paisagem em que se assenta a proposta metodológica de Norman Fairclough. Ao tratar dos impasses da Linguística Crítica, da formação da ADC em suas várias fases enquanto campo possível de análise e de metodologia para a pesquisa social, bem como da proposta de agenda que hoje ela intenta pesquisar, construiremos um conjunto de “fotogramas” dos momentos de diálogo e elaboração do enquadre da ADC tanto com as teorias linguísticas e sociológicas constituintes

⁷ Cf. seções 3.2 e 3.3, do capítulo 3 deste trabalho.

de seu lastro, quanto com as conjunturas sociais em que se deu sua emergência, de modo que possam deixar claro o sistema, digamos assim, “pivotante” em que se tornou a ADC com seu aparato conceitual, uma vez que se tornou o arcabouço principal para os estudos críticos da linguagem hoje.

Ao longo do capítulo, também abordaremos algumas reflexões que nos chamaram atenção nos tijolos a formar as preocupações críticas na teorização sobre a linguagem. Tais reflexões serão retomadas no final do capítulo, em separado, para discutirmos com mais clareza e direcionamento. Elas também estarão, em alguma medida, em outros capítulos, seja porque se reportam ao mesmo assunto em discussão, seja porque se intersectam, sob outro título, com o que destacamos aqui. A essas reflexões nos referimos como controvérsias, não tanto porque formam os calcanhares de Aquiles aos quais muitas críticas à LC e à ADC já foram feitas, mas sim porque ao nosso ver se tornam as pedras no sapato com as quais os analistas críticos do discurso dificilmente sabem lidar. Tais controvérsias, de alguma forma, sinalizarão a necessidade de direcionar a ADC para outros trilhos⁸ que, senão resolvem os pontos fracos da teoria, ao menos evitam os analistas neles se enroscarem.

2.1 DOS IMPASSES DA LINGUÍSTICA CRÍTICA (LC) À EMERGÊNCIA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

2.1.1 Antecedentes da LC: a convergência de interesses em torno da conexão entre linguagem e sociedade

Análise, crítica e discurso. As três palavras-chave que compõem esse ramo promissor e audacioso da linguística parecem significar muito mais do que um novo campo de estudos e pesquisa nascidos de um conglomerado crescente de teorias e métodos científicos dos estudos do discurso e do social. Se falamos somente de “análise” e de “discurso”, somos remetidos a determinados *cursos de ação*⁹ traçados com base em outros esquadros teóricos e metodológicos, que dão resposta completa ou parcial a problemas sociais específicos que envolvem o discurso em sociedade. Uma vez acrescentando “crítica” como determinante ao substantivo “análise”, colocamo-nos em outra esfera de ação, provinda de anseios específicos

⁸ Tal direcionamento será feito no capítulo 4, quando operacionalizarmos uma análise de discurso crítica a partir de uma teoria do Ator-rede.

⁹ No Capítulo 4, termos como esse (iguais aos que tratamos superficialmente na seção 1.2 da seção **I Introdução: situando o ponto de partida**) serão discutidos com mais vagar.

e destinada a finalidades que concernem a casos de mudança social que estejam relacionados com o discurso.

Não é muito difícil traçar os caminhos e percalços que deram origem hoje a esse conjunto de narrativas filosóficas, políticas e sociais *componentes* da chamada Análise de Discurso Crítica. Uma arqueologia ou antropologia ou ainda uma sociologia da ADC poderia ser remontada aos interesses de um grupo de estudiosos na Inglaterra e na Holanda em torno de um periódico, o “Discourse and Society”¹⁰, preocupados com os desdobramentos sociais e políticos do capitalismo tardio e a construção de ideologias hegemônicas que promovem a assimetria social, numa época em que a linguística já havia ensaiado acrescentar ao seu título o qualitativo “crítica”. Mas, justamente porque já “havia ensaiado” uma distinção interna, típica de toda nova disciplina que tenta angariar um espaço pequeno no céu das ciências, é que poderíamos voltar nossos olhares uma década antes, para um outro grupo de pesquisadores, também ingleses, que inauguraram um programa de pesquisa até então ignorado nos estudos da língua e do discurso: falamos aqui de Roger Fowler, Gunther Kress, Bob Hodge e Tony Trew.

Esses quatro nomes têm origens nacional, acadêmica, disciplinares distintas. Fowler é britânico e professor de Linguística e Literatura na Universidade East Anglia. Embora suas questões de pesquisa inicialmente tenham sido voltadas para a estilística e para o estudo de uma sintaxe gerativista-transformacional (FOWLER, 2016) que fosse sensível à manifestação do poder na linguagem, Fowler (1997) ampliou o escopo de análises críticas literárias a partir da utilização de técnicas de análise da estrutura linguística que se baseasse não numa perspectiva puramente formal dos textos, e sim numa técnica que de análise que destacasse a dimensão interacional dos textos, concebendo-os não como um objeto inerte em “oferta” para o analista, mas como um ação entre usuários de uma língua. Kress, embora pertencente a outro departamento e a outra universidade (o Instituto de Educação, da Universidade de Londres), é também britânico, contudo é semiótico, preocupado com questões de letramento e alfabetização em sua conexão com as mudanças tecnológicas e com

¹⁰ No desejo de atender por uma necessidade de mencionar um ponto específico de nascituro, um olho-d’água de onde nascem as discussões ou as teorias, podemos dizer que o estabelecimento dessa nova corrente na Linguística que é a ADC não se deu exclusivamente com a publicação da revista de Teun Adrianus van Dijk, “Discourse and Society”, em 1990, mas também é decorrente seja de encontros que ocorreram anualmente a partir de 1991 (após o simpósio de Amsterdã, em janeiro de 1991, quando Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak se reuniram com o fito de discutir e promover um intercâmbio acadêmico a respeito de teorias e métodos para análise do discurso), seja de publicações anteriores, como os livros *Language and power*, de Norman Fairclough, em 1989; *Language, power and ideology*, de Ruth Wodak, em 1989; e, um mais antigo, o de Teun van Dijk sobre racismo, *Prejudice in discourse*, em 1984 (cf. WODAK; MEYER, 2001, p. 1-3). Célia Magalhães (2001) ainda aponta a obra de Gunther Kress, *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*, de 1985 (1989), como outro arroio que forma a corrente hoje conhecida como ADC.

fatores de ordem econômica e social. Com a ideia de que a atividade de letramento é complexa e ocorre graças a um trabalho que envolve não apenas a interpretação “interna” de signos previamente elaborados, mas também a articulação de signos produzidos “fora” do texto em jogo, Kress (2003, p. 43) defende que os signos têm um potencial de serem “preenchidos” com outros significados, que não necessariamente aqueles estabelecidos em mente pelo autor do signo ou texto, mas que frutos dos processos de interpretação dos leitores, o que lhe permite concluir que a relação entre conteúdo e forma, entre significante e significado é socialmente motivada – formando a base para sua ideia de letramento multimodal. Hodge é australiano e professor na Universidade de Western Sidney, e seus trabalhos ocupam um horizonte multidisciplinar que vai desde a semiótica e estudos culturais à preocupação com mitos da cultura aborígine e com questões organizacionais baseadas na teoria do caos. Junto de Kress, Hodge é responsável por dar um avanço na consolidação de trabalhos anteriores que sinalizavam para a interconexão entre poder e ideologia, de um lado, e o texto, de outro, destacando como aqueles são operacionalizados neste (KRESS; HODGE, 1993). Por fim, Trew é proveniente da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul, e, tendo formação em teoria política, quando de sua passagem como conferencista pela Universidade East Anglia, na década de 1970, deu uma contribuição notável às questões sobre análise de texto em discussão nesta universidade, ao mostrar num estudo sobre a Guerra Civil da Rodésia (1964-1979) como visões políticas expressas em jornais e na mídia não são apenas codificadas através de diferentes vocabulários, como ainda atravessam e moldam estruturas gramaticais, reforçando, assim, uma conexão difundida, ainda que muitas vezes ignorada, entre estrutura social e estrutura gramatical, entre aspectos de ordem política e social e aspectos de ordem sintática e gramatical (MEY, 2009, p. 167).

O destaque que damos a essa questão não é meramente por biografia, nem tão pouco por curiosidade. É que com a atenção voltada para os interesses de atuação desses acadêmicos podemos entender como a constituição de um ramo “crítico” da linguística é, em si mesmo, um curso de ação teleológico, proveniente da necessidade de satisfazer anseios e questões nem sempre puramente linguísticos, como também sociológicos e políticos, revelando, assim, a natureza rizomática e tradutória de toda ciência e, não diferentemente, inclusive, a ciência social crítica¹¹. Fowler, Kress, Hodge e Trew, apesar das diferenças acadêmicas e dos interesses distintos, são remetidos ao mesmo departamento de Linguística da Universidade de East Anglia, em Norwich, Inglaterra, no final da década de 1970; mais

¹¹ A este tema, da natureza tradutória da ciência, vamos nos deter mais à frente, no capítulo 4 deste trabalho.

especificamente, são reportados à publicação do livro *Language and Control*, em 1979, e à fundação, neste momento, não só de uma nova nomenclatura que surge na seara da linguística, mas também de um “veio de ouro” para onde convergir, nas décadas seguintes, um conjunto de estudos e pesquisas que darão à linguística um caráter cada vez mais inter, multi e transdisciplinar: a chamada *Linguística Crítica*.

2.1.2 A Linguística Sistêmico-Funcional como subsídio linguístico para uma análise da linguagem e da ideologia: as dimensões da língua em função de seus usos sociais

A Linguística Crítica nasce, como vimos acima, de uma série de preocupações interdisciplinares que têm como exemplo primário o princípio, cada vez mais crescente na disciplina, de conexão entre estrutura da sociedade e estrutura linguística¹². A inspiração desse princípio vem da abordagem funcionalista da linguagem, por oferecer, em contraposição a abordagens estritamente formalistas, uma visão acerca do fenômeno da linguagem a partir de um ângulo propício a análises do discurso público, ao considerar o sistema da língua não como um objeto suficiente, insular e autônomo por si, como é preconizado numa linguística de base saussureana e chomskyana, mas, antes, como um *sistema* aberto que tem *funções* sociais moldando-lhe a organização interna. A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que é uma das principais teorias funcionalistas e que tem como expoente maior Michael A. K. Halliday, é quem forneceu aos teóricos de East Anglia ideias fundamentais para tornar possível uma compreensão de linguagem para além da descrição formal, já que Halliday concebe a língua tanto como um todo estruturado logicamente quanto como um potencial para a construção de significados procriados em termos de suas funções na sociedade. Para entendermos a visão de linguagem como um ato integrado à sociedade, vejamos como a dimensão da língua é caracterizada na LSF e dá aos linguistas de East Anglia os subsídios imprescindíveis para a análise linguística do poder e da ideologia.

Michael A. K. Halliday e Christian M. I. M. Matthiessen (2004, p. 20) partem da compreensão de que a língua possui ao menos 5 dimensões possíveis a partir das quais podemos estudar a linguagem verbal humana. Tais dimensões seriam formas de ordenamento,

¹² Uma maior atenção a essa conexão entre estrutura social e estrutura linguística será dada no momento em que discutirmos a operação de ontologização prévia e de purificação presentes na visão conceitual de mundo que encontramos na ADC. A divisão ou, melhor dizendo, a dialética entre categorias do social e da linguística será encarada em termos de mais um exemplo da “grande divisão moderna”, conforme alerta Bruno Latour (2009), uma das armadilhas da “modernização” (LATOUR, 2016) em que recaem os pressupostos analíticos e metodológicos da ADC de Norman Fairclough. Essa discussão será feita no capítulo 4 deste trabalho.

ou antes, diriam respeito a formas de ordem da linguagem. Cada uma possuiria ainda princípios de ordenação, ou seja, um modo pelo qual tais dimensões se organizariam numa língua. Tais dimensões e princípios podem ser visualizados no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – As dimensões da língua e seus princípios de ordenamento

	Dimensão	Princípio	Ordenamento
1	Estrutura	Ordem (“rank”)	oração ~ grupo ou frase ~ palavra ~ morfema
2	Sistema	Delicadeza	gramática ~ léxico [lexicogramática]
3	Estratificação	Realização	semântica~ lexicogramática ~ fonologia ~ fonética
4	Instanciação	Instanciação	potencial ~ subpotencial ou tipo de instância ~ instância
5	Metafunção	Metafunção	ideacional [lógica ~ experiencial] ~ interpessoal ~ textual

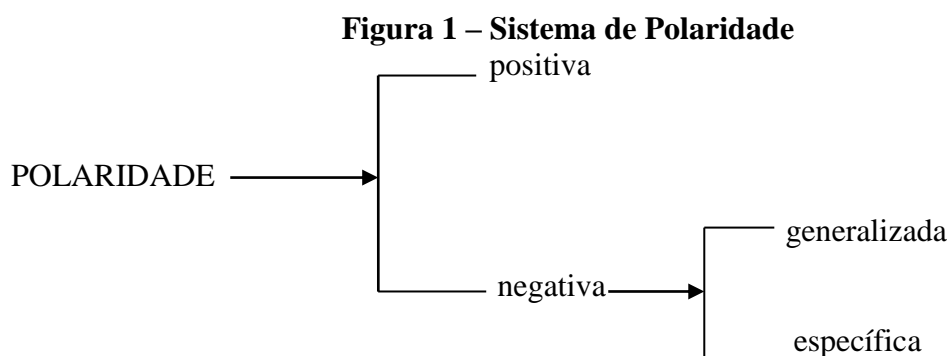
Fonte: Halliday e Matthiessen (2004).

A dimensão da *estrutura* concerne ao aspecto composicional da língua e seu princípio ordenador é a Ordem (*rank*), que organiza as unidades da língua em termos de configurações composicionais. Tal dimensão pode ser considerada sintagmática, uma vez que seu princípio ordenador constrói padrões e regularidades de diferentes tipos, seja no âmbito da forma (lexicogramática), que é o que está apresentado no Quadro acima, ou da expressão (grafologia/fonologia e grafética/fonética), e organiza as unidades em termos de *isto é parte daquilo*. Por exemplo: uma palavra é composta por um conjunto de morfemas, um grupo ou frase por um conjunto de palavras, uma oração por um conjunto de grupos ou frases, um complexo oracional (período) por um conjunto de orações. Assim, cada unidade é parte de outra maior e sua estrutura “é uma configuração orgânica de modo que cada parte tem uma função distintiva em relação ao todo”¹³ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 21).

A dimensão do *sistema* diz respeito a padrões que mostram por que foi feita, por um falante/escrevente, uma escolha e não outra. Diferente da *estrutura*, a dimensão do *sistema* é considerada paradigmática, uma vez que a língua seria formada por uma rede de alternativas que constituiriam, com sua condição de entrada, vários sistemas. Seu princípio organizador, por seu turno, é a Delicadeza, que detalha, numa rede de sistemas, a extensão das escolhas feitas pelo falante/escrevente na língua, ou seja, até que ponto da rede o falante/escrevente precisa ir ao produzir um texto. Por exemplo, no sistema de Polaridade (que se refere a se uma condição de entrada ou uma escolha tem valor positivo ou negativo),

¹³ No original: “[...] is an organic configuration so that each part has a distinctive function with respect to the whole”.

uma oração (condição de entrada) pode ser ou *positiva* ou *negativa*. Dando um passo mais à frente no grau de Delicadeza, uma oração negativa pode, por sua vez, ser uma oração negativa *generalizada* ou *específica*. Assim, o segundo passo dado, no detalhamento do tipo de oração negativa, constitui-se numa nova entrada em um novo sistema, mais *refinado*, *delicado* do que o anterior (ver Figura 1). A gramática sistêmica ganha este qualificativo por conta de que é ela representada sob a forma de redes de sistemas, sendo a língua, no total, um potencial de *recursos*¹⁴, cujas escolhas nas redes de sistemas de significados realizam o contexto de situação (social) e são realizadas por escolhas nas redes de sistemas de formas, as quais são realizadas, por sua vez, por escolhas nas redes de expressão.



Fonte: Halliday e Matthiessen (2004).

Já a dimensão da *estratificação* trata dos diferentes níveis de transformação semiótica da língua, ou seja, dos diferentes *estratos*. Seu princípio de ordenamento é a *realização*, pelo qual podemos compreender a interseção entre os diferentes estratos. É possível, assim, referir-se a um estrato da expressão fônica (fonologia/fonética), da expressão gráfica (grafologia/grafética) e a um estrato do vocabulário e da gramática (a gramática e o léxico – que não são dois estratos distintos, mas antes compõem os dois polos de um *continuum*, a lexicogramática, sendo o léxico a gramática mais refinada/delicada) e a um estrato dos significados (semântica), como nos indicam Halliday e Matthiessen (Ibid., p. 24). Desta forma, todos esses estratos compõem a dimensão intrínseca da língua, sua dimensão intralinguística, com redes de sistemas para os sentidos (redes de sistemas do estrato

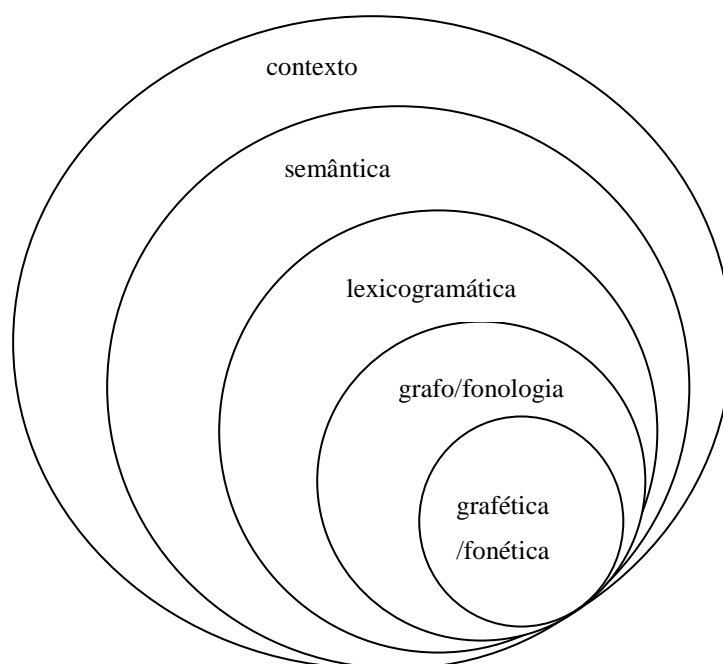
¹⁴ É interesse notar que a noção de recurso ou de natureza recursiva do discurso ou de estruturas sociais é um dos pontos que vamos querer chamar a atenção e que denuncia o caráter purificador da ADC. Isso porque deixa prévio um elemento que ganha desde o início um aspecto transcendentalizado, longe dos homens e do discurso, próximo de suas ações senão como recurso, como algo a que lançamos a mão para agir no mundo. O importante, neste capítulo, é ver como noções de estruturas e sistemas, enquanto recursos, têm *status* transcendentalizados, ou seja, não sendo fruto dos homens (embora resultado cumulativo de ações temporais e locais humanas). Em um outro momento da tese, mostraremos como tais noções deveriam não ser a explicação, mas sim aquilo que deveria ser explicado à luz das redes e práticas que sustentam, discursivamente ou não, sua permanência como recursos coercitivos à ação dos homens.

semântico), as formas (redes de sistemas para o estrato lexicogramatical) e as expressões (redes de sistemas para o estrato grafológico/fonológico e grafético/fonético).

Além dessa dimensão, para a qual os autores (Id., *ibid.*) também oferecem a divisão entre plano da expressão (grafologia/fonologia e grafética/fonética) e plano do conteúdo (lexicogramática e semântica), há a dimensão extrínseca, extralinguística, concernente ao *contexto* (ver Figura 2). O *contexto* diz respeito a um contexto específico, a uma esfera restrita de atividade humana, a qual é parte de um contexto mais abrangente, o de cultura, e na qual os textos que instanciam a língua estão inseridos. Dessa forma, compreenderíamos a realização dos estratos da língua da seguinte forma (se o ponto de vista for o de fora para dentro, do extrínseco ao intrínseco à língua): o estrato do contexto (dimensão extrínseca da língua) ativa (é realizado por) o estrato semântico (dimensão intrínseca da língua) que, por sua vez, ativa (é realizado por) o estrato lexicogramatical que, por fim, ativa (é realizado por) os estratos da expressão (grafo/fonológico e fonético). Se o ponto de vista é o de dentro para fora, do intrínseco ao extrínseco à língua, teremos: os estratos da expressão constroem (realizam) o estrato lexicogramatical, que, por sua vez, constrói (realiza) o estrato semântico, que, por sua vez, constrói (realiza) o estrato do contexto.

De fora para dentro, o primeiro nível de codificação é uma semiose social; o segundo, uma semiose cognitiva; o terceiro, uma semiose física. Como as semioses ocorrem qual uma reação em cadeia, o que é verdade também do ponto de vista de dentro para fora, em última instância, a língua, para a LSF, é uma semiose social e depende da estrutura social para existir, pois é ativada por esta; e a estrutura social depende, por sua vez, da língua para existir, pois é construída por esta. Enfim, para a LSF, a língua é uma semiose social e, como todas as semioses sociais, é um sistema de “quarta ordem de complexidade, já que [os sistemas semióticos] são ao mesmo tempo físicos e biológicos e sociais e semióticos”¹⁵ (HALLIDAY, 1996, p. 5). É aqui onde reside o grande *insight* que a LSF dá para a constituição de uma Linguística Crítica: a ideia de que a atividade linguística é também uma atividade social.

¹⁵ No original: “[semiotic systems appears as systems of a] fourth order of complexity, in that they are at once physical and biological and social and semiotic”.

Figura 2: Estratos da língua

Fonte: Halliday e Matthiessen (2004).

Quanto à dimensão da *instanciação*, o que está em jogo aqui é a diferença entre um olhar que trataria da língua enquanto sistema e outro que a veria como texto, dentro de um *continuum* em que o sistema e o texto ocupam as extremidades. O sistema linguístico deve ser encarado como um potencial de recursos, de construção de sentidos, um potencial de onde se fazem escolhas¹⁶. O texto, por exemplo, seja ele escrito ou falado, é uma instância do potencial sistêmico da língua. Halliday e Matthiessen (Ibid., p. 26-27), para melhor explicar o tipo de relação que há entre a língua enquanto sistema e língua enquanto conjunto de textos,

¹⁶ No *continuum* de instanciação, a extremidade superior contém, de um lado, o contexto de cultura ou sociedade e, do outro, o sistema linguístico ou potencial linguístico (um contém ao outro e vice-versa). A meio caminho do *continuum*, de um lado, há os tipos de situações (sociais) ou subconjuntos da cultura/sociedade e, de outro, tipos de texto ou subpotencial linguístico ou variedades sociais/funcionais/diatípicas da língua ou registros/gêneros. A extremidade inferior do *continuum* de instanciação contém, de um lado, o contexto de situação (imediato da enunciação), com suas variáveis de *relações*, *campo* e *modo*, ou uma instância de um dos tipos de situação da cultura/sociedade e, de outro, o texto (ou discurso) ou instância de um dos tipos de texto ou registros/gêneros (HALLIDAY; HASAN, 1989). Então, o sistema não subjaz o texto: o sistema é instanciado pelos registros, que são instanciados pelos textos. Um texto é uma instância de um registro, que é uma instância do sistema. Fazem-se escolhas num subpotencial do sistema em conformidade com o tipo de situação correspondente: escolhas de significados, as quais são realizadas formalmente por escolhas lexicogramaticais, as quais, por sua vez, são realizadas por funções configuracionais de transitividade, modo e tema na ordem da oração, as quais, por fim, são realizadas por escolhas fonológicas e fonéticas ou grafológicas e graféticas. A relevância dessa discussão reside justamente na compreensão de como significados considerados ideológicos são realizados e manifestados nos textos, compreensão essa que, inclusive, esteve no centro de polêmicas envolvendo os limites e a eficácia metodológica da Linguística Crítica (cf. FAIRCLOUGH, 2001) aos quais os próprios teóricos de East Anglia tentaram responder (cf. KRESS, 1989; FOWLER, 2004).

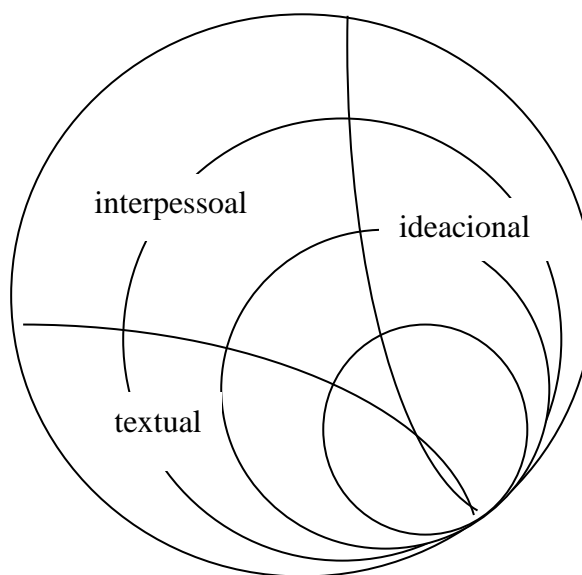
fazem uma analogia com a diferença entre clima e tempo. De início, eles lembram que clima e tempo não são fenômenos distintos, mas sim o mesmo fenômeno visto a partir de pontos de vista diferentes. O clima é “instanciado” sob a forma de tempo, quer dizer, a única diferença que há entre ambos é que o clima é o tempo visto sob uma perspectiva temporal maior, e não sob o ângulo de um dado momento histórico, bem específico e pequeno, tal como dizemos que hoje o tempo está frio, mesmo que vivamos numa região onde o clima é equatorial, portanto predominantemente quente. Dessa forma, sistema e texto formam dois polos de uma instanciação: o polo do potencial e o polo da instância particular. Entre ambos, há padrões intermediários. Partindo do polo da instância, é possível estudar um único texto e olhar para outros ligados a ele segundo certos critérios. Considerando este conjunto de textos, pode-se identificar padrões que eles compartilhem e descrever isto em termos de *tipos de texto*. Em seguida, é possível partir deste polo ao outro, o do sistema ou potencial linguístico, considerando a instância a partir de qualquer estrato da língua. Mas, como os tipos de textos podem variar de acordo com a situação, eles podem também ser vistos a partir de padrões de instanciação do sistema associados com um contexto específico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, *ibid.*, p. 27-28).

Agora a dimensão da *metafunção* pode ser caracterizada a partir das funções básicas que a língua desempenha em nossa vida social. De um lado, pode-se dizer que a língua/linguagem constrói (*construe*) a experiência humana¹⁷: coisas, subsumindo-as em categorias e estas em taxonomias. Em certa medida, a língua/linguagem fornece uma espécie de teoria da experiência humana (Id., *ibid.*, p. 28). Esta metafunção é chamada de *ideacional*. Concomitantemente, a língua/linguagem também ordena nossas relações sociais, permitindo que interagimos com aquele(s) a quem estamos nos dirigindo, seja informando ou questionando algo, dando ordens ou oferecendo algo ou ainda expressando nossas avaliações ou atitudes em relação ao meio circundante, incluindo a nós e a nossos interactantes. A esta metafunção chama-se *interpessoal*. Assim, enquanto a metafunção ideacional estaria mais relacionada à linguagem enquanto reflexão, a metafunção interpessoal refere-se à linguagem enquanto (inter)ação. Isto mostra que todo texto tanto versa sobre alguma coisa quanto se

¹⁷ Nessa ideia de que a linguagem constrói a experiência humana do mundo, encontramos a semente do poder construtivo do discurso a ser alimentada pela Linguística Crítica, em sua noção de texto e discurso como escolhas linguísticas feitas pelo escrevente ou falante para “apresentar” a realidade a seu modo (cf. KRESS; HODGE, 1981), e pela Análise de Discurso Crítica, em sua noção de texto e discurso como meio de reprodução de representações ideológicas da realidade social e como forma de transformação da realidade social. Mais à frente, ainda neste capítulo, incluiremos a discussão dessa construção da experiência humana como a primeira das controvérsias a perpassar o quadro teórico da LC e da ADC e a enfraquecer alguns de seus argumentos em defesa da atuação do analista do discurso.

dirige a alguém. Por outro lado, há uma terceira função, responsável pela ordenação e construção, em forma de texto, da experiência (metafunção ideacional) e das relações sociais (metafunção interpessoal) envolvidas na comunicação, criando coesão e continuidade ao fluxo do texto. Esta metafunção é chamada de *textual* (ver Figura 3).

Figura 3 – A interseção entre as metafunções e os estratos intralinguísticos



Fonte: Martin e White (2005).

Esta última dimensão tem sua importância uma vez que a funcionalidade da língua, suas metafunções (que constituem o estrato da semântica), pode ser encarada intrinsecamente (embora extrinsecamente também seja possível, sobretudo quando realizam ou constroem as variáveis do contexto de situação em consideração para uma análise mais ampla), ou seja, do ponto de vista de como ela é realizada por outros estratos. Como o objetivo de uma linguística crítica é uma análise do discurso, portanto do plano do conteúdo/significados, principalmente do ponto de vista *interpessoal*, pode-se investigar como os escreventes dos textos em análise usaram, ainda no plano do conteúdo/formas, recursos lexicogramaticais, como construíram significados, de realizarem significados interpessoais. Por outro lado, uma metafunção, a *ideacional*, de certa forma, poderia ser levada também em consideração nesta análise, porém de uma perspectiva bem distinta de como é apresentada no quadro da Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Nesta, a metafunção ideacional está relacionada à construção (*construal*) da experiência – o que está acontecendo (eventos), incluindo ações, estados de coisas, e quem está fazendo o que a quem,

quando, onde, como, por quê, bem como as relações lógicas entre uma coisa e outra (MARTIN; WHITE, 2005, p. 7).

Nesse desenho que fazemos aqui das teorizações e sistematizações que a LSF fornece para o entendimento da relação entre linguagem e sociedade, conseguimos deixar claro, quase como se fosse a própria LSF que falasse, o lugar do contexto, o lugar da língua, as dimensões estratificadas desta, bem como a forma como a sociedade, num plano abstrato e supra-humano, se faz presente na língua, num plano concreto e humano. Todas essas características elencadas pela LSF para descrever a língua encontrarão eco não só na LC (mais como metodologia ideal para a análise de significados sociais ou ideologias particulares instanciados no texto), como também na ADC e no Realismo Crítico (nas ideias de mundo estratificado, de significados dos textos enquanto Gênero, Discurso e Estilo e de dialética entre língua e sociedade)¹⁸.

2.1.3 Superando dualismos vigentes e incorporando conceitos de “ideologia” e “discurso”: de onde nasce a “crítica” e para onde ela se dirige

Com base na linguística de Halliday, Fowler, Kress, Hodge e Trew se jogam na elaboração de uma linguística instrumentalizada com a finalidade de se chegar à descrição de como se codificam, se realizam, nas línguas, manifestações de poder e de ideologia de seus usuários. A percepção de que na língua há poder e ideologia se funda na suposição de que:

a visão de mundo dos usuários de uma língua vem de sua relação com as instituições e a estrutura sócio-econômica de sua sociedade. Isso lhes é confirmado e facilitado pelo uso da linguagem, que tem a marca ideológica da sociedade. Semelhantemente, a ideologia é linguística e habitualmente mediada por um leitor aquiescente e não crítico que já tenha sido

¹⁸ É importante que se fique atento ao grau de semelhança que há entre essas teorias, como se fossem feitas sob medida para campos distintos: para a filosofia, no caso do Realismo Crítico, para a linguística, no caso da LSF, e para a análise de discurso, no caso da ADC. A ressonância de determinados princípios norteadores da forma de se pensarem a linguagem e a sociedade e de se fazer ciência com tais campos é muito mais fruto de uma matriz filosófica a educar a forma moderna de se estudar a ciência e a sociedade, sem, no entanto, misturá-las, do que de uma coincidência entre as disciplinas ou de uma habilidade de encaixar uma na outra. O contexto social, a sociedade, reparam, está sempre a circundar o linguístico. Dimensões abstratas estão sempre circundando dimensões concretas. Espaços de coerção estão sempre circundando ou sendo recursivos a espaços de intervenção. Se tudo isso funciona dialeticamente ou em um *continuum*, é uma coisa que irão defender, mas que tudo se encontre em seu devido lugar, um diferente do outro, sem confundir-se nem misturar-se, é algo não só perceptível, como também defendido, como corolário longe do qual as disciplinas não podem sobreviver, do contrário incorreriam nos erros de seus contemporâneos (do estruturalismo sobredeterminante da língua e da sociedade, e do pós-estruturalismo do discurso e das metanarrativas sociais, como na ADC; do formalismo e do gerativismo linguísticos, como na LSF; do idealismo neokantiano e do positivismo naturalista, como no RC).

sensivelmente socializado para o significado dos padrões de língua¹⁹ (FOWLER; KRESS, 1979, p. 185).

A suposição acima não é apenas teórica, mas decorre dos vários estudos prévios dos autores que revelavam uma conexão forte entre a estrutura social em que grupos de sujeitos estão inseridos e a estrutura linguística ou padrões de uso da linguagem em circunstâncias sociais determinadas. Nesse sentido, houve uma tentativa de tentar se diferenciar, por exemplo, de estudos sociolinguísticos da época que, em vez de apenas aportar a cada grupo social, a cada sociedade, uma língua, uma dada gramática que pré-existiria ao processo social em que se dá, Fowler e Kress (1979, p. 190) preferem entender não como acidentais e arbitrários os possíveis elos convenientes entre sociedade e língua, e sim como a língua sendo uma parte integrante do processo social:

Língua serve para confirmar e consolidar as organizações que a modelam, sendo usada para manipular pessoas, para estabelecer e mantê-las em papéis e posições econômicas convenientes, para manter o poder de agências, corporações e outras instituições estatais. Como temos visto, isso é efetuado em parte por atos de fala diretos e indiretos, por processos mais generalizados em que a teoria ou a ideologia de uma cultura ou um grupo é linguisticamente codificada, articulada e tacitamente afirmada. Assim, em uma maneira bem básica, língua é uma parte de, assim como um resultado de, processos sociais²⁰.

A Sociolinguística dita *convencional* que, segundo os autores, incorpora a ideia acima de que a gramática de uma língua existe antes de provir de um processo social, não tem nenhum compromisso em assumir uma relação mais fechada entre estrutura social e estrutura linguística. Já a Sociolinguística que parte de um argumento *correlacional* ou variacionista para a discussão sobre a relação entre língua e sociedade estaria mais próxima da abordagem pretendida pela turma de East Anglia, uma vez que incorpora a tese de que as variáveis em estruturas linguísticas estão relacionadas a variáveis circunstanciadas ao tipo de situação, ao falante, ao assunto, ao contexto de classe etc. Esses casos, inclusive, oferecem a oportunidade

¹⁹ No original: “[...] the world-view comes to language-users from their relation to institutions and the socio-economic structure of their society. It is facilitated and confirmed for them by a language use which has society’s ideological impress. Similarly, ideology is linguistically mediated and habitual for na acquiescent, uncritical, reader who has already been socialized into sensitivity to the significance of patterns of language”.

²⁰ No original: “Language serves to confirm and consolidate the organizations which shape it, being used to manipulated people, to establish and maintain them in economically convenient roles and statuses, to maintain the power of state agency, corporations and other institution. As we have seen, this is effected partly by direct and indirect speech acts, partly by more generalized processes in which the theory or ideology of a culture or a group is linguistically encoded, articulated ant tacitly affirmed. Thus in a very basic way language is a part of, as well as result of, social process”.

de se discutir temas como as diferenças de poder nos usos da linguagem. Mas o problema decorrente desse tipo de sociolinguística é que seus estudos, mesmo sendo correlacionais e indicarem uma relação entre uso da linguagem com fatores de cunho social, carregam um matiz mais normativo e descritivo do que avaliativo e problematizador, sobretudo porque as diferenças sociais que se manifestam nas formas linguísticas não são especificadas sob um olhar sociológico que oriente o linguista a encarar tais diferenças por um viés crítico relacionado ao poder e à ideologia na sociedade, mas são apenas descritas em termos de categorias de análise ora da linguística, ora da sociologia (FOWLER; KRESS, 1979, p. 191). Citando o trabalho de Norbert Dittmar (1976), Fowler *et al.* argumentam que a Sociolinguística correlacional, sendo resultado de pesquisas desenvolvidas na sociedade norte-americana de 1960 com o fito de adaptar as minorias negras às necessidades econômicas da época, de eliminar, por conseguinte, o analfabetismo e de promover a qualificação profissional desses grupos, acaba reproduzindo uma ideologia dominante na sociedade americana, já que suas categorias, ao invés de se fundamentarem numa teoria sociológica que enxergasse criticamente os condicionantes sociais e políticos das variáveis encontradas na fala, tornam-se tendenciosas, por incutir um comportamento normativo nas comunidades de fala analisadas, como é o caso da noção de “mobilidade social ascendente”²¹. É nesse sentido que alertam: a desigualdade social é cientificamente neutralizada como uma variante, uma categoria de análise e os sociolinguistas inconscientemente, por fim, dão-nos a impressão de que eles endossam os valores que expressam, ao apresentarem em seus estudos a necessidade de os sujeitos se adaptarem apropriadamente nas situações de interação (FOWLER *et al.*, 1979, p. 193).

O que os teóricos linguistas críticos formulam com sua crítica à sociolinguística é que, quando se deixa de olhar para a inter-relação entre língua e sociedade apenas por um viés normativo e descritivo, ela passa a ser um fato sobre a organização social e, enquanto tal, necessita ser investigada sobre um viés mais crítico e provocador. Os elos causais entre social e linguístico poderiam ser encarados a partir de dois argumentos centrais à Linguística Crítica: a) a desigualdade de poder entre as pessoas é proeminente entre as estruturas sociais que influenciam as estruturas da língua; e b) a língua não apenas codifica diferenças de poder, mas também contribui para executá-las. Aqui, portanto, nasce o espírito crítico atribuído à chamada Linguística Crítica. Se antes o social e o linguístico eram tomados separadamente na

²¹ Para Dittmar (1976), essa noção estimula uma competitividade econômica bastante individualista, o que leva inclusive aos sujeitos incorrem em hipercorreção linguística, como uma forma de se ajustarem à ideologia social dominante.

Sociolinguística e ambos era vistos, quando juntos, somente em termos de “elos entre os dois”, com o social exercendo influência sobre o linguístico, com Fowler e companhia, essa influência atua também na direção contrária, com o linguístico sobre o social.

Os textos²², colocados como elementos situados socialmente, deixa de ser visto como exemplo de estruturas gramaticais de uma língua ou como uma instância qualquer das estruturas linguísticas de uma gramática, ou mesmo como a manifestação linguística característica de um grupo social qualquer, e ganha o foro de objeto de interpretação crítica, por estar implicado, de maneiras complexas, em determinados processos sociais, seja refletindo e expressando propósitos e papéis de uma estrutura organizacional macrosocial e econômica, seja instrumentalizando ou mediando a consolidação das condições materiais e das estruturas sociais vigentes. Essa tarefa de interpretação crítica é exibida como um “processo de restabelecimento dos significados sociais expressos no discurso através da análise das estruturas linguísticas à luz de seus contextos interacionais e sociais mais amplos”²³, além de que é motivada pela crença de que “muito dos significados sociais são implícitos” (FOWLER; KRESS, 1979, p. 196):

Uma atividade de revelação é necessária nessa interpretação [crítica], ou, para colocar em termos mais fortes, uma atividade de desmistificação. Não dissemos que autores e falantes deliberadamente obscurecem ou confundem suas afirmações, ou que a língua geralmente é um instrumento de conspiração consciente para dissimular e distorcer. Suspeitamos que com frequência pessoas não reconhecem conscientemente os propósitos que elas codificam na língua, e que os objetivos que elas medeiam em suas “capacidades profissionais” podem não coincidir com suas crenças e simpatias²⁴ (Idem, *ibidem*).

Os linguistas críticos defendem, com sua interpretação crítica, que o que fazem não é simplesmente uma crítica à língua, nem ao sujeito, mas antes aos processos sociais que, ao fornecerem determinados recursos para os sujeitos, fazem a língua funcionar com dados propósitos sociais. A crítica, portanto, se dirige às estruturas sociais e aos propósitos de uma sociedade que elabora significados sociais tais que, segundo a lógica da turma de East Anglia,

²² Os textos são considerados como a materialidade com a qual a análise vai se deter, como um objeto mesmo de pesquisa, um *subject-matter*.

²³ No original: “[Interpretation is] the process of recovering the social meanings expressed in discourse by analysing the linguistic structures in the light of their interactional and wider social contexts”.

²⁴ No original: “An activity of unveiling is necessary in this interpretation, or, to put it in stronger terms, an activity of demystification. We do not say that authors and speakers deliberately obscure or mystify their aims, or that language is generally an instrument of conscious conspiracy to conceal and distort. We suspect that often people do not consciously recognize the purposes they encode in language, and that the aims which they mediate in their ‘professional capacities’ may not coincide with their beliefs and sympathies”.

são concebidos como “negativos, desumano e restritivo em seus efeitos”²⁵ sociais (Idem, *ibidem*). Esse ponto é importante na abordagem dos referidos linguistas, pois se tornou controverso, ao dar a entender que a compreensão que se tem dos processos sociais em jogo nos textos e nos discursos é a da clássica formulação negativa do que seja ideologia. Neste caso, a Linguística Crítica sinaliza com a possibilidade de um empoderamento²⁶ tal que capacita o analista a adentrar significações que “escondem” uma realidade por trás²⁷ do que está evidente (cf. FOWLER, 2004, p. 208), dado que sua atividade parte tanto da pressuposição de existência de significados “implícitos” nas afirmações textualizadas quanto da postura desmistificadora adotada pelos analistas nas suas interpretações.

O conceito de *crítica* nasce daqui, da afirmação de que as diferenças sociais marcadas no texto devem ser concebidas em termos de seu funcionamento na engrenagem social que gera desigualdade e posições de poder distintas e desfavorecidas entre pessoas e grupos sociais como um todo. A *crítica* é um procedimento de reflexão sobre todas aquelas estruturas sociais ou ideologias que de alguma forma constroem e exercem influência “negativa” sobre os sujeitos. Perseguindo a ideia de que as representações ideológicas presentes na sociedade são mediadas pela linguagem, nos usos concretos dela em práticas sociais reais, a Linguística Crítica tenta, assim, incorporar uma postura prospectiva de transformação da realidade, de mudança social, ao iniciar, após as análises mostrando que

²⁵ No original: “It is a critique of the structures and goals of a society which has impregnated its language with social meanings many of which we regard as negative, dehumanizing and restrictive in their effects”.

²⁶ Fowler, Kress, Hodge e Trew não mencionam este termo, que se tornou muito difundido no campo da linguística contemporânea, em especial nos estudos críticos da linguagem, mas, ao mesmo tempo, também carregado de várias nuances que denotam um processo “de fora para dentro”, em que grupos de pessoas fornece a outras (em geral, desfavorecidas) mecanismos e ferramentas de conscientização e superação de sua condição subalterna ou desigual. Apesar de o termo ter sido usado tanto na área de gestão e administração, quanto na psicologia já há um bom tempo, o termo, na educação, é pensado por Paulo Freire numa referência à necessidade de, por meio de uma educação libertadora e da criação de estruturas de luta coletiva, os próprios grupos subalternos se empenharem na obtenção do poder político de decisão de suas vidas (FREIRE; SHOR, 1986). Na Linguística Crítica, esse “empoderamento” pode ser percebido no desejo de dotar os sujeitos de fazerem escolhas e leituras linguísticas críticas (cf. FOWLER, 2004). Para uma discussão do conceito no campo da linguística, cf. Pennycook (1994; 2001).

²⁷ Mais à frente, no capítulo 3, retornaremos a esse ponto que, de alguma forma, perpassa e se difunde nas posturas advogadas pelos analistas críticos do discurso do seu papel analítico. Esse mesmo ponto será ainda a porta de entrada para abordarmos o encaixe do Realismo Crítico de Roy Bhaskar na fundamentação ontoepistemológica da Análise do Discurso Crítica, sobretudo com sua concepção intransitiva do conhecimento e de estruturas profundas das esferas do mundo social. Embora a Linguística Crítica e a Análise Crítica do Discurso tenham retornado a essa questão tentando esclarecer-lhe a compreensão (conforme discutiremos no decorrer do texto) ou assumindo uma posição mais “crítica” em relação à própria prática de análise (em vários momentos dos capítulos 3 e 4, mencionaremos isso com base nas ressalvas e considerações de Fairclough e seus colegas), ela é o recalque que, de algum modo, sob a mesma ou outra forma, retorna nas práticas de análises de discurso, trazendo consigo o ranço de uma postura privilegiada do analista em comparação a pessoas comuns no trato com os significados sociais. Essa é a segunda das controvérsias que abordaremos neste capítulo e que está intimamente ligada à terceira (cf. a nota de rodapé seguinte).

algo poderia ser representado de forma distinta à vigente (FOWLER, 2004, p. 209), um processo de reflexão nos próprios sujeitos usuários da linguagem, de modo a romper com as relações desiguais em que estavam envolvidos sem perceber. É nesse sentido que a crítica deve ser um movimento de conscientização não só dos indivíduos que fazem uso da linguagem nas práticas de que participa e nas quais são por vezes submetidos a relação desiguais de poder e controle, como também dos próprios analistas, para que esteja preparada para refletir sobre as bases teóricas e sociais em que está assentada²⁸, as causas dos fenômenos analisados e a natureza da sociedade de que fazem parte o todo das práticas, sujeitos e dos textos (FOWLER; KRESS, 1979, p. 186).

Fowler (2004, p. 208) informa que o conceito de “crítica” que adotam, embora de início proveniente dos tipos de pesquisa a que ele e seus colegas estavam acostumados (como o lado hermenêutico da crítica literária), está mais próximo da compreensão da Escola de Frankfurt, a ideia de que a produção científica da realidade não está separada dos processos de produção material da sociedade:

Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação do estado do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais. Tanto quanto a influência do material sobre a teoria, a aplicação da teoria ao material não é apenas um processo intracientífico, mas também um processo social. Afinal a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça dos cientistas, mas na indústria. O cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso (HORKHEIMER, 1989, p. 35).

A concepção crítica aqui esboçada destaca os elos existentes tanto entre teoria e prática, quanto entre o que os homens fazem em seus dia a dia enquanto membros de uma sociedade regidas por leis de produção do mundo capitalista e o reforço e reprodução dessa

²⁸ Esse olhar voltado para a prática de análise, e não somente para o texto sob análise, é uma das coisas a serem herdadas pela ADC e compõe o espírito crítico de ambas as disciplinas. Fowler e Kress (1979, p. 196) destacam que “o crítico não deve ficar contente apenas em expor sua própria virtuosidade, mas deve estar comprometido em produzir uma técnica de análise disponível a outros pretensos praticantes; se o crítico não tentar isso, sua sinceridade deve ser posta em dúvida”. Uma análise da prática analítica e a separação entre prática analítica e prática “prática” (onde os atores sociais estão inseridos e fazem uso da linguagem e do discurso) comportam a ideia de engajamento social com que a ciência social crítica deve estar comprometida, ao mesmo tempo em que sugere a possibilidade de o analista não assumir posições políticas e sociais assumidas, embora deva ser consciente dos fundamentos ideológicos de sua disciplina e ciência. Esse ponto é a terceira das controvérsias que vamos expor ainda neste capítulo e será discutida também tanto nos capítulo 3 quanto no 4.

sociedade naquilo que esses mesmos homens fazem, seja por meio do discurso ou não. A postura crítica tenta romper com a lógica de dominação que há nas relações sociais vigentes ao alertar os homens das funções que exercem, dos papéis que assumem na reprodução das condições materiais de sua existência, uma existência pautada pelas leis de produção do mundo capitalista. Nesse mesmo caminho se dirigem as preocupações da Linguística Crítica, tributando-as com o engajamento dos analistas e com o projeto de mudança social: a “eficácia da linguística crítica, se pudesse ser medida, seria vista primordialmente em sua capacidade de equipar leitores para fazer leituras desmistificadoras de textos ideologicamente marcados”²⁹ (FOWLER, 2004, p. 211).

O conceito de ideologia aparece como uma categoria de análise e, ao mesmo tempo, como uma orientação para a forma como devem ser encarados os textos. É destaque a uma aceção um tanto quanto negativa no posicionamento dos linguistas de East Anglia em relação ao conceito de ideologia. Embora muitos descendentes da própria linguística crítica sejam cautelosos em afirmar um outro sentido menos negativo para o conceito de ideologia, o que percebemos é que tanto em *Language and Control* (FOWLER *et al.*, 1979), quanto em *Language as Ideology* (KRESS; HODGE, 1981), ou ainda no artigo “On critical linguistics” em que Fowler (1996, 2004), décadas depois, faz uma retrospectiva da disciplina, é perceptível uma visão de ideologia como “mistificação”, como opacidade. Páginas atrás, mencionamos o entendimento de Fowler e Kress (1979, p. 196) de que muitos dos significados sociais, uma vez sendo inseparáveis da ideologia, são vistos como “negativos”, “desumanos” e “coercitivos”, pois, senão ofuscam, contribuem para a consolidação de processos e estruturas sociais dominantes. A atividade crítica atua, nesse caso, como uma atividade de desmistificação, de revelação e de esclarecimento. Em Kress e Hodge (1981, p. 23), encontramos a conclusão de que:

[...] a forma linguística cria um mundo de coisas como seres ou objetos abstratos, capazes de agir ou de ser agidos. Aqui, a linguagem determina a percepção de duas maneiras, criando um mundo alternativo que só pode ser “visto” na linguagem e impondo esse mundo alternativo, com sua aparente realidade sólida, no mundo material, para que não mais vejamos ou cremos

²⁹ Essa questão vai ao encontro de nossa observação mais à frente (cf. capítulo 4) de que os resultados da análise de discurso podem ser usados como *técnica*, como instrumentos a desviarem ou recomponem *ursos de ação*, seja como técnica-falseante, uma espécie de mina terrestre para os propósitos que antes os mobilizaram, seja ainda como *quase-objeto*, como nova técnica, impulsionando a *tradução*, enquanto uma *inscrição* a ser garantida por outras, de um novo curso de ação. Os termos aqui em destaque ganharão sentido quando adentrarmos, a partir do capítulo 4, em nossas críticas e em nossas propostas de repensarmos a ADC e seus objetivos sob o prisma da Teoria do Ator-rede, de Bruno Latour, principalmente quando de nossa reconsideração dessa postura crítica em análises críticas do discurso.

no mundo dos eventos físicos. Este é talvez o efeito mais poderoso que as palavras estáveis têm sobre nós³⁰.

Isso denota que, dado ser a linguagem uma forma pela qual podemos criar “mundos” alternativos que só podem ser vistos por conta dela e nela, o processo de interpretação linguístico crítico nos permitirá enxergar para além do que foi mistificado. Se a ideologia é mistificação e se a atividade crítica é a de revelação dos processos em jogo, então temos uma concepção, de um lado, *negativa* para o que acontece nas práticas sociais em que ocorrem os usos da linguagem por sujeito sociais, e, de outro, *positiva* para aqueles que desencadeiam o processo de interpretação crítica das significados sociais acionados nas práticas da linguagem³¹. É com esse sentido que é concebida a ideologia: uma forma de apresentação sistemática da realidade motivada pela manutenção de condições materiais da sociedade (cf. KRESS; HODGE, 1981, p. 15).

Essa aceção de ideologia sutilmente se diferencia de uma visão clássica de “ideologia como falsidade” ou “ideologia como distorção do real”, e mais conhecida como concepção negativa propriamente dita, tal qual nos chegou por um viés marxista nas ciências sociais. Aliás, os linguistas críticos são preocupados em destacar uma ideia diferente desta visão, quando defendem que o que fazem nada mais é do que mostrar que “algo poderia ter sido representado de outra forma, com um significado muito diferente” (FOWLER, 2004, p. 209). Advoga-se, assim, uma concepção neutra ou descritiva, que se refere apenas ao modo como as pessoas ordenam e justificam suas vidas:

Numa concepção que procura ser de teor meramente descritivo, a ideologia refere-se a sistemas de pensamento, de valores e crenças, por exemplo, que denotam um ponto de vista particular sobre o real, uma construção social da realidade, independentemente de aspirarem ou não à preservação ou à mudança da ordem social. A ideologia é, nesta aceção, mais facilmente entendida, não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais (GOUVEIA, 2002, p. 339).

Fowler (2004) destacou que a análise da manifestação da ideologia nos textos teve um progresso maior nas expressões linguísticas mais diretamente ligadas à função ideacional

³⁰ No original: “the linguistic form creates a world of thing like abstract beings or objects, which are capable of acting or being acted on. Here language determines perception in two ways, by creating an alternative world which can only be 'seen' in language and by imposing this alternative world, with its apparent solid reality, on the material world, so that we no longer see or believe in the world of physical events. This is perhaps the most powerful effect that stable words have on us”.

³¹ Esse caráter positivo da ideologia é o tema central da segunda controvérsia a ser destacada por nós.

(tal como descrita por Halliday, na LSF), a saber, a categorização lexical e a transitividade, nas quais o funcionamento da ideologia é melhor observado e claramente mapeado e descrito, e que isso limitou, de alguma forma, uma fotografia mais ampla da operação da ideologia em dimensões menos concretas (as da lexicogramática) e mais abstratas (as da semântica e do contexto). Alguns estudos posteriores ao modelo proposto pelos linguistas de East Anglia sinalizaram um desenvolvimento metodológico que poderia ser acrescido à proposta inicial dos linguistas críticos (cf. FOWLER, 2004, p. 217), embora nem todos tenham uma preocupação metodológica tão cara quanto a que fornecem os *insights* provenientes da teoria linguística de Halliday.

Nesse enquadre todo em que se desenvolve tanto a ideia de postura crítica quanto o conceito de ideologia, onde se encaixa a noção supermencionada de discurso? É importante frisar que o conceito de discurso, como se pode perceber, não compõe o quadro de categorias analíticas da Linguística Crítica. Ele só veio a ser teorizado e incorporado como conceito, no cenário de estudos críticos da linguagem decorrentes da LC, em trabalhos posteriores, como o de Kress (1989) e Hodge e Kress (1995). Até então, a unidade de análise da LC é sempre o texto, entendido como materialidade, como “a parte linguística de complicadas interações comunicativas”³² (FOWLER; KRESS, 1979, p. 195); não uma fonte de dados exemplares da estrutura de uma língua ou de um grupo social, mas sim um objeto de interpretação crítica (Idem, *ibidem*), uma forma linguística que codifica a ideologia com que os usuários da língua estão já equipados em suas interações (FOWLER, 2004, p. 212), a materialidade linguística responsável por “determinar a percepção” do mundo, “ao criar um mundo alternativo” e “ao impor esse mundo alternativo” (KRESS; HODGE, 1981, p. 23).

Em Kress (1989, p. 67), há uma delimitação melhor do que significa discurso no quando frequentemente mencionado nos trabalhos da LC, quase sempre usado como um sinônimo para texto:

Discursos são conjuntos de asserções sistematicamente organizadas que dão expressão aos significados e aos valores de uma instituição. Além disso, eles definem, descrevem e delimitam o que é possível e o que não é possível dizer (e por extensão o que se pode ou não fazer) em relação à área de interesse dessa instituição, seja de forma marginal, seja de forma central. Um discurso fornece uma série de asserções possíveis sobre uma certa área, e organiza e estrutura a forma pela qual um assunto, objeto, ou processo em particular deve ser discutido. Assim, ele fornece descrições, regras, permissões e proibições às ações sociais e individuais³³.

³² No original: “Texts are the linguistic part of complicated communicative interactions”.

³³ No original: “Discourses are systematically-organised sets of statements which give expression to the

Tal definição é emprestada de uma noção foucaultiana de discurso, a qual tributa ulteriormente a definição usada nas análises de discurso, sejam de origem inglesa, sejam de origem francesa, e de alguma forma se coaduna com o conceito de “registro”, tal como descrevemos mais acima em relação à dimensão de *instanciação* da língua³⁴, na LSF:

[...] uma configuração de significados que são tipicamente associados a uma configuração situacional particular de campo, modo e relações. Mas, uma vez sendo uma configuração de significados, o registro deve incluir, obviamente, as expressões e os traços fonológicos e lexicogramaticais que tipicamente acompanham ou REALIZAM esses significados (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 38)³⁵.

Apesar de a aproximação entre as definições de discurso e registro serem semelhantes, ambos os conceitos, como nos alerta Fowler (2004, p. 212), são um tanto quanto distintos, uma vez que o registro é uma variedade da linguagem e está relacionado a um contexto de situação específico, ao passo que o discurso transfigura-se como uma entidade abstrata, como um sistema mesmo de significados previsíveis em uma dada situação, que seriam constitutivos das situações de comunicação. Enquanto o texto está em um registro, vários discursos podem estar em um único texto, o que revela que ambos não podem ser considerados como sinônimos, par a par.

Hodge e Kress (1995), em seu *Social Semiotics*, tenta, por sua vez, esclarecer a diferença entre os conceitos de texto e discurso. Para tanto, destacam dois planos distintos sobre os quais os conceitos agiriam: um *plano mimético* e um *plano semiótico*. O plano mimético é descrito como uma dimensão referencial dos fenômenos semióticos e diz respeito ao fato de a linguagem se referir a um mundo. Trata-se de um plano concreto e material que tem o texto como sua unidade. Como o texto concerne a algo supostamente situado fora dele mesmo, o plano mimético é justamente onde pode ocorrer a representação da realidade. Este

meanings and values of an institution. Beyond that, they define, describe and delimit what it is possible to say and not possible to say (and by extension - what it is possible to do or not to do) with respect to the area of concern of that institution, whether marginally or centrally. A discourse provides a set of possible statements about a given area, and organises and gives structure to the manner in which a particular topic, object, process is to be talked about. In that it provides descriptions, rules, permissions and prohibitions of social and individual actions”.

³⁴ cf. Halliday; Matthiessen (2004, p. 26-27).

³⁵ No original: “[...] a configuration of meanings that are typically associated with a particular situational configuration of field, mode and tenor. But since it is a configuration of meanings, a register must also, of course, include the expressions, the lexico-grammatical and phonological features, that typically accompany or REALISE these meanings”.

plano não se confunde com a realidade, mas é porque os textos se referem a uma realidade putativa que é possível desencadear o processo de significação dessa realidade. O significado deriva deste plano, da função mimetizadora dos textos, à medida em que os textos projetam uma versão para e da realidade. O plano semiótico, por seu turno, é descrito como a dimensão social dos fenômenos semióticos. É neste plano onde ocorrem os processos sociais da significação, processos ligados aos interlocutores num evento semiótico que envolve produção de texto. Nestes processos, o significado é produzido e trocado entre os interlocutores. O discurso, assim, pertenceria a um plano semiótico, pois, ao contrário dos textos, não seria especificamente o produto material de processos sociais de significação, mas exatamente o contrário:

[...] é o local onde as formas sociais de organização se envolvem com sistemas de sinais na produção de textos, reproduzindo ou modificando, dessa forma, os conjuntos de significados e valores que compõem uma cultura. Assim, por exemplo, a instituição da medicina define um conjunto específico de significados que estão constantemente envolvidos nos processos sociais apropriados a essa instituição e envolvidos por classes significativas de participantes, tais como os pacientes, os cirurgiões, os pesquisadores, etc. Nessas interações e nos textos que eles produzem, o conjunto de significados é constantemente deslocado e, ao ser deslocado, corre o risco de ser interrompido. Para a semiótica social, os dois termos, “texto” e “discurso”, representam perspectivas complementares sobre um fenômeno de mesmo nível. Embora o discurso seja enfaticamente uma categoria social, isso não significa, contudo, que o texto e a mensagem sejam termos sociais. Tanto o texto como a mensagem significam as relações sociais específicas no momento de sua produção ou sua reprodução³⁶ (HODGE; KRESS, p. 6).

Uma vez que o plano semiótico onde acontecem os processos sociais de significação forma o contexto indispensável para a ocorrência do plano mimético e este, por sua vez, é um constituinte imprescindível para a produção social do significado tomar lugar, a inter-relação entre discurso e texto será sempre necessária e constitutiva da produção de significados conflituosos, contraditórios, reprodutores, sustentadores das estruturas ou

³⁶ No original: “[Discourse] is the site where social forms of organization engage with systems of signs in the production of texts, thus reproducing or changing the sets of meanings and values which make up a culture. So for instance the institution of medicine defines a specific set of meanings which are constantly involved in the social processes which are appropriate to that institution, and engaged in by significant classes of participant, such a patient, surgeon, researcher and so on. In these interactions and the texts that they produce, the set of meanings is constantly deployed, and in being deployed is at risk of disruption. For social semiotics, the two terms ‘text’ and ‘discourse’ represent complementary perspectives on the same level phenomenon. But although discourse is emphatically a social category, this does not mean that text and message are social terms, Both text and message signify the specific social relationships at the moment of their production or reproduction”.

processos sociais. Dessa forma, texto está para o plano concreto assim como o discurso está para um plano mais abstrato. O discurso é sempre recursivo, tal como a estrutura da linguagem é um recurso para a expressão de significados; o texto, portanto, será o resultado de um ato de recorrer, de um lado, aos significados sociais possíveis em um contexto de situação e, de outro, à potencialidade estrutural do sistema de signos para a expressão desses significados.

Duas questões importantes aqui se levantam. Uma delas diz respeito à interação entre o conceito de discurso e o conceito de ideologia, tal como discutimos anteriormente. A outra concerne à relação entre discurso e realidade. Discutamos inicialmente esta última. Parágrafos acima alertamos para o fato de que o plano mimético onde se desenvolve a possibilidade de referenciação³⁷ da realidade não é em si mesmo aquilo por que julgamos ser a realidade. Nesta formulação mesma da questão já denotamos o problema em que nos envolvemos. A realidade é uma entidade situada fora da linguagem, como ponto de referência para a produção da referência dentro da linguagem, ou é o resultado da atividade de construção de referências sobre o mundo – resultado acordado seja entre participantes de uma interação, seja entre membros de uma cultura?³⁸ Nas definições acima sobre texto e discurso e sobre plano mimético e plano semiótico, é sugerido não que haja um mundo extralinguístico ao qual a linguagem, no caso o texto, faça referência ou que descreva, mas sim a ideia de que a linguagem cria uma versão, digamos, conceitual, pictórica, imaginada, suposta para a

³⁷ O uso do termo “referenciação” aqui não tem relação alguma com a discussão elaborada pelo âmbito dos estudos do texto e da Linguística Textual, em sua fase sócio-interacionista. Ainda que a discussão acima seja tributária dos estágios interacionistas da Linguística Textual, não estamos aqui resgatando este conceito tão caro à disciplina sobredita, mas antes usando o termo como sinônimo para referir-se a algo, imprimindo a ideia de que a realidade já existe antes da linguagem e esta apenas se refere àquela, como uma atividade ostensiva de “ligação” entre palavra e mundo. Para uma discussão a respeito desse termo enquanto conceito na Linguística Textual, cf. Apothéloz e Pekarek Doehler (2003), Ariel (2001), Koch (2004), Koch, Morato e Bentes (2005), Cavalcante e Rodrigues (2003). Mais à frente, no capítulo 4, na seção 4.3, quando fizermos a reconsideração crítica da ADC e do RC à luz das discussões elaboradas por Bruno Latour para entendermos a construção e o funcionamento de uma ciência, mencionaremos esse termo com outro sentido: não no sentido de reportar-se a uma realidade pré-existente, mas como sim uma atividade que, ao reportar-se a outro algo, pode tanto considerar este outro algo como inscrição ontológica possível, como inaugura-o como origem ontológica do discurso procedente.

³⁸ É interessante como na formulação e definição de conceitos tão caros à Linguística Crítica, como o de discurso e sua relação com a realidade, já aparecem problemas que, com maior ou menor grau, adquirem um *status* de aporia ou de empecilhos para a assunção de posições filosóficas no quadro da pesquisa crítica da linguagem. Isso porque, como veremos em capítulos posteriores, uma atenção voltada para o lugar da linguagem e o lugar da realidade na percepção ontoepistemológica do mundo é sempre recorrente e retorna, como água represada, a se manifestar na ADC. Tanto o é que algumas respostas e consórcios entre entendimentos da relação entre linguagem e mundo são dadas e feitos como tentativa de sanar o imbróglio teórico em que os estudos da linguagem, e não só a linguística crítica, se enredam, dado que a discussão a respeito desta relação perpassa os interesses de disciplinas como a filosofia, a sociologia do conhecimento, a epistemologia, dentre outras. Ainda mais interessante é que o estágio de desenvolvimento posterior da ADC encontra uma saída para a questão que vai totalmente de encontro com a perspectiva advogada nas bases linguísticas e filosóficas da Linguística Crítica, quando endossa os princípios do Realismo Crítico.

realidade, uma realidade criada e imaginada pela linguagem, e não pensada como independente da linguagem. O texto, como instância material da linguagem, faz justamente o papel de materializar essa versão conceitual, porém mais uma versão conceitual para a realidade, uma vez considerando aqui a produção de outras versões, conflitantes ou não. O realidade é sempre imaginada como existente, e é por causa da suposição de existência desse mundo material, ou seja, por causa desse plano mimético da realidade, que o produtor do texto realiza e cria (mais) uma versão conceitual da e para a realidade.

Hodge e Kress (1995, p. 121) fornecem mais uma vez uma resposta direta para essa questão. Para os autores, termos como “verdade” e “realidade” não são objetivos nem absolutos, algo a que poderíamos apelar; antes, presumem-se como algo criado e explorado por grupos sociais. Para não ser refém ou de um realismo ingênuo, ou de um idealismo sofisticado, os autores colocam ambos os termos como lugares e relações integrais no quadro de sua semiose social, já que nunca são termos não mediados, dependendo sempre de uma semiose para se manifestarem:

“Verdade” é, portanto, uma descrição do estado quando os participantes sociais no processo semiótico aceitam o sistema de classificação do plano mimético. “Verdade” é o estado de coisas quando os termos no sistema classificatório e o próprio sistema aparecem como “seguros” [...] para os participantes no processo semiótico. A “verdade”, portanto, descreve uma relação dos participantes no processo semiótico para com o sistema de classificação que está em jogo na interação. “Realidade” é a descrição dos participantes da parte do sistema de classificação que é considerada “segura” e que está em jogo na interação. Ao mesmo tempo em que os participantes estão dispostos a invocar o termo “verdade”, parece-lhes um ajuste perfeito entre o sistema de classificação e os objetos que esse sistema descreve: uma relação que parece ao mesmo tempo transparente, natural e inevitável³⁹ (HODGE; KRESS, 1995, p. 122).

A posição dos autores aqui não acena em nenhum momento com uma perspectiva realista clássica para quem existe um mundo e ele existe independentemente de nossa percepção sobre ele; a realidade está situada não somente fora da linguagem, mas também fora da subjetividade humana, que não exerce nenhuma relação com o mundo senão a de

³⁹ No original: “‘Truth’ is therefore a description of the state when social participants in the semiotic process accept the system of classification of mimetic plane. ‘Truth’ is the state of affairs when the terms in the classificatory system and the system itself appears as ‘secure’ [...] to participants in the semiotic process. ‘Truth’ therefore describes a relation of participants in the semiotic process towards the system of classification which is at play in the interaction. ‘Reality’ is the description by the participants of that part of the system of classification which is held to be ‘secure’ and which is at play in the interaction. At the same time when participants are prepared to invoke the term ‘truth’, there seems to them a perfect fit between the system of classification and the objects which that system describes: a relation which seems at once transparent, natural and inevitable”.

referenciar e reproduzir o que está lá já existente. Pelo contrário, o que se desenha acima é que a realidade é uma consequência, não uma causa; é o resultado de uma percepção, é uma forma de ver e de os usuários de uma língua se relacionar com o quadro classificatório oferecido pela linguagem. Uma vez que a linguagem fornece um plano mimético onde se elabora uma versão conceitual de realidade putativa, se os interactantes aceitam como segura a versão oferecida pela linguagem a respeito da realidade referenciada, então a realidade deixa de ser um ponto de referência fixo e independente dos sujeitos e passa a ser o que os interactantes de um texto consideram como “verdade” naquilo elaborado no plano mimético do texto. Se não esquecermos o fato abordado ainda há pouco de que o discurso é o que, no plano semiótico, condiciona o processo social de construção dos significados, então o que fica sugerido na definição de Hodge e Kress é que a realidade é concebida pelo discurso, no discurso. Nesse sentido, os autores se assemelham, em certa medida, com uma perspectiva sócio-construtivista da realidade em voga nos estudos pós-estruturalistas do discurso⁴⁰.

Isso não é nenhum motivo de escândalo. Fowler (2004, p. 208) afirma que o pós-estruturalismo e a desconstrução são campos de estudos úteis para a Linguística Crítica, sobretudo porque estão mais alinhados com o conceito de “crítica” pensado e desejado por eles na disciplina. Além disso, Halliday (1978) também está comprometido com uma visão construtivista e discursiva da realidade, mesmo que não assuma compromisso algum com visões pós-estruturalista e desconstrutivista da realidade.

[...] assim como a linguagem se torna uma metáfora da realidade, pelo mesmo processo a realidade torna-se uma metáfora da linguagem. Uma vez que a realidade é um construto social, ela pode ser construída somente por meio de uma troca de significados. Daí significados são vistos como constitutivos da realidade (HALLIDAY, 1978, p. 191)⁴¹.

Ainda que possa parecer improvável que tanto a LSF quanto a Linguística Crítica estejam dialogando com uma perspectiva desconstrutivista da realidade, o fato é que – independentemente de a realidade mencionada aqui ser ou uma concepção abstrata, conceitual, e não concreta e material, ou uma construção de fato da linguagem, um resultado do discurso, subordinado ao sistema classificatório da língua ou aos significados que os

⁴⁰ Mais à frente, falaremos um pouco mais sobre a vertente sócio-construtivista nos estudos sobre o discurso, com a qual a ADC compartilha de alguns pontos, em detrimento de outros, algo que comporá como pano de fundo boa parte de suas controvérsias a serem levantadas aqui em nosso trabalho.

⁴¹ No original: “[...] as language becomes a metaphor of reality, so by the same process reality becomes a metaphor of language. Since reality is a social construct, it can be constructed only through an exchange of meanings. Hence meanings are seen as constitutive of reality”.

interlocutores elaboram em suas interações sociais – a ideia de realidade não deixa de ser um construto linguístico, uma construção feita pela e na linguagem. O que percebemos na discussão aqui a respeito da relação discurso e realidade é que esta última nunca é considerada por ela mesma como um recurso para os processos de significação, pois ou é apreendida conceitual ou abstratamente como putativa, apenas por meio de projeções feitas pela e na linguagem, ou é construída mesmo, como só existindo em função de haver linguagem e sendo a construção dela feita pela linguagem a única realidade possível. O acesso ao real não é posto aqui como uma alternativa possível, já que a realidade ou é construto conceitual, ou é construto social.

A outra questão que levantamos na discussão sobre o conceito de discurso concerne à sua relação com o conceito de ideologia. Essa questão também dialoga com a noção de realidade, e de alguma a ideologia dá algum tributo à sua concepção, uma vez que não está longe da própria definição de discurso. Hodge, Kress e Jones (1979), num estudo a respeito da relação entre empregados e gerentes no contexto de um curso de formação em gestão, nos chama a atenção para situações em que os conflitos ideológicos entre as duas categorias de trabalhadores são manifestados e afetam a linguagem e em que esta ordena o mundo social dos sujeitos interactantes.

Ideologias são conjuntos de ideias envolvidas na ordenação da experiência, dando sentido ao mundo. Essa ordenação e este sentido são parciais e particulares. Os sistemas de ideias que constituem as ideologias são expressos através da linguagem. Esta fornece os modelos e categorias de pensamento, e em parte a experiência das pessoas do mundo se dá por meio da linguagem⁴² (HODGE; KRESS; JONES, 1979, p. 81).

O trecho acima é exemplar de como a Linguística Crítica, ao mesmo tempo em que conseguiu iniciar uma discussão sobre a importância da linguagem para a compreensão de conflitos sociais, trouxe para o centro dos estudos críticos da linguagem o entendimento de que a linguagem é parte imprescindível da forma como lidamos com o mundo e com os outros. O que percebemos aqui é a interdependência sinalizada de que a ideologia é responsável pela ordenação do mundo em significados, mas de uma forma que depende da linguagem para ser expressa. Assim como o discurso permanece como categoria abstrata que se encarrega de possibilitar os processos sociais de significação, a ideologia atua de forma

⁴² No original: “Ideologies are sets of ideas involved in the ordering of experience, making sense of the world. This order and sense is partial and particular. The systems of ideas which constitute ideologies are expressed through language. Language supplies the models and categories of thought, and in part people’s experience of the world is through language”.

semelhante, mas não restringindo e promovendo o que pode ser dito e significado em circunstâncias ou contextos de situação específicos (o discurso como o que é previsível ou que está autorizado a ser dito em situações determinadas, sendo reproduzindo ou não esse regramento do que é possível dizer), e sim ordenando a experiência, modelando o pensamento, categorizando o mundo para as pessoas, de modo que possa ser expresso em significados. Entendemos, assim, a ideologia como uma entidade supra-abstrata, já que ela enforma o pensamento e a percepção da realidade, antecedendo o discurso e se assemelhando à própria ideia de significado (por igualmente ser uma forma de constituição da realidade).

Aqui retorna uma concepção descritiva de ideologia, de um sistema de pensamento, de valores e crenças particulares acerca da realidade, embora aliada à ideia de discurso, como uma construção social da realidade. Por conta dessa aceção de ideologia, surgiram muitas críticas à Linguística Crítica, dado que a ideologia não é considerada em termos de estar a favor ou da preservação ou da mudança da ordem social, mas sim em função de ser uma forma neutra de ordenamento da realidade, de reprodução da sociedade ou das condições materiais da existência. A questão de a ideologia, o discurso e os significados estarem ligados à dominação de grupos sociais, ao poder social de um grupo sobre o outro, às relações assimétricas entre grupos e sujeitos sociais passa ao largo das preocupações iniciais dos estudos pautados pela Linguística Crítica. Além disso, uma preocupação demasiadamente grande com a descrição linguística, motivada pela crença de que a ideologia era passível de ser lida, bilateralmente (isto é, a ideologia estava no texto, e do significado sai a ideologia), dificultou o entendimento de inúmeros processos de produção e interpretação dos sentidos envolvidos com questões sociais mais amplas e sérias, como a constituição das relações e identidades sociais. Isso fez com que a LC obtivesse êxito em fornecer ferramentas da área da linguística para a descrição de estratégias linguísticas de construção de significados, quando não em apontar para a famosa hipótese Sapir-Whorf, para a incorporação de visões de mundo particulares nos textos, contudo não conseguiu ligar todo o seu arcabouço metodológico a problemas sociais em curso na sociedade, sobretudo em relação a processos de mudança social, como a que se vem presenciado nos últimos 50 anos com base no desenvolvimento de tecnologias de informação. Tal constatação de processos de mudança social é diagnosticada por Norman Fairclough (2001, 2003) e por Chouliariaki e Fairclough (1999), assim como por inúmeros outros estudos de uma linguística crítica, e associada à difusão e à ubiquidade cada vez mais dos textos em nossa vida social. É uma constatação que sinaliza a compreensão, cada vez maior, de que o discurso é um elemento-chave para entender processos de mudança social no mundo contemporâneo, sobretudo quando, há pouco mais de cinco décadas, viu-se a

transformação global dos modos de produção econômicos, cuja ênfase passou, como consequência do desenvolvimento de novas tecnologias, dos setores industriais para os setores de comunicação e serviços, imprimindo uma nova configuração social, política e cultural nas sociedades contemporâneas. Com essas mudanças sociais, políticas e econômicas, a ubiquidade dos discursos, numa ordem mundial globalizada, tornou-se incontestável, tanto que seu domínio passa a ser encarado como uma forma de poder social, uma vez que se considera o uso da linguagem não mais como um tipo de reprodução de aspectos quaisquer do mundo, mas, sim, como uma prática social, através da qual é possível não só atualizar as relações sociais vigentes, mas também (re)construí-las, bem como (re)modelar as identidades sociais nelas implicadas.

Fairclough (2001) promove, então, uma alternativa teórico-metodológica que reconheça a ligação entre as mudanças sociais e culturais em curso na sociedade e os usos linguísticos, tentando dar à linguística um papel importante para o estudo e para a proposta de discursos relacionados a tais mudanças. Se a LC e a LSF deram contribuições imprescindíveis aos modos pelos quais a língua pode estar vinculada à sociedade, era preciso superar suas limitações ou então encaixá-las em adesão às várias perspectivas sociais e políticas presentes no quadro mais amplo das ciências sociais, apelando, assim, para uma transdisciplinaridade urgente como forma de amalgamar ferramentas analíticas sobre a língua e a sociedade com pressupostos teóricos e filosóficos que já vinham sinalizando e estudando processos de mudança social mas sem o auxílio metodológico para a análise dos momentos semióticos de tais processos. Isso levará Fairclough a assumir inúmeros compromissos teóricos e metodológicos como uma forma de oficializar uma agenda de pesquisas em torno dos conflitos sociais e culturais em curso no momento histórico do capitalismo tardio e de formar um quadro de análise que permita sua investigação. Se a LC não conseguiu fazer uma tal conexão entre língua e conjuntura social, era preciso acompanhar o ritmo das análises sociais que buscavam entender o contexto capitalista tardio embora sem o contributo de uma análise linguística dos discursos.

2.2 AS FASES DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E SUA VISÃO DE MUNDO E DE LINGUAGEM

Uma primeira tentativa para se entender bem o que é a ADC e como ela encara a relação entre linguagem, sujeito e sociedade, seria compreender o processo de formação da disciplina dentro da linguística e (algo que tentamos fazer acima, com o resgate das

preocupações teóricas da LC e das teorizações operacionalizadas por Halliday e adeptos da LSF), depois, as influências de outras áreas das ciências sociais cujas pesquisas estejam voltadas para a mudança social e para o papel da linguagem em relação tanto a essas mudanças quanto à sociedade como um todo. A ADC de Fairclough articula estudos de diversos teóricos da linguística e da teoria social crítica, como David Harvey, Pierre Bourdieu, Gramsci, Habermas, Volóchinov/Bakhtin e Michael Halliday, entre outros, a fim de “transcender a divisão entre trabalhos inspirados pela teoria social [...] e trabalhos que focam na linguagem de textos”⁴³ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 2-3), pretendendo-se assim uma teoria capaz de compreender a linguagem na sociedade e as mudanças sociais através da análise tanto linguística quanto social. Em seguida, um bom caminho seria começar pelas concepções de “discurso” e de “crítica”, o que elas significam especificamente na ADC, a que outras concepções eles respondem, seja se opondo ou concordando, algo que conseguimos descrever quando das discussões desses conceitos na LC. Fairclough (2001, 2003), assim como Chouliaraki e Fairclough (1999), assumirão que a linguagem é um elemento das práticas sociais que se articula com outros elementos, constituindo-os e sendo moldada por eles, mas, para adotar uma posição como essa, foi necessário diferenciar sua posição das que estavam em oferta no campo teórico das ciências sociais e linguísticas. Uma matriz nova precisava ser fundada para levar a um progresso nas pesquisas sociais que envolvessem a linguagem e nas pesquisas linguísticas que tratassem dos vínculos com o social.

Fairclough (2001), em sua obra *Discurso e Mudança Social*, nos apresenta um modelo de análise chamada “abordagem tridimensional”, uma de suas primeiras formulações e fases de Teoria Social do Discurso, em que propõe um quadro de análise pela existência de três níveis de abstração no social (as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais) que permite avaliar que mudanças no discurso estão relacionadas a mudanças sociais, além de relacionar propriedades detalhadas sistematicamente nos textos a propriedades de cunho social vinculadas a eventos que envolvem discurso e suas práticas sociais. A relação entre os três níveis é dialética, tanto acontece a partir do nível mais abstrato, as estruturas, que definem e excluem possibilidades para as práticas (que por sua vez definem e excluem possibilidades para os eventos concretos), como a partir dos eventos sociais, acontecimentos pelos quais os agentes sociais, que não são livremente autônomos mas são criativos, podem operar mudanças pontuais a levar a uma rearticulação dos momentos da prática social da qual eles participam e, por conseguinte, cumulativamente, a uma mudança da estrutura social. A Teoria Social do

⁴³ No original: “...to transcend the division between work inspired by social theory which tends not to analyse texts, and which focuses upon the language of texts but tends not to engage with social theoretical issues”.

Discurso, do linguista britânico Norman Fairclough surge, assim, dentre as abordagens para análise de textos até então vigentes, como uma forma de conferir ao discurso um papel relevante nas práticas sociais e de reunir uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Ao conceitualizar o discurso (a linguagem) como um momento das práticas sociais, Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003) nos oferece a possibilidade de ver o discurso não apenas como modo de reprodução de ideologias (pretensamente) naturalizadas, mas também como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, como um modo através do qual as pessoas (os agentes sociais) articulam recursos simbólicos ou para atualizar e reforçar representações particulares do mundo social (identidades sociais, relações sociais, valores e crença), ou para remodelar e transformá-las. Ou seja, sempre na ambivalência entre coerção e ação, entre recurso e criatividade, entre o transcendental e o imanente.

Em diálogo com a LSF de Halliday (como vimos em seções atrás), Norman Fairclough (2001) trabalhará com a perspectiva de que cada texto apresenta orientações sociais dadas ao uso da linguagem que correspondem a três funções sociais dos discursos, respectivamente:

a) Função identitária – que se relaciona aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas e manifestadas no discurso;

b) Função relacional – que concerne às maneiras através das quais as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas;

c) Função ideacional – que diz respeito às formas pelas quais os textos significam o mundo e seus processos (eventos), entidades e relações.

A função ideacional da linguagem está relacionada à representação da experiência, um modo de refletir a “realidade” na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através da relação simbólica (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57), mas se estrutura também em termos de construir a realidade nos textos. Tal função é a de construção por excelência, pois constrói (semanticamente) perspectivas de mundo (sistemas de conhecimento, crenças, valores e atitudes - ideologia), identidades (posições de sujeito) e relações sociais entre os sujeitos. Ela não pode ser separada das outras funções, com as quais tem muitas coincidências e está inter-relacionada. Tanto o é que, realçando a importância social desta função, poder-se-ia dizer que tanto a função relacional quanto a função identitária lhe estão, de certa forma, subordinadas, pois relações sociais entre sujeitos (função relacional) pressupõem posições sociais de sujeito

definidas (função identitária), que são construídas e estabelecidas por perspectivas (significações) de mundo (função ideacional).

Tais funções, sendo funções sociais na língua, ou seja, sendo o social materializado em sistemas de escolhas linguísticas, afetam a organização do sistema interno da língua, pois toda instância discursiva, todo uso da linguagem “abre o sistema para novos estímulos de seu meio social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 141). É por esta razão que é defendida a necessidade de se estudarem os sistemas internos das línguas naturais em sua conexão com as funções sociais (RESENDE; RAMALHO, 2006). Dessa maneira, a perspectiva funcionalista de Halliday torna-se imprescindível para a ADC, ainda mais quando considera a linguagem (o discurso) como forma de prática social.

Em *Analysing Discourse* (2003), Fairclough modifica sua percepção inicial das funções da linguagem no discurso, quando, por exemplo, no lugar das funções ideacional, relacional, identitária e textual, trabalha três tipos de significados que carregariam os textos (mantendo, não obstante, a noção de multifuncionalidade presente na LSF):

a) O significado acional – que focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais; aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona relações sociais; a função textual é incorporada a ele;

b) O significado representacional – que enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional;

c) O significado identificacional – que se refere à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária.

Além disso, Fairclough postula uma correspondência entre esses tipos de significado e gêneros, discursos e estilos, respectivamente – como modo do discurso (linguagem) figurar em práticas sociais, ou seja, como modos relativamente estáveis de agir, representar e identificar (ou ser). O discurso (linguagem) figura dentro das práticas sociais como modos de representar, modos de agir e modos de ser (discursos, gêneros e estilos, respectivamente). Por sua vez, estes modos do discurso figurar nas práticas sociais estão relacionados aos significados que um texto (visto como um tipo de evento social) traz.

Por ser a materialização linguística de escolhas do agente, a ADC trabalha com a instância do texto, o elemento central da análise nesse modelo apresentado em Fairclough (2003). Os textos, material de investigação dessa Teoria, localizam-se, dentre a tríade que compõe a vida social (estruturas, práticas e eventos), no nível dos eventos, como aspecto discursivo dos acontecimentos e ocasiões do cotidiano social. Eles são vistos como elementos que desempenham, simultaneamente, três funções, ou melhor, possuem três tipos de

significado: o Acional, que orienta as ações e as interações nos textos; o Representacional, que enfatiza a representação de aspectos do mundo físico, social e mental; e o Identificacional, que se relaciona à construção e à negociação das identidades envolvidas nos textos:

Quando analisamos textos como parte de eventos específicos, estamos fazendo duas coisas interconectadas: a) observando-os em termos de três significados, Ação, Representação e Identificação, e como estes são realizados nos vários aspectos dos textos (seu vocabulário, sua gramática, e outros); b) fazendo uma conexão entre o evento social concreto e práticas sociais mais abstratas ao perguntar que gêneros, discursos e estilos são usados aqui, e como os diferentes gêneros, discursos e estilos se articulam no texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28)⁴⁴.

Ao relação ao termo “discurso” como forma de prática (ação) não apenas de representação (reprodução) mas também de construção de significados (perspectivas) do mundo, Fairclough (2001) distingue três aspectos dos seus efeitos construtivos:

- a) o discurso contribui para a construção de “identidades sociais” e “posições de sujeito” para os “sujeitos” sociais e os tipos de “eu”;
- b) o discurso contribui para a construção das relações sociais entre as pessoas;
- c) o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

É o momento das práticas sociais, entendidas aqui como maneiras de se interagir socialmente – maneiras pelas quais pessoas agem praticamente juntas na produção da vida social, seja no trabalho, em suas casas, na rua, e assim por diante. É o viveiro de onde surgem novas formas e temas sociais de todos os tipos e onde os (recursos) materiais são forjados para novas relações, identidades e estruturas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Quando Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003) localiza um momento ou elemento discursivo nas práticas sociais, ele nos permite ver como o discurso (a linguagem) molda os eventos da vida cotidiana e, cumulativamente, altera a estrutura social. As práticas sociais, embora determinem e constroem o que acontece no curso dos eventos sociais, estão em relação dialética tanto com estes (pois os agentes sociais, que são um dos elementos causais do eventos, podem, dentro das possibilidades sócio-históricas, ser inovadores e contribuir para a desnaturalização de práticas e para a contestação

⁴⁴ No texto original: “When we analyse specific texts as part of specific events, we are doing two interconnected things: (a) looking at them in terms of the three aspects of meaning, Action, Representation and identification, and how these are realized in the various features of texts (their vocabulary, their grammar, and so forth); (b) making a connection between the concrete social event and more abstract social practices by asking, which genres, discourses and styles are draw upon here, and how are the different genres, discourses and styles articulated together in the text?”.

de hegemonias, ao rearticularem e combinarem, de modo reflexivo e crítico, os elementos das práticas sociais) quanto com a estrutura societária, que lhe é não só condição, mas também consequência. Isto abre espaço para que percebamos o caráter constitutivo do discurso (da linguagem). Este deixa, portanto, de ser visto somente como uma prática reprodutiva do mundo social vigente e ganha um foro na significação e representação (construção) desse mesmo mundo.

Por esse caminho oferecido por Fairclough, compreenderemos que o conceito de discurso, em vez de ser a grande artimanha conceitual que lhe permitirá investigar os inúmeros processos de mudança social em curso na sociedade, será uma das pedras no sapato a minar aos poucos o alcance crítico de sua teoria, uma vez que, primeiro, ele pode se voltar à própria prática teórica e analítica, e não apenas se restringir às práticas de análise, e, segundo, opera dentro de uma dialética que sempre coloca a ação social ora em contato com sua potencialidade criativa e reflexiva, ora em ligação recursiva com as coerções sociais que a subordinam:

[...] O discurso é um momento de uma prática social que está dialeticamente ligado a outros, com uma orientação para a intervenção prática que tenciona mudar (essa parte d) o mundo.

No entanto, isto é feito através de uma apropriação de recursos estruturais na ação conjunta. A ação conjunta depende de recursos (estruturas) sociais relativamente permanentes, incluindo, neste caso, tanto um sistema de linguagem particular quanto uma ordem de discurso particular (redes de práticas discursivas). Embora estes recursos sejam, de um lado, apropriados e rearticulados – por exemplo, em novas articulações de discursos – para propósitos locais, de outro lado, eles constroem o que pode ser feito na interação [...] A análise tem de estar constantemente atenta a ambas, estrutura e ação – quais são as precondições (recursos) estruturais para a ação e quais são os efeitos estruturais da ação (por exemplo, em termos de colonização de uma prática por outra prática), mas também como recursos estruturais são localmente apropriados e trabalhados. Esta dialética estrutural (incluindo uma dialética colonização/apropriação) deve ser mantida constantemente em vista. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999. p. 41)⁴⁵.

⁴⁵ No original: “[...] the discourse is one moment in a social practice which is dialectically linked to others, with an orientation to a practical intervention aimed at changing (this bit of) the world.

Moreover, this is effected through an appropriation of structural resources in joint action. Joint action depends on relatively permanent social resources (structures) including in this case both a particular language system and a particular order of discourse (network of discursive practices). While these resources are, on the one hand, appropriated and rearticulated – for instance, into new articulations of discourses – for local purposes such as the creation of solidarity, on the other hand, they constrain what can be done in interaction. [...] Analysis has to be constantly attentive to both structure and action – what the structural preconditions (resources) for action are and what the structural effects of actions are (for example, in terms of colonisation), but also how structural resources are locally appropriated and worked. This structure-action dialectic (including a colonization/appropriation dialectic) must be kept constantly in view”.

Aqui, volta-se novamente à ambivalência sobre a qual é percebido o funcionamento do discurso. Dialética entre ação concreta e estrutura abstrata, entre recurso e agência humana, entre o que é dado e o que pode ser feito. É preciso sempre manter à distância necessária dos polos da estrutura e da ação de modo a não afundarem um no outro. A estrutura é o que explica o que há no discurso. O discurso é o que permite ver o que vem da estrutura. O discurso é que mina a possibilidade de a estrutura ser o que é, na proposição de como ela deveria ser, mas a estrutura dá todos os recursos possíveis para a sua transformação, o que dá a entender que ela é um sempre um vir a ser. Na medida em que se consegue visualizar dessa forma o discurso e seu funcionamento em situações reais de interações sociais micro ou macrocontextuais, o analista terá a heurística ideal para entender as chaves das mudanças em curso na sociedade. Se o discurso está a serviço de sustentar e superar circunstâncias assimétricas de poder, então quais os critérios o analista terá para não sucumbir sua análise na reprodução posições desiguais e injustas? Só o Realismo Crítico de Roy Bhaskar poderá salvá-los.

2.2.1 O consórcio ADC/Realismo Crítico (RC): a proposta de um enquadre teórico-metodológico para o discurso

A Teoria Social do Discurso ou Análise do Discurso Crítica (ADC) ou ainda Abordagem Dialético-Relacional, desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough, é uma referência importante na seara acadêmica, e disso não se tem dúvidas, pois encontramos cada vez mais pesquisadores que por ela se interessam em pesquisas que não se restringem à área de Letras e Linguística, mas que brotam também em toda a dimensão das ciências humanas e sociais. Tal teoria oferece uma abordagem inovadora para a análise social dos discursos e confere ao discurso um papel relevante nas práticas sociais ao reunir uma análise linguisticamente orientada e o pensamento social crítico (útil para a compreensão da linguagem nessa nova conjuntura) num quadro analítico adequado à pesquisa científica social. Por conta disso, é comum escutarmos sobre a capacidade de “empoderamento” (*empowerment*) que, frequentemente, atribuem à ADC (CAMERON *et al.*, 1992; BLOMMAERT, 2005).

Mas, até que ponto tal capacidade não residiria em que a ADC opera com um vocabulário explanatório *realista* que permite as afirmações feitas a partir dele serem respaldadas por um valor de verdade, científico, tão à altura de uma verdadeira ciência (no

sentido que tradicionalmente se deu a este termo⁴⁶)? Tal inquietação está presente, por exemplo, quando nas análises sócio-discursivas que tomam como referencial teórico-metodológico o quadro elaborado por Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) e retomado por Norman Fairclough (2003), no qual a ADC concede uma postura desmistificadora dos textos, dado que o valor epistêmico dado ao seu modo de explanação a põe num lugar sobrepujante em relação a qualquer outra explicação que possa tratar de um evento discursivo. O quadro analítico da ADC⁴⁷ fornece, por isso, um novo prisma (o da análise crítica e científica do pesquisador), com a *explicação* do que, *de fato, ocorreria* ou do *que é o caso*.

Contudo, tal posicionamento analítico frente aos eventos pesquisados parece incorrer em deslizos que a Linguística Aplicada hoje (cf. PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006) vem tendo o cuidado de não cometer: a construção de novas certezas ao formular explicações definitivas que parecem acenar com o privilégio de uma visão mais clara e profunda dos fenômenos sociais (cf. também as ressalvas de FABRÍCIO, 2006). A postura frequente (porém implicitamente) assumida em análises do discurso críticas – a de que a explanação científico-teórica do objeto pesquisado em questão deve ser tomada como desmistificadora da sua impressão empírica comum que ele nos oferece – carrega certos problemas sociais e políticos que afetariam diretamente a pesquisa e a relevância social do analista, uma vez que a forma como o resultado da pesquisa é apresentado implica a ideia de que o conhecimento atingido tem *status* privilegiado, por ter calcado um caminho mais “profundo” e inabitual no assunto sobre o qual a pesquisa versa(va). Em outras palavras, a pesquisa em ADC teria conseguido, assim, ir mais longe do que comumente se pensa(va) em relação a um tema, o que lhe concede um *status científico, autorizado*, ao fornecer uma compreensão inovadora, como se vê a seguir:

⁴⁶ Há uma vasta discussão a respeito da natureza da ciência e do conhecimento científico (cf. CHALMERS, 1995; BLOOR, 2009; HORKHEIMER, 1989; LATOUR, 2011; LATOUR; WOOLGAR, 1997). Aqui, apenas mencionamos como “sentido tradicional” o que, modernamente, concebe-se enquanto tal: a ideia de um conjunto de técnicas e métodos rígidos e eficazes importados das ciências empíricas, responsáveis pela reprodução ou reconstrução de um fato que, submetido a provas e refutações, é apreendido em sua essência, por uma razão transcendental e desincorporada da história e de interferências “externas e acidentais” da sociedade.

⁴⁷ Lembramos que, ao citarmos o quadro analítico da ADC, estamos a nos referir especificamente à proposta teórico-metodológica desenvolvida por Fairclough em conjunto com Lilie Chouliaraki na obra *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), que se estende ao seu livro individual *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, de 2003. Tal delimitação é imprescindível, pois, além de considerarmos tais obras outro rumo que o autor imprimiu à sua teoria, ela permitirá entender a amplitude de nossos questionamentos considerando inclusive etapas anteriores de sua proposta teórica, como a de *Discourse and Social Change*, de 1992 (FAIRCLOUGH, 2001).

Seguindo Bhaskar (Collier, 1994), vemos que a ciência social crítica tem tanto um objeto ‘transitivo’ quanto ‘intransitivo’. Seu objeto intransitivo são as práticas reais que ela está analisando. Seu objeto transitivo são as prototeorias que são produzidas como parte dessas práticas – o elemento reflexivo dessas práticas. Em termos de seu objeto transitivo, *a teoria crítica se propõe a transformar prototeorias em teorias científicas* por meio de uma aplicação da lógica dialética [...]. Na medida em que prototeorias funcionam ideologicamente, como mostradas através da análise crítica – por auxiliarem práticas a sustentarem relações de dominação –, a ciência social crítica deve subverter as práticas que ela analisa, mostrando *prototeorias como sendo más percepções e produzindo teorias científicas que podem ser tomadas (e encetar lutas) dentro das práticas* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33, grifos nossos)⁴⁸.

Não obstante, Fairclough (2003) é consciente do papel que o pesquisador em ADC tem de ter diante dos fenômenos sobre os quais se debruça e de como se deve comportar frente a eles. Sabe que os sentidos de um texto decorrem, especialmente, do processo de construção de sentido do qual faz parte a interpretação do pesquisador. Daí ele alertar que o que somos capazes de ver da realidade de um texto depende da perspectiva a partir da qual nós o abordamos, incluindo as questões sociais particulares em foco na análise e a teoria social e discursiva que se assume nessa tarefa (FAIRCLOUGH, 2003, p. 16). Assim, tal postura analítica em ADC, desmistificadora dos eventos sociais, vem do consórcio com a filosofia das ciências de Roy Bhaskar, conhecida como Realismo Crítico ou Realismo Transcendental. Que contribuições e problemas a filiação da ADC ao RC traria para a conduta em pesquisa social crítica, ao operar, ao mesmo tempo, com uma explanação que objetiva “alcançar níveis mais profundos da realidade em pesquisas sobre problemas sociais” (RAMALHO, 2009, p. 1), e ao defender que os sentidos de um texto provêm de um processo interpretativo em que são construídos, circunstanciados pela posição social do pesquisador? Vejamos a observação de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 30, grifo nosso):

Usando criativamente tanto [a forma de produção do conhecimento como a de] a fenomenologia quanto o objetivismo, a prática teórica crítica reconhece que a ciência social tem uma base hermenêutica (ela precisa fundamentar-se nas práticas simbólicas do mundo), mas não deve se limitar a isso (*ela*

⁴⁸ No original: “Following Bhaskar (Collier, 1994), we see critical social science as having a ‘transitive’ as well as an ‘intransitive’ object. Its intransitive object is the actual practices it is analyzing. Its transitive object is the proto-theories which are produced as a part of those practices – the reflexive element of practices. In terms of its transitive object, critical theory sets out to transform proto-theories into scientific theories through applying the dialectical logic [...]. In so far as proto-theories are shown through critical analysis to be working ideologically – to be helping the practices sustain relations of domination – critical social science may subvert the practices it analyses, by showing proto-theories to be miscognition, and producing scientific theories which may be taken up within (and enter struggles within) the practices” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33).

*também precisa ser uma ‘ciência profunda’ dos mecanismos gerativos que tornam essas práticas possíveis [...]*⁴⁹.

Boa parte dos problemas que tal filiação fornece aos pesquisadores em ADC (como a crença de que a análise crítica do discurso nos leva a ver o que *realmente* acontece ou que está em jogo numa prática discursiva; o compromisso de fornecer uma explicação mais *científica* do que outras; a ideia de que é possível chegarmos aos *mecanismos gerativos* de práticas e eventos sociais, ou seja, à realidade primeira dos eventos e discursos, dentre outros) vem de um comprometimento que, senão exagera, compactua com aspectos do *realismo transcendental* ou *crítico* de Roy Bhaskar.

O consórcio da ADC com o RC se dá especificamente na obra *Discourse and Late Modernity* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), quando o RC é chamado para fundamentar filosoficamente a postura crítica em análises de discurso, além de compactuar de semelhanças ontoepistemológicas no que concerne ao papel da linguagem em relação a outros estratos da vida social, à natureza do social e das interconexões entre estruturas sociais e agência humana, bem como à preocupação em fornecer alternativas práticas que possam levar à emancipação humana (no RC) e à superação de assimetrias sociais (na ADC). A formulação de um enquadre teórico e metodológico é o que ambas, inclusive, procuraram estabelecer, sobretudo que foque no aspecto das possibilidades de mudanças sociais.

A análise do discurso que pretende ser adequada precisa resguardar as dimensões da estrutura e da interação como distintas uma da outra, já que recursos sociais (ordens de discurso) possibilitam e constroem a interação, além de ser interativamente trabalhado, isto é, para o interdiscurso. A análise em si envolve a mesma dupla orientação – para sistemas semióticos, e para como seleções do potencial dos sistemas semióticos são trabalhadas no processo textual (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63). Nesse sentido, os autores definem duas perspectivas em que podem trabalhar nas análises de discursos adequadas: uma perspectiva *estrutural*, em que a primeira preocupação é localizar o discurso em sua relação com a rede de ordens de discurso e especificar como os discursos fazem uso seletivamente do potencial dessa rede, supondo que o relacionamento entre o discurso e a rede social de ordens de discurso depende da natureza da prática social e da conjuntura de práticas sociais dentro da qual estão localizadas – uma divisão primária aqui é feita pelos autores entre uma relação

⁴⁹ No original: “Drawing creatively on both phenomenology and objectivism, critical theoretical practice recognizes that social science has a hermeneutic basis (it needs to ground itself in the symbolic practices of the world) but cannot be limited to that (it also needs to be a ‘depth science’ of the generative mechanisms that make these practices possible [...])” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 30).

amplamente reprodutiva com a rede de ordens de discurso e uma relação amplamente transformativa, já que discurso é geralmente, até certo ponto, tanto reprodutivo quanto transformativo das ordens de discurso; uma perspectiva *interacional*, cuja preocupação é como o discurso trabalha o recurso – como os gêneros e os discursos usados são trabalhados linguisticamente juntos no processo textual do discurso, isto é, que trabalho articulatório é feito dentro do texto com os recursos da língua. O objetivo é sempre entender de que modo analisar discursos pode nos levar a modificar formas de ação que levem a mudanças sociais mais amplas, não de uma forma mecânica nem imediata, mas cumulativa, como se a análise de discurso fornecesse possibilidade de o analista propor novas formas de ação, novos modos de representar, novos jeitos de ser que sejam intermediados pelo discurso.

Uma questão que sinalizamos páginas atrás e que deveria ser melhor fundamentada é a medida da extensão de uma análise de discurso como essa que vemos descrevendo como prática analítica da ADC poder ser trabalhada em cima da própria prática analítica. Chouliaraki e Fairclough mencionam a inter-relação entre esses dois tipos de prática e a possibilidade de o discurso do analista ser tratado como um discurso qualquer, mas o consórcio da ADC com o RC limita esse tratamento igual, uma vez que respalda o discurso resultante da análise como um discurso que se aproxima, também cumulativamente, das dimensões intransitivas da vida social. A ideia de vida social como um sistema aberto, e não fechado, que, aos moldes de um LSF que defende as interconexões entre funções da linguagem como funções da sociedade, indica as inúmeras formas de interferência entre não só língua e sociedade, mas também entre língua, sociedade, poder econômico, poder político etc. – por mais que complexifique e contingencie as relações causais e as interferências entre discurso e outras formas de ação e coerção –, mostra que é preciso ir muito mais além das aparências de um discurso para entender como ele funciona e sustenta modos naturalizados de agir, representar e ser no mundo. A definição de um critério causal é a chave mestra para o analista educado na ADC distanciar seu discurso sobre o discurso e sua alternativa discursiva aos discursos. É isso o que a ADC encontrará no RC: como é possível atingir níveis mais realistas das dimensões da vida social intermediada por práticas sociais envolvendo discurso, sem incorrer na suposição pós-estruturalista de o discurso da ciência ser só mais uma metanarrativa dentre todas as outras disponíveis? Fairclough (2001, p. 28) já tinha sinalizado o que é preciso fazer para ser crítico: “‘Crítico’ implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”. Dessa forma, percebemos

que ser crítico passar pelo crivo de ser o mais causalmente explicativo do que é oculto e ninguém vê... Só o analista.

2.3 DAS QUESTÕES CONFLITUOSAS: AS CONTROVÉRSIAS DA LC E DA ADC

2.3.1 A análise do discurso desideologizada

A medida da dimensão construtiva da realidade é um dos pontos controversos que encontramos no movimento analítico da ADC. A forma como se advoga a necessidade de se defender um conceito de discurso que, por um lado, não apenas seja epifenômeno de estruturas sociais ou de sistemas ideológicos vigentes em sociedade, mas que, por outro, também seja instrumental e imprescindível, enquanto um dos momentos das práticas sociais de que os atores sociais dispõem em sua ação na sociedade, para desencadear, representando, agindo, identificando, novas relações sociais, novas apresentações da realidade no e pelo discurso, novas identidades sociais, novos modos de agir em sociedade, ao mesmo tempo em que se restringem o poder e o alcance dessa unidade de potência, de modo a não ser a arma tutipotente de atores sociais (pois é preciso assegurar a natureza um tanto quanto contraditória, constrangida, amarrada e circunscrita das percepções desse ator social sobre si, sobre os outros, sobre a realidade, sobre as relações que nesta se elaboram entre outros atores dentro da conjuntura social, política, institucional em que todo o jogo da enunciação se realiza), poderia simplesmente revelar a preocupação com a coerência interna para e de um conceito no quadro teórico e filosófico a fundamentar toda a ADC, mas põe a própria disciplina em apuros quando esta acepção de discurso, equilibrada entre a reprodução e a transformação, é colocada fora da própria atuação do analista do discurso e de sua atuação na análise. Ou seja, que o discurso reproduz e transforma, já mostramos e descrevemos, mas ele é uma categoria analítica cuja ambivalência só tem razão de ser nas práticas sociais em análise, e não na prática de análise que dele se faz uso.

Aqui se revela um dos problemas que dão fôlego à tradição chamada Programa Forte da sociologia do conhecimento (cf. BLOOR, 1983, 2009). A complexidade com que determinados conceitos são desenhados para exercerem seu papel de bússola teórica para a compreensão de problemas sobre os quais se debruçam os cientistas é intricada o suficiente para não os questionarmos facilmente, mas se esboroa como castelo de areia quando a direção de sua aplicação é a contrária. Enquanto a ação dos atores sociais pelo e no discurso é analisada em termos de sua relação com a manutenção ou transformação das práticas sociais

de que participa, por meio dessa rede conceitual difícil de se desfazer chamada discurso, a atuação do analista de discurso não é vista como também mais um discurso, é reduzida a uma questão de argumentação em esferas científicas, cabendo à perspicácia do analista em levar a comunidade científica a aceitar ou não. Tanto na Linguística Crítica, quanto na ADC encontramos a preocupação de seus formuladores em não separar a prática teórica de análise das práticas sociais sob análise.

Fowler e Kress (1979) são criteriosos em suas análises céticas a termos e conceitos alegadamente científicos da sociolinguística e também cautelosos ao assumirem que uma ciência linguística crítica deve ser consciente das bases sociais e teóricas sobre as quais se sustenta. Chouliaraki e Fairclough (1999) dissertam muito bem sobre a reflexividade que deve ser estender inclusive à prática teórica do analista e, por isso mesmo, colocam como uma das fases de uma “crítica explanatória” a reflexão sobre a prática analítica. Mas essa cautela e essa reflexão crítica sobre si mesmo aparecem na ação da ADC como uma norma, quando não muito ingênua (“a interpretação do analista é só mais uma posição ou interpretação dentre várias” – extraída da LC), despreziosa, que não alterará em nada os resultados obtidos com a análise a não ser como recurso a que os atores sociais farão apelo para reverter relações desiguais em que se envolvem; em outras palavras, desprovidos da ideologia que estabelece relações assimétricas de poder, os resultados da lógica explanatória da ADC são a depuração de um discurso sobre os discursos, não são parte das práticas que analisa, senão como uma reflexão sobre essas práticas. E qual o papel desse discurso desideologizado nas práticas teóricas e explanatórias de onde provém?

As afirmações do analistas são vistas sob uma questão de “teste prático das afirmações de verdade em ação” ou, em outra perspectiva, de “ganho epistêmico”, alternativas pouco convincentes para ADC. Não ignoramos a relação dialética entre a prática teórica e a prática que ela analisa. Não. A essa questão, Chouliaraki e Fairclough são muito atentos para não cederem às críticas dos pós-estruturalistas (de que o discurso da ciência é só mais um “jogo de linguagem”, só mais “um discurso”), nem ao *status* objetivista de uma ciência autojustificada, mas pouco convencem quando tratam de explicar o papel, então, da prática analítica seja em relação às práticas que analisam, seja em relação ao olhar que lançam para uma e não para si.

Obviamente, pode-se aqui questionar ao dizer que a crítica aqui feita à ADC neste quesito seja injusta, já que os resultados obtidos por uma análise crítica do discurso devem ser tão “posto em parênteses” quanto os sentidos depurados pela prática analítica, na medida em que não sejam considerados apenas como uma visão relativista sobre os fenômenos sociais

mediados pelo discurso (para não cair no relativismo pós-estrutural). Contudo, o destaque que fazemos aqui é no fato de que, se o discurso sob análise tem sentidos tais que tanto podem desencadear ações nas práticas sociais de que participa, quanto mobilizam sentidos outros já cristalizados ou em processo de naturalização, por que o discurso do analista sob tutela de que é “resultados da análise” não poderia ser considerado não apenas mecanismo putativo futuro de ações geradas, mas também um evento, um realizado das possibilidades estruturais da prática tanto social mais ampla quanto científica da qual seu texto de pesquisa faz parte? Se a prática analítica deve ser consciente dos interesses aos quais serve no “mundo da vida”, como garantir que seus interesses pautados pela ideia de justiça e desigualdade são universais e transcendentalizados da prática social corrente de que está provindo?

Naturalmente, essas questões podem ser respondidas não com o bastião da cientificidade do método da pesquisa, nem com o *status* profundamente crítico que a análise do discurso pode reivindicar, mas sim com o tempo (ao incrementar a força caudalosa das mudanças em curso na sociedade, caso caminhem no rumo para o qual a análise teria apontado) – como é sinalizado pela ideia de que as mudanças sociais na ADC são entendidas em termos de um processo cumulativo a deslanchar para frente, no futuro, como algo a porvir embora já a emergir no cotidiano menos institucionalizado da vida ordinária, mas um processo sempre extrínseco à própria atividade científica, ainda que possivelmente desencadeado por ela em algum sentido ou casos, tal como será visto no Realismo Crítico de Roy Bhaskar, ao se tentar responder à questão do que vem a tornar como válida uma atividade ou explanação científica em comparação a outra no quadro de ofertas interpretativas em disposição e em vista nas práticas científicas críticas⁵⁰ –, ou com a ideia de que talvez a análise esteja a inaugurar uma inscrição que possivelmente fará circular novas formas de referendar e significar a realidade social – caminho este que sinalizaremos como alternativa mais viável em termos de descrição mais realista da atividade científica e dos processos de mudança social do que podem ter suposto a ADC e seus advogados, ao defendermos, por exemplo, a petição de que as mudanças sociais indicadas em função de um discurso científico são operadas muito mais como decorrência dos acordos e das conexões que este estabelece com áreas ou dimensões mais extracientíficas da vida do que sob o auxílio *deus ex-machina* de concepções universais que entram em cena para ajuizar o que é válido ou não, aceito ou não⁵¹.

⁵⁰ Cf. a discussão do próximo capítulo, em especial na seção 3.3, quando da identificação de uma dimensão metacrítica como etapa obrigatória de uma explanação científica crítica, no Realismo Crítico.

⁵¹ Cf. o capítulo 4, quando trataremos à cena as ideias de Bruno Latour para nos ensinar a nos desvencilhar dos

2.3.2 A análise como atividade profunda e especializada

Uma segunda controvérsia que identificamos na ADC e na LC é que o fato de que, ainda que se assuma que nenhuma verdade é perseguida, nem que a suposta estrutura subjacente das formas linguísticas e as possíveis relações causais que tenham com elementos da estrutura social ou das condições materiais de uma sociedade são a verdade nua e crua *por trás* dos enunciados ideológicos, a própria advocacia de conexões causais X e não Y é em si uma forma de defesa pretensamente científica dos putativamente verdadeiros e corretos elos causais entre os significados sociais de um discurso e as ideologias produzidas na sociedade. Nessa atividade de análise do discurso, imbrica-se a certeza, ainda que chamada de hipotética (KRESS; HODGE, 1981, p. 17), de que os elos descritos são os elos encontrados no processo de interpretação e análise críticas. É como se, uma vez identificada a operação e funcionamento da ideologia no texto e dado início o conseguinte passo de descrição e explicação das conexões causais em jogo, a descrição fosse autojustificada e visualizasse claramente as associações *por trás* do discurso, a engenharia que, enquanto tal, fruto de uma especialidade, fosse só desmontada por quem especialista nela for⁵².

Não se defende se chegar a uma verdade, é fato, mas é acreditado chegar a algum nível que tem um valor semântica ou argumentativa próximo do de verdade, para que se justifique o olhar do analista como diferente do olhar do leigo. Desafia-se o senso comum, mostrando a ele o que não viu e não vê (FOWLER, 2004, p. 209), e o que o analista ou linguista crítico vê pode ser entendido, então, como já não tão comum quanto o *commom sense*, mas sim extraordinário, pois já fugiria da experiência ordinária e olharia de modo acurado o que o leigo não enxerga tão bem. Obviamente não entraremos aqui no mérito da questão de se resgatar uma discussão desconstrutivista da verdade, do que compõe a verdade nem do que dá à verdade o valor de universal que ela carrega consigo, pois basta sabermos que toda verdade é porta-bandeira não só de si mesma, mas também do exército que representa e ao qual vem à frente como estandarte, o que nos levaria a entender em defesa de quem ou de que o conceito de verdade é trazido à frente das discussões científicas. A grande questão aqui é o critério metodológico adotado por um corpo de analistas de discursos para

nós górdios de uma interpretação de estreito alcance da atividade científica e de seu impacto ou conexão com a vida social mais ampla.

⁵² Tal controvérsia encontrará eco também na seção 3.3, quando discutiremos a função da metacrítica como crítica explanatória para analistas do discurso e realistas críticos.

performar a importância de sua atividade frente às inúmeras interpretações possíveis que a vida social dá aos eventos textuais de que tanto eles se arvoram em dizer que sabem analisar.

A ideia de que o analista chega a níveis mais profundos e, por consequência, mais reais encontra respaldo no entendimento de que um analista de discurso crítico é aquele cuja educação científica lhe permite identificar e estabelecer conexões causais entre não só eventos textuais em menor ou maior extensão ligados uns aos outros, mas também entre esferas ontológicas, embora distintas, concorrentes na ativação ou bloqueio de estruturas ou mecanismos gerativos dos próprios eventos sob análise. Pode-se perceber aqui a intromissão de vários elementos que serão mais à frente explicados, mas que foram incrementados para dar uma justificação mais convincente de que o que o analista de discurso faz para tornar-se mais crítico do que qualquer outro é muito complexo e não pode ser confundido com uma interpretação qualquer que pessoas comuns podem ter dos eventos que estarão em análise. É por isso que a divisão do “mundo da vida” é feita em termos de esferas (social, econômico, semiótico, biológico, político etc.), em termos de dimensões estratificadas (empírica, realizada e real) e em termos de uma ideia de causação como pedra angular metodológica da atividade científica. Parte-se do corolário de que, se uma coisa causa outra, é porque essa coisa é real. Com o acréscimo de que uma tal causação não é tão mecânica ao ponto de uma coisa só ser causada por outra, tem-se, assim, em evidência a defesa de que a atividade científica deve ser menos ingênua, e assim mais realista, ao analisar tanto as outras esferas que, tendo poderes causais, podem vir a causar tais ou quais efeitos em eventos de uma esfera tal, quanto os próprios poderes causais, que se tornam, dessa forma, o nível perseguido pela análise de discurso, como se o alcance de uma explanação científica fosse medido em termos exclusivamente do que consegue explicar do que causa o que e do que consegue propor para ativar ou subverter o jogo causal dos discursos que analisa.

Como veremos, é preciso muito mais do que este porte nobre, esta altivez científica para justificar e validar o que quer que se analise. A causação é muito mais técnica política do que científica, está muito mais a serviço de convencer do que de identificar uma relação de causa e efeito. É óbvio que a um analista de discurso crítico, sendo um cientista crítico do discurso, e a seu discurso explanatório não deve ser dado um papel menor em comparação com, por exemplo, o discurso do senso comum. O que chamamos atenção aqui é para o gasto de energia dado mais à atividade científica propriamente dita, para o jogo intrínseco dos analistas de discurso com os textos e os sentidos que analisa, enquanto toda uma política fora dos gabinetes, fora dos campos etnográficos da pesquisa, uma política árdua

e desgastante precisa ser feita para se alcançar o nível de verdade ou de validade que se deseja.

Ainda que não se deva negligenciar os passos metodológicos que uma atividade científica deve seguir para ser considerada ciência, e não uma brincadeira qualquer, o que se esquece das reivindicações de que a análise de discurso crítico visa a atingir níveis mais profundos do que o da empiria, o da experiência das pessoas comuns, é que a profundidade deveria ser muito mais horizontal do que vertical, isto é, a ciência crítica do discurso deveria ser muito mais consciente dos inúmeros acordos que se devem fazer com esses aspectos comuns da vida para vir a adotar a postura de que ou de quem (se) fala cientificamente ou não, do que dos níveis mais profundos e distanciados da *commonless* de outras comunidades que não a científica. O que vemos, na ADC, é uma busca por novas formas de discursar, de representar e ser no discurso e para longe do discurso, que parece precisar ser, primeiro, transcendental (os mecanismos gerativos e profundos dos discursos) para, depois, vir a ser social ou político. Talvez seja por isso que os “louros” de uma análise de discurso muitas vezes sejam reconhecidos apenas nas práticas sociais estritas das ciências humanas e sociais e poucas vezes alcancem os olhos de outros nichos sociais.

2.3.3 A análise axiologicamente autojustificada

Uma terceira controvérsia que teremos a atenção em destacar está ligada à natureza justa da ciência, por extensão à ADC, em especial àquilo que está propõe como discurso de intervenção. Se a finalidade de mostrar que algo poderia ter sido representado de outra forma é decorrente da crença de que alguns significados são menos “desumanos”, menos “ruins”, “menos desiguais”, “menos coercitivos” do que outros e que, enquanto tais, são negativos, não democráticos e devem ser desnaturalizados, então há uma assunção não assumida de que a forma a ser proposta pelo analista crítico tem uma carga semântica e ideológica melhor do que a ofertada. Ainda que a ideologia não seja concebida como algo a ser medido em termos de bem ou mal, melhor ou ruim, são essas mesmas dicotomias morais que são propagandeadas indiretamente nas análises ou posturas críticas.

A análise do discurso não é axiologicamente melhor, nem diz sê-lo; mas qual a *raison d'être* de fazer uma análise de discurso? É revelar que a forma como aquilo que foi representado sustenta uma relação social tal e reverbera um discurso ideológico qual que, naturalizados como foram ou naturalizantes como são, perpetuarão uma ordem social assimétrica e desigual. Fazer uma análise de discurso é desnaturalizar essas relações

sustentadas pelo discurso, é desconstruir o próprio discurso, análise essa que pode ser entendida como uma artimanha de, por um lado, neutralizar as ações promovidas pelo discurso em foco e de, por outro, propor alternativas que, com uma postura mesmo que longe de ser moral ou eticamente declarada melhor, modifiquem ou ajudem a modificar o *status quo* ou os propósitos de uma sociedade atravessada por interesses econômicos e políticos diversos.

A questão de uma propositura discursiva melhor e mais consciente das peças em jogo em situações discursivas, sejam pretéritas, sejam atuais, sejam futuras, terá ressonância na ideia de que o discurso a ser proposto pós-análise passa por um crivo explanatório tão rigoroso, por uma metacrítica que valida sua justeza em função de critérios tanto intrínsecos à ciência e ao analista quanto extrínsecos à prática teórica imediata, que somente a história, a sociedade, a conjuntura futura sedimentarão o ouro da verdade sobre o que se propõe. Como veremos no final próximo capítulo, o fato de a ciência e do discurso científico da ADC necessitar de uma injunção extracientífica para justificar a pertinência e a verdade do que está sendo proposto, como melhor, como mais justo, como mais adequado, revela não só o elo perdido, mas sempre existente e camuflado, entre a ciência e a política (ou mesmo outras esferas colocadas como distantes da primeira – a economia, o *management* de grandes corporações empresariais, o aquecimento global, etc.), como também o agenciamento coletivo que deve a ciência empregar para sustentar seu ponto de vista, seu discurso, suas alternativas como as mais imprescindíveis possíveis para o momento histórico de que emerge.

3 PROBLEMAS DO CONSÓRCIO ADC-RC

Após inúmeras remissões neste trabalho ao termo Realismo Crítico e ao seu grande mentor, talvez o único que tenhamos sinalizado como porta-bandeira desse termo⁵³, Roy Bhaskar, convém nos determos neste capítulo na descrição sistemática e na reconstrução das questões de interesses dessa teoria filosófica. Pedimos desculpas se até aqui pareceu ao leitor que não temos indicado algo de bom proveniente das teses realistas críticas ou se as apontamos como pedras no sapato da ADC ou de seu potencial analítico para pesquisas com o discurso. Não é bem por aí. Provavelmente, estivemos apressados demais em mostrar que a escritura desse trabalho é respaldada por convicções que já tivéssemos nutrido a respeito da ADC e o do RC. Mas, para não deixarmos essa sensação de estarmos mirando o céu, sem visar um objeto particular nos ares, ou de que blefamos em defender teses sem ao menos mostrar onde podemos delas encontrar indícios textuais, iremos nos deter aqui para ilustrar ou relatar como o RC surgiu, em decorrência da junção de quais interesses e com que tipo de promessa científica imprime a sua própria trajetória como teoria eficaz e pertinente.

Como teoria ou abordagem filosófica, o Realismo Crítico nasce como uma tentativa de superação de problemas filosóficos e científicos ainda vigentes, ora ainda imersos em uma ótica positivista ou naturalista demais, ora proliferados por conta de perspectivas “pós-modernas” que parecem uma extensão mais forte, porém complicada, de um empirismo e idealismo ingênuos. Tais problemas se tornam ainda mais insolúveis quando a postura positivista ou pós-moderna baseia as preocupações de um filósofo com a ciência. Emergente em um mundo pós-guerra, especificamente após a década de 1960, o Realismo Crítico reconhece, por exemplo, no campo da ciência, uma atualização da velha disputa ontológica, epistemológica e metodológica entre uma perspectiva de mundo inspirada pela tradição de Parmênides (o mundo como algo imutável, idêntico a si mesmo, com uma essência imbuída no ser das coisas) e uma perspectiva de mundo inspirada na tradição de Heráclito (o mundo como em contínua transformação, nunca idêntico a si mesmo, tal como um rio, πάντα ῥεῖ,

⁵³ Roy Bhaskar foi, de fato, o grande precursor das teorizações em filosofia da ciência sob o rótulo de Realismo Crítico. Este nome combina duas das principais, mas também iniciais, alternativas críticas elaboradas por Bhaskar a correntes predominantes e vigentes no campo da filosofia geral das ciências: de um lado, seu Realismo Transcendental, destinado a responder impasses e a propor um novo caminho na filosofia geral da ciência, ainda influenciada pela dualidade entre positivismo e empirismo, e, de outro, o Naturalismo Crítico, proposta de filosofia das ciências sociais que tenta superar a presença de um naturalismo das ciências naturais nas bases ontológicas e epistemológicas das ciências sociais. Bhaskar, portanto, é quem inaugura esse novo caminho, mas não sem recorrer a várias teorias da época (conforme se discutirá ainda nesta introdução) ou sem ser ajudado por trabalhos posteriores que desenvolveram e estabeleceram o Realismo Crítico uma filosofia geral das ciências, tais como os de Andrew Collier (1994, 1998, 1999), Andrew Sayer (2000a, 2000b) e Margaret Archer (2003a, 2003b, 2004).

nada permanecendo como está). Ao menos até século passado, a distinção operada em termos de racionalistas de um lado e empiristas de outro continuava e interferia nas metodologias e nas formas de se pensar e fazer ciência. Acrescente-se a isso a ideia de vez em quando aceita de que ciência e filosofia estão separadas ou são autônomas entre si. Apesar das mudanças de paradigma na filosofia à época de Immanuel Kant e Isaac Newton, quando ciência e filosofia parecem ter se desvinculado na mudança de atenção das condições de possibilidade do conhecimento para a metaquestão do *status* do conhecimento enquanto tal, Roy Bhaskar (2008a, p. 7) ressalta a importância mútua das teorias científicas e do pensamento filosófico e descarta que, para entendermos toda investigação ou pesquisa científica, deve-se menosprezar questões de ordem ontológica e epistemológica. Toda metodologia de pesquisa científica deve trazer uma reflexão das questões ontoepistemológicas que fundamentam as ideias do fazer pesquisa. Não se trata de uma questão de filosofia da ciência, mas de uma filosofia para a ciência, fornecendo uma explicação adequada a princípios da ciência.

Como consideramos que teoria é tanto fruto de um curso de ação quanto funciona como técnica que permite traduzir formas de ação⁵⁴, a abordagem criada por Roy Bhaskar não passa ao largo de ter sido também uma tentativa, um caminho novo que se buscou trilhar em meio a outras alternativas disponíveis à mão, ao tentar ser conciliatória a duas posições, já em sua concepção consideradas *críticas*, concorrentes a partir da década de 1960 no âmbito da filosofia da ciência. De um lado, a posição (respeitando as diferenças entre cada um) representada por Thomas Kuhn, Karl Popper, Imre Lakatos, Paul Feyerabend, Stephen Toulmin, dentre outros, que se detêm no entendimento do caráter *social* da ciência e se preocupam com os fenômenos da mudança e desenvolvimento da ciência; de outro, a posição defendida por trabalhos de Michael Scriven, Rom Harré, Edward Madden, Mary Hesse, além de outros, que voltaram sua atenção para a ideia de *estratificação* do funcionamento da ciência no mundo social, ao enfatizarem diferenças entre explanação e previsão, bem como uma postura crítica da visão dedutivista da estrutura das teorias científicas (BHASKAR, 2008a). Ou seja, o Realismo Crítico de Bhaskar é uma conciliação dessas duas posições emergentes na década de 1960, com o objetivo de superar tanto o positivismo vigente na filosofia da ciência à época, quanto o empirismo que assumia uma nova roupagem via pragmatismo e desconstrução. É nesse sentido que o realismo bhaskariano toma para si a tarefa de elaborar uma postura realista ou naturalista crítica não só para as ciências naturais, mas também para as sociais: não abandonando as compreensões de que a ciência e seu *modus*

⁵⁴ Cf. o capítulo seguinte, quando discutiremos abertamente questões da filosofia das ciências e a Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour.

operandi são atividades socialmente construídas e de que há estruturas dentro das quais, por exemplo, estaria a ciência e que existem independentemente de nós, defender a concepção de um mundo estratificado, diferenciado, estruturado, passível de ser apreendido por uma percepção que, embora assumindo um caráter social, não deixa de acenar à possibilidade de acesso às suas estruturas subjacentes.

A certeza de uma realidade *a priori* ou de mecanismos que podem ser considerados como pré-existentes, pré-interpretados, pré-estruturados à própria ação humana é mais um passo tomado por uma concepção crítica da ciência, mas agora em direção às ciências sociais. Isso porque, para o RC, a necessidade de assumir a suposição de uma dimensão real e independente da percepção humana ou da capacidade humana de compreender estruturas condicionantes de sua atividade deve se estender a uma concepção ontológica, epistemológica e metodológica que fundamente também a ideia de sociedade, de indivíduos, grupos sociais e de agência humana. Bhaskar (2005, 2009) sabe que o modelo naturalista de ciência, se não coube tão bem nas ciências naturais, não funcionaria, a despeito de inúmeras tentativas frustradas na história da ciência, para as ciências ditas sociais. Para isso, seria necessário pensar um modelo de investigação para essas ciências que, de um lado, tanto estivesse conectado à sua ideia crítica de mundo estratificado e independente da percepção mundana quanto bebesse do entendimento de estruturas apriorísticas recursiva e condicionantemente responsáveis pela constituição de eventos e fenômenos do mundo, mas também, por outro, superasse monismos e individualismos que atravessavam entendimentos na sociologia de como conceber fatos sobre a sociedade e fatos sobre os indivíduos e propusesse uma alternativa para se pensarem as formas e as possibilidades de mudança social.

Este último ponto, a mudança social, é objetivo reivindicado por Bhaskar que encontra eco em ideais iluministas como o de emancipação social (BHASKAR, 1998a, 1998b). Por este ponto tão semelhante às questões teleológicas construídas pelo fazer científico dos analistas críticos do discurso, é que encontramos o entrocamento maior que justifica o consórcio entre os objetivos propagandeados pela ADC e os elaborados filosoficamente pelo RC. Essa possibilidade de o fazer científico ser capaz de gerar alternativas emancipatórias ao mundo social que afetem de alguma forma não só as ações discursivas das pessoas e as representações sociais que elas têm do que fazem, como também as ações futuras que desencadearão intencionalmente, obriga tanto os realistas críticos quanto os analistas críticos do discurso a defenderem uma teorização sobre a relação entre estruturas sociais e a atividade sociais dos indivíduos que permitam entender a interdependência causal de ambas, com uma ênfase nas possibilidades de mudança social, porém sem perder a ideia de

que há sempre mecanismos prévios e contextuais que ativam ou bloqueiam as chances de transformação da realidade social. Essa questão é uma das mais complexas e exigirá a formulação de (a) um Modelo Transformacional da Atividade que responda a implicações ontológicas, epistemológicas e metodológicas para o fazer científico crítico social e de (b) um modo de Crítica Explanatória que, colocando-se na interface entre as práticas sociais que se analisam e as práticas teóricas e reflexivas de análise, revele formas de entendimento e explicações teóricas e científicas com impactos para a vida social.

Para não estendermos mais essa apresentação, passaremos, nas próximas seções, a explicar com mais vagar aspectos do Realismo Crítico bhaskariano que tenham relevância em suas relações com os objetivos e princípios da ADC. Nossa principal preocupação aqui é não só compreender que pontos da elaboração teórica e filosófica de Roy Bhaskar têm em comum com a ADC, como também destacar problemas decorrentes do consórcio entre o RC e a ADC que podem ser superados com uma reconsideração desta última por e com a Teoria do Ator-Rede, tal como será feito no capítulo seguinte. Essa discussão não será escatológica ao ponto de negligenciar os traços e momentos relevantes do RC para uma pesquisa científica crítica nas ciências naturais (algo que foge aos objetivos desse trabalho) e nas ciências sociais do discurso (que se coaduna ao campo ao qual estamos a fazer considerações), pois, assim, correremos o risco de jogar a água da bacia com o bebê dentro; contudo, será fundamental para, liberando o analista de discurso de imbrólios ontoepistemológicos quase insolúveis, trazê-lo para um terreno pertinente para compreender questões da vida social nas quais estão envolvidas as práticas com o discurso.

3.1 O REALISMO CRÍTICO OU TRANSCENDENTAL DE ROY BHASKAR

Sabe-se que, por *realismo*, quer-se dizer, em filosofia, a ideia de que há algo no mundo que existe *independentemente* de nós ou do que pensemos sobre ele, ideia essa que se contrapõe à visão idealista de subordinação da realidade externa à mente (a nossa mente – como num idealismo cru – ou a de Deus – como na filosofia de Berkeley) ou ao pensamento (conceitual, objetivo e racional – como na filosofia de Hegel). Apesar de suas inúmeras facetas (seja um realismo ingênuo, perceptivo, predicativo, ou científico, cf. BHASKAR, 1996), de acordo com Andrew Collier (1994, p. 6), há elementos que podem ser considerados como caracterizadores do realismo e que, de alguma forma, estão presentes na concepção realista transcendental de Bhaskar, a saber:

a) *objetividade*, pelo que se diz que há algo que é real, mesmo que não venhamos

a conhecê-lo;

b) *falibilidade* ou *falsibilidade* (*'falibility'*), pelo que se diz que aquilo que se apresenta aparentemente como dado pode ser refutado por informações que ultrapassam o limite do dado;

c) *transfenomenalidade* (*'transfactuality'*), um “além das aparências”, pelo que se admite que o conhecimento pode se referir não só ao fenômeno, mas também a estruturas mais profundas que podem gerá-lo ou torná-lo possível (donde podemos tirar a questão da causação ou causalidade em Bhaskar, como veremos mais adiante);

d) *contrafenomenalidade*, pelo que o conhecimento, ao atingir através da transfenomenalidade as estruturas subjacentes, pode contradizer o conhecimento das aparências.

É dessas premissas de onde podemos retirar, por exemplo, o caráter *crítico* fundamental para a argumentação da ADC em relação às práticas sociais que analisa e pesquisa quando seu quadro teórico-metodológico é usado. É nessas premissas – que caracterizam o fazer pesquisa com o RC como pano de fundo ontoepistemológico – que a ADC retira a ideia de uma ciência social “profunda”, que procura deslindar a interseção cada vez mais complexa e profunda dos mecanismos gerativos provenientes dos estratos envolvidos em um evento social.

Em todas essas características, o que perdura é a questão fundamental da *existência* de uma realidade exterior e independente do *ser* das coisas, ou seja, é a ratificação da dimensão ontológica e transcendente do real, desligada da percepção que as pessoas podem ter do que está acontecendo ou que acontece no mundo social. Isso porque está no centro da ideia filosófica de Bhaskar uma concepção de mecanismos ou estruturas naturais em funcionamento nas atividades e nos fenômenos do cotidiano, mecanismos e estruturas esses que, sob certas condições, podem vir a ser postulados ou estabelecidos como reais. Como essa ideia de real não é tão simples assim como parece ser, uma vez que ela só tem razão de ser assim concebida em função de pressupostos que precisam ser bem fundamentados e diferenciados das perspectivas filosóficas correntes, como o positivismo e o empirismo (conforme mencionamos na introdução a esse capítulo), convém explicarmos melhor como é concebida essa ideia de uma realidade existente de forma independente de nossa percepção empírica. O fato de existirem estruturas ou mecanismos tais que, autônomos da gnose do indivíduo imerso no mundo social, desencadeiam ações ou fenômenos não garante que o acesso a eles seja garantido de forma direta ou imediata, pois, assim, estaríamos incorrendo no erro do empirismo de acreditar que somente o real é somente aquilo a que nossa experiência

humana pode acessar, o que caracteriza um empiricismo clássico em que as estruturas da realidade são aquelas que nossas percepções mais imediatamente têm dela; muito menos impede que as possibilidades de chegarmos um dia a ter um conhecimento *transcendental* de tais estruturas estejam sempre presas às categorias universais da razão humana e nunca levem ao mundo noumenal em si mesmo, pois, desta forma, resvalaríamos no corolário kantiano de que tudo o que podemos ter certeza acerca do real é apenas de estruturas imaginadas e resgatadas pela razão que nunca corresponderão *vis-à-vis* à realidade ela própria, o que caracteriza o idealismo neokantiano ou transcendental em que as categorias universais do pensamento são o filtro ou a lente última pela qual podemos olhar o mundo, a realidade, e nunca a realidade ela mesma.

A concepção transcendental de uma realidade proposta por Bhaskar (2008a) deve residir em *locus* além dos limites impostos pelas concepções empírica e idealista disponíveis na filosofia da ciência. O passo a ser dado por uma filosofia geral das ciências que não fique refém das armadilhas e das aporias de ambas concepções deve considerar pontos extremamente importantes que podem vir a ser suscitados conseqüentemente à adoção de uma nova perspectiva filosófica, como, por exemplo, qual o papel da ciência em relação ao processo de produção de conhecimento ou de leis sobre o real e qual o *status* dos conhecimentos elaborados pela ciência quando comparados diacronicamente, tendo em vista o processo de desenvolvimento e descoberta científicos, de modo que não caiamos no relativismo de que todos os conhecimentos ou leis ou ainda teorias sobre a realidade são válidas e dignas de respeito. É por essa razão que Bhaskar vai se deter em trabalhar em várias frentes que sustentem sua posição filosófica geral sobre as ciências, ao definir não só as dimensões possíveis da realidade, mas também o caráter de um conhecimento científico que seja válido e racional e o papel da ciência no processo de descoberta científica. Para isso, é necessário distinguirmos que o mundo social, o mundo para o conhecimento, o que se abre para nosso conhecimento: (a) é diferenciado, ou seja, é um sistema aberto e não fechado, no sentido que nunca poderá ser concebido uma vez considerando eventos sob condições determinadas e controláveis; (b) é estratificado, ou seja, composto tanto por vários domínios (o real, o *actual* e o empírico, conforme se verá mais adiante) quanto por mecanismos provenientes não da mesma fonte, mas sim decorrentes de várias esferas ou estratos que concorrem para desencadear eventos ou fenômenos perceptíveis aos olhos empíricos dos homens; e (c), dada essa estratificação, possui duas dimensões, a transitiva e a intransitiva, que não se confundem e que garantem a possibilidade de um conhecimento válido e não relativo sobre a realidade. Antes de entendermos bem cada um desses princípios, é necessário

destacar que Bhaskar parte de uma concepção que assume ares de pedra fundamental para a elaboração de sua filosofia geral das ciências e que perpassa todas essas distinções, sendo, portanto, pressuposto para sua concepção realista crítica tanto da ontologia quanto da epistemologia: a causalidade.

A causalidade participa dos trabalhos de Bhaskar, desde sua obra inicial, *A Realist Theory of Science*⁵⁵ (2008a), como condição *sine qua non* da possibilidade de um realismo transcendental e crítico. Sua concepção de causalidade não é inteiramente derivada de David Hume (2004, 2009), embora ele parta dela para tentar uma nova ideia de como as relações de causa e efeito podem ser convertidas como ferramenta indispensável para descrever e explicar adequadamente um conhecimento sobre as estruturas transcendentais do real. Para Bhaskar (2008a, p. 1-4), a visão de ciência que o positivismo tem faz largo uso do conceito de causalidade humeana para se pensar o funcionamento de leis científicas, ao se defender que a identificação de padrões ou conjunções constantes de eventos, entre causa e seus efeitos, é um condicionante não só suficiente como também necessário para a elaboração das leis na ciência. Contudo, para Bhaskar (*idem, ibidem*), essa ideia é equivocada, pois sugere haver uma homogeneidade ontológica entre leis científicas e padrões de eventos, como se a conjunção constante entre uma causa e efeito fosse igual e imutável, ou seja, como se para cada causa houvesse um efeito específico, controlável e observável, o que garantiria a descrição entre causa e efeito correta e suficiente no estabelecimento de uma lei científica. Essa ideia de conjunção entre causa e efeito ser constante só se sustentaria se concebêssemos o mundo ou a realidade investigada sob o prisma de que é fechado, ou seja, controlável, quando consideradas determinadas condições, “condições constantes de temperatura e pressão”, como se diria em um experimento físico e/ou químico:

A fraqueza da concepção humeana de leis é que ela prende leis a sistemas fechados, isto é, a sistemas em que uma conjunção de leis constante ocorre. Isso tem a consequência de que nem o estabelecimento empírico nem a aplicação prática de nosso conhecimento em sistemas abertos podem ser sustentados. Uma vez levando em consideração sistemas abertos, as leis só podem ser universais, então, se forem interpretadas de um modo não empírico (transfactual), ou seja, como a designar a atividade de mecanismos ou estruturas gerativos independentemente de qualquer sequência ou padrão de eventos particular (BHASKAR, 2008a, p. 3)⁵⁶.

⁵⁵ *A Realist Theory of Science* é fruto da tese de doutorado de Bhaskar, inicialmente sobre economia, mas posteriormente com uma mudança de perspectiva que o levou à filosofia da ciência.

⁵⁶ No original: “The weakness of the Humean concept of laws is that it ties laws to closed systems, viz. systems where a constant conjunction of events occurs. This has the consequence that neither the experimental establishment nor the practical application of our knowledge in open systems can be sustained. Once we

É nesse sentido que, para termos uma descrição não ingênua ou positivista demais acerca da formulação em teorias e leis científicas de padrões de eventos ou a constituição de eventos no mundo social, precisaríamos ter uma pressuposição de quais são as dimensões ontológicas da realidade e como funcionam uma em relação a outra. Considerar o mundo como um sistema aberto diminuirá nossas surpresas diante da possibilidade de nem sempre uma causa desencadear dado efeito, diante do caráter acidental entre causas e efeitos. O mundo ser aberto é entender, portanto, que os mecanismos gerativos de eventos não agem diretamente na produção destes senão em consonância ou dissonância com mecanismos gerativos de estratos que concorrem para a realização de um mesmo evento. Essa *diferenciação* do mundo em aberto ou em fechado é que permite entender o funcionamento correto das relações entre causa e efeito. Esses mecanismos gerativos são exatamente o modo de as coisas agirem, o que pressupõe por si só a ideia de uma causalidade. Mas as leis, sendo estabelecidas causalmente, não devem ser consideradas a partir do prisma de que uma causa leva a um efeito dado, mas antes da lente de que as coisas do mundo, aquilo que está no mundo em oferta à nossa atividade científica de inquirir, têm poderes ou tendências que podem ser exercidas ou realizadas ou não, dado o caráter aberto, diferenciado e estratificado do mundo e da realidade.

A ideia de estratificação da realidade é também basilar para o entendimento da filosofia bhaskariana. Aliás, sem a ideia de um mundo estratificado, não haveria a possibilidade de fugirmos dos imbrólios de um positivismo ou de métodos de investigação que asseguravam a relação entre causa e efeito como universal, mas que revelam uma inadequação explanatória em leis e em teorias das relações acidentais e contingentes entre o que ocorre e o que lhe causa. Ter essa nova compreensão da diferenciação entre um mundo aberto e fechado leva à concepção de que o processo de descoberta e desenvolvimento científicos decorre não tanto da falsificabilidade histórica de um conhecimento científico, mas antes da transfactualidade e da contrafenomenalidade da própria ciência. A defesa de que o mundo é composto não apenas pela realidade imediata a ser inquirida por nós, mas também por várias esferas que fogem ao corte epistemológico promovido pela lei científica quando baseada na concepção humeana de causalidade (causa X leva à consequência X¹), leva-nos a compreender melhor situações em que determinadas causas não desencadeiam determinados

allow for open systems then laws can only be universal if they are interpreted in a non-empirical (transfactual) way, i.e. as designating the activity of generative mechanisms and structures independently of any particular sequence or pattern of events”.

efeitos, bem como os bloqueios exigentes para a realização de dados eventos:

É somente se aceitarmos a suposição da independência real de tais mecanismos dos eventos que eles geram que seremos justificados por assumir que eles persistem e ocorrem em seu modo normal fora das condições experimentalmente fechadas que nos permitem identificá-los. Mas é somente se estivermos justificados por assumir isso que a ideia da universalidade do conhecimento pode ser sustentada ou que a atividade experimental pode ser inteligível (BHASKAR, 2008a, p. 2)⁵⁷.

Essa independência entre mecanismos e eventos na filosofia bhaskariana não só fundamenta a ideia de mundo diferenciado, mas também o estratifica, pois, se há estruturas reais tais que, existindo independente e dessincronizadamente dos padrões de eventos, geram ou não determinados efeitos, é porque, sendo um sistema aberto em que estratos ou outros campos afetam a relação entre causa e efeito, há uma brecha ontoepistemológica tanto entre os mecanismos gerativos e os efeitos/eventos que eles geram, quanto entre os efeitos/eventos gerados e as percepções das pessoas sobre eles. Ou seja, além da assunção de uma ontologia diferenciada do mundo como vimos mais acima – segundo a qual este seria um sistema aberto, formado por diferentes estratos (físico, químico, biológico, semiótico etc.) que funcionam de forma simultânea e que possuem estruturas gerativas e poderes causais⁵⁸, acarretando (tanto por o mundo ser um sistema aberto, quanto por esses estratos operarem concomitantemente) efeitos imprevisíveis em forma de eventos (BHASKAR, 2005, 2008a, 2009; ARCHER, 2004; COLLIER, 1994) –, é também central para se compreender essa filosofia bhaskariana a distinção entre três domínios da realidade, que revelam o caráter estratificado da atividade científica: o real, o realizado e o empírico⁵⁹. O *real* inclui os

⁵⁷ No original: “It is only if we make the assumption of the real independence of such mechanisms from the events they generate that we are justified in assuming that they endure and go on acting in their normal way outside the experimentally closed conditions that enable us to empirically identify them. But it is only if we are justified in assuming this that the idea of the universality of a known law can be sustained or that experimental activity can be rendered intelligible”.

⁵⁸ Não há aqui no trabalho distinção entre “estruturas gerativas”, “mecanismos gerativos” e “poderes causais”. A diferença terminológica não leva a diferenças conceituais, a não ser se considerássemos sua origem ou as obras das quais o RC faz empréstimos, como é caso de *poderes causais*, termo que Bhaskar toma de seu orientador de doutorado, Rom Harré, e presente em obra deste último com Edward Madden, *Causal Powers: A Theory of Natural Necessity* (1975), publicada no mesmo ano de *A Realist Theory of Science*, obra máxima de Bhaskar. O próprio Bhaskar usa mais outros termos equivalentes, como “liability” em *A Realist Theory of Science*, e “tendency”, em *Scientific Realism and Human Emancipation* (2009), termos traduzidos como “tendências”, como forma de indicar a propensão das estruturas gerativas sobre os eventos.

⁵⁹ Os termos usados por Bhaskar (2008a) são: *the real*, *the actual* e *the empirical*. O domínio *the real* pode ser aqui traduzido literalmente como o domínio do *real*, daquilo que ocorre independentemente de nossas experiências e capacidade de aprendê-lo, contudo, dado o seu comportamento na relação com os outros domínios, poderia ser traduzido como o domínio do *potencial*, uma tradução encontrada em trabalhos de autores nacionais que se utilizam da mesma teoria (cf. RESENDE, 2009). Para manter uma relação mais

mecanismos, processos e estruturas subjacentes que possuem poderes causais e que podem ou não tanto horizontalmente ser percebidos, realizados, ativados, como verticalmente ser descobertos pelo processo de desenvolvimento científico. O *realizado*, por sua vez, refere-se ao eventos que acontecem se e quando esses mecanismos e estruturas têm seus poderes ativados, incluindo eventos que podem ser observados ou não. Isso implica que o que acontece *não é* necessariamente da forma como se percebe. Por fim, o *empírico* é o domínio acessado por nossas experiências, sendo aquilo que se sabe ter acontecido a partir de nossas observações mais diretas e imediatas. Assim como os eventos funcionam ou ocorrem de forma dessincronizada com os mecanismos gerativos que os geram, nossas experiências também estão em uma relação de imprevisibilidade com os eventos dos quais tiramos nossas percepções. Dessa forma, Bhaskar (2008a, p. 2) representa assim seu quadro dos domínios do mundo:

Figura 4 – Estratificação do mundo natural e social

	<i>Domínio do Real</i>	<i>Domínio do Realizado</i>	<i>Domínio do Empírico</i>
<i>Mecanismos</i>	✓		
<i>Eventos</i>	✓	✓	
<i>Experiências</i>	✓	✓	✓

Fonte: Bhaskar (2008a).

O que se depreende dessa estratificação do mundo é que o elemento *transcendental* de filosofia bhaskariana vai se encaixar justamente na ideia ontológica fundamental de algo *a priori*, a despeito da experiência ou das conceptualizações supostamente infalíveis (ou simplesmente transitivas) sobre o real. Ou seja, para a ciência e suas práticas existirem, é preciso pressupor que o mundo precede qualquer investigação empírica, sendo, assim, condição de possibilidade para o conhecimento científico. É por esta razão que, para eliminar a tese idealista, mas consequentemente relativista, de que *esse est*

direta com a discussão sobre “realismo” e a possibilidade de conhecer a realidade ontológica basilar à atividade da ciência, como está a propor Bhaskar, optaremos por traduzir o termo como *real*.

percipi (“o ser é ser percebido”, usando as palavras de Berkeley, 2010, p. 59), Bhaskar (2004, p. xi) invoca o critério *causal* para se atribuir à realidade ou se atingir uma dimensão que seja intransitiva e reafirmar a ontologia do real, sugerindo fortemente um realismo *vertical*, em que a ciência poderia ser vista como sendo “um processo contínuo e reiterado de movimentos que vão dos fenômenos manifestos [...] à identificação de suas causas gerativas”. É nesse sentido que o realismo empírico, tão comum às tradições do empiricismo clássico e do idealismo transcendental, não serve tão bem para nossas investigações científicas, dado que suas condições de possibilidade estão fundamentadas por uma concepção de mundo fechado, cujo conhecimento é reduzido a uma aquisição individual com base em seus dados da experiências e aliado a uma ontologia atomística que acredita poder descrever os eventos em termos de conjunções e invariantes constantes entre causa e efeito. Diferentemente do realismo empírico, Bhaskar propõe seu Realismo Transcendental na medida em que, negando a possibilidade de considerarmos os dados da experiências como fundamento último para nossas descobertas científicas, acene com a chance de podermos ter acesso a estruturas subjacentes que, uma vez capazes de gerar efeitos e causar eventos, podem ser descritas e desvendadas por meio da análise e identificação de seus mecanismos gerativos que foram ativados para a produção dos eventos no mundo. Seu Realismo Transcendental é isso: se ocorrem coisas, essas coisas ocorrem por causa de outra(s), que existem independentemente de nossa percepção mais imediata, estando acessíveis ou não à nossa detecção; se essa ocorrência entre causa e efeito não é constante, por haver interferências que possam vir a ser ou não identificadas, continuamente dever-se-á conduzir o processo de investigação à perseguição de estruturas outras, de estratos outros, que concorrem também para a produção do evento. Decorre disso, portanto, que, além de o Realismo Transcendental ser *vertical* (preocupado em atingir estruturas cada vez mais profundas do real), tem um aspecto ao mesmo tempo diacrônico e extensivo, que lhe dá um *status horizontal* nos processos contínuos de explanações sobre o mundo.

O mundo empírico é antropomórfico demais para Bhaskar (2008a, p. 46-8). Isso é o que baseia sua crítica ao realismo empírico: a ideia de que nossas experiências são apenas uma parte, uma parte epistemologicamente crítica, de nosso mundo, sobretudo quando colocadas no contexto de uma atividade científica como a defendida pelo autor. Isso não significa que as experiências só são relevantes na ciência, quando são o resultado de um processo social de produção; o fim, e não o início de uma jornada (BHASKAR, 2008a, p. 48). Como explica Bhaskar (idem, p. 6):

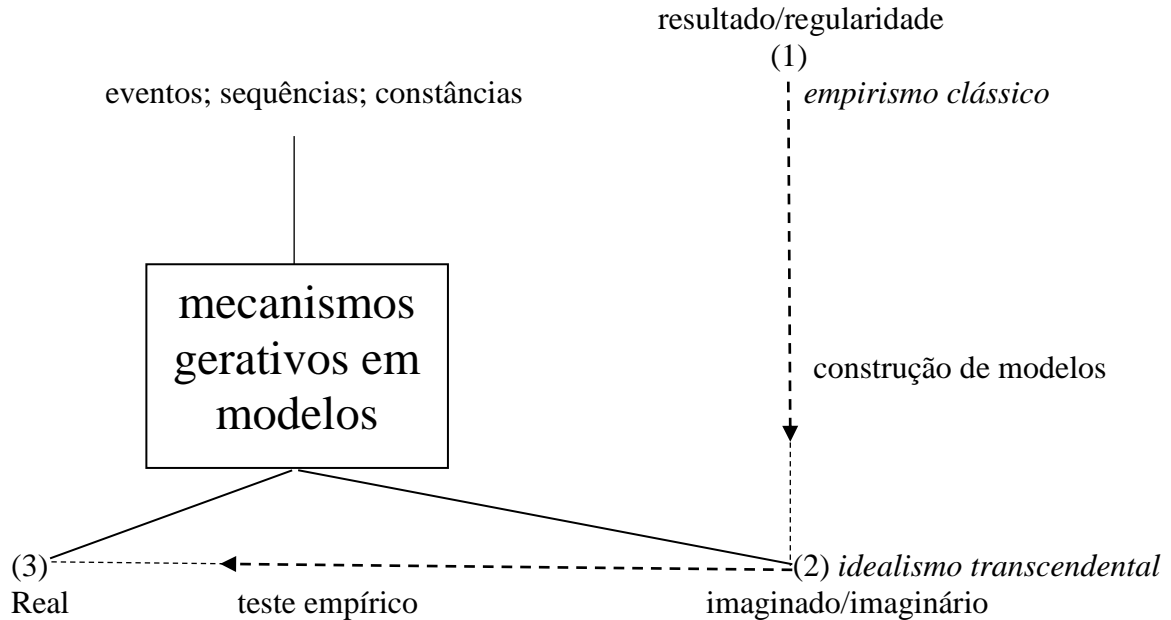
o objetivo da ciência é a produção do conhecimento dos mecanismos de produção de fenômenos na natureza que se combinam para gerar o fluxo real de fenômenos do mundo. Esses mecanismos, que são os objetos intransitivos da investigação científica, persistem e atuam de forma bastante independente dos homens. As declarações que descrevem suas operações, que podem ser chamadas de “leis”, não são declarações sobre experiências (declarações empíricas propriamente ditas) ou declarações sobre eventos. Na verdade, são declarações sobre o modo como as coisas agem no mundo (isto é, sobre as formas de atividade das coisas do mundo) e atuariam em um mundo sem homens, onde não haveria experiências e poucas, se houver, conjunções constantes de eventos. (É para poder dizer isso, *inter alia*, que precisamos distinguir os domínios do real, do real e do empírico)⁶⁰.

Questões importantes podem surgir daí. Se estivermos minimamente atentos, perceberemos que, se o objetivo da ciência é produzir conhecimento dos mecanismos gerativos de fenômenos na natureza que, dado o caráter estratificado e multiestruturado do mundo, podem se combinar com outros, de modo que se complexifica a possibilidade de conhecimento de tais mecanismos, como é possível assegurar que o conhecimento derivado de tais mecanismos são, de fato, mecanismos gerativos, e não a percepção teórica, experiencial, pessoal, mundana de um cientista? Em outras palavras: como é possível justificar que o conhecimento que elaboramos das estruturas do real correspondem ao atingimento do domínio mais profundo da estratificação do mundo natural e social, ao mesmo tempo em que se credita a descrição de tais estruturas a uma atividade supra-humana ou transcendental? Algum grau de garantibilidade deve haver ao cientista para que lhe seja autorizado tecer declarações que não se reduzam a declarações sobre os eventos, nem sobre as experiências, mas galguem o *status* de declarações sobre o domínio do real. Para se diferenciar tanto do empiricismo clássico quanto do idealismo transcendental neokantiano, Bhaskar propõe a seguinte explicação⁶¹ para seu Realismo Transcendental, tentando, dessa forma, superar tanto os impasses dos modelos propostos pelo empiricismo e o idealismo:

⁶⁰ No original: “the aim of science is the production of the knowledge of the mechanisms of the production of phenomena in nature that combine to generate the actual flux of phenomena of the world. These mechanisms, which are the intransitive objects of scientific enquiry, endure and act quite independently of men. The statements that describe their operations, which may be termed ‘laws’, are not statements about experiences (empirical statements, properly so called) or statements about events. Rather they are statements about the ways things act in the world (that is, about the forms of activity of the things of the world) and would act in a world without men, where there would be no experiences and few, if any, constant conjunctions of events. (It is to be able to say this *inter alia* that we need to distinguish the domains of the real, the actual and the empirical.)”.

⁶¹ Essa explicação de Bhaskar para a descoberta científica será retomada mais adiante por nós (cf. seção 3.3 e Capítulo 4) quando de nossa consideração crítica ao Realismo Crítico e à adoção dos princípios desta na ADC, sobretudo para o processo de validação e justificação das descobertas científicas.

Figura 5 – Lógica de Descoberta Científica



Fonte: Bhaskar (2008a).

Nos processos de investigação e descoberta científicas, tanto o idealismo transcendental quanto o empiricismo clássico interrompem a atividade científica nos pontos (1) e (2), em que está envolvida a construção criativa de modelos para as estruturas subjacentes, de um lado imaginadas, mas, por outro, concebidas como produtoras dos fenômenos em pesquisa. O Realismo Transcendental se diferencia de ambos: primeiro, porque não interpreta os resultados como uma regularidade, muito mesmo como algo passível de ser percebido em um nível tão superficial do mundo tal como seria a experiência, mas sim como a constância de um resultado experimentalmente produzido; segundo, porque, sem considerar a possibilidade de aquilo que é concebido como imaginado não apenas ser um fenômeno puro, mas também ser entendido ou vir a ser conhecido como o real, ficaríamos eternamente presos em um idealismo que, ao contrário de assegurar a racionalidade do processo de crescimento e mudança científico, propagaria a defesa de um mundo inacessível e de uma investigação sempre refém da imaginação contingente e mundana, como moscas presas dentro de um garrafa sem imaginar que o mundo lá fora pudesse ser o que elas de onde estão conseguem enxergar. Em vez dessas limitações, o Realismo Transcendental vê a necessidade de darmos um passo adiante ao propor que o *status* dos mecanismos postulados pela etapa (2) seja

sujeito ao escrutínio empírico, a um teste que assegure a realização ou não de uma causação. É por esta razão que o resultado deve ser visto como uma constância, e nunca a realidade ela mesma; o fim do processo de investigação científica, e não o início.

A ciência, para Bhaskar, deverá ter um tipo de funcionamento que seja dialético em sua natureza. Dialético e processualmente movente, sem um fim previsível e para sempre constante. Isso porque, dada a estratificação do mundo e por causa da multifacetada relação de diversos estratos uns com os outros, quando um nível da realidade é descoberto e descrito de forma adequada, o que se faz não é estabelecer definitivamente a descoberta como a realidade em si mesma, e sim construir e testar imediatamente explicações possíveis para o que acontece no nível em investigação. Como explica Bhaskar (2008a, p. 5):

Uma vez que a explicação é descoberta, a ciência, em seguida, passa para a construção e teste de possíveis explicações para isso. Em cada nível da realidade, o comportamento da lei deve ser interpretado de forma nômica, ou seja, envolvendo o exercício de tendências que podem não ser realizadas⁶².

Dessa forma, fica evidente que o Realismo Transcendental possui etapas metodológicas que vão muito além da estabelecida na ciência por um viés empiricista, como presente no empiricismo clássico e idealismo transcendental. Ele traz uma concepção de ciência muito diferente e esta se insere em um tipo de dialética em que para uma regularidade, uma vez sendo identificada, é construída uma explicação plausível, mas a realidade das entidades e dos processos postulados na explicação tem de ser checada. Essa etapa de averiguação é que faz o realismo bhaskariano ter acesso ao que a ambas as perspectivas vigentes era negado: o Real. Graças a essa etapa, Bhaskar postula que pode haver uma justificativa adequada para o uso de leis na explicação de fenômenos em sistemas abertos.

A proposta de Bhaskar, como dissemos na introdução deste capítulo, é oferecer alternativa àquelas que se desenhavam no horizonte da ciência e da filosofia geral das ciências nas décadas de 1960 e 1970. Uma delas, as tendências pós-modernistas como o pragmatismo e o pós-estruturalismo, caracterizadas pela crença da impossibilidade linguageira de atingirmos a essência do Real sem o apelo dos sentidos, o noumeno, incorre no problema de acreditar que as declarações sobre o ser das coisas poderiam ser traduzidas como declarações sobre o nosso conhecimento do ser das coisas. É como se a ontologia estivesse subsumida na

⁶² No original: “Once the explanation is discovered science then moves on to the construction and testing of possible explanations for it. At each level of reality law-like behaviour has to be interpreted normically, i.e. as involving the exercise of tendencies which may not be realised”.

epistemologia e baseada na categoria da experiência como realidade última, dando a entender uma metodologia que poderia ou ser consistente com a epistemologia, mas não teria relevância alguma para a ciências; ou ser relevante para a ciência, mas radicalmente inconsistente com a epistemologia, de tal modo que a filosofia e ciência estariam desligadas uma da outra. Portanto, para a elaboração de uma filosofia geral das ciências alternativa às opções do empiricismo e do idealismo, é preciso reivindicar uma ontologia e epistemologia específicas baseadas na ideia de causalidade que não opere com a compreensão de uma relação causa-efeito mecânica e previsível, ou seja, que não seja tão humeneana ao ponto de se acreditar que as leis causais repetem padrões ou conjunções constantes entre causa e efeito, mas antes trabalhe com a possibilidade de relações contingentes e imprevisíveis.

Como dissemos mais acima, Bhaskar vê no empiricismo e o no idealismo um ponto de vista antropocêntrico demais para a ontologia, para as estruturas do Real. Enquanto o idealista transcendental inspirado em Kant responde às relações causais como uma necessidade imposta pela percepção humana sobre os padrões de eventos que se observam na atividade experimental, o realista transcendental acredita que as estruturas gerativas do real não se reduzem a um produto da imaginação, e sim só podem vir a ser estabelecidas como real no curso da atividade em progresso da ciência. Conforme se depreende da formulação bhaskariana de um mundo estratificado, a relação entre estruturas ou mecanismos gerativos e os eventos que eles produzem só se sustenta se partimos da ideia de que há um hiato entre ambas as dimensões. Esse hiato é que garante, por exemplo, que aquilo que observamos não pode ser reduzido ao que é o real, pois os padrões de eventos decorrentes de causas não possuem estabilidade sempiterna para nos assegurar que descrições de tais padrões são o que de fato ocorre. Em outras palavras, esse hiato garante que os mecanismos ou poderes causais que ocorrem no mundo nem sempre são o que a gente consegue descrever, pois os mecanismos gerativos da natureza devem ser independentes dos eventos que eles geram. Eles devem persistir mesmo quando não agem; e agem em seu curso normal mesmo quando os resultados consequentes das declarações de leis que os mecanismos fundamentam não são realizados. Se o poder gerativo causal das estruturas do real perdura, então ele não é reduzível aos eventos que ele gera, embora possa ser concebido em função do que gera. Como a universalidade de uma lei elaborada pela ciência pode ser sustentada, se o próprio Bhaskar nos informa que, além desse hiato entre estruturas subjacentes e eventos gerados, o mundo é aberto, ao ponto de não termos como controlá-lo sob determinadas condições de inteligibilidade?

Bhaskar não nega que possa haver uma sequência *necessária* entre padrões de

eventos e mecanismos gerativos. A questão é fornecer uma explicação adequada o suficiente para entender quando o que ocorre, ocorre por existir uma conexão real e *testável* entre mecanismos gerativos e a sequência de eventos que eles geram. Bhaskar tenta trabalhar com a possibilidade de que essas sequências de eventos podem ser acidentais e não decorrer exclusiva e previsivelmente de dadas causas, para assim deixar a ideia um domínio do real independente dos homens e dos eventos que ele gera. Em vez da falsificabilidade como forma de progresso na ciência, a contrafactualidade se torna a chave de explicação de por que, em determinado momento histórico, as explicações científicas apontava tais padrões e não outros: porque não se havia chegado a camadas mais profundas dos mecanismos operativos em funcionamento na geração de eventos. Deve-se, portanto, ter em mente que o mundo dos mecanismos gerativos é real, porque gera efeitos, e independente dos homens, porque nem sempre na atividade científica conseguimos descobrir de uma vez por todas as causas reais e em jogo na produção de um evento. Como explica:

[...] pode-se objetar que a própria ideia de um mundo sem homens é ininteligível porque as condições em que isso é verdade tornariam impossível ser isso concebido. Mas eu posso pensar em um mundo sem homens; e eu posso pensar em um mundo sem mim. Ninguém pode realmente dizer “não existo”, mas isso não significa que “eu não existo” é ininteligível; ou que não pode ser significativo, só porque não pode ser verdadeiramente dito. Não é uma objeção à inteligibilidade de uma afirmação que é contrafactual. Na verdade, é apenas porque é inteligível que podemos dizer que é contrafactual (BHASKAR, 2008a, p. 37)⁶³.

É na necessidade de estabelecer uma ontologia não mundana do mundo que Bhaskar formula seu Realismo Transcendental como uma filosofia geral da atividade científica. Nessa ideia de um hiato entre as dimensões do Real e do Realizado, entre os mecanismos gerativos e os eventos que eles geram, está entendido que a inteligibilidade da ciência decorre da possibilidade de identificar estruturas profundas pelos eventos que eles geram, embora a relação entre ambos seja não necessária, por meio de relações causais que podem ser contingentes e multifacetada. Surge uma dimensão do mundo, assim, não humana, existente por si só, quando não considerada a intervenção humana. Saber distinguir essas dimensão tem implicação direta para a forma como se elabora e percebe o conhecimento

⁶³ No original: “it might be objected that the very idea of a world without men is unintelligible because the conditions under which it is true would make its being conceived impossible. But I can think of a world without men; and I can think of a world without myself. No-one can truly say ‘I do not exist’ but that does not mean that ‘I do not exist’ is unintelligible; or that it cannot be meaningfully, just because it cannot be truly said. It is no objection to the intelligibility of a statement that it is counterfactual. Indeed it is only because it is intelligible that we can say that it is counter-factual”.

sobre o mundo: não tomando o mundo como produto, nem a percepção dos homens sobre o mundo como única forma de conhecê-lo, elaborar explicações adequadas que, em testes experimentais, permitam a formulação de regularidades em forma de leis causais descritoras do funcionamento do mundo.

São essas estruturas nada humana, nunca humanas, a não ser as explicações humanas sobre coisas inumanas que importam como categoria última do conhecimento. Tais estruturas formam aquilo que Bhaskar concebe como *dimensão intransitiva do conhecimento* – o estrato do mundo em que estão os objetos de estudo da ciência e que não se reduz ao nosso conhecimento sobre ele. Essa *intransitividade existencial*, a crença de um mundo pré-estabelecido, é uma condição prévia que se aplica não só ao mundo natural, mas também ao mundo social (cf. BHASKAR, 2005, p. 47). É o mundo das coisas, o mundo dos mecanismos, a própria dimensão do real, como vimos anteriormente na concepção estratificada proposta por Bhaskar. Mas, o conhecimento científico não se resume a essa dimensão. O conhecimento tem dois lados. Diferente do mundo das coisas não produzidas por homens, por exemplo a gravidade, o processo de eletrólise e o mecanismo de propagação da luz, que não dependem dos homens nem de suas atividades, há também o mundo dos objetos transitivos do conhecimento. Como assegurar uma dimensão intransitiva do conhecimento frente às revoluções ou desenvolvimentos científicos, que foi a pedra angular de discussões de, por exemplo, Karl Popper, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend? Para sustentar essa dimensão intransitiva em face da relatividade ou falibilidade de nosso conhecimento, Bhaskar (2008a, p. 11) a relaciona à *dimensão transitiva* (ou epistemológica, imanente), que é mutável, contingente, falível, composta pelos objetos artificiais moldados pela ciência em produtos do conhecimento, como as teorias, os paradigmas, os modelos, os métodos, as técnicas de investigação, disponíveis a um cientista ou a um contexto histórico particular. Os objetos intransitivos do conhecimento não variam em decorrência de nosso conhecimento sobre eles, das formulações transitivas. Independentes de nós, imutáveis diante da ciência, são objetos de descoberta e investigação científicas, pois, se podemos imaginá-los sem a ciência, está não pode ser pensada sem eles, nem mesmo sem os objetos transitivos e derivados dos intransitivos.

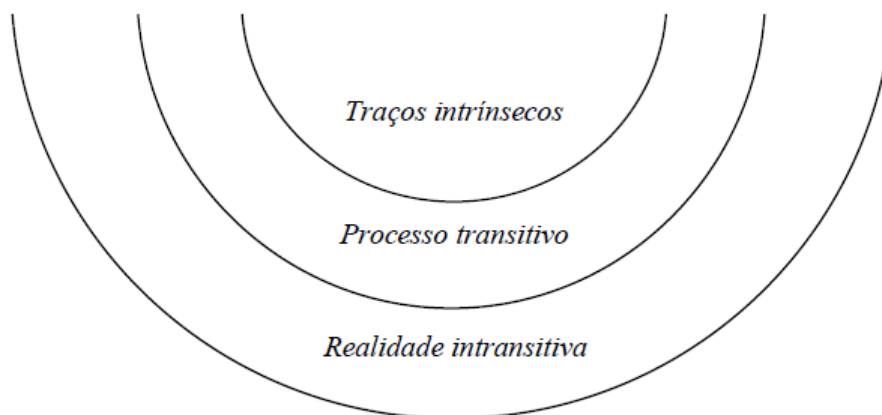
Bhaskar lança uma questão epistemológica e metodológica importante para a gente pensar tanto a dependência da ciência dos objetos transitivos e intransitivos do mundo quanto a independência do mundo dos objetos forjados pela ciência: como a ciência deve ser para nos dar um conhecimento de objetos intransitivos? Sua resposta fornecerá uma controvérsia a ser retomada mais à frente por nós, pois, se há explicações alternativas do

mesmo mundo, deve haver uma teoria que possa explicar mais significativamente fenômenos em termos de suas descrições do que das de outra. E, se isso acontece, como podemos assegurar que uma explicação é mais significativa ou melhor do que outra? Para Bhaskar, deve ter critérios *adequados* para se escolher entre elas que não nos faça cair em um relativismo excessivo ou uma *falácia epistemológica* que, a seu ver, reside em acreditar tão somente que a dimensão transitiva é a única a ser possível de alcançarmos. Tais critérios devem combinar e conciliar uma “Santíssima Trindade”: a) *realismo ontológico* (a ideia de que há um mundo real e existente, independentemente da atividade humana da ciência); b) *relativismo epistemológico* (a ideia de que haverá sempre, em algum momento da história do desenvolvimento científico, teorias alternativas que ora se complementam, ora concorrem, ora se suplantam para a produção de uma explanação mais verticalmente profunda e horizontalmente extensiva das estruturas do real); e c) um *racionalismo de julgamento*⁶⁴ (a ideia criterial graças à qual racionalmente se fazem as escolhas epistemológicas mais adequadas, considerando sua validade em termos da reflexividade metaepistêmica e da responsabilidade ética do discurso da ciência e do pesquisador) (cf. BHASKAR, 2008a, p. xix; BHASKAR, 2009).

Com base neste terceiro elemento, é que Bhaskar, em obras mais recentes, como *Scientific Realism and Human Emancipation* (2009), acrescentará uma nova dimensão ao lado das intransitiva e transitiva do conhecimento: a *dimensão metacrítica* do discurso filosófico. Tal dimensão decorre da percepção de Bhaskar de que a filosofia, como qualquer corpo de conhecimento, tem dois aspectos: a) *intrínseco* ou normativo, quando objetiva alcançar metas e objetivos; e b) *extrínseco* ou causalmente condicionado, na medida em que está imbricada no ser humano e no processo geo-histórico de produção do conhecimento. A teoria de uma racionalidade de julgamento é intrínseca, uma vez que está envolvida com questões imanentes à atividade propriamente dita da ciência, pois, sendo o ato científico um ato intencional, ele pretende, por exemplo, ter sucesso em ser uma explicação *adequada* de um tópico, uma descrição *verdadeira* de um estado de coisas, um ato amável ou corajoso, uma decisão *justa* ou prudente etc. (BHASKAR, idem, p. 11), dependendo, por fim, da responsabilidade ética e reflexividade metaepistêmica do fazer ciência.

⁶⁴ No original: “*judgemental rationalism*”.

Figura 6 – O momento cognitivo e intrínseco da ciência



Fonte: Bhaskar (2009).

A Figura acima (BHASKAR, 2009, p. 17) deixa evidente que a produção do conhecimento, embora não deva negar o caráter pré-existente do real, acaba por se envolver com uma dimensão ética e reflexiva intrínseca e imanente à atividade mesma do pesquisador, como se dependesse, por fim, de uma etapa cognitiva extremamente importante no entorno do fazer científico. Em outras palavras, o que Bhaskar (idem) percebe, em estágios mais recentes de sua filosofia geral das ciências, é que a questão da validação passa também por questões inevitavelmente cognitivas e autorreflexivas, e não somente técnicas, que definirão a propriedade *adequada, verdadeira, justa* de uma explanação científica. Em relação à aceitação de uma explanação que tem por objetivo ser a melhor possível, a mais adequada possível em um horizonte epistemologicamente relativo, os critérios para o encaixe de uma descrição como a mais adequada possível sobre o real, em um campo de alternativas disponíveis, não são definidos por Bhaskar sem que resvale do aspecto eminentemente discursivo da ciência. Embora ele observe muito que a ciência social, como parte imprescindível da discussão geral da filosofia da ciência, não é apenas sobre um objeto de pesquisa (*subject-matter*), mas também para uma audiência (cf. BHASKAR, 2005, p. 59), o que não fica claro na sua discussão de Bhaskar, ao menos em obras iniciais (cf. BHASKAR, 2005, 2008a), é quais os critérios transcendentais, ou ao menos não mundano (já que é a assunção de uma dimensão intransitiva que concede ao realismo bhaskariano o caráter realista crítico, não empiricista e não relativista, no processo de descoberta e na atividade científicos), para se definir, no âmbito das ciências gerais (naturais e não somente as sociais), quando uma explanação é mais adequada do que outra. Essa aporia é que o fará propor uma discussão

sobre *Crítica Explanatória*⁶⁵, como forma de responder aos impasses que seu Realismo Crítico Transcendental cria ao trabalhar com dimensões intransitivas e independentes dos homens.

Voltaremos ainda tanto à dimensão metacrítica do conhecimento científico quanto a esse impasse dos critérios necessários para a validação de uma explanação científica mais à frente neste capítulo (cf. seção 3.3 abaixo), pois, ao mesmo tempo, são uma tentativa de resposta de Bhaskar a problemas de validação científica e se configuram como uma controvérsia que identificamos na filosofia bhaskariana a se estender metodologicamente à ADC e à atividade dos analistas críticos do discurso, já que os coloca no beco sem saída ao tentar galgar para suas descrições um *status* de teoria científica, de explanação mais justa, de explicação mais adequada do real, em dissonância com as “prototeorias” ou “más percepções” que as pessoas leigas têm das práticas sociais das quais participam, fazendo, portanto, uma *purificação* da atividade científica, em vez de encará-la como uma *tradução*⁶⁶. Antes de chegarmos à discussão das controvérsias que encontramos no RC e que se fazem presentes quando transfiguradas para a teorização da ADC, discutiremos na própria seção o papel de um realismo transcendental em um campo minado como o das ciências sociais – uma ciência inescapavelmente discursiva cujos objetos de investigação são antes conceituais e abstratos do que reais e concretos. Nela, entenderemos a relação entre duas dimensões ontológicas fundamentais à atividade de uma ciência social, a estrutura social e os atores/as ações sociais, bem como poderiam se dar processos de mudança social tão propagados pela agenda de pesquisa da ADC e pelos objetivos emancipatórios do realismo de Bhaskar.

3.2 O NATURALISMO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A POSSIBILIDADE DE UMA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Uma vez estabelecidas as dimensões ontológica, epistemológicas e ético-reflexiva, a compreensão da causação e leis causais como não imutáveis, assim como e a ideia de um universo diferenciado, resta agora as ciências específicas determinarem que estruturas causais são reais, ou seja, qual a dimensão ontológica e os mecanismos gerativos de ciências que não sejam as naturais. No caso das ciências humanas, essa tarefa, à primeira vista, pode

⁶⁵ Cf. a seção 3.3, quando discutiremos com mais calma sobre a Crítica Explanatória.

⁶⁶ Reforçamos mais uma vez que conceitos como esses, de tradução e de purificação, serão melhor dissertados quando assumirmos as rédeas das proposições sobre os caminhos a serem trilhados pela ADC, ou melhor, no capítulo 4, quando a Teoria do Ator-Rede será chamada para auxiliar o achado de uma nova vereda ontológica, epistemológica e metodológica para as análises do discurso.

parecer um tanto ingrata, a depender da resposta à questão de se o modelo explanatório para as ciências naturais acima expresso (a filosofia geral da ciência ou realismo transcendental) pode ser aplicado igualmente, por exemplo, às ciências sociais. Em outras palavras, é levantada, nesse momento, a questão fundamental da necessidade e/ou possibilidade do naturalismo metodológico em ciências sociais ou da tese de que a vida social é passível de ser conhecida da mesma forma que o é o mundo natural.

As posições e respostas existentes para a referida questão, considerada por Bhaskar (2004, p. xiv, 2005, p. 1) como problema primário da filosofia das ciências sociais, têm sido polarizada em duas tradições disputantes. Primeiro, o naturalismo comumente associado ao positivismo, dominante na filosofia e prática das ciências sociais, e pedra angular da concepção ortodoxa de ciência, segundo o qual a sociedade e os fenômenos humanos em geral podem ser estudados da mesma forma, cientificamente, que os objetos naturais, tendo como base a noção humeana de lei. Segundo, o antinaturalismo – ou hermenêutica –, separando os métodos das ciências sociais das ciências naturais, ao se basear na concepção de que há unicidade no campo social que o faz diferente das ciências naturais, pois aquele é tipicamente pré-interpretado, conceptualizado, linguístico, consistindo em objetos significativos cuja elucidação deve ser o objetivo central das ciências sociais. Esta última tradição, fundindo dicotomias kantianas e hegelianas, inaugura o surgimento de outras, como explanação causal/entendimento interpretativo, nomotético/ideográfico, repetível/único, domínio da física/domínio da história cindindo definitivamente o campo social do natural.

Dadas essas posições, o que fica como ponto de discórdia entre ambas diz respeito à referida dimensão intransitiva do conhecimento, das ciências sociais, ou seja, ao caráter real ou nominal de estruturas sociais. Bhaskar (2005), em *The Possibility of Naturalism*, não cedendo aos atrativos que cada uma possa oferecer, vai suscitar uma terceira posição: um naturalismo qualificado, não reducionista, *crítico*, baseado numa concepção transcendental e realista da ciência e numa concepção transformativa da atividade social, ao sustentar que é possível dar uma explicação científica à sociedade e aos objetos da pesquisa social. Para Bhaskar (idem, p. 3), há muitas diferenças entre as ciências naturais e as sociais, e a impossibilidade de usarmos os métodos da pesquisa científica natural para o estudos dos objetos sociais decorre das diferenças reais entre os objetos (*subject-matter*) de ambas as ciências, o que leva, portanto, à necessidade de estabelecer outras estratégias metodológicas para as ciências sociais:

não é a despeito de, mas apenas *em virtude* dessas diferenças que a ciência social é possível; [...] aqui, como em outros lugares, é a natureza do objeto que determina a forma possível de sua ciência. Investigar os limites do naturalismo é *ipso facto* investigar as condições que tornam possível a ciência social, seja esta ou não atualizada na prática⁶⁷.

É por esta razão que Bhaskar vai fornecer uma alternativa ao naturalismo vigente nas ciências como um todo. A posição do filósofo não pode ser derivada da tradição hermenêutica, pois, se assim fosse, trabalharia com uma postura demasiadamente empiricista e idealista, que relegaria ao campo do impossível as chances de se chegar a estruturas reais do mundo social. Ela deve ser naturalista, uma vez que pressupõe a ideia de haver uma dimensão ontológica real passível de ser apreendida pela atividade científica; mas se diferencia da perspectiva naturalista tradicional, porque esta é positivista, quando defende unidade tanto de métodos apropriados para se estudar objetos naturais e social (o erro cientificista), quanto de natureza dos objetos naturais e sociais (o erro reducionista). O *Naturalismo Crítico*⁶⁸ de Roy Bhaskar é antipositivista por partir da compreensão das diferenças de métodos e objetos, mas sem perder a ideia de uma base ontológica ou visão essencialmente realista da ciência que dê margens para estabelecermos formas e métodos de pesquisa social que pressuponham uma dimensão ontológica realista da realidade. Como explica Bhaskar (2005, p. 3), as considerações ontológicas, epistemológicas e relacionais que uma filosofia das ciências sociais e humanas exige colocam, todas elas, limites na possibilidade do naturalismo, se qualificar a forma que um naturalismo (na acepção bhaskariana, crítico) deveria tomar, o que trará consequências para a forma como uma metodologia *ad hoc* deve ter.

Para ser coerente com sua filosofia geral das ciências, é preciso, em alguma medida, estabelecer as condições ontológicas para uma atividade científica nas ciências humanas e sociais de modo que a ideia de estruturas reais surjam e baseiem uma pesquisa social crítica. Daí surge a questão de partida para a qual Bhaskar tenta dar contribuição e que orientará o raciocínio sobre a possibilidade de naturalismo (crítico) para as ciências humanas e sociais: *que propriedades as sociedades e as pessoas possuem que podem fazer delas possíveis objetos de conhecimento para nós?* Em se tratando de ciências humanas, algumas características não podem ser ignoradas, sendo consideradas por Margaret Archer (2003)

⁶⁷ No original: “it is not in spite of, but rather just in virtue of, these differences that social science is possible; that here, as elsewhere, it is the nature of the object that determines the form of its possible science. So that to investigate the limits of naturalism is *ipso facto* to investigate the conditions which make social science, whether or not it is actualized in practice, possible”.

⁶⁸ É a partir dessa definição que muitos dos discípulos das obras de Roy Bhaskar cunharam o termo Realismo Crítico: uma aglutinação de Realismo Transcendental com Naturalismo Crítico (cf. COLLIER, 1994).

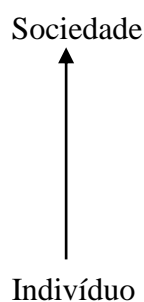
como *atos vexatórios da sociedade*, a saber: a sociedade ser inseparável de seus componentes humanos, já que de certa forma sua existência depende de nossas atividades; a sociedade ser plástica e sua forma depender das ações humanas e suas consequências; e o fato de nossas ações também serem afetadas pela sociedade e pelos nossos esforços em transformá-la. Daí é comum saírem certas concepções da relação sociedade/agência em que se confirma a redução epifenomênica, de um lado, da sociedade à agência individual ou, de outro, desta àquela. Mas Bhaskar propõe que nem a sociedade seja redutível às pessoas, nem que as pessoas sejam redutíveis à sociedade, de modo que haja uma conexão entre ambos os estratos que não seja subsumida por uma alguma pressuposição epifenomênica, individualista ou ingênua demais.

Nesse sentido, é preciso se colocar em um terreno que considere as complexas relações entre indivíduos e sociedade. Mas tais relações também não devem assumir a forma atomista que tradicionalmente adquire em alguns paradigmas nas ciências sociais. Por exemplo, as sociedades não devem ser aquilo que é derivado das atitudes ou dos comportamentos dos indivíduos que as compõem, como sendo resultante ou o pináculo dos comportamentos das partes componentes do todo social. Tal postura, que Bhaskar (2005, p. 27) chama de *atomismo social* e cuja manifestação epistemológica ele categoriza como *individualismo epistemológico*, advoga um quadro de explanação em que os fenômenos sociais devam ser interpretados tão somente em termos de fatos sobre indivíduos. Essa explanação empobrece as explicações e os entendimentos a respeito do que seja o social, pois o considera como o produto de todos os comportamentos individuais, já que a preocupação fica vinculada à questão de se a sociedade é maior do que a soma das pessoas e de se o comportamento social é explicado em termos dos comportamento de todos os indivíduos. Se o comportamento dos indivíduos não deve ser o objeto de investigação das ciências sociais, também não o deve ser a razão, como distinta das paixões e dos sentimentos (algo que deixa a sociologia muito presa a fenômenos psicológicos demais), pois que dizer que as pessoas são racionais não explica o que elas fazem, mas apenas como fazem. A importância maior a ser dada nas formas como as pessoas agem na sociedade, seja constituindo-a enquanto entidade ou objeto social, seja mudando-a quando consideradas as diferenças históricas de suas manifestações, fica de lado quando se foca apenas em características que definem o que são as pessoas, mas não explicam o que elas fazem ao agir em sociedade.

Disso resulta ao menos uma ideia interessante: a de que a sociedade é feita e consiste de pessoas, no sentido de que a presença material dos efeitos ou manifestações sociais provém das mudanças nas pessoas, porém mudanças provocadas pelas pessoas sobre coisas materiais. É como se a evidência material de que a sociedade existe fosse decorrente

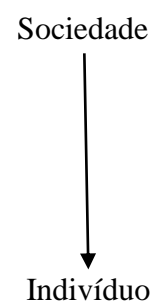
dos resultados das ações das pessoas. Isso revela um aspecto relacional que será importante para pensarmos o tipo de conexão que há entre ambos os estratos do mundo social, sociedade e pessoas, mas que deverá ser diferenciado tanto de uma perspectiva individualizada de comportamento individual, como vimos acima – em que as pessoas são encaradas apenas em termos de seu comportamento e a soma de todos os comportamentos possíveis (cf. Figura 7 abaixo) –, quanto de uma perspectiva coletivista de grupo, tal como é vista nos trabalhos de Durkheim, em que o índice do social é caracterizado quando as pessoas possuem traços daquilo que pode ser dado como pertencente ao grupo, ou seja, as pessoas como manifestações do grupo social (cf. Figura 8). É nesse sentido que são identificados por Bhaskar (2005, p. 31) dois campos na teoria sociológica: uma, *voluntarista*, em que os objetos sociais são vistos como constituídos pelo comportamento humano intencional, conforme vimos com a perspectiva individualizada; outra, *reificante*, em que os objetos sociais são vistos como possuindo vida própria, externa a e coercitiva sobre os indivíduos, como a perspectiva coletivista de inspiração durkheimiana. O aspecto relacional que pode ser apreendido de ambas as perspectivas, quando tentamos sintetizá-las, decorre da atividade material um tanto quanto dialética que se apreende delas e que assinalamos mais acima: a ideia de que a sociedade só é concebível como objeto social quando considerada em função das ações dos sujeitos sociais, e vice-versa. Tal aspecto, derivado da tendência marxista no pensamento social, encontra variante, por exemplo, no modelo de Peter Berger, que, de alguma forma, sintetiza as posições weberiana (o modelo voluntarista/comportamentalista) e durkheimiana (o modelo reificante/coletivista). Nesse terceiro modelo sintetizante, relacional, é defendido que a sociedade é que forma os indivíduos, mas são os indivíduos que produzem a sociedade em uma dialética contínua.

Figura 7: O voluntarismo weberiano



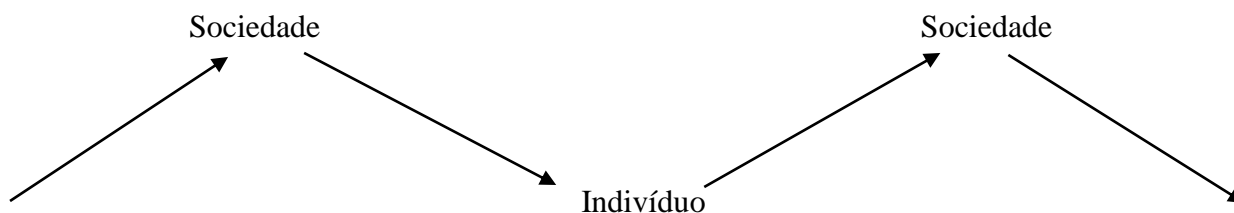
Fonte: Bhaskar (2005).

Figura 8: A reificação durkheimiana



Fonte: Bhaskar (2005).

Figura 9 – A dialética bergeriana



Fonte: Bhaskar (2005).

A dialética bergeriana atribui à sociedade o dado de ser uma objetificação ou uma externalização das atividades humanas, ao passo que os seres humanos seriam o momento de internalização ou reapropriação da sociedade na consciência. Esse modelo vai além dos outros dois, na medida em que consegue combinar aspectos tanto individualizantes quanto coletivistas, mas Bhaskar não acredita em seu sucesso, pois é enganoso, ao encorajar, “de um lado, um idealismo voluntarista em relação ao nosso entendimento da estrutura social e, de outro, um determinismo mecanicista em relação ao nosso entendimento das pessoas”⁶⁹ (BHASKAR, idem, p. 33). Além disso, trabalha com a compreensão de sociedade e pessoas são dialeticamente relacionadas, constituindo dois momentos do mesmo processo, quando, na verdade, deveriam se referir a tipos de coisas radicalmente distintos um do outro.

A posição alternativa crítica de Bhaskar se mostra como uma tentativa de síntese entre sociedade/estrutura e agência, ao considerar que a relação entre os atores sociais, as pessoas, e a sociedade não é de criação, como defenderia, de um lado, a posição voluntarista e, de outro, o modelo dialético concernido ao momento das pessoas; antes, essa relação é de *reprodução* ou de *transformação* da sociedade pelos indivíduos. A sociedade é sempre já feita, e as práxis concretas das pessoas só podem sustentá-la ou modificá-la, como sendo um recurso para a ação. Dessa forma, a sociedade é algo que os atores sociais nunca constroem, não é o produto das atividades deles, mas ela só existe em função das atividades que eles fazem. Assim, surge uma concepção de sociedade recursiva, na medida em que uma atividade de atores na sociedade, para existir, pressupõe a existência prévia de alguma forma social, ou seja, a sociedade é condição necessária para qualquer ato intencional humano. Dessa percepção Bhaskar retira seu *Modelo Transformacional de Atividade Social*, que trabalha com a ideia de a pré-existência das formas sociais ser a condição *sine qua non* para a realização de

⁶⁹ No original: “it encourages, on the one hand, a voluntaristic idealism with respect to our understanding of social structure and, on the other, a mechanistic determinism with respect to our understanding of people”.

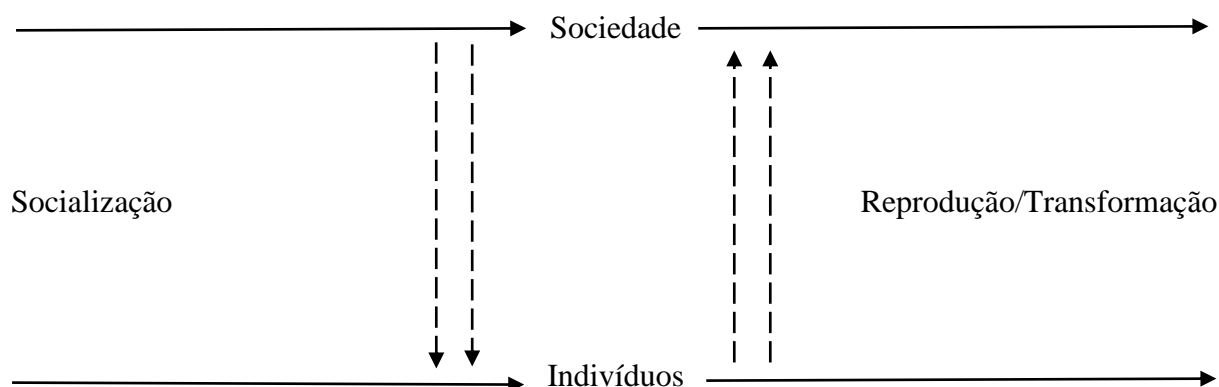
toda ação social, para a agência dos indivíduos em sociedade, além de defender a possibilidade de estes, em suas atividades cotidianas, não apenas reproduzirem as tendências provenientes das formas sociais, como também de transformar as estruturas que governam as atividades em práticas sociais:

Para usar os termos aristotélicos, então, em todos os processos de atividade produtiva, é necessária uma causa material e eficiente. E, seguindo Marx, podemos considerar a atividade social como consistindo, analiticamente, na *produção* de causas materiais, isto é, no trabalho sobre (e com) elas, envolvendo a transformação delas. Agora, se, seguindo Durkheim, considerarmos a sociedade como fornecendo as causas materiais da ação humana e se, seguindo Weber, recusarmos a reificá-la, é fácil ver que tanto a sociedade quanto a práxis humana devem possuir um *caráter duplo*. A sociedade é a *condição* sempre presente (causa material) e o *resultado* continuamente reproduzido da agência humana. E a práxis é tanto o trabalho, isto é, a *produção* consciente, quanto a *reprodução* (normalmente inconsciente) das condições de produção, isto é, a sociedade. Pode-se referir ao primeiro como a *dualidade da estrutura* e ao segundo como a *dualidade da práxis* (BHASKAR, *idem*, p. 34-35)⁷⁰.

Nesse modelo de transformação social, a sociedade não deve ser considerada uma entidade reificada (o erro típico da perspectiva durkheimiana), nem o produto da atividade humana (o erro proveniente da perspectiva weberiana), mas sim o conjunto de estruturas, práticas, convenções que as pessoas reproduzem ou transformar, porém só existem a menos que as pessoas ajam. Com a ênfase constante na ideia de transformação, deve-se ficar claro, então, como Bhaskar enxerga essa possibilidade. Vimos que ela não se iguala à ideia de criação de formas sociais pelos indivíduos ou por suas ações, nem que é o mesmo que a produção da sociedade pela agência humana. Transformação significa a possibilidade de *mudança* das condições sociais de existência dos indivíduos, ou seja, da estrutura social, mas mudança no sentido de maximar as possibilidades de desenvolvimento e exercício espontâneo dos poderes causais, conforme Figura 10 abaixo:

⁷⁰ No original: “To use the Aristotelian terms, then, in every process of productive activity a material as well as an efficient cause is necessary. And, following Marx, one can regard social activity as consisting, analytically, in *production*, that is in work on (and with), entailing the transformation of, those material causes. Now if, following Durkheim, one regards society as providing the material causes of human action, and following Weber, one refuses to reify it, it is easy to see that both society and human praxis must possess a *dual character*. Society is both the everpresent *condition* (material cause) and the continually reproduced *outcome* of human agency. And praxis is both work, that is, conscious production, and (normally unconscious) reproduction of the conditions of production, that is society. One could refer to the former as the *duality of structure*, and the latter as the *duality of praxis*”.

Figura 10 – O Modelo Transformacional da Sociedade



Fonte: Bhaskar (2005).

Nesse modelo, Bhaskar parte, primeiro, do ponto de que os objetos da ciência social são reais e irreduzíveis, cujas causas geram efeitos e podem ser irreconhecíveis ao entendimento imediato dos agentes, concepção coerente com filosofia geral das ciências, conforme vimos em seções anterior, por sustentar a estratificação do mundo; segundo, da ideia recursiva de *socialização*, que concerne aos processos de aquisição e manutenção dos estoques de competências, habilidades, tendências, necessários à transformação e à reprodução. Uma questão que daí surge também é se os agentes causais eles próprios têm poderes causais ou tendências ou se as razões que eles têm para agir podem ser encaradas também como causas, pois, como podemos ver, os indivíduos agem quando internalizam os processos de socialização já inerentes à sociedade e às relações entre estrutura social e agência humana, mas, se assumirmos que a sociedade só aparece nos momentos de internalização, tenderemos a incorrer no erro da reificação, que coloca os indivíduos como um epifenômeno do grupo social, desconsiderando, portanto, que o processo de socialização é posterior a processos de objetificação das formas sociais, ou seja, passou também por processos de transformação social. Essa questão nos exige uma atenção maior em torno de em que medida podemos considerar se os indivíduos transformam ou não a sociedade. Vejamos:

[...] a concepção realista crítica enfatiza que a sociedade é a) uma condição pré-existente e (transcendental e causalmente) necessária para a *agência intencional* (insight de Durkheim), mas igualmente b) como algo que existe e persiste somente em virtude desta agência. Nesta concepção, a sociedade é tanto a condição quanto o resultado da agência humana e esta tanto reproduz quanto transforma aquela. [...] em qualquer época, a sociedade é pré-dada aos indivíduos, que nunca a criam, mas simplesmente a reproduzem ou transformam. O mundo social é sempre pré-estruturado. [...] Isso significa que os agentes estão sempre agindo num mundo de constrangimentos e

possibilidades que eles não produzem. A estrutura social, portanto, é ao mesmo tempo uma condição sempre presente e um resultado continuamente reproduzido da *agência humana intencional* (BHASKAR, 2004, p. xvi, grifo nosso)⁷¹.

Por este argumento, a sociedade é condição causalmente necessária para a *intenção* dos agentes. Nesse trecho, está presente, por exemplo, aquilo que Bhaskar (2005, p. 34) chama de “caráter dual” tanto da sociedade quanto da práxis humana, conforme mencionamos mais acima: a *dualidade da estrutura*, pois a sociedade é dual por ser *condição* (ou causa material, sempre presente) e *resultado* (continuamente reproduzido) da agência humana; e a *dualidade da práxis*, pois a práxis humana o é por ser *produção* (consciente) e *reprodução* (normalmente inconsciente) das condições de produção sociais. Essa divisão ontológica da realidade social em estrutura sociais de um lado (como o ponto de onde vêm os mecanismos gerativos da sociedade) e agência humana de outro (como o ponto de onde vêm, por sua vez, os poderes causais das pessoas) é imprescindível para se entenderem tanto a inter-relação entre ambas as dimensões (algo que mais à frente abordaremos) quanto as propriedades causais que cada uma tem, para que seja possível realista-criticamente propor um método de investigação nas ciências humanas e sociais.

Ainda sobre a citação anterior, destacamos os trechos em que Bhaskar fala de intenção, de agência humana intencional, pois ele é ponto ao qual deveremos fazer uma observação. Pois, para Bhaskar, a intencionalidade é justamente aquilo que caracteriza a agência humana, assim como a propositalidade e a autoconsciência. Bhaskar (2005, p. 35) chama a atenção para o fato de que, para agir, os homens têm, antes, intenções e propósitos para a sua agência, mas nem sempre são conscientes do que fazem, porque, ainda que esses três traços caracterizem a ação humana, eles não correspondem às transformações que esta é capaz de promover nas estruturas sociais, já que as pessoas inconscientemente reproduzem as estruturas que as governam, mas só ocasionalmente as transformam. Como é possível, então, diante dessas circunstâncias humanas, enxergamos processos de mudanças ou transformações sociais? As razões de as pessoas inconscientemente reproduzirem as estruturas sociais é algo

⁷¹ No original: “[...] the critical realist conception stresses that society is both (a) a pre-existing and (transcendentally and causally) necessary condition for intentional agency (Durkheim's insight) but equally (b) as existing and persisting only in virtue of it. On this conception, then, society is both the condition and outcome of human agency and human agency both reproduces and transforms society. [...] at any moment of time society is pre-given for the individuals who never create it, but merely reproduce or transform it. The social world is always pre-structured. [...] It means that agents are always acting in a world of structural constraints and possibilities that they did not produce. Social structure, then, is both the ever-present condition and the continually reproduced outcome of intentional human agency. Thus people do not marry to reproduce the nuclear family or work to sustain the capitalist economy. Yet it is the unintended consequence (and inexorable result) of, as it is the necessary condition for, their activity”.

que Bhaskar relega às ciências sócio-psicológicas e não chega a dar parecer sobre tais razões, mas apenas se detém ao aspecto de que as estruturas se mantêm nos atos da pessoas e à questão de que ao menos conscientes de suas ações, ainda que não das consequências da agência, as pessoas são, pois elas têm intenções e propósitos. Como Bhaskar (idem, ibidem) destaca, a respeito da intencionalidade:

Isso [a intencionalidade como característica da ação humana] parece depender do traço de que as pessoas são coisas materiais com um grau de complexidade neurofisiológica que lhes permite não apenas, como os outros animais de ordem superior, iniciar mudanças de maneira intencional, monitorar e controlar seus desempenhos, mas também monitorar o monitoramento dessas performances e ser capaz de fazer um comentário sobre elas. Essa capacidade de monitoramento de segunda ordem também possibilita um comentário retrospectivo sobre as ações, que confere status especial à explicação das pessoas sobre seu próprio comportamento, algo que é reconhecido na melhor prática de todas as ciências psicológicas.⁷²

Se as pessoas, assim, têm a intencionalidade como a dimensão consciente de suas ações, então elas podem se engajar conscientemente em suas atividades sociais, de tal modo que a agência humana sendo intencional e podendo retrospectivamente favorecer uma reconsideração de ações humanas pode levar a mudanças de ação que, de forma ocasional, pode transformar as estruturas que a governam. Este ponto se torna ponto de controvérsia para nossa investigação. Pois, se algumas mudanças ou transformações das estruturas sociais podem se dar conscientemente por meio da agência humana intencional, como podemos analisar e assegurar as mudanças que serão propostas por explicações decorrentes da análise de discurso, ainda mais quando tais mudanças propostas só se manifestam por meio de discursos que, se de um lado tem poderes causais (como pertencente à dimensão da práxis humana), de outro são feitos de significados (significados que não têm claramente manifestada sua intenção)? Se partimos da ideia de que a linguagem, em sua dimensão performativa, é o terreno opaco de significações que se constroem e se (re)validam nas diferenças muitas vezes irreconciliáveis entre o produtor de um texto e sua recepção, como atribuir validade epistêmica e teleologia deontológica a discursos decorrentes de uma análise crítica de discurso?

⁷² No original: “This seems to depend upon the feature that persons are material things with a degree of neurophysiological complexity which enables them not just, like the other higher-order animals, to initiate changes in a purposeful way, to monitor and control their performances, but to monitor the monitoring of these performances and to be capable of a commentary upon them. This capacity for second-order monitoring also makes possible a retrospective commentary upon actions, which gives a person’s account of his or her own behaviour a special status, which is acknowledged in the best practice of all the psychological sciences.”

É óbvio que nem toda atividade social humana, mesmo intencional, levará a mudanças ou transformações nas estruturas sociais, pois não é porque a sociedade existe em virtude das atividades humanas que as transformações nas estruturas sociais que compõem a sociedade ocorrerão mecanicamente; se assim fosse, perderíamos os pressupostos realistas críticos de mundo diferenciado (o mundo como um sistema aberto, e não fechado) e de causalidade bhaskariana (não como conjunção constante, mas sim como poderes persistentes e variantes, dado o mundo ser aberto). A questão se interpõe aqui, antes, é como acreditar que os resultados de uma pesquisa com base em princípios realistas críticos e na ADC podem ser alçados a alternativas discursivas e agentivas que favorecerão mudanças ou transformações nas estruturas sociais. Qual sua validade prática, epistêmica e deontológica?

Dessa discussão sobre a metodologia transformacional da atividade social em Bhaskar (2004, 2005), ficam claros alguns limites impostos à possibilidade de naturalismo nas ciências sociais. Tais limites são *ontológicos*, uma vez que são derivados de propriedades sociais de cada dimensão ontológica e podem ser concebidos em termos de interdependências entre as dimensões ontológicas da sociedade (o conjunto de estruturas, práticas e convenções) e das pessoas (o conjunto composto por agência humana, intencionalidade, propositalidade, autoconsciência) assim resumidas:

a) uma dependência de atividade (*activity-dependence*) entre as estruturas sociais e as atividades que elas governam, sendo que aquelas não existem independentemente destas, tal como o é nas estruturas naturais;

b) uma dependência de conceitualização (*concept-dependence*) entre as estruturas sociais e as concepções dos agentes sociais sobre aquilo que estão a fazer em suas atividades, sendo que aquelas também não existem independentemente destas; e

c) uma especificidade tempo-espacial maior das estruturas sociais (*greater space-time specificity of social structures*), no sentido de que elas são apenas relativamente duradouras.

Destes limites, o segundo pode indicar um verdadeiro impasse à afirmação do domínio intransitivo do conhecimento, por a produção do objeto de investigação nas ciências sociais depender relacional e causalmente do processo de produção do conhecimento por parte dos agentes. Mas, nesse caso, o impasse, que denuncia um limite *relacional* entre a intransitividade existencial e a interdependência causal entre a conceitualização dos agentes e o objeto do conhecimento (as estruturas sociais), é superado pelo fato de tal interdependência ser contingente, no sentido de que, no naturalismo crítico de Bhaskar, ao contrário da perspectiva hermenêutica, as explicações dos atores não são só passíveis de *correção*, como

também limitadas pela existência de condições até então não conhecidas que podem passar a ser conceitualizadas e melhor adotadas como explicação das estruturas sociais⁷³; assim, em oposição à visão positivista, as explicações dos atores formam o ponto de partida indispensável para a investigação social, mas sem se esquecer de que as explicações e descrições dos agentes acerca das estruturas sociais e daquilo que eles fazem podem ser transformadas em redescrições teóricas cujo significado pode ser estabelecido como real (BHASKAR, 2005; HAMLIN, 2000). Tudo isso é proposta para que não haja uma dissolução da ontologia na epistemologia (BHASKAR, 2005, 2008a), pois os postulados e critérios do realismo transcendental de Bhaskar asseguram a intransitividade existencial.

Para que possamos entender melhor a proposta de interdependência causal e de intransitividade existencial, bem como suas consequências para o Realismo Crítico e para a Análise de Discurso Crítica, trataremos na seção a seguir do conceito-chave de Crítica Explanatória. É necessário termos uma compreensão sólida desse conceito, pois ele é a porta de entrada para discussões mais amplas que abrangem tanto a questão da validação do conhecimento em ciências humanas e sociais, quanto o caráter emancipatório reivindicado pelo RC e pela ADC.

3.3 A CRÍTICA EXPLANATÓRIA COMO VALIDAÇÃO METACRÍTICA DO DISCURSO CIENTÍFICO-FILOSÓFICO

Talvez tenha ficado evidente a quem nos acompanha ao longo desta resenha sobre o Realismo Crítico que estamos muito preocupados com a questão de como é possível assegurar ao realista crítico ou ao analista crítico do discurso (educado no RC) que o discurso resultante de suas investigações não apenas seja a descrição do que de fato ocorre, ou seja, da realidade profunda e intransitiva das estruturas analisadas, mas também seja a melhor, a mais justa, a mais correta, a mais adequada possível, sem cair nas armadilhas pós-modernas do sócio-constructivismo que dissolve, como faz a hermenêutica ou a tradição weberiana, a ontologia na epistemologia. Talvez também tenha ficado claro também a vocês que todo o esforço de Bhaskar reside em tentar, de um lado, não incorrer nos problemas do empiricismo, quando se acredita serem os limites da investigação científica aqueles da percepção humana, e, de outro, propor critérios ontológicos seguros que tanto superem a ideia humeana de causalidade (como algo constante entre causa e efeitos que permita a elaboração de leis

⁷³ Este ponto será melhor explicado quando, na próxima seção, discutirmos a metodologia da Crítica Explanatória.

causais invariantes), quanto trabalhem com a possibilidade de descobertas e desenvolvimento científicos para além da ideia de falsibilidade. Mas, em contrapartida, não sabemos se está notório a vocês que a projeção científica que a filosofia das ciências de Bhaskar nos dá é a de que as investigações científicas pautadas por tais considerações realistas críticas filosoficamente adquirem um *status* epistêmico privilegiado em comparação a todas as outras disponíveis ou concorrentes no momento. Como dissemos mais acima, o vocabulário epistêmico do RC ou da ADC consorciada com o RC confere um valor de verdade à teoria ou aos resultados da pesquisa como se fossem mais complexos e profundos do que os demais. Até aqui, não é nenhum problema isso; ao contrário, revela o alto valor científico da teoria. Mas o que nos chama a atenção é de onde vêm esses critérios transcendentais ou metacríticos que fazem das explanações em RC e em ADC melhores, adequadas, justas.

De certa forma, devemos reconhecer que Bhaskar é perspicaz em conseguir entender, de um modo inovador, novas possibilidades de analisar as ciências naturais e sociais sem perder de vista uma dimensão do real que justifique o fazer científico sem cair no relativismo ontológico vigente nas discussões sobre conhecimento (como o empirismo proveniente das teorias pragmatistas e sócio-construtivistas). Sua dimensão do real não é como a última camada da cebola, mas sim como uma semente ao mesmo potente e latente, pois nem tudo o que ela brota é tudo o que ela é capaz de ser, revelando, portanto, a complexidade do real como algo sempre a devir. O fato de a gente nunca descobrir de supetão o que algo é (capaz de ser) revela o quão contingente pode ser o processo de descoberta ou desenvolvimento científico, pois o conhecimento que é elaborado pode vir depois a ser redescrito em termos de novas evidências do real que à tona vierem. Ainda que não tenha sido esgotado, o real deve ser categorizado enquanto tal porque, se algo gera outro algo, é porque existe, e sua existência é, assim, concebida como poder causal ou tendência gerativa. O que poderia ter sido e que não foi; o que é e o que ainda pode ser; o evento gerado e as possibilidades de geração. Isso tudo é o suficiente para não nos resvalarmos na esteira de um realismo ingênuo de acreditar que tudo o que é o é porque assim o é. Mas o que faz com que aquilo que é descrito como mais profundo, melhor, adequado e justo seja não somente tudo isso que se advoga, mas também seja estabelecido como real, ainda mais nas ciências sociais e humanas em que a ideia de interdependência causal entre sociedade e agentes sociais, entre estruturas sociais e agência humana, entre convenções e criatividade circunscreve tais ciências no campo mesmo de seus objetos de investigação? Como se mostra a intransitividade existencial da realidade (sociedade e agentes) no contexto de uma interdependência entre estruturas sociais e os conceitos que os agentes têm não só das atividades que fazem e são

governadas por essas estruturas, mas também do que são as formas dessas estruturas, tão dependentes que estas são também do que os agentes delas concebem (incluindo os cientistas, os analistas, os realistas críticos)?

Bhaskar (2005, p. 45) ressalta que, enquanto objeto de investigação, a sociedade é como o campo magnético: um objeto teórico, necessariamente imperceptível, mas que não pode ser empiricamente identificado de forma independente dos efeitos que gera, de modo que pode ser conhecido, e não mostrado. Além disso, muitos dos objetos sociais de investigação são conjunturalmente determinados e devem ser explicados em termos de multiplicidade de causas (BHASKAR, idem, p. 43), para se coadunar com a ideia de mundo como sistema aberto, o que tem a ver com qualidade camaleônica e configuracional de um objeto de pesquisa nas ciências sociais que poderá ser continuamente redescrito. Dessa feita, tudo o que as ciências sociais e humanas precisam é de um modelo de explanação crítico que tenham um alto poder de descrição causal.

[...] às ciências sociais são negadas, em princípio, situações de teste decisivas para suas teorias. Isso significa que critérios para o desenvolvimento racional e a substituição de teorias em ciências sociais devem ser *explanatórios e não-preditivos*. (Particularmente importante aqui será a capacidade de uma teoria (ou programa de pesquisa) a ser desenvolvido de forma não *ad hoc*, de modo a situar e, de preferência, explicar, sem tensão, uma possibilidade uma vez (e talvez até antes) que se realize, quando nunca poderia ter sido prevista, dada a abertura do mundo social.) (BHASKAR, 2005, p. 45-46)⁷⁴.

Isso mostra que a definição de uma teoria, de uma explanação, ser melhor passa tanto pela ideia de que não pode ser preditiva, pois, se assim fosse, estaria indo de encontro ao princípio da diferenciação do mundo como sistema aberto a inúmeras possibilidades configuracionais (dada a potencialidade das estruturas/mecanismos gerativos), quanto pela necessidade de que ela consiga explicar não só o que acontece, mas também o que poderia ter sido, mas não foi, ou seja, ter a capacidade de descrever tudo o que ocorre e as possibilidades de algo ainda ser ou vir a ser. O poder explanatório, portanto, de um teoria é que será o critério que fundamentará nossas escolhas sobre esta ou aquela teoria. Diferentemente das ciências naturais, as ciências sociais são parte do seu próprio campo de investigação, de modo

⁷⁴ No original: “[...] the social sciences are denied, in principle, decisive test situations for their theories. This means that criteria for the rational development and replacement of theories in social science must be *explanatory and non-predictive*. (Particularly important here will be the capacity of a theory (or research programme) to be developed in a non-*ad hoc* way so as to situate, and preferably explain, without strain, a possibility once (and perhaps even before) it is realized, when it could never, given the openness of the social world, have predicted it.)”.

que é impossível pensarmos na sociedade sem considerarmos as percepções ou conceitualizações que os atores sociais têm tanto dela quanto deles mesmos. Essa diferença impede, por exemplo, que situações de teste empíricas, tais como são feitas em laboratórios no caso das ciências naturais, sejam aplicadas às teorias elaboradas nas ciências sociais, o que revela que os objetos de investigação destas têm de ser validados tanto intrínseca (por meio de critérios internos ao próprio processo de produção do conhecimento), quanto extrinsecamente (por questões que perpassam as descobertas historicamente qualitativas dos objetos de pesquisa).

Essa diferença metodológica é sutil e deve ser bem compreendida aqui, porque a dimensão intransitiva das ciências sociais não pode ser perdida de vista, ainda que ela seja um tanto quanto diversa daquela pressuposta e defendida para as ciências naturais. Mesmo creditando aos objetos (*subject-matter*) da ciências sociais a interdependência causal inscrita nos dois níveis da realidade social (sociedade/estruturas sociais e atores sociais/agência-atividade humana), deve-se entender que, se um objeto social existe, ainda que tenha sido produzido nos processos de produção do conhecimento, ele se constitui, assim, como um objeto de investigação para nós, e sua existência se torna, por outro lado, independente do processo de investigação, embora a própria investigação possa, quando iniciada, modificar radicalmente o objeto. Isso revela que há um nível de interdependência também entre as ciências sociais e a sociedade, isto é, entre o *subject-matter* de uma ciência social (que é produzido, embora exista independentemente da própria investigação) e a sociedade que gera a possibilidade de um *subject-matter* sobre ela. A atuação de uma investigação ou dos processos de produção do conhecimento, portanto, participa das inter-relações causais entre atores sociais e sociedade, estando, então, também à mercê de não só de reproduções nas atividades humanas, como também de transformações nessas atividades, o que nos permite pensar as transformações nas concepções ou teorias das ciências sociais sobre o social à luz do Modelo Transformacional da Atividade Humana (incluindo a atividade humana de investigação e de produção do conhecimento). É nesse sentido que Bhaskar, bem como Chouliaraki e Fairclough no âmbito da ADC, vai defender que a produção de uma teoria científica social é decorrente da transformação do que ele chama de prototeorias científicas em teorias científicas, ou seja, a mudança de uma conceitualização sobre os objetos sociais para o *status* de uma ciência propriamente dita, de uma má percepção conceitual para uma teoria crítica social.

Ainda assim, parece que não chegamos ao ponto crucial do questionamento que levantamos parágrafos atrás. Quais os critérios asseguradores para uma explanação alçar o

status de científica, de adequada, de justa, uma vez que disso depende inclusive o projeto, segundo Bhaskar (2005, 2008b, 2009), de autoemancipação do ser humano em suas ações em sociedade? Na discussão final da seção 3.1, acima, mencionamos a dimensão metacrítica do discurso e do conhecimento científico-filosófico como imprescindível para compreendermos não só os processos de mudança social, como também o caráter adequado, justo, verdadeiro e, em resumo, científico de uma explanação social. Aliás, em vários momentos da obra *Scientific Realism and Human Emancipation* (2009), quando é discutido o aspecto intrínseco dessa dimensão, Bhaskar ressalta que a propositalidade do discurso da ciência é ser, é aspirar a ser, é objetivar ter sucesso quando pretende ser uma explanação *adequada* de um tópico, a descrição *verdadeira* de um estado de coisas, um ato *corajoso* ou uma decisão *justa* ou prudente⁷⁵. Mas, onde está a definição de um critério salvaguardador das escolhas adequadas, justas e verdadeiras no âmbito da ciência, ainda que isso seja apenas questões concernentes a um aspecto intrínseco, interno do discurso científico-filosófico pautado no RC? Na eficácia causal de uma explicação. A relevância epistêmica de um discurso da ciência social será decorrente do grau de poder explanatório de uma teoria, ou seja, da capacidade de explicar, mais qualitativa do que quantitativamente, os elos ou *links* entre as estruturas gerativas da sociedade e as atividades que as pessoas fazem ou mesmo as crenças ou concepções que as pessoas sustentam a respeito da sociedade e do que elas mesmas têm das atividades que realizam. Isso é o que fará, por exemplo, a gente diferenciar uma prototeoria P (uma percepção demasiado mundana que não se pauta por uma descrição criteriosa das relações causais em jogo nas formas sociais) de uma teoria T (uma descrição daquilo que ocorre não com base nas impressões pessoais sobre o que é o caso, mas sim com base na eficácia causal da explanação proposta, passível de ser empiricamente testada, mas de uma forma qualitativa, e não quantitativa):

O primeiro passo na transformação $P \rightarrow T$ será, portanto, uma tentativa de uma definição real de uma forma de vida social que já tenha sido identificada sob uma descrição particular. Note-se que, na ausência de tal definição e na falha de um fechamento, qualquer hipótese de um mecanismo causal é mais ou menos arbitrária. Assim, nas ciências sociais, as tentativas de definições reais, em geral, precedem ao invés de seguirem hipóteses causais bem-sucedidas – embora em ambos os casos elas só possam ser

⁷⁵ Cf. Bhaskar (2009, p. 11): “[any investigation of consciousness or self-reflective trajectory of thought is bound to consider it (-self)] as something which it is or aspires to be; that is, as something which, inasmuch as it is intentional, aims at or succeeds or fails in being (e.g. *an adequate explication of a topic, a true description of a state of affairs, a kind or courageous act, a just or prudent decision*, etc.)” (grifo nosso).

justificadas empiricamente, isto é, pelo poder explicativo revelado das hipóteses que podem ser deduzidas deles (BHASKAR, 2005, p. 49-50)⁷⁶.

Nesse trecho, Bhaskar consegue fazer com que a qualidade epistêmica de uma teoria, de um discurso da ciência educado nos princípios realistas críticos, provenha não tanto da dependência conceitual (*concept-dependence*), mas antes da dependência de atividade (*activity-dependence*) das estruturas sociais – o fato de que os mecanismos em funcionamento na sociedade só podem ser concebidos como existentes em virtude dos efeitos que eles geram, que são reais, o que transfere o caráter real também às estruturas que os geram, bem como à descrição que pretende ser científica. Contudo, a questão não se encerra aqui. Se considerarmos o papel do discurso científico no quadro geral da sociedade na qual se insere a própria ciência, e se lançarmos dentro dessa discussão velhos embates filosóficos a respeito das relações entre ciência e ideologia, entre fatos e valores, entre teorias e sistemas de crenças, perceberemos que são necessários muitos mais critérios que garantam um grau de legitimidade ao discurso da ciência do que de inteligibilidade causal de uma explanação. Dessa forma, o RC não pode também ser furtado de discussões sobre as possíveis interferências que uma proposição factual, científica, tem de declarações enviesadas ideológica e axiologicamente.

Bhaskar (2005, p. 54) resgata corolários éticos para a ciência baseados na interpretação de Hume sobre as transições de uma declaração sobre o que “é” (tem sido ou será) o caso para uma declaração sobre o que “deve” ser o caso. Essa discussão é importante, porque, além de tentar fornecer uma explicação melhor sobre os critérios necessários para o alçamento de uma teoria ou explanação à condição de adequada, justa e verdadeira, revela a postura que o RC tem sobre o papel deontológico de sua teoria para um projeto de emancipação humana. Para compreendermos a discussão, vejamos o seguinte:

[Decorre do fosso entre declarações sobre o que é e declarações sobre o que se deve fazer], em primeiro lugar, que nenhuma proposição factual pode ser derivada de qualquer julgamento de valor (ou, mais geralmente, que qualquer conclusão factual depende de premissas contendo pelo menos (e normalmente mais do que) uma proposição factual); e em segundo lugar, que nenhum julgamento de valor pode ser derivado de qualquer proposição factual (ou, mais geralmente, que qualquer conclusão de valor depende de

⁷⁶ No original: “The first step in the transformation P→T will thus be an attempt at a real definition of a form of social life that has already been identified under a particular description. Note that in the absence of such a definition, and failing a closure, any hypothesis of a causal mechanism is bound to be more or less arbitrary. Thus in social science attempts at real definitions will in general precede rather than follow successful causal hypotheses – though in both cases they can only be justified empirically, viz. by the revealed explanatory power of the hypotheses that can be deduced from them”.

instalações que contenham pelo menos um julgamento de valor). Por conseguinte, a ciência social é vista como neutra em dois aspectos: primeiro, no sentido de que suas proposições são logicamente independentes e não podem ser derivadas de qualquer posição de valor; em, segundo lugar, no sentido de que as posições de valor são logicamente independentes de qualquer proposição científica social e não podem ser derivadas dela⁷⁷ (BHASKAR, 2005, p. 54).

Desse foco fundamental entre ambos os tipos de declarações, Bhaskar deriva respectivamente duas fórmulas para pensar esses dois pressupostos que têm acompanhado as ciências sociais, a saber:

(1) $V \nrightarrow F$

(2) $F \nrightarrow V$

Bhaskar rejeita ambos os corolários. Para ele, não se deve furtar de que os fatos são maculados ou são contingenciados por nossos valores, o que o faz defender a tese da dependência de valor dos fatos sociais. Do mesmo modo, embora não transcorra de fatos científicos sociais qualquer posição de valor e a ciência possa ser usada instrumentalmente para determinados fins, esta pode ajudar a determinar que objetivos políticos, morais, sociais as pessoas deve almejar. Seu principal tarefa, portanto, não é tentar escapar normicamente do círculo estreito em que fatos e valores se movem, mas antes mostrar como a teoria (e os fatos que ela descreve e como ela descreve) pode pressagiar resultados explanatórios que sejam emancipatórios. Antes, é preciso mostrar como isso é possível, bem como são rejeitados os corolários éticos da ciência.

A tese (1), com frequência, é atacada, do ponto de vista da interferência subjetiva: do *sujeito* investigador ou da comunidade científica (cujos valores podem determinar: a) a seleção dos problemas; b) as conclusões; e c) os padrões de investigação); do *objeto* de investigação; e da *relação* entre sujeito e objeto. Bhaskar, embora seja igualmente crítico a essa tese, sua crítica parte de uma compreensão distinta sobre as interferências que ocorrem entre valores e fatos sociais. Não crê, por exemplo, que a interferência do sujeito investigador sobre a seleção dos fatos sociais que decide analisar se dê justamente, e já de início, por causa

⁷⁷ No original: “[...] there is a fundamental logical gulf between statements of what *is* (has been or will be) the case and statements of what *ought* to be the case. It follows from this, first, that no factual proposition can be derived from any value judgement (or, more generally, that any factual conclusion depends upon premises containing at least (and normally more than) one factual proposition); and second, that no value judgement can be derived from any factual proposition (or, more generally, that any value conclusion depends upon premises containing at least one value judgement). Accordingly, social science is viewed as neutral in two respects: first, in that its propositions are logically independent of, and cannot be derived from, any value position; second, in that value positions are logically independent of, and cannot be derived from, any social scientific proposition”.

de suas escolhas que, em si mesmas, são guiadas por seus valores, nem que seja decorrente de interesses práticos da pesquisa (que determinam o que se deve pesquisar) ou de interesses teóricos da pesquisa (que motivam a identificação das coisas no mundo), pois essas explicações deixam indeterminada a origem dos valores ou dos interesses do sujeito pesquisador. Além disso, não acha que a interferência sobre as conclusões aconteça porque toda ciência social está tão amarrada ao seu *subject-matter* que seus interesses afetarão, distorcerão a percepção, a descrição e a explicação dos fenômenos que investiga, o que levaria à impossibilidade prática de separação entre posições pessoais e resultados de pesquisa. Bhaskar (2005, p. 56) diz que esse tipo de interferência tem três modos sobre os quais ela pode operar: conscientemente (quando se mente); semiconscientemente (quando se é otimista demais ou tenta responder a pressões externas); e inconscientemente (quando as possíveis razões iniciais da pesquisa se tornam acessíveis ou não à consciência). Neste último caso, as conclusões feitas de modo inconsciente (inconsciente de como os valores enviesam as conclusões) podem ser tanto *racionalizações* da motivação do pesquisador em fazer ciência/pesquisa quanto *mistificações* (ou ideologias) da estrutura social sobre o pesquisador, pois, primeiro, ainda que ele declare plena e explicitamente no início de toda pesquisa as suposições de valor que carrega consigo, isso pressuporia que ele estaria consciente do modo inconsciente de interferência subjetiva sobre os resultados, o que contraditoriamente concederia *status* de objetividade ao que ele pesquisa ao mesmo tempo em que declara ser motivado por tais e quais razões; e, segundo, se ele não é consciente do modo inconsciente de interferência subjetiva, mas ainda assim declara valores supostos que tem, tal declaração se torna inútil e mistificam-se, assim, tanto sua atuação quanto os resultados. Por fim, a interferência subjetiva proveniente dos padrões ou modelos de investigação anda par a par com o problema epistemológico e metodológico oferecido relativismo e deve, com este, ser considerado. O relativismo é autorrefutável, pois, se se assevera que todas as crenças são relativas, então o próprio relativismo também o é, de modo que não haveria, assim, razão para aceitá-lo melhor do que outras posições; mas, se se tem razão para aceitá-lo, então ao menos uma alternativa (a do relativismo) não é relativa, de modo que o relativismo não é tão relativo assim. Bhaskar rejeita isso, por acreditar que, ainda que o relativismo epistêmico seja uma realidade inescapável (a ideia de que todas as teorias e crenças são socialmente produzidas e o conhecimento é transitivo), não o pode ser o relativismo de julgamento, pois têm de existir critérios ou fundamentos *racionais* que decidam nossa preferência por um ou outro quadro teórico-epistemológico.

Dessa forma, chegamos aos valores defendidos pelo RC de Bhaskar e, por

consequente, à ADC. A ideia de fundamento racional, bem como a de adequação descritiva, andam lado a lado como critérios decisivos para a defesa de uma pesquisa educada em princípios realistas críticos. Bhaskar (2005), em alguns momentos de sua discussão, acrescenta um contraponto necessário para a justificação e a validação de sua alternativa epistemológica e metodológica nas ciências sociais. Uma suplementação hermenêutica e semiótica, como etapa necessária tanto para o entendimento quanto para a descrição de um fenômeno social, é interposta. Vejamos abaixo três trechos que revelam a necessidade dessa suplementação, sobretudo os trechos negritados:

[...] dois limites significativos na possibilidade de uma *medição* significativa nas ciências sociais devem ser observados. A *irreversibilidade* de processos ontologicamente irreduzíveis, comparáveis à entropia na esfera natural, implica a necessidade de conceitos de mudança qualitativa e não meramente quantitativa. Mas o aspecto *conceitual* do *subject-matter* das ciências sociais circunscreve a possibilidade de medição de forma ainda mais fundamental. Pois, **os significados não podem ser medidos, apenas compreendidos. Hipóteses sobre eles devem ser expressas na linguagem e confirmadas em diálogo.** O idioma aqui está para o aspecto conceitual da ciência social, assim como a geometria está para a física. E **a precisão no sentido agora assume o lugar da precisão da medida como o árbitro a posteriori da teoria.** Deve salientar-se que, em ambos os casos, as teorias podem continuar a ser justificadas e validamente utilizadas para explicar, mesmo que a medida *significativa* dos fenômenos de que tratam tenha se tornado impossível⁷⁸ (BHASKAR, 2005, p. 46).

A significância do fato de que se está aqui preocupado com questões de *adequação descritiva* (e mais geralmente científica) pode ser melhor introduzida considerando um famoso exemplo de Isaiah Berlin. Assim, compare as seguintes explicações sobre o que aconteceu na Alemanha sob o domínio nazista: (α) “o país foi despovoado”; (ρ) “milhões de pessoas morreram”; (γ) “milhões de pessoas foram mortas”; (δ) “milhões de pessoas foram massacradas”. As quatro afirmações são verdadeiras. Mas (δ) não é apenas a mais avaliativa, como é também a melhor descrição (isto é, a mais precisa e exata) do que realmente aconteceu. **E note que, em virtude disso, todos, exceto (δ), geram força perlocucionária errada.** Pois, dizer de alguém que ele morreu normalmente carrega a presunção de que ele não foi morto por uma agência humana. E dizer que milhões de pessoas foram mortas não implica que suas mortes fossem parte de uma única campanha

⁷⁸ No original: “[...] two significant limits on the possibility of meaningful *measurement* in the social sciences should be noted. The *irreversibility* of ontologically irreducible processes, comparable to entropy in the natural sphere, entails the necessity for concepts of qualitative rather than merely quantitative change. But the *conceptual* aspect of the subject-matter of the social sciences circumscribes the possibility of measurement in an even more fundamental way. For meanings cannot be measured, only understood. Hypotheses about them must be expressed in language, and confirmed in dialogue. Language here stands to the conceptual aspect of social science as geometry stands to physics. And precision in meaning now assumes the place of accuracy in measurement as the *a posteriori* arbiter of theory. It should be stressed that in both cases theories may continue to be justified and validly used to explain, even though *significant* measurement of the phenomena of which they treat has become impossible.”

organizada de matança brutal, como os que estavam sob o domínio nazista. Este ponto é importante. **Pois a ciência social não é sobre um *subject-matter*; ela é para uma audiência. [...] Agora eu quero defender que, mesmo abstraindo-os de considerações perlocucionárias, critérios para a adequação científica das descrições são tais que, nesse tipo de caso, apenas a declaração (δ) seja aceitável**⁷⁹ (BHASKAR, idem, p. 59).

É importante notar que o compromisso com um princípio de adequação hermenêutica como momento da ciência social não é apenas consistente com uma crítica posterior da descrição *verstehende* [da compreensão], como também tem em si mesmo necessidade de suplementação por análise semiótica. Pois a mediação hermenêutica de significados (ou fusão de horizontes) deve ser complementada pela consideração da questão colocada pela semiótica sobre como esses significados (horizontes, etc.) são produzidos. (É claro que essa questão deve ser expressa em uma linguagem, de modo que a análise de mediação do processo seja iterativa). Agora, se, seguindo Saussure, considerarmos os significados como produzidos, por assim dizer, pelo corte dos sistemas pré-existentes da diferença, então, na ciência, **nosso corte deve ser feito de modo a maximizar o poder explicativo total.** [...] Esta preocupação com a produção de significado corresponde exatamente à atenção mostrada nas ciências naturais à construção de instrumentos e equipamentos; de modo que se pode dizer que, **se o momento hermenêutico corresponde (com respeito ao aspecto conceitual da vida social) à observação, então a semiótica corresponde à instrumentação no trabalho empírico das ciências naturais**⁸⁰ (BHASKAR, idem, p. 60).

O que fica evidente nos três trechos acima é que Bhaskar acredita na possibilidade não só de uma descrição qualitativa dos fenômenos sociais em significados cuja compreensão

⁷⁹ No original: “The significance of the fact that one is here concerned with questions of *descriptive* (and more generally scientific) *adequacy* may best be introduced by considering a famous example of Isaiah Berlin’s. Thus compare the following accounts of what happened in Germany under Nazi rule: (α) ‘the country was depopulated’; (β) ‘millions of people died’; (γ) ‘millions of people were killed’; (δ) ‘millions of people were massacred’. All four statements are true. But (δ) is not only the most evaluative, it is also the best (that is, the most precise and accurate) description of what actually happened. And note that, in virtue of this, all but (δ) generate the wrong perlocutionary force. For to say of someone that he died normally carries the presumption that he was not killed by human agency. And to say that millions were killed does not imply that their deaths were part of a single organized campaign of brutal killing, as those under Nazi rule were. This point is important. For social science is not only *about* a subject matter, it is *for* an audience. [...] Now I want to argue that, even abstracting from perlocutionary considerations, criteria for the scientific adequacy of descriptions are such that in this kind of case only the (δ) statement is acceptable.”

⁸⁰ No original: “It is important to note that commitment to a principle of hermeneutic adequacy as a moment in social science is not only consistent with a subsequent critique of the *verstehende* description, it itself stands in need of supplementation by semiotic analysis. For the hermeneutic mediation of meanings (or fusion of horizons) must be complemented by consideration of the question posed by semiotics as to how such meanings (horizons, etc.) are produced. (Of course such a question must itself be expressed in a language, so that the process mediation-analysis is an iterative one.) Now if, following Saussure, one regards meanings as produced by, as it were, cutting into pre-existing systems of difference, then in science our cut must be made so as to maximize total explanatory power. This concern with the production of meaning corresponds exactly to the attentiveness shown in the natural sciences to the construction of instruments and equipment; so that one can say that if the hermeneutic moment corresponds (with respect to the conceptual aspect of social life) to observation, then the semiotic one corresponds to instrumentation in the empirical work of the natural sciences”.

esteja assegurada a todos (como precisão da medida a garantir, igual a um árbitro, as apreensões *a posteriori* do significado), mas também de ter assegurada uma descrição como socialmente mais justa, uma vez desconsiderando e até mesmo abstraindo a força perlocucionária de uma descrição. Se ele defende que uma explicação deva ser expressa na linguagem e confirmada no diálogo, se os resultados descritivos da ciência social sobre algum fenômeno passam por esse momento semiótico como uma espécie tanto de instrumentalização quanto de circulação do discurso descritivo, então é ingênuo supor que podemos garantir uma descrição em detrimento de outras mesmo abstraindo as forças perlocucionárias de sua audiência, pois, negligenciar o alcance perlocucionário de uma descrição e explicação científica é ignorar a declaração feita de que a ciência social não é só sobre um *subject-matter*, mas também para uma audiência. Se se afirma a possibilidade de uma precisão de significados que permita funcionar como uma medida ou cálculo de uma explicação, então se está afirmando que os atos perlocucionários da audiência intra ou extracientífica não têm efeito algum para o sucesso ou fracasso de uma explicação científica social, ainda mais na persecução de um caminho emancipatório para o ser humano, quando pensamos no Modelo Transformacional da Atividade Humana, proposto por Bhaskar. É como se o significado morresse ou permanecesse estável da boca do cientista social, a partir do que enuncia e intenciona, e nunca no entrelaçamento entre ilocução e perlocução, entre intenção e apreensão, entre esperado e realizado. Além disso, se a ciência social é para uma audiência, o que se deve fazer é também pensar nos aspectos intrínsecos da ciência também do lado da audiência, e não somente a partir da atividade do analista, pois, se precisa uma explicação ser confirmada no diálogo, não adiantaria estar armado até os dentes com um aparato metodológico que só convence seu próprio usuário. É uma ciência a despeito da audiência ou uma ciência para não leigos.

A insuficiência de critérios claros para se fazer uma metacrítica ou crítica explanatória dentro do próprio campo da ciência, sem relegar todas as outras à lata do lixo, enfraquece o convencimento de que a alternativa realista crítica seja a melhor para realizar objetivos emancipatórios, uma vez que, numa conjuntura cada vez mais fluida para os significantes, apenas reivindicar para si títulos como o de adequado, justo e verdadeiro, porque é mais profundo, porque é causalmente mais eficaz, ilude o analista de discurso educado no RC da disputa constante em torno dos significados a serem usados para preencher os significantes que são cada vez mais esvaziados e clamam por sentidos. Em outras palavras, ainda que achemos universais conceitos como o de justiça, dizer quando algo é mais justo do que outro, sobretudo uma teoria, o resultado de uma pesquisa ou a alternativa oferecida por

uma explanação científica, não é tão simples assim, nem é facilmente aceito no terreno conflituoso das relações sociais extraciência. Encerrar uma pesquisa sobre um discurso elencando os mecanismos causais, principalmente os da esfera semiótica, ainda que se deixe aberta (dada a natureza aberta do sistema do mundo) a possibilidade de novos acréscimos de poderes causais, é interromper o fluxo contínuo de tradução do qual um discurso participa, seja como actante, seja como técnica.

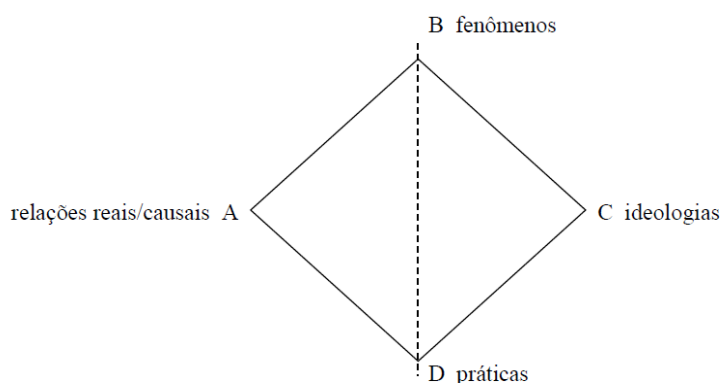
Bhaskar ainda tenta refinar critérios para uma crítica explanatória da ciência social. Ao criticar, por exemplo, Charles Taylor em sua discussão sobre a neutralidade da ciência política, Bhaskar (2005, p. 61) defende que a teoria deve ser uma que, “justamente porque é mais explanatoriamente mais adequada e capaz, *inter alia*, de explicar crenças ilusórias sobre o mundo social, melhor nos permita situar as possibilidades de mudança na direção do valor que a teoria informa”⁸¹. Além disso, afirma que uma teoria como a que preconiza deve explicar a falsa consciência que as pessoas têm do que seja o caso, bem como satisfazer critérios mínimos para a caracterização de um sistema de crenças como ideológico, tarefa essa que deve ser feita com vistas a criticar não só qualquer ação ou prática informada ou sustentada por uma tal crença (falsa e ideológica), mas também tudo que necessite dela (cf. BHASKAR, *idem*, p. 62-63). Acrescente-se ainda que, para uma teoria T não ser considerada ideológica, Bhaskar (*idem*, p. 67-68) não oferece alternativas⁸². A alternativa que ele fornece é para como caracterizar um sistema de crenças I como ideológico, se e somente se três tipos de critérios puderem ser satisfeitos em uma teoria T: a) *critério crítico* (se uma teoria T explicar mais, ou os mais significantes, fenômenos que foram descritos por um sistema de crenças I, mas de uma forma que tanto seja incompatível com as próprias descrições de I, quanto ainda acrescente descrições novas para um conjunto de outros fenômenos que não foram explicados anteriormente por I); b) *critério explanatório* (se uma teoria T explicar as formas de reprodução e aceitação contínuas de I e especificar, tanto quanto for possível, condições endógenas para a transformação de I, ao descrever as conexões reais/causais até então ausentes em I que impediam possibilidades de transformação); e c) *critério categorial*

⁸¹ No original: “[...] theory which, just because it is explanatorily most adequate and capable *inter alia* of explaining illusory beliefs about the social world, best allows us to situate the possibilities of change in the value direction that the theory indicates”.

⁸² Conforme assinalaremos mais à frente, uma teoria T realista crítica se pressupõe não ideológica, porque trabalha com a hipótese de que, com ela, chega-se a “níveis mais profundos” da realidade até então ignorados, seja por outra ciência ou teoria, seja pelas pessoas elas mesmas. O RC reivindica a todo instante esse alcance expansivo da teoria, algo que ainda fora atingido por nenhuma outra, senão inconscientemente, uma vez que, até então, não se levavam em consideração relações causais não constantes em uma concepção nova e crítica de mundo aberto e estratificado.

(se se conseguir mostrar que um sistema de crenças I não satisfaz critérios mínimos de cientificidade nem especifica situações ou condições necessárias em que I sustenta a natureza sócio-histórica de seu *subject-matter*). É com base na definições desses critérios que Bhaskar esboça o seguinte esquema, derivando-o inclusive do tipo de análise crítica que uma teoria marxista sobre a produção capitalista, o fetichismo e a ideologia tem a ensinar:

Figura 11 – Localização de uma teoria crítica no mundo social



Fonte: Bhaskar (2005).

Nessa busca de deslindar os critérios para a definição de uma teoria social que seja crítica e mais eficaz do que outras, Bhaskar afirma que uma teoria é “cognitivamente superior” a um sistema de crenças, porque consegue satisfazer os critérios *crítico* e *explanatório* que nenhuma outra até então conseguiu. É isso o que o faz dizer que a superioridade cognitiva de uma teoria realista crítica advém do fato de que ela “possui uma profundidade ontológica ou uma totalidade que falta a um sistema de crenças I”⁸³ (BHASKAR, 2005, p. 68). É nesse sentido que, assim como a Figura 11 acima mostra, a teoria social pautada por princípios realistas críticos está no ângulo oposto ao das ideologias, uma vez que as ultrapassa tanto em termos de capacidade de explanação do mundo social, quanto em termos de qualidade de descrição, quando considerado que o mapa que a guia é o desiderato dos mecanismos gerativos subjacentes aos sistemas de crenças concorrentes no mundo social. De um lado (A), o polo da transcendência purificada – da cientificidade, da teoria realista crítica, dos mecanismos gerativos, da camada/estrato última do real; de outro (C), o polo da imanência – das ideologias, das prototeorias, das más percepções dos poderes causais, do mundano, da superficialidade.

Essa superioridade cognitiva da teoria em RC ainda não consegue ser melhor

⁸³ No original: “T is cognitively superior to I. [...] It possesses an ontological depth or totality that I lacks”.

descrita se considerarmos a disputa sêmica ordinária que ocorre em torno do que pode ser reivindicado como justo ou verdadeiro, sobretudo para entendermos a axiologia emancipatória que a Crítica Explanatória sugere para o mundo social, com vistas à transformação da ação humana. A Crítica Explanatória é uma crítica das ideologias filosóficas, mas, ainda que tente incluir a si como metacrítica que faz de si, sobrepõe-se a todas as outras de uma forma não ideológica. É interessante entender que a Crítica Explanatória se respalda por elementos que pressupõem uma agência humana não constringida, ainda que se afirme o caráter constringido da ação humana, em um modelo de transformação social em que a liberdade é, enfim, possível de ser exercida, com a ajuda da consciência e da possibilidade de enxergar melhor e mais longe o que até então ninguém foi capaz de enxergar⁸⁴. Embora, por um lado, esteja claro que a atividade de um analista consorciado no Realismo Crítico e na Crítica Explanatória não se dê por um *fiat* filosófico em abstração⁸⁵, nem seja guiada como por um *deus ex machina* por meio do qual tudo fica em evidência extrema, já que os efeitos e as relações, mesmo contingentes, causais são passíveis de serem descritos porque são materialmente percebidos e causados, por outro essa mesma atividade parece que só é possível de ocorrer porque ao analista é concedido um *status* de Tirésias, que tudo sabe e prevê quando educado pelo crivo metacrítico bhaskariano.

3.4 DAS CONTROVÉRSIAS: AS ARMADILHAS ONTOEPISTEMOLÓGICAS DO RC NA ADC

3.4.1 Da natureza discursiva do real e do caráter transcendentalizado da causação

O grande desafio de qualquer trabalho analítico é não conciliar seus resultados com o estabelecimento de uma nova verdade (não queremos dizer que devamos, contudo, aceitar qualquer uma que se imponha como a única existente e possível), embora seja, muitas vezes (vezes essas não muito assumidas), essa conciliação (mas *mutatis mutandis* no que concerne ao termo “verdade”) que torna digno de ser executado todo trabalho analítico das ciências modernas, ainda mais quando precisa vir etiquetado com o rótulo de “científico”,

⁸⁴ Cf. Bhaskar (2009, p. 153): “When unreflected processes are rendered amenable to conscious control, we are free to fulfil our natures”.

⁸⁵ Cf. Bhaskar (2009, p. 11): “The extent and ways in which normative considerations may become causally efficacious (and so real) in the generative matrix in which human action occurs cannot be settled by philosophical fiat in abstraction from consideration of specific cases. (Between the conduct of a premeditated deliberate strategy and the habitus of everyday routines lie a host of intermediate cases.)”.

“real”, “não ideológico”; e nisso recai ou está presente a perspectiva emancipatória, tanto reivindicada para a ADC, consorciada que está com o RC (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO, 2009; RESENDE, 2009; e SAYER, 2000). A pesquisa social tem de ser sim, concordamos, emancipatória ou, melhor dizendo, *interventora*; mas *interventora* não como um juiz, árbitro, arbitrário ou como se fosse um desbravar selvas e matas em busca do real (mecanismos causais⁸⁶). *Interventora*, mas sempre política e ideológica, cujo discurso permissivo ou resultante dessa pesquisa é uma *proposta*⁸⁷ para o domínio analisado e para novas relações sociais nele.

O problema da falibilidade do RC no estabelecimento de uma explicação da realidade está exatamente na crença de que os poderes causais podem ser esgotados cumulativamente pelo acréscimo de novas informações ou descobertas de formas que denunciem mais clara e profundamente a natureza das coisas. Este ponto diz respeito, portanto, à relação entre necessidade natural e necessidade conceitual do *subject-matter* das ciências sociais, conforme discutimos na seção 3.2. Não ignoramos aqui que por “natureza das coisas” não se entende que são essências fixas e imutáveis. Contudo, não podemos perder de vista que a afirmação bhaskariana de uma realidade *a priori* existe e essa afirmação é ontológica, no sentido tradicional do termo. A questão aqui é se e como é possível acessá-la; no caso, por meio da inclusão ou exclusão de informações novas – verdadeiras? Mais adequadas, convenientes? – sobre a natureza do objeto? Isso foi o que discutimos na seção anterior⁸⁸.

⁸⁶ É justamente na questão dos mecanismos causais, na causalidade, que reside o objetivo da ADC em querer prover de base científica a pesquisa crítica da vida social (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, e FAIRCLOUGH, 2003, p. 15), pois a noção de mecanismos e poderes causais imprime um matiz certo nas análises, dando-nos um entendimento mais “natural” da realização (*actuality*) dos fenômenos e eventos sociais e sua conexão com algo subjacente. Embora já tenhamos discutido no início desse capítulo a causalidade bhaskariana, voltaremos a esta discussão sobre a causalidade quando a analisarmos sob o prisma da Teoria do Ator-rede (TAR), de Bruno Latour, no próximo capítulo.

⁸⁷ A expressão *proposta* aqui é muito mais do que mera expressão. Podemos tomá-la no sentido literal de sugestão, de dever-ser, mas também podemos considerá-la como propositura, como um agenciamento decorrente de *proposições*, mas não proposições no sentido epistemológico tradicional de uma afirmação a que se aplicam critérios de verdadeiro ou falso quando de uma correspondência entre linguagem e mundo, e sim como proposta de ação, como um ator capaz de agenciar outros na persecução de projetos/cursos de ação. A mistura que fazemos aqui entre conceitos que pertencem ora a um domínio ontológico (proposição), ora a um domínio deontológico, é feita de um propósito: tentar compreender de outra forma como se dará a emergência de um discurso da ciência (o da ADC via RC) em um mundo social com vistas à emancipação ou transformação de práticas sociais. Uma explicação melhor disso virá quando tratamos no capítulo seguinte, na seção 4.2, dos circuitos e das redes de que deve participar o discurso analítico da ADC para poder sustentar-se tanto como alternativa válida ao mundo social quanto como descrição aceita do que quer que seja.

⁸⁸ A esta questão, ousaremos dar outra explicação, porém ela não passa longe de uma consideração mais aprofundada de como se elabora o *status* ontológico dos objetos da ciência ao longo da história. Para tanto, precisaremos nos desvencilhar de uma série de repertórios críticos que estão à nossa disposição intelectual,

O uso de critérios causais para a explicação dos fenômenos realizados (*actualized*) estabelece a compreensão de que os poderes causais de um objeto, embora nem sempre se manifestem, definem sua própria natureza, pelo que se afirma que haverá uma relação real entre os acontecimentos de causa e efeito ligando-os *naturalmente*, mesmo que tal ligação esteja acima de nossa experiência (cf. HALFPENNY, 1996). A necessidade conceitual vai concernir à descoberta da necessidade natural que vai, por sua vez, incluir ou excluir predicados na construção de um modelo ou conceito a expressar os poderes causais de um evento. Em outras palavras, o que se quer dizer com isso é que a eficácia da ciência vai se dando diacronicamente, de acordo com as descobertas cumulativas da natureza (mecanismos causais) dos objetos. Desse modo, a atividade científica ou tarefa explanatória da pesquisa social orientada pelos princípios do RC é um movimento do empírico (que vai se purificando, na investigação, dos valores, da história, da falibilidade de um momento social) ao real – ontologia purificada das contingências (cf. o texto de Ramalho, 2009, bem como o de Resende, 2009, para a confirmação desse tipo de atitude científica na tarefa da pesquisa social baseada no RC).

A defesa da afirmação de uma dimensão intransitiva do conhecimento, fundamentada na crença de um grau zero, digamos assim, do mundo social – o “real”, em termos do RC – pode desembocar na reificação (sistêmica) dos usos sociais da linguagem ou, mais uma vez em termos realistas críticos, do estrato semiótico⁸⁹. É óbvio que Bhaskar reconhece muito bem os erros da reificação quando discutia os problemas provenientes da concepção durkheimiana de sociedade como algo anterior e independente da atividade humana, mas, quando transpomos a possibilidade de estender ao estrato semiótico das práticas sociais a possibilidade ontológica de ter poderes causais tais que desencadeiam previsivelmente quais efeitos, enquanto a própria linguagem tem uma dimensão perlocucionária que escapa sincrônica e diacronicamente a si mesma, então acenamos com a chance de estarmos reificando os significados de um discurso ou texto. Esse é um ponto muito delicado, sobretudo para pesquisas em linguística aplicada que usam a ADC como ponto de

incluindo o RC, e que nos impedem de compreender não só a historicidade dos objetos da “descoberta” científica, mas também o grau e a extensão da existência deles mesmos. No próximo capítulo, abordaremos essa temática, para oferecermos uma alternativa à concepção de história, de falibilidade ou transfactualidade dos objetos da ciência tais como estão presentes nas ideias de Bhaskar e de Fairclough, de modo que ela supere as dificuldades histórico-epistemológicas até então à disposição de nosso vocabulário crítico.

⁸⁹ Outro ponto que a ser explorado, mas que foge da proposta inicial desta tese, concerne à apropriação da Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday pela ADC (cf. capítulo 8, de CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001, 2003) e à noção de semogênese no estabelecimento de uma conexão entre a lógica do social (a “sociológica”) e a da semiótica (a “semológica”) (cf. HALLIDAY, 1978; HALLIDAY; HASAN, 1989).

partida teórico, analítico e metodológico, pois tal pressuposição pode levar a um posicionamento em relação ao texto, discurso, de desvelamento⁹⁰, como se a linguagem participasse de um evento sócio-discursivo para esconder uma possível realidade “por trás” ou “além” da “aparência textual”, ou ainda como se os sentidos de um discurso fossem de tal forma estáticos (talvez pela forma como se manifestaram em um evento sócio-discursivo) que pudéssemos “fechar” analiticamente todos os sentidos ali nele em jogo. O pressuposto que subjaz essa crença comporta uma visão essencialista de mundo, de ciência e de linguagem, muito diferente daquela que procuramos advogar nesta tese, baseada em Bruno Latour (2009, 2011, 2012, 2017) de um lado e em Wittgenstein (1999) e Austin (1990), de outro.

Aqui, como no RC e na ADC, não julgamos, em relação às duas teorias/ciências, que o sistema semiótico é fechado, que ele tenha mecanismos causais que estejam desvinculados de conexões com os de outros estratos, nem que ele independa do processo de construção dos sentidos (*meaning-making*) em que se envolvem o posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do interlocutor, o que resulta sempre em compreensões, interpretações. A questão principal está em que, mesmo que a análise textual não conceda uma análise objetiva e definitiva de um texto ou evento social textualmente mediado, é possível chegar, por meio das construções (*construals*) dos agentes, criticamente às causas subjacentes (que podem ser uma confluência de poderes causais de vários estratos, que não só o semiótico). Ou seja, o discurso, enquanto semiose, tem seus poderes causais, que seriam o seu “real”, na perspectiva realista crítica; é essa defesa de Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 3), pois, segundo eles, se alguém pergunta o caminho para se chegar a um lugar e as resposta podem ser “dobrando a esquina”, “Desculpe-me, mas não sei” ou “Por que você quer saber?”, a relação pergunta/resposta depende do contexto, mas a resposta é ao menos coproduzida pela pergunta em si.

O problema disso vai estar na crença de que a compreensão (*verstehen*) e explanação (*erklären*) do funcionamento dos mecanismos gerativos subjacentes vão se constituir em um nível mais profundo da realidade dos acontecimentos ou dos problemas que,

⁹⁰ Vimos no Capítulo 2 como a ADC tem, no inventário de suas ferramentas analíticas e epistemológicas, essa herança do desvelamento, presente, como discutimos, na Linguística Crítica. Além de oferecer uma visão controversa da forma de atuação do analista de discurso crítico frente aos discursos que analisa, ao tentar, assim, diferenciar-se e justificar-se como distinta de discursos comuns por serem estes ideológicos, a postura desveladora trabalha dentro de uma repartição crítica “moderna” contra a qual Latour (2009) faz questão de nos alertar e que tem um alcance previsível, além de muito redutor, de como funcionam os discursos: opera dentro das dimensões que reparte os objetos de análise entre o que é transcendental e independente dos homens e o que é imanente e dependente dos homens. Veremos isso melhor no próximo capítulo. Cf. também o magnífico livro de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), que nos oferecem um panorama do amplo alcance do repertório crítico do desvelamento.

na prática, sustentam relações de poder assimétricas (como é o foco na pesquisa social feita na ADC). É daí que vem a visão de que a ADC é desmistificadora e emancipatória. Contudo, o que se perde de vista é a confusão (rechaçada pela compreensão de que seria uma “falácia epistêmica”) que fazem os analistas da ADC que tomam por base o RC, ao acreditarem que o ser dos objetos (seus mecanismos gerativos e poderes causais) é a sua existência (o fato de que as coisas existem independentemente da concepção que tenhamos sobre eles, a qual é sempre contingente e que a única coisa que temos para conhecermos o mundo) ou que a ontologia do “real” não seria uma epistemologia “*actual*”, para usarmos aqui os termos do RC⁹¹.

Faz-se aí, portanto, uma confusão, para usarmos as categorias clássicas da filosofia ocidental, entre o ser (*esse*), que é contingente, mutável, histórico, e a entidade (*ens*), que não seria, o que significa dizer que o mundo está aí, independente de nós, mas, se o vemos de uma ou de outra, isso depende tanto do estoque de recursos ontológicos e epistêmicos à disposição em nossas práticas sociais, quanto da circunscrição espaço-temporal a que se atém aos objetos de nosso conhecimento, o que se coaduna com o fato de que nos encontramos inscritos numa comunidade social, histórica, científica, política, cujas dimensões do que seja real e empírico, humano e não humano, natural e social, são sustentadas por uma rede de negociações e acordos tão complexas, que seria praticamente limitador demais conceber o que se analisa e investiga apenas definindo o que é realmente causal e o que não o é, o que é gerado pelo quê e o que não o é. Não se trata, assumindo esse ponto de vista, de dizer que a forma como vemos o mundo é a forma existencial dele⁹². Não. Do contrário, cairíamos, sim, na falácia epistêmica aludida acima ou em qualquer forma de relativismo. É outra coisa. É esse o argumento usado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1990) para fazer uma crítica ao relativismo, mostrando o caráter discursivo, ideológico e tradutório de nossas

⁹¹ Basta vermos alguns dos comentários feitos pelas principais pesquisadoras em ADC no Brasil nas últimas décadas, Resende (2009) e Ramalho (2009), defensoras do modelo de ADC consorciado com o RC de Bhaskar. Resende, por exemplo, defende, em sua pesquisa de doutoramento feito com pessoas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que a percepção que as pessoas têm daquilo que impede e/ou bloqueiam suas ações é o poder causal semiótico do próprio texto que elas produzem (2009, p. 22-23).

⁹² Teremos a oportunidade de mostrar que não estamos aqui apontando como porta de saída nem um relativismo absoluto (que coloca a dimensão do real como algo incomensurável demais a todas as sociedades ou comunidade social, não havendo, portanto, garantias de medir o que é o real), nem um relativismo cultural (que subordina a dimensão do real a uma questão atrelada aos pontos de vistas que cada comunidade ou sociedade tem do que seja o real, sem uma medida concreta e definidora de qual é melhor do que quem), muito menos um universalismo particularizado (que atribui a uma comunidade ou sociedade a capacidade de acesso privilegiado sobre a dimensão do real). Como veremos, defenderemos, com Latour, uma forma diferente de todas essas de encarar como a dimensão do real emerge como fruto de atividades estabilizadoras que sustentam o que é real não como algo transcendente nem imanente demais aos homens, mas como resultante governada por um acordo coletivo.

construções e percepções do real, e tomado aqui para embasar essa nossa observação. Vejamos:

[...] os objetos nunca nos são dados como meras entidades existenciais; eles sempre nos são dados em *articulações discursivas*. A madeira será um material bruto, ou parte de um produto manufaturado, ou um objeto de contemplação numa floresta, ou um obstáculo que nos impede de avançar; a montanha será uma proteção contra ataques inimigos, ou um local para um passeio turístico, ou a fonte para a extração de minerais, etc. A montanha não seria nada dessas coisas se não estivéssemos aqui; mas, isso não quer dizer que a montanha não exista. É porque ela existe que ela pode ser todas essas coisas; mas, nenhuma delas resulta necessariamente de sua mera existência. E como membros de certa comunidade, nós nunca encontraremos o objeto em sua existência nua – uma noção como essa é uma mera abstração; antes, essa existência sempre será dada como *articulada* dentro de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1990, p. 103-104, grifo nosso)⁹³.

Assim, o que quer que venha a ser a compreensão e explanação que tenhamos acerca dos fenômenos sociais, até mesmo das conexões causais, ainda que se ressalte o entendimento da natureza aberta dos sistemas que compõem o mundo da vida, teremos sempre uma articulação discursiva, com seus valores e conexões sociais, políticos e ideológicos. Estamos encerrados em totalidades discursivas que definem a forma como encaramos o mundo em função dos coletivos “comunidades” e “totalidades”. O critério causal, que ao longo de toda a explicação dos princípios norteadores do RC surge como categoria transcendental (nunca dependente dos homens, muito menos dos discursos, mas sempre para além da imanência humana), torna-se apenas uma forma de convencer com a possível eficácia das explicações dos eventos sociais, como se fosse uma categoria a-histórica. É como Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 34) chegam a reconhecer, ao fazerem a observação de que as ciências sociais produzem explicações alternativas dos fenômenos sociais, que podem ser avaliadas contra outras afirmações de verdade (*truth claims*) mediante uma argumentação na esfera pública. Contudo, pecam ao defenderem a posição bhaskariana de Collier de que as afirmações de verdade (*truth claims*) da ciência não avaliadas apenas dessa

⁹³ No original: “[...] objects are never given to us as mere existential entities; they are always given to us within discursive articulations. Wood will be raw material or part of a manufactured product, or an object for contemplation in a forest, or an obstacle that prevents us from advancing; the mountain will be protection from enemy attack, or a place for a touring trip, or the source for the extraction of materials, etc. The mountain would not be any of these things if I were not here; but this does not mean that the mountain does not exist. It is because it exists that it can be all these things; but none of them follows necessarily from its mere existence. And as a member of a certain community, I will never encounter the object in its naked existence – such a notion is a mere abstraction; rather, that existence will always be given as articulated within discursive totalities”.

forma, mas também através de um teste prático de tais afirmações na ação (*through practical testing of truth claims in action*), ou a de Calhoun e Taylor de que o *status* de verdade de tais afirmações é julgado em termos de “ganhos epistêmicos” – “o ‘movimento de uma posição problemática para uma *mais adequada* no campo das alternativas disponíveis” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, *ibid.*, ênfase nossa). Ora, o problema dessas posições está justamente em que critérios se podem usar para dizer que uma explicação é mais adequada do que outra ou, mesmo, quem pode dizer que ela o é ou não. Trata-se, cremos, de uma questão notadamente política também, e não apenas interna à ciência, mesmo que uma estabeleça menos assimetria ou desigualdade (para usar a agenda de pesquisa da ADC) do que outra em relações sociais de poder⁹⁴.

Com o critério causal, surge outra questão que poderia ser considerada. Sabemos muito bem que a causação bhaskariana não é do tipo mecânico ou de “conjunções constantes entre causas e efeitos”, tal como é alegado por Bhaskar em referência a David Hume. Bhaskar se opõe a essa visão de Hume, já que este não seria capaz de diferenciar uma correlação causal de uma acidental entre dois eventos (cf. BHASKAR, 2008a; HAMLIN, 2000, p. 4). Por isso, Bhaskar vai pensar a dimensão ontológica da realidade como um sistema aberto, e não fechado, em que as estruturas, mecanismos ou poderes gerativos de outros sistemas (semiótico, biológico, físico etc.) influenciam em um evento, de modo a trabalhar com a possibilidade e a realidade de contingências que ora ativam determinados poderes causais, ora bloqueiam tanto a geração de efeitos quanto a possibilidade de transformação social (quando estamos nas ciências sociais e quando nos referimos ao Modelo Transformacional da Atividade Humana). A conexão entre uma causa e um efeito não necessariamente provirá de conjunções constantes entre ambas, pois que há outros estratos que codeterminariam e alterariam a realização (*actuality*) de um evento, ou seja, os efeitos⁹⁵.

⁹⁴ A perspectiva emancipatória do RC e da ADC se torna ingênua porque se limita aí, ou ao menos não oferece uma explicação das frentes de atuação dos discursos provenientes das análises que fazem ou atuação dos analistas mesmos para além da comunidade científica de que participa. Limita-se a creditar o valor de verdade de suas análises a “testes práticos” ou a “ganhos epistêmicos”, sem se deter em descrever como essas coisas acontecem na prática. O espaço de justificação, como sabemos, o mais das vezes se encerra nas práticas acadêmicas, como a de defesa de dissertações/tese, a publicação de artigos, a apresentação em congressos, até que cumulativamente seja tomada como dado o que se analisou e concluiu. A ADC notoriamente atua em outras frentes, como a participação direta nas práticas sociais que analisa quando sua metodologia é etnográfica ou mesmo cartográfica, mas se perde dessa noção ampla que descrevemos no texto como as redes de ação, na verdade, se estendem muito mais longe do que a prática imediata analisada e a prática científica e acadêmica. O real dos discursos e as proposituras decorrentes das análises encontram sua *raison d'être* quando não se lhe interrompe a circulação a essas dimensões de atuação. Pelo contrário, a rede é ampla demais; e se é ampla, quão ampla deve ser o curso de ação de uma análise de discurso que deseja ser crítica e emancipatória!

⁹⁵ Ressaltamos que tal pressuposto de um mundo aberto, composto por vários estratos, ou de que a linguagem,

Contudo, o que parece escapar da própria crítica de Bhaskar à discussão da causalidade humeana é a ideia de que, em Hume (2004; 2009), a causalidade é, antes, o resultado de uma projeção humana sobre a experiência, e não algo natural, como se participasse aprioristicamente da formação de eventos e fatos da experiência, como categoria transcendental. Como argumenta Cesar Kiraly (2012), em Hume, a causalidade é um artifício da natureza humana que compõe/constrói a experiência em termos tais que possibilitam “nos sentir em casa” na experiência, além do que nos faz imaginar ter uma chance de prever o futuro, pela conjunção, atribuidamente constante ou não, de fatores (causas, poderes causais, mecanismos gerativos) que o sujeito cognoscente lança sobre a experiência. Embora Hume seja ainda adepto de uma discussão acerca da “natureza humana”, o que lhe faz pensar em algo que constitui a natureza do sujeito (discussão essa digna de seu tempo), o que ele nos fornece como possibilidade de se pensar o conhecimento na sua relação com o sujeito é a compreensão de que o sujeito se habitua à experiência por meio do estabelecimento de mecanismos causais sobre o mundo que os fazem inventar a experiência que o constitui⁹⁶ (KIRALY, 2012). Por isso, o critério causal, ainda que outorgue a certeza de que é um crivo transcendental e independente dos homens, aparece como noção transcendentalizada, purificada, cujo *status* na filosofia geral das ciências de Bhaskar não é em nenhum momento problematizada. A propósito, acreditamos que, como sua ideia de realismo – tendo um fundamento que de alguma forma conceda possibilidade, seja ela crítica ou não, de acesso ao real, às coisas reais, ao mundo exterior – carrega consigo um quê de transcendental, então o critério que é usado para regular qualquer tipo de acesso igualmente tem uma composição que foge às mãos dos homens, ou seja, contém em si traços de transcendental. Desde a abordagem inicial do problema do realismo para a filosofia das ciência, em *A Realist Theory of Science*, Bhaskar parte da problematização do conceito de Lei em Hume como resultante de conjunção constante de eventos, introduz uma nova concepção de causalidade como não mais descrição de padrões de eventos, e sim análise de poderes causais e mecanismos gerativos de efeito, mas

semiose, é apenas um dentre outros elementos que participam de um evento e que poderiam ser analisados também, encontra-se também na ADC de Fairclough (cf. capítulo 2 de CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 20), principalmente em sua afirmação, baseada em Harvey (1996), de que uma prática social possui outros elementos que não apenas a linguagem, que poderia internalizá-los ou não: “[...] we recognise that words can be ‘mere’ or ‘empty’ words (as we think they can), we can see this in terms of *an absence of internalization* – a divorce for instance between the ways in which people act and the ways in which they discursively construct their actions, the former not internalizing the latter” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28, grifo nosso).

⁹⁶ Cf. também um dos primeiros estudos monográficos de Gilles Deleuze (2012), *Empirismo e Subjetividade*, sobre David Hume, em que trata os princípios de causalidade, associação e contiguidade como estabelecendo relações entre dados da experiência as quais, embora exteriores aos dados relacionados, dão a impressão de ultrapassar a própria experiência do dado.

não questiona o critério causal como ferramenta transcendentalizada e transcendentalizante, colocando-o, antes, como apriorística para qualquer investigação científica⁹⁷.

Hume, ao lançar com sua filosofia a constituição da experiência nas projeções que o sujeito faz em sua cotidianidade, fornece, antes, uma compreensão negada por Bhaskar⁹⁸, mas retomada, em alguma medida, pela “virada pragmática” no campo da filosofia analítica: a ideia de que a linguagem é uma forma de vida pela qual nos é dada a possibilidade de constituir, de performativizar a experiência (cf. WITTGENSTEIN, 1999; AUSTIN, 1990; OTTONI, 1998). Esta compreensão pragmática da linguagem e da experiência, portanto, nos impediria, em certa medida, de compactuar com a ideia de um “progresso científico” que se valida pelo estabelecimento e reconhecimento cada vez mais complexo, amplo e eficaz de conexões causais geradoras de eventos sociais, purgadas de interferências empiricistas, idealistas ou humanas demais, como a linguagem e sua dimensão possivelmente sócio-construtivista. Bhaskar (2004, 2005, 2008a), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) manifestam, com tal postura epistemológica, um “medo da morte”⁹⁹, como diria Claudiana Alencar (2009), no trabalho com a linguagem, por desalojarem da linguagem o caráter compulsório que ela possui para conosco no trato com um mundo social que ela mesma nos faz constituir. Ou seja, o critério causal revela o medo de o conhecimento científico ficar à mercê do “governo da massa”, como diria Latour (2017), o medo de, não havendo princípios que ofereçam o passaporte ao mundo exterior somente para os versados na arte da ciência, sermos reféns do relativismo/absolutismo epistemológico que garante o que é o mundo não por meio de uma fotografia exata do que seja, mas antes por meio de uma imposição arbitrária do que o governo da massa decide que deva ser o caso.

Como acreditamos não podermos nos furtar de indagar o papel da linguagem em toda essa discussão sobre validação e justificação, perguntamo-nos em que sentido é possível

⁹⁷ Abster-se de usar a causalidade para explicar o funcionamento das coisas, principalmente dos discursos, é algo que pretendemos aqui nesta tese e que veremos no próximo capítulo. Mas adiantamos que, em Latour (2017, p. 182), a causalidade é, assim como dissemos acima apelando para Hume propriamente, muito mais construída do que transcendente; ela seria muito mais consequência do que antecedência, muito mais associação do que ativação.

⁹⁸ Como Bhaskar defende (2008a), assim como Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), a vida social não é composta exclusivamente pelo estrato semiótico – onde se encontra a linguagem –, já que com este outros estratos interagem na geração de eventos e efeitos que complexificam a vida social, mas não lhe impossibilitam o conhecimento, cabendo, assim, às ciências a tarefa de progredir em investigações que acenem com uma compreensão cada vez mais profunda do real.

⁹⁹ Por “medo da morte”, Alencar (2009) se refere a uma ordem de discurso *mainstream* no campo dos estudos sobre a linguagem que molda nossa forma de falar sobre e de pensar, cotidianamente, a respeito da linguagem e difunde a ideia de que ela é um meio de apresentação e representar a realidade, concebido de forma abstrata e idealizada, tornando-a um objeto passível de ser teorizada e sistematizada por uma lógica formal e científicista.

separar uma prática social em que o discurso, a linguagem, participa internalizando outros elementos, e uma prática social em que a linguagem não estaria a eles articulada. Em algum lugar no mundo aberto de esferas possíveis e definidas, o estrato semiótico da linguagem; em outro lugar, estratos outros que concorrem para interferir na geração de efeitos no semiótico. Em outras palavras, até que ponto é metodológica e epistemologicamente viável acreditar, mesmo que analiticamente, numa ação que pode ser linguística, discursiva, e numa ação não linguística, sem cair, com isso, em uma armadilha ontoepistemológica de essencializar e purificar tanto o *subject-matter* da análise de discurso ou da ciência social (o discurso) quanto o mundo aberto em estratos, separados e definidos, ainda que cambiantes entre si? Tal questão surge em contraposição a uma compreensão de linguagem como elemento não apenas indissociável da vida social, mas principalmente compulsório, como vemos em Wittgenstein (1999) e Austin (1990), sem a qual não é possível pensar qualquer relação entre elementos alegadamente não linguísticos e elementos estritamente linguísticos, sob o risco de cairmos nos famosos truísmos da reificação e/ou da purificação de campos, de um lado, linguísticos, humanos, e, de outro, não linguísticos, não humanos, portanto, naturais e concretos. Essa questão levanta-se em contraposição também a uma ideia de composição do mundo e de sua organização não como pré-reflexivo ou subdividido em esferas e estratos definidos, ainda que intercambiantes, mas sim como fruto de um “acordo” em que a natureza e o social não são concebidos como pré-existentes às formas de ação, e sim como fruto de associações ora estabilizadas, ora instáveis, nas quais os discursos, científicos ou não, participam como superfícies de inscrição de um mundo referenciável, ao lado de coisas que são não humanas e (por que não?) também não linguísticas (cf. LATOUR, 2009, 2017). Eis uma compreensão que se faz útil e indispensável na prática analítica da linguística aplicada e que aqui tentaremos fazer para enveredarmos por outros caminhos que não o da transcendentalização supra-humana de um mundo exterior acessível por seus efeitos gerados via poderes/mecanismos causais.

Além do que acima argumentamos, escapa desta compreensão de Bhaskar uma ideia bem humeana, como a de Jürgen Habermas, de que “*supomos* [um] mundo objetivo como sistema para referências possíveis – como o conjunto de objetos, não de fatos” (HABERMAS, 2004, p. 35, ênfase nossa). Contudo, Bhaskar (2005, 2008a; cf. também ARCHER, 2004; COLLIER, 1994) prefere partir da ideia de que a realidade é estratificada, e cada estrato pode *causar* efeitos em outros. Graças a esse poder *causal* ou poder gerativo, poderíamos, na perspectiva realista crítica, chegar a uma dimensão intransitiva dos eventos, em que os mecanismos causais teriam sido desvendados e descritos. Assim, a tarefa

explanatória desse tipo de filosofia e da ADC reside em explicar, da forma *mais adequada* possível, eventos com base na identificação dos mecanismos causais que a eles mais profundamente subjazem e geram, mas sem questionar o *status* transcendental da causalidade, e sim apenas problematizá-la colocando-a em uma concepção de mundo aberto e estratificado.

3.4.2 Da inseparabilidade entre lógica explanatória e lógica interpretativa

Outro ponto problemático da conexão RC/ADC está na separabilidade da lógica explanatória da lógica interpretativa. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67-68) são categóricos ao afirmarem que a ADC não preconiza um entendimento particular do texto, mas antes defende uma explanação particular. Segundo os autores, o vocabulário usado na redescrição das propriedades de um texto não afetaria a percepção e interpretação do fenômeno analisado. Ora, seguindo a linha de raciocínio semelhante à de Laclau e Mouffe (1990) como destacamos acima, não acreditamos na inseparabilidade de práticas discursivas, teorias e realidade social, pois “qualquer critério de atribuição de sentido à existência de coisas, eventos e experiências ocorre necessariamente no âmbito linguístico-semântico” e, portanto, sócio-político (FABRÍCIO, 2006, p. 50). Não se trata aqui de, como Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 4), temendo a ratificação do jogo do discurso como um “infinito jogo de diferenças”, afirmar o “imperialismo do discurso”; mas, sim, de defender, como Derrida (1995, p. 232), que “a ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação”, o que nos chama para participar da pesquisa científica de forma diferente, se não assumindo as consequências sociais, políticas e éticas de nossos discursos (algo que Bhaskar tenta refutar como critério, como mostramos na seção 3.3), ao menos encarando tanto o discurso sob análise, quanto o discurso resultante da análise como *técnica*, como *objetos híbridos*¹⁰⁰ que atuam não só como algo imanente aos homens ou à sociedade, mas como transcendente aos homens e à sociedade, quando estabilizados pela rede de associações e acordos que perpetuam a transcendências das coisas.

Uma vez assumindo que sua abordagem se enquadra na tradição da ciência social crítica, que é motivada pelo objetivo de fornecer base científica para o questionamento crítico da vida social, ao adotarem os princípios do realismo transcendental da filosofia de Roy Bhaskar, as análises críticas do discurso amenizam a compreensão do papel mundano e

¹⁰⁰ Discutiremos com mais vagar sobre tais conceitos, provenientes da Teoria do Ator-Rede, de Bruno Latour, no próximo capítulo, quando abriremos caminhos diferentes para uma pesquisa com o discurso na ADC. Cf. a seção 4.1.2.

politicamente enraizado do pesquisador social crítico, como tentativa de escapar da ideia de um “infinito jogo de diferença” (DERRIDA, 1995), de num imperialismo discursivo ou num socioconstrutivismo extremo. Resende (2009, p. 12), por exemplo, afirma que pesquisas em ADC não trabalham com a ideia de “imparcialidade científica”, mas antes têm um caráter “posicionado”, por “desvelar” discursos que servem de base para a dominação ou assimetrias sociais, o que nos leva, aqui, à discussão de critérios transcendentais que decidam quando um discurso científico é mais justo do que outro. O que o enquadre ontológico e epistemológico do realismo crítico de Bhaskar fornece à ADC, mas que parece ignorar, assim, ao defender as dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento, é que qualquer que venha a ser a compreensão dos “poderes causais” será sempre discursiva, ou seja, uma pretensão de verdade, mas que necessita de validação e justificação (HABERMAS, 2004) via linguagem, discurso, argumentação, *acordos* e *alianças*¹⁰¹ com esferas que estão fora do âmbito da ciência, como a política, o direito, a economia etc. Não queremos dizer com isso que “tudo é discurso”, mas, sim, que o entendimento de tais poderes não coincidiria com camadas profundas de *uma realidade*, pois, se esta existe independentemente do nosso conhecimento acerca dela, sua compreensão (que estabelece um ser mutável, histórico e contingente para ela) passa a se configurar como uma construção contingente das próprias coisas via discurso da ciência. Portanto, as análises críticas do discurso, por estarem respaldadas por princípios do Realismo Crítico de Roy Bhaskar, parecem escapar do problema da justificação das pretensões de verdade, ignorando uma compreensão, como a de Habermas (2004, p. 35), de que:

[...] não faz sentido orientar a validade de juízos pela diferença entre ser e parecer, entre o dado ‘em si’ e o dado ‘para nós’ – como se o conhecimento do pretensamente imediato devesse ser purificado de ingredientes subjetivos e mediações intersubjetivas. [...] Do ponto de vista pragmático, a realidade não é algo a ser retratado; ela não se faz notar senão performativamente, pelas limitações a que estão submetidas nossas soluções de problemas e nossos processos de aprendizado – ou seja, como a totalidade das resistências processadas e das previstas.

Essas observações nos fazem atentar para o fato de que a adoção das premissas do RC via ADC reduz qualquer perspectiva que acene com certa simpatia para um antiessencialismo ou socioconstrutivismo em linguagem, como até mesmo defende

¹⁰¹ Nos acordos e nas alianças residirá a grande tarefa a ser pela ADC para tentar não só escapar dos imbróglis que o RC lhe fornece ao potencializar as controvérsias já presentes em sua teoria, mas também tornar mais realista e crítica das práticas sociais que analisam ao compreender como se estabilizam as redes discursivas que sustentam a eficácia de um discurso. Vamos nos deter neste ponto na parte final deste trabalho.

Chouliaraki e Fairclough contra teorias pós-estruturalistas com medo de uma “tirania” do discurso e de uma abertura sem precedentes do social a qualquer análise¹⁰². Na verdade, nosso ato nesta tese de doutorado compartilha daquilo que defende Rajagopalan (2010, p. 17) em relação ao fazer linguística aplicada hoje em dia: “Linguística Aplicada também pressupõe fazer a sua própria teoria em moldes completamente diferentes”. Nosso objetivo aqui é saber até que ponto percorrer outra trilha, menos comprometida com o viés ontológico e epistemológico tal qual o do RC, operacionalizado na perspectiva cientista de pesquisa social da ADC, tornaria pesquisadores e pesquisas em linguística aplicada (que usam a ADC como enquadre teórico, analítico e metodológico) mais empenhados tanto em assumir responsabilidades éticas e políticas provenientes da prática analítica a que submetem seus objetos de estudo e a que se submetem eles próprios, quanto em se lançarem a ultrapassar os limites demasiadamente estreitos dos gabinetes e salas de pesquisa científica para percorrer as veredas criadas pelas associações que o discurso promove para se firmar como atuante e válido epistemologicamente.

Acreditamos que essa postura aqui advogada em favor de um compromisso, em análises do discurso, com uma concepção de linguagem enquanto ação compulsória de constituição do mundo e mundos possíveis – já acenada no quadro de discussões da linguística aplicada atual, concebida como crítica, indisciplinar e transdisciplinar (PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006) – possibilita pensarmos cada vez mais em uma perspectiva crítica nos estudos da linguagem que não desassocia nossa prática reflexiva e analítica de nossa própria participação social no cotidiano, o que nos leva a encarar a pesquisa social não como uma tarefa de especialistas que têm acesso privilegiado a um corpo de conhecimento e que, portanto, podem ser considerados como atores sociais unicamente autorizados a propor alternativas ao mundo social. Pelo contrário, adotar esta postura aqui defendida seria lançar o pesquisador no cotidiano, fazer que ele participe cada vez mais não só de esferas públicas de debate em que tanto o dito leigo quanto o dito cientista partiriam do mesmo ponto comum para validar seus discursos – a argumentação –, e não da crença de que um tem mais conhecimento científico, verdadeiro e, portanto, real do que outro, mas também de outras esferas de interesse que possam oferecer os acordos necessários para perpetuar o que os discursos científicos referendam como é e deve ser a realidade. Isso coloca em nosso colo (sejamos nós um dito “leigo” ou um dito “cientista”) a responsabilidade e consciência de que o que fazemos quando dizemos algo é parte indissociável da construção de uma realidade

¹⁰² Cf. capítulo 7, de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 120).

social e dos compromissos que devemos firmar com inúmeros outros atores para dar às pesquisas científicas o valor de verdade que necessitamos elas terem.

3.4.3 Da impossibilidade de abstração dos efeitos perlocucionários

Conforme vimos na seção 3.3, em um momento de sua explicação a respeito dos critérios necessários para validação de uma explanação baseada em princípios realistas críticos que façam diferenciação entre um discurso ideológico ou prototeórico e um discurso científico crítico e teórico propriamente dito, Bhaskar defende que podemos garantir uma descrição em detrimento de outras “abstraindo as forças perlocucionárias” de audiência, seja ela pessoas leigas, seja ela a comunidade científica. Alertamos para o fato de que negligenciar o alcance perlocucionário de uma descrição e explanação científica é ignorar a declaração feita de que a ciência social não é só sobre um *subject-matter*, mas também para uma audiência, ou seja, é deixar em segundo plano uma dimensão que não é acessória à linguagem, mas antes é constitutiva, pois, se se afirma a possibilidade de uma precisão de significados que permita funcionar como uma medida ou cálculo de uma explanação, então se está afirmando que os atos perlocucionários da audiência intra ou extracientífica não têm efeito algum para o sucesso ou fracasso de uma explanação científica social.

Bhaskar pensa, dessa forma, o real como ato ilocucionário a cuja ilocução é possível chegar no momento em que ela funciona como ato, ação, pelo fato de ter forças semânticas tais que podem desencadear tais ou quais efeitos, a depender de inúmeras circunstâncias sócio-históricas. Até aqui parece que podemos, em alguma medida, fazer esta aproximação entre dimensão do real, tal como em Bhaskar, e ato ilocucionário, tal como em Austin (1990; também OTTONI, 1998). A diferença residirá na compreensão de Bhaskar de que as implicações perlocucionárias de um discurso não devem importar nem ser tomadas como determinantes da validação e justificação de um discurso. Dessa forma, um discurso metacrítico como o RC deve se justificar enquanto válido e preferível independentemente da sua força perlocucionária, portanto, da audiência, o que de certa forma contradiz a afirmação de Bhaskar de que a ciência social seja não apenas sobre um *subject-matter*, mas inclusive para um público. Explicaremos isso melhor.

No primeiro capítulo, destacamos, como nosso ponto de partida sobre a linguagem ou como nossa compreensão inegociável sobre tal, uma visão performativa, isto é, a dimensão inescapavelmente perlocucionária e antiessencialista da linguagem, uma vez que, com base na percepção de John Austin a respeito dos critérios de validação de um discurso, é

o ato perlocucionário de gerar efeitos na audiência, no interlocutor, na outriedade de um discurso que garantirá, ao fim, a significância, o sentido gerado no outro. Não que o outro seja o juiz que definirá para todo o sempre o que um discurso significa, pois, se assim fosse, seríamos eternamente reféns da audiência, e estaria negligenciada qualquer pretensão ou intenção de verdade no que produzimos com os discursos. Deste modo, há uma dimensão dialética que não deve ser abolida quando consideramos tanto o processo de produção de significados, quanto as consequências apreendidas pelo *uptake* de uma audiência coparticipante, se não do ato proferidor do discurso, ao menos do processo final de negociação e construção dos sentidos de um discurso. Ambas as dimensões, a ilocucionária e a perlocucionária, funcionam muito mais do que dois momentos de um mesmo processo de comunicação. Antes, entendemos que, não funcionando telementalmente, a linguagem, o discurso funciona na verdade como recurso para ação tanto quanto Bhaskar concebe a estrutura social como necessária para a atividade humana. É como se, pegando a analogia da Figura 10 (acima, na seção 3.2) para a relação entre estrutura social/sociedade e agência humana/atores sociais, o ato ilocucionário, que carrega em si as forças possíveis contidas na polissemia sócio-histórica constitutiva da linguagem, estivesse como condição de possibilidade de ação humana, ou seja, como condição *sine qua non* de um ato perlocucionário da audiência. Por seu turno, o ato perlocucionário é não só o tipo de ação que só é possível pela existência dessa condição prévia de um ato que funciona como recurso e realidade imediata anterior, como também aquilo que, pelo acúmulo de perlocuções, funda a chance de não só a ilocução ser apreendida tal como foi intencionada, mas também de transformar a condição anterior, subvertendo as pretensões iniciais ou condições causais prevista para a perlocução.

Chegar a um discurso que se sustente como pura ilocução, independentemente das consequências perlocucionárias de sua existência, significa assegurar a *real-ização* (a ação do real) da ilocução purificando-a, unilateralmente, do e no movimento que o ato de fala científico faz *ao* mundo (em relação ao qual é transcendência), mas nunca *no* mundo (em relação ao qual é imanência). Sua *real-ização* não prevê este outro momento importante que é a perlocução, ao menos não no sentido austiniano apresentado aqui. A perlocução austiniana é consequência, efeito, mas um efeito dito, expressado, linguajado, explanado por sujeitos, nunca identificação purificada da ilocução. À *real-ização* da ilocução realista crítica, como a que vemos na crítica explanatória de Bhaskar, é facultada ser um gesto natural, de identificação do real, dos mecanismos gerativo do real; a ela é facultada permitir uma observação científica, autorizar uma explanação, uma vez que é a *ação* (linguística) do *real*.

Assim, o dedo que clica o botão da máquina que possibilita perceber a *real-ização* da ilocução parece não ter dono. Pois, se a *real-ização* ocorre, ou seja, se a ilocução atua, age em forma de mecanismos causais, gera efeitos, é porque tal movimento de *real-ização* não independe de sua captação, sob forma de eventos, de efeitos em sujeitos. Isto é, o discurso da ciência é em função também da audiência, da perlocução, e não em detrimento dela.

Ato ilocucionário fica, assim, como ontologia. Faculta um padrão de análise que deve ser transcendente à interpretação. Ato perlocucionário fica, por sua vez, como epistemologia. Faculta um padrão de interpretação que deve ser imanente à análise. Mas a ontologia, enquanto ilocução, é aberta, mas só é aberta em função de sua perlocução. De tal forma que a ilocução é o que a perlocução pode ser ou a ilocução só pode ser o que a perlocução é – o que nos coloca na impossibilidade de validação de um discurso da ciência independentemente das consequências perlocucionárias de suas recepção por uma audiência¹⁰³.

Além disso, vimos, na seção 3.2, que Bhaskar defende a intenção como dimensão consciente da ação humana, de tal modo que as pessoas agem em suas atividades sociais de engajadas por crer no caráter justo de suas intenções. Destacamos o caráter controverso dessa questão, por entender que, se algumas mudanças ou transformações das estruturas sociais podem se dar conscientemente por meio da agência humana intencional, como podemos analisar e assegurar as mudanças que serão propostas por explanações decorrentes da análise de discurso, ainda mais quando tais mudanças propostas só se manifestam por meio de discursos que, se de um lado têm poderes causais (como pertencente à dimensão da práxis humana), de outro são feitos de significados (significados que não têm claramente manifestada sua intenção)? Se partimos da ideia de que a linguagem, em sua dimensão performativa, é o terreno opaco de significações que se constroem e se (re)validam nas diferenças muitas vezes irreconciliáveis entre o produtor de um texto e sua recepção, atribuir validade epistêmica e teleologia deontológica a discursos decorrentes de uma análise crítica

¹⁰³ Acreditamos que esse seja o ponto que fará tanto divergir em Bhaskar quanto convergir em Austin a ideia de associação e coletiva em Latour como alternativa para se pensar mais longe o funcionamento e a sustentação da ciência e de seus objetos. Veremos, no capítulo seguinte, que a validação do discurso ciência é muito mais extracientífica do que intracientífica. A audiência da ciência são várias, e nunca só a da ciência propriamente dita, dos parceiros do projeto de pesquisa, da comunidade acadêmica de uma pós-graduação, de uma banca de defesa. A cadeia utilitária da ciência deve ser ampla e, assim, atingir várias outras audiências para garantir que a validade de um discurso seja garantida. A garantia é decorrente muito mais disso do que da descrição profunda do que quer que seja. É nesse sentido que não há como abstrair as forças perlocucionárias de uma descrição científica para garantir sua profundidade ontológica, porque é da contínua demonstração de pertinência e utilidade de uma descrição científica que vai dar a esta o suporte necessário para existir e continuar a existir como válida e aceita. Portanto, a aceitação vem de fora da ciência, e não somente e tão somente de dentro dela e da explanação mais profunda dos mecanismos do real.

de discurso, abstraindo-os da dimensão perlocucionária, seria fazer ciência purificando-a de ser humana.

É justamente por perceber vários pontos em que a filosofia das ciências de Roy Bhaskar não consegue se justificar como melhor alternativa possível, nem dá critérios não abstratos e não transcendentais para compreendermos quando uma explanação deve ser considerada não ideológica e, portanto, uma justa, adequada e melhor descrição do real e do como este deveria ser, que encetamos este trabalho, principalmente quando são levadas em considerações as implicações que tais postulados do RC, bem como as controvérsias que não consegue resolver, têm para uma análise de discurso crítica. O que faremos a seguir não é nada mais do que indicar os caminhos possíveis que poderíamos trilhar, se abandonarmos pressupostos transcendentalizantes presentes no Realismo Crítico Transcendental de Roy Bhaskar. É óbvio que essa tarefa de alguma forma terá de desvencilhar os elos de coerência e semelhança entre os objetivos definidos pela agenda de pesquisa em Análise de Discurso Crítica, como vimos no capítulo 2 desta tese, e revistos quando discutíamos as tarefas de uma ciência baseada em princípios realistas que fossem críticos, como vimos no capítulo 3. Ao longo de toda essa discussão que encetamos acima, resenhando e destacando os pontos de encontro entre as teorias que coparticipam ontológica, epistemológica e metodologicamente da formulação do quadro teórico da ADC, elencamos uma série de controvérsias que se interpõem à prática de análise ou à prática reflexiva do fazer analítico do analista de discurso crítico. Tais controvérsias não são fruto de uma capacidade imaginária de nós encontrarmos problemas onde talvez eles não existam, mas antes foram percebidos ao longo de nosso trabalho contínuo com análises de discurso, além de serem mencionados pelos próprios teóricos com quem trabalhamos aqui, quando tratavam de justificar ou validar as alternativas metodológicas encontradas para propor um quadro teórico como o da ADC. Foi por esta razão que iniciamos a discussão desde a Linguística Crítica até chegarmos ao momento atual da ADC, que compactua com os alicerces ontológicos e epistemológicos do RC de Roy Bhaskar.

Uma vez tendo feito este trabalho de análise e discussão do consórcio entre a ADC e o RC, caberá agora, no próximo capítulo, oferecer uma nova forma de concebermos a realidade daquilo que investigamos. Naturalmente, seremos tão realistas quanto os que criticamos foram, mas decerto será visto que o modo de entendermos as coisas não compactua com elementos controversos que, separando coisas que deveriam ser juntas explicadas, a natureza de um lado e a sociedade de outro, a sociedade de um lado e as pessoas de outro, acabam por se tornar o crivo da própria explicação das coisas que explicam e de si mesmos. Seremos realistas, porque não perdemos de vista a noção de que as coisas em nosso mundo

funcionam em função de alguma concepção de real, mas não faremos pacto com a ideia de um mundo exterior ora fruto único de nossa atividade languageira, ora independentemente de nossa percepção sobre ele. Seremos realistas e relativistas ao mesmo tempo, se por relativismos estiver sendo aqui defendido não a ausência absoluta, a indecidibilidade radical acachapante do que seja o significado transcendental do mundo, mas antes o grau de compromisso sócio-histórico-político feito entre o mundo humano e o mundo não humano, entre o que devemos conceber conjunturalmente como pertencente ao lado das coisas em si mesmas e aquilo pertencente ao lado das coisas humanas elas mesmas, o nos dará um decalque de como a atuação da ciência se dá de forma muita mais complexa e associativa entre a terra e o céu das coisas e dos homens do que supunha nossa vã filosofia.

4 COMO FAZER ANÁLISE DE DISCURSO SEM REPETIR AS APORIAS CRÍTICAS DA MODERNIDADE: RETOMANDO OS FIOS DOS DISCURSOS

Até aqui, tivemos a atenção de, ao mesmo tempo em que apresentávamos pontos e questões controversos na ADC e no RC, assim como no consórcio de uma com o outro, sinalizar alternativa possível para superá-los, embora déssemos a entender que esta alternativa fosse melhor do que a disponível pelo enquadre ontológico, epistemológico e metodológico das duas disciplinas. Em vários momentos, fomos até categóricos em nossas acusações, no ímpeto de alavancar nossa posição em detrimento do que nós mesmos acusamos na perspectiva alheia, sem nos atermos com isso que decerto estávamos repetindo ingenuamente comportamentos que mais se assemelhavam a brigas entre colegas ou a picuinhas de departamento acadêmico. Não é por menos. É uma postura moderna, tanto quanto o é a própria ciência, uma vez que os dedos das controvérsias se lançam sempre para a forma como se pensava, o passado, e como se pensa, o presente, igual a um compêndio de história da ciência, sem se perceber que o tempo perdido nessas disputas entre as alternativas insurgentes em função ou em concorrência de outras deveria ter sido desperdiçado olhando para o futuro, para o que deve ser feito além da esfera da ciência de modo a garantir a validade das alternativas científicas à disposição. O tom acusatório que em várias ocasiões aqui imprimimos à nossa discussão se deveu não tanto à natureza deste trabalho de doutoramento, que exige uma acuidade analítica e perceptiva como característica principal de um escrito desse tipo, mas principalmente à necessidade de arejar uma discussão tão importante quanto esta, apontando, senão os erros a que se incorreu a ADC na proposta de sua teoria e metodologia para uma agenda de pesquisas sociais com o discurso, o limite de sua atividade, ao destacar tanto as controvérsias em que se meteu quanto a falta de atenção para outros aspectos que precisam ser considerados para dar prosseguimento aos cursos de ação propostos pela sua atuação no mundo social. Eis o *nostra maxima culpa*.

Falamos aqui em erro, o que pode levar a supor que o que propomos é um acerto, fazendo-nos cair na aporia de se dividir uma atividade científica entre o que é certo e o que é errado, de demarcar o que é verdadeiro e o que é falso, porém o que queremos dizer com erro aqui é apenas o parco alcance de se teorizar sobre o discurso e de analisar um discurso sem fazer o trabalho árduo de – depois de lidar com a tarefa igualmente difícil de analisar um discurso e seus sentidos – negociar e acordar as formas de validação de uma análise, aumentando, assim, o tamanho desta e dos analistas, mas também demonstrando os percalços do que faz um discurso científico se insurgir no horizonte social como caminho existente e

possível. Ou seja, aqui propomos ir mais longe, e não ficar apenas a olhar para atrás, para o que ficou de empecilho ou pedra no meio do caminho analítico. Do contrário, se restringíssemos a ficar acusando o pior e propondo o melhor, ficaríamos preso numa briga interna de se dizer quem é mais crítico do que quem, quem enxerga melhor do que quem, quem é mais verdadeiro do que quem, quando todas essas questões são muito mais consequências desse trabalho árduo de negociação e de acordos que devemos fazer com outros aspectos nada científicos da vida do que se imagina, isto é, precisamos estender o campo de atuação do analista crítico de discurso para além do campo científico propriamente dito. É necessário ir à assembleia, é necessário ser pragmático, é necessário ser político, para aprendermos a fazer valer e perdurar os resultados de nossas pesquisas científicas com o discurso. Que a *acuidade* da ADC é notória, isso não negamos, mas a teoria esbarra na tentativa de *acurácia*, ao constituir sua atividade científica com uma operação analítica quase matemática, ao partir de princípios ontoepistemológicos que transcendentalizam sua atividade quando deveriam politizá-la, quer dizer, trazê-la para o chão, para as redes de atuação do que ela mesma analisa – o discurso.

Neste capítulo, o que faremos será senão deixar mais claro o *background* que estava subjazendo nossas observações e críticas, ao mesmo tempo em que exporemos nossa alternativa, mas não em substituição à ADC, e sim em acréscimo ao seu trabalho, uma vez se desvencilhando do labirinto de Creta em que entrou ao se consorciar com o RC, sem imaginar que este na verdade é Dédalo para a análise do minotauro discurso, e não Teseu. Com a ajuda do trabalho de Bruno Latour (2002, 2009, 2011, 2012, 2016 e 2017; LATOUR; WOOLGAR, 1997), essa espécie de fio de Ariadne, iremos mostrar o trabalho político de negociação e acordos necessário entre a prática científica e outras práticas, um trabalho antes esquecido, porém hoje a ser feito dentro da proposta teórico-metodológica da ADC de Fairclough, de modo a fornecer uma compreensão da dimensão e da extensão políticas que a teoria deve ter para alcançar os objetivos que almeja seja ao desnaturalizar discursos, seja ao propor alternativas de superação de assimetrias sociais sustentadas pelo discurso. Assim, será resgatada a discussão de Bruno Latour a respeito das “constituições modernas”, que insiste em dividir o campo das atividades humanas (sejam elas científicas ou não) entre natureza e cultura, ciência e política, objeto e sujeito, tal como sinalizamos no Capítulo 1 deste trabalho. Com base nessa discussão, será possível analisar como a “grande divisão moderna” se imbrica ainda em atividades científicas, como a da linguística e, no nosso caso, a da análise de discurso crítica, e como as distinções faircloughianas em “prática teórica” e “outras práticas” trazem uma percepção ingênua da possibilidade de engajamento e emancipação sociais

preconizada pela teoria. Como exemplo, podemos conceber inclusive a divisão entre verdadeiro e falso da tradição analítica da filosofia analítica como uma dessas “grandes divisões modernas”, ao considerarmos a abolição promovida pela filosofia da linguagem ordinária de Austin entre verdadeiro e falso como uma lógica retórica disponível, uma forma de evitarmos a recaída inconsciente no jogo duplo da “constituição moderna” (mediação x purificação) que engendra o fazer analítico na linguística, assim como de nos alertarmos para o entendimento crítico e complexo das interfaces do discurso com as redes de que participa. É assim que analisamos como na obra de Fairclough a velha moeda do juízo verdadeiro/falso se manifesta de várias formas, sobretudo na crença de a ciência social crítica da ADC ser uma ciência “profunda” (verdadeiro) que anula as “más percepções” (falso) que o “mundo da vida” e os leigos podem ter do discurso, bem como na distinção dos interesses que norteiam a prática teórica analítica e as “*practical practices*” reais em que os sujeitos “comuns”, não especialistas, mas apenas usuários do discurso, estão inseridos.

Além disso, ao longo da discussão, explicaremos de como é possível revitalizar a ADC, uma vez a orientando pela Teoria do Ator-rede de Latour. Conceitos como o de *purificação*, *hibridização*, *tradução*, *ecologização*, *quase-objetos*, *acordos*, serão trazidos desta teoria com o fito de enxergarmos tanto os problemas teóricos e metodológicos na ADC quanto os modos possíveis de superarmos-los. Para tanto, mostraremos como o conceito de “discurso” em Fairclough pode ser melhor interpretado com a compreensão de que ele pode ser não apenas o objeto primeiro de análise dos analistas, como ainda deve ser uma questão mais secundária no quadro mais amplo de redes sócio-técnicas construídas por aquilo que compõe o centro da agenda de pesquisa social da ADC: o capitalismo tardio. Em vez de olharmos para o discurso simplesmente como um elemento, dentre outros, de práticas sociais que tanto reproduz quanto transforma estruturas, relações, identidades e ideologias, destacaremos seu caráter sócio-construtivo, porém agora sob o viés de que pode tanto ser um *dispositivo técnico* de redes ou sistemas sócio-técnicos usado em cursos de ação do capitalismo tardio (quando o colocamos como objeto de análise possível, e não apenas exclusivo), quanto uma forma de *inscrição* em uma rede de discurso que constrói a possibilidade de ciência social crítica do discurso, o que vai lhe garantir, deste modo, um *status* ontológico também realista. Sem trabalharmos com a ideia de que o discurso ao mesmo tempo é construído porque é real e é real porque é construído, não conseguiremos jamais ir além de uma discussão epistemológica que emperra prosseguirmos no relato e na descrição do que faz um discurso.

Para finalizar esta introdução, convém alertamos mais uma vez para nossos

intentos com este trabalho. Quando começamos a fazer a discussão das controvérsias que compunham a ADC e seu consórcio com o RC, estivemos preocupados em tentar enxergá-las como peças quebradas de uma maquinaria analítica poderosa, mas que traziam problemas para seu funcionamento. Tivemos um prenúncio disso em alguns trabalhos que pudemos já publicar (GOMES, 2013; GOMES; ALENCAR, 2015). Após a identificação dessas peças, decidimos pensar em alguma forma de conserto. Além de ser demasiado árdua a tarefa de desmontar todo o motor do enquadre teórico da ADC a fim de trocar as peças, também imaginamos que ela seria inglória se não tivéssemos ao menos algo a oferecer em contrapartida.

O que oferecemos aqui não é tanto o exercício de escrutínio de meandros da ADC e de seu consórcio com o RC, mas sim uma reorientação de como o potencial analítico da ADC poderia ser melhor utilizado, uma vez que aumentássemos, digamos assim, as lentes de alcance da teoria. A metáfora aqui da lente, clássica por excelência, talvez insinue uma queda nossa para o vocabulário tradicional da ciência, exatamente igual ao que estivemos até então criticando aqui quando mostramos que a ADC e o RC *viam* a atividade científica como uma *visão* mais acurada das coisas, como se seus adeptos, para serem cientistas sociais críticos, deveriam ser aqueles que *enxergam* mais longe ou profundamente do que outros. Mas o que queremos dizer é que, em vez de irmos fazer a oferta no altar do Senhor da verdade, olhando para o céu transcendente de categorias analíticas que nos denunciem o cerne mais profundo das coisas, talvez tivéssemos de olhar mais para os lados e dar à mão também àqueles com quem a ciência até então fazia questão de se apartar: a política, o senso comum, os interesses mercadológicos, a associação de intentos entre ciência e grupos nada científicos. Se pudermos ser assim compreendidos, como se tirássemos os óculos protetores e a cara enfiada contra os vapores do motor analítico para se voltar a olho nu para as pessoas, as instituições, os grupos, com seus interesses e propósitos em convergência ou em divergência com o funcionamento da maquinaria da ciência, teremos cumprido com o objetivo principal deste trabalho: reconsiderar a ADC em termos de uma teoria cuja ignição dependa de fatores muito mais reais do que o que se propagou ao se consorciar com uma teoria realista crítica.

4.1 AS ARMADILHAS DAS GRANDES DIVISÕES: ANALISANDO OS ARTIGOS DE LEI DA CONSTITUIÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO MODERNAS NO QUADRO TEÓRICO DA ADC

Embora já tenhamos adiantado um pouco as ideias de Bruno Latour, não o fizemos resgatando o pano de fundo em que elas foram formuladas, muito menos tivemos a oportunidade de relacioná-las diretamente com os problemas que neste trabalho estamos a discutir. É provável que se tenha pensado inclusive de que modo é possível fazermos uma tal aproximação entre um corpo teórico preocupado em analisar criticamente discursos e um conjunto de teorias e pesquisas atento em investigar como os fatos científicos são produzidos e formam um coletivo junto ao social. Além disso, pode ter surgido a indagação a respeito de como utilizar os Estudos Científicos, os estudos sobre a ciência, para tanto reavaliar a atuação de uma teoria e dos analistas pautados por esta, quanto propor um novo redirecionamento nessa forma de atuação, se a própria disciplina dos Estudos Científicos não preconiza nenhuma teorização particular, mas antes uma metodologia nova para os estudos da ciência, das técnicas e da sociedade (cf. LATOUR, 2012, 2016).

Como a ADC é concebida como ciência, pertencente ao campo da ciência social crítica, descendente semiótico tanto de estudos críticos da linguagem quanto de filosofia realista crítica, vimos a chance de a encararmos, então, sob a ótica de que é uma ciência que produz fatos como qualquer outra. É muito distinta, sabemos, de uma ciência de laboratório, de uma ciência de técnicas instrumentais, mas isso não elimina o *status* de que é uma ciência, uma ciência de campo ou de gabinete, uma ciência de categorias analíticas e instrumentos conceituais, uma ciência cujas ferramentas não são os equipamentos de uma engenharia elétrica, porque possuem uma ontologia conceitual tanto quanto o são os *subject-matters* com que têm de lidar – o discurso, os sentidos, a língua, as ideologias. Tudo isso tem existência “material”, e não apenas abstrata, discursiva, assim como também têm o béquer, a proveta, o almofariz com pistilo, o microscópio. Servem para produzir fatos e mobilizar mundos, do mesmo modo que o teodolito, o goniômetro e o acelerador de partículas.

Nesse sentido, não é difícil entender por que viemos reconsiderar e analisar a ADC pelo viés dos Estudos Científicos. Ainda ficará mais evidente a quem nos acompanhar até o final a medida da importância de se aproximarem os Estudos Científicos de uma Análise de Discurso Crítica, já que o que eles nos permitem fazer é dar um cálculo complexo, mas real, de como a atividade científica se sustenta no mundo, de quais acordos esta precisa fazer com esferas apartadas de sua seara para que seus fatos sejam concebidos como o real. Esse é

justamente um dos pontos que serão discutidos aqui por nós e que iniciará nossa seção. A ciência está separada, por exemplo, da política? A ciência está separada da ideologia? Os fatos científicos dependem somente da demonstração empírica de sua existência ou de muitas negociações que escapam da atividade científica? Se o objetivo da ADC é fornecer alternativas às práticas discursivas que analisa de modo a superar injustiças e assimetrias sociais, como fazer isso com o discurso, já que os resultados de uma pesquisa em ADC, a alternativa a ser oferecida é igualmente um discurso, e não a fissão do núcleo de um átomo? A dificuldade da linguística e da ADC talvez reside nesta impressão de que é preciso ser *metafísico* para falar *metalinguisticamente* de um *metadiscurso*. Por esta razão, a busca por princípios que fundamentem e subjazam explicações científicas quase sempre recai não só na busca por critérios transcendentais, mas também na propositura de novos fatos desconectados com o que devem estar, ou seja, metafisicizados.

Além disso, cabe-nos acrescentar que, enquanto os Estudos Científicos lidam a todo instante com fatos científicos, com quase-objetos ou objetos híbridos – nem pertencentes à natureza, ao mundo que existiria e independeria de nós, nem presos aos domínios da cultura, do que é discursivo, social, arbitrário e relativo, dependente do tempo e local em que são concebidos –, a ADC está envolvida com outra categoria que, à primeira vista, poderia nos trazer dificuldades para a aproximação que intentamos ensejar (porque o discurso – o objeto de análise da ADC – poderia não ser tão fato quanto o buraco na camada de ozônio, quanto as ligações de peptídeos em uma molécula de DNA, quanto as leis de Mendel sobre as ervilhas do tipo *Pisum sativum*). Mas aqui reside uma observação importante, sem a qual provavelmente não conseguiremos nos fazer entender. O discurso ser compreendido como de natureza muito distinta dos produtos das ciências como um todo é um equívoco, pois um dos pressupostos dos Estudos Científicos é justamente que os fatos científicos não são uma descoberta fruto do processo de investigação, mas antes uma fabricação de laboratório que, com o tempo e com os acordos que produz no coletivo, ganha *status* de realidade, de verdade, de fato independentizado dos homens e da ciência. Ou seja, perde-se o fio de sua produção por homens e ganha-se a faixa de naturalização como os componentes atômicos do ar que respiramos. Que coisa, dentre as coisas com que lida a ADC, não teria características tão idênticas aos fatos científicos quanto o discurso, o seu *subject-matter*? Ao mesmo tempo construído nas práticas sociais, em função de ordens de discurso, e naturalizado a tal ponto que referenda formas de representar, identificar e agir no mundo, o discurso que a ADC analisa, como os fatos que os Estudos Científicos estudam, não é diferente deste, embora nos exija uma nova distinção. É que a ADC não só analisa discurso, como também propõe novos

discursos à luz do desmonte que faz das práticas sociais que investiga. É por isso que nosso trabalho deve ser entendido fazendo um jogo duplo de reconsideração crítica da ADC: ao mesmo tempo em que analisa como a disciplina analisa seus *subject-matters*, estamos atentos aos fatos discursivos que faz nascer em sua análise e que devolve, como bumerangue, para o mundo em forma de alternativa de superação discursiva. Essa é uma cautela que se deve ter ao nos acompanhar até aqui e que tivemos de tomar para compreender nosso lugar e intenções ao aproximar os Estudos Científicos da ADC: saber que a ADC é ciência tanto quando analisa os discursos como fatos quanto quando propõe discursos como alternativas factuais para encetarem novos acordos ou negociações no mundo.

E aqui voltamos a um ponto que destacamos mais acima. Como os fatos da ADC são produzidos e como entendê-los? E de que dependem para terem uma existência, ainda mais como forma de superação de problemas sociais? Por esta razão, entraremos nos estudos de Latour (2002, 2009, 2011, 2012, 2016 e 2017; LATOUR; WOOLGAR, 1997) para entender os bastidores epistemológicos que condicionam o fazer científico da ADC. Por este motivo, decidimos começar aqui resgatando os acordos existentes na modernidade ocidental a sustentarem não só o modo de se fazer ciência quanto o jeito com que vem se comportando a atividade científica. Tais acordos revelam o jogo político do qual a ciência nunca esteve desvencilhada. Na verdade, a ciência nasce na modernidade apartando as dimensões da vida, colocando-as em devidos lugares, mas recorrendo a elas sempre que preciso, como um homem casado descarado que visita a casa de uma amante sempre que pode e precisa dos seus favores amorosos. É um jogo duplo, como se pode ver desta analogia vulgar: a ciência vive das aparências de um lado, ao posar ao lado de sua esposa – a verdade, a realidade última das coisas, os fatos científicos – frente à sociedade e livre de interferências externas em seu matrimônio, mas, de outro, às escondidas, camuflada e sorrateiramente, recorre aos braços de sua amante – o poder político, o financiamento empresarial, a ideologia moral, as leis – como forma de justificar suas insatisfações irreconciliáveis com a esposa. Não pode pôr às mostras esse seu defeito de manter um triângulo amoroso, de sustentar um casamento às expensas do calor dos braços de seu *affair*, sob o risco de perder as benesses morais de ter um relacionamento aos moldes de como a sociedade das aparências espera.

É nesse sentido que Latour (2009) fala em constituições modernas. O atributo “moderno” aqui faz jus ao nascimento e à legislação desse *modus operandi*, desse *modus vivendi* da ciência no mundo ocidental. Moderno porque vimos, de alguma forma, não o fim da Idade Média, os mil anos de trevas, mas sim o *apartheid* horizontal e vertical das comunidades que, no período histórico antecedente, conviviam imiscuídas umas nas outras: a

separação entre os homens e Deus – suprimido pela ciência para ficar fora do jogo das verdades – e entre o conjunto da humanidade (das coisas humanas em si, entre si, por si, de si) e o conjunto da não humanidade (das coisas não humanas, dos híbridos, dos objetos da ciência produzidos pelas mãos da ciência, mas categorizados como independentizados da ciência, dos homens, das mãos maculadoras da humanidade). Ao mesmo tempo em que as humanidades separavam Deus do jogo das produções das verdades, davam início à multiplicação ininterrupta de vários seres, semelhantes aos golems da mitologia judaica, criados não por qualquer pessoa, mas tão-só por aqueles que tinham ou conseguiam alguma aproximação com Deus: os criadores – os cientistas; Deus – a verdade da natureza das coisas. Assim como na lenda do famoso Golem de Praga evocado pelo rabino Judá Loew ben Betzalel, o golem vir a ter vida dependia tanto de quem poderia invocá-los (nossos cientistas) e quanto de como ativá-los para a existência: escrevendo \aleph (“verdade”, em hebraico) em sua testa ou embaixo de sua língua, ou mesmo escrevendo qualquer um dos nomes de Deus em sua frente. Ao surgimento desses seres, não se deu tanta importância, o que talvez tenhamos encontrado somente quando o *métier* dos Estudos Científicos deu-se ao trabalho de estudar a ciência e seus produtos da mesma forma que a antropologia estudava as comunidades indígenas e sua cultura. Mas o surgimento dessa “não humanidade” é fruto da separação moderna entre o mundo natural e mundo social. Portanto, seria melhor nos deter um pouco antes de prosseguirmos no universo relegado dos não humanos.

Tal separação cria, como diz Latour (2009, p. 19), “uma dupla distinção ontológica” a tal ponto que cremos ser possível fazer ciência se e somente se esse acordo tácito (de separar a natureza do social, a natureza da cultura) estiver agindo e assegurando o ofício. Tanto é que, por muito tempo, creditou-se aos cientistas a tarefa de escrever sobre a natureza das coisas, enquanto se separou da ciência o contexto social ou político que lhe exterioriza e que poderia, de alguma forma, interferir ou não nela. Essa é uma demarcação não apenas de ofício – cientistas falando da natureza, políticos da representação política, os sociólogos da sociedade, os economistas do mercado –, mas também epistemológica, pois forma a velha matriz filosófica e antropológica sobre a qual se erigiram as formas atuais de se fazer ciência e política, de se pensar a natureza e a sociedade, de dividir o que é transcendente do que é imanente, ou seja, separando o que pertence ao polo das coisas entre si e o que pertence ao polo dos homens entre si. Percebem-se, assim, os recursos sempre repetitivos da crítica filosófica à ciência e à política, quando é a repartição entre o que está circunscrito a uma esfera e o que está contido em outra o fio de prumo da diferenciação entre as disciplinas do conhecimento modernas. Isso é a *constituição moderna* a que Latour (2009) nos chama a

atenção e que inclusive está incrustada na forma de teorizar da ADC, bem como na do RC, quando, por exemplo, uma pensa o lugar do discurso nos processos de construção e representação de si, do mundo e das formas de agir no todo social, enquanto o outro pensa o alcance da agência humana dentro de um quadro de transformação das estruturas sociais, e ambos alimentam-se mutuamente das contribuições um do outro por encontrarem a mesma matriz demarcatória como dissemos acima subjazendo o modo de fazer ciência e pensar o mundo. Em ambos os casos, o discurso e as estruturas sociais surgem como uma espécie de recurso que tanto transcende o homem e suas ações, quanto contraditoriamente é imanente às suas próprias formas de agir. A identificação dessa contradição é apenas uma sinalização para os artigos de lei que compõem a constituição moderna da ciência e garantem o seu fazer, na mesma medida em que a mantém afastada de um contexto político e social possivelmente perigoso para os propósitos de busca pela natureza das coisas. Vejamos isso como mais calma.

Não há como citarmos a origem dessa modernidade, uma vez que ela é muito mais consequência da extensão com que sua matriz conseguiu se estabelecer e estabilizar do que fruto de uma ruptura epistemológica nas formas de produção de conhecimento ocidentais. Nem mesmo é esse o nosso objetivo. Convém, contudo, saber como ela funciona e quais garantias foi capaz de dar aos nossos cientistas e políticos para habilitá-los de poder falar das coisas em si mesmas e governar as pessoas elas mesmas, sem, com isso, misturar esses dois fazeres, de modo a afiançar sua eficácia. Para ilustrar a constituição moderna e seu funcionamento no imaginário e nas práticas científicas atuais, Latour (2009) resgata a discussão de Steven Shapin e Simon Schaffer (2011) sobre como Robert Boyle e Thomas Hobbes, um cientista da natureza e um cientista do político-social, ao mesmo tempo em que suprimiam Deus das formas de se conceber a natureza e a sociedade e apartavam-se um do outro para não se contaminarem nem interferirem em suas atividades disciplinas, inventavam um discurso filosófico moderno em que “a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social” (LATOURE, 2009, p. 33).

Essa dissociação, contudo, é apenas uma das garantias do discurso filosófico-científico moderno, pois, na prática, o que Boyle e Hobbes fizeram em seu tempo foi, o primeiro, mobilizar recipientes de vidro, técnicos, experimentos e o testemunho confiável de seus pares que iam ao laboratório atestar a existência de um fato – o vácuo, o peso e a elasticidade do ar – enquanto decidia onde deveriam ficar Deus e a política para não interferirem na produção do conhecimento que engendrava da natureza; o segundo, reduzir

qualquer tipo de guerra em decorrência dos apelos livres que os padres e o povo, os nobres e os reis podiam fazer para uma entidade superior aos homens (a livre interpretação de Deus e da Bíblia), bem como em decorrência da crença em poderes ativos da matéria, da natureza, tal como estava a comprovar seu contemporâneo Boyle, de modo a evitar que qualquer facção pudesse evocar livremente uma entidade superior (seja ela Deus, seja ela a Natureza) para declarar suas ações e decisões políticas, a não ser que estas emanassem dos contratos sociais provenientes do corpo político representado pelo soberano – um soberano não mais transcendente aos homens, que não tomasse da palavra para justificar sua primazia, mas imanente a eles, o que marcaria para sempre o controle de tudo em função agora do que acordassem os membros da organização civil. Em resumo, aquilo com que Boyle e Hobbes estavam envolvidos em suas práticas cotidianas não era mais definido em termos de uma assimetria e uma divisão – um preocupar-se-ia com a ciência ao passo que o outro, com a política –, mas obrigava-os a passar por questões muito mais amplas do que aquelas com que estavam imersos em seus experimentos científicos ou em suas reflexões filosóficas: Boyle tinha de se envolver com a política para justificar a existência de fatos que não dependiam dos homens, nem de Deus, enquanto Hobbes tinha de questionar a proliferação de vários grupos de cavalheiros que se reuniam para observar e assegurar a existência material de fatos a que se poderia apelar para explicar as coisas sem passar, por isso, pela autoridade do soberano, ou seja, do poder civil da sociedade, pois, do contrário, as guerras não cessariam, uma vez que essa nova entidade, a natureza, com seu representante noviço, o laboratório, com a comprovação por sua assembleia, os cientistas e o corpo de cavalheiros testemunhos, poderia se erguer como uma nova dimensão transcendental que escaparia do poder político dos homens. Não bastassem os problemas com que Hobbes teve de lidar para livrar-se de Deus, agora tinha de enfrentar a confraria de cientistas que produziam corpos transcendentais e imateriais.

Dessa batalha, Hobbes sai perdendo. Deixou várias contribuições à política e à sociologia modernas, criou os principais recursos que temos para falar do poder, como representação, soberano, contrato, cidadãos, mas não conseguiu desbaratar a “política” da ciência de Boyle quando este fazia nascer espaços privados, como a *Royal Society*, que forneciam uma nova dimensão que escapavam do poder dos homens: o conhecimento científico da natureza. Boyle também criou recursos indispensáveis para falar da natureza, como experiência, fato, testemunho, comunidade científica, mas conseguiu, além disso, criar o artifício de que submeter, agora, questões relativas à matéria e aos poderes divinos a uma solução experimental e laboratorial, isto é, o que se diz sobre a natureza não precisa mais ser

justificado pelo que as autoridades divinas ou humanas afirmam que seja, já que o laboratório onde se experimenta e se cria bem como a comunidade científica que observa e testemunha compõem a carta de crédito do que é a natureza e do que é a verdade. A briga de Boyle não se restringia a uma questão meramente interna à incipiente ciência, uma briga com os plenistas (os defensores da ideia do éter onipresente no ar, baseados na filosofia clássica aristotélica e na escolástica), mas também a uma questão macro e “externa” que tem a ver com a política dos homens e de Deus, uma vez que funda o espaço onde alguns cavalheiros, a despeito da religião e da política, proclamam a existência de entidades que escapam ao controle de Deus e do Soberano. A briga de Hobbes não está circunscrita somente aos escritos filosóficos sobre a política e a religião, uma briga com todos aqueles que se arvoravam no direito de apelar a uma transcendência qualquer sempre que desejassem justificar seus atos, de modo que até mesmo o conhecimento fosse resultante do cálculo de todos os cidadãos, mas também à defesa de um discurso filosófico que sustentasse a visão ontológica e política de que tudo derivasse do povo e do contrato social, da representação e do acúmulo de seus interesses, o que o faz, assim, se meter na briga científica com Boyle e seus defensores, ao adotar a perspectiva dos plenistas e desafiar-lo a um novo experimento (o da pena no interior do recipiente de vidro). Ambos, Boyle e Hobbes, metem-se com ciência, política e religião ao mesmo tempo; definem o lugar de Deus, a forma de reinar do rei da Inglaterra, as propriedades da matéria, o modo de questionar a natureza, os limites da discussão política e científica. Como diz Latour (2009, p. 35), “repartem as competências das coisas e das pessoas”, definindo o que cabe a um e ao outro e também como podem se relacionar. Fundam, assim, a matriz antropológica sobre a qual o fazer científico esteve inscrito:

São dois pais fundadores, agindo em conjunto para promover uma única e mesma inovação na teoria política: cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia. Hobbes e Boyle brigam para definir os dois recursos que até hoje utilizamos sem pensar no assunto, e a intensidade de sua dupla batalha revela claramente a estranheza daquilo que inventam (LATOUR, idem, p. 33-34).

Mas qual é a estranheza da invenção de Boyle e Hobbes? É que ambos promoveram uma separação entre o poder científico encarregado de representar as coisas e o poder política encarregado de representar os sujeitos, porém não deixam que disso tiremos a conclusão de que os sujeitos estão definitivamente separados das coisas e vice-versa. Não se trata aqui de tecer considerações sobre interferências científicas na política nem de

interferências contextuais na produção do conhecimento científico, tudo isso em separado, mas antes em conjunto. As explicações contextualistas – como típicas das que tratam tudo em separado ainda que acham que estejam abordando tudo em conjunto – elegem um macrocontexto social e tentam explicar como este influencia, forma, reflete ou exerce pressão nas ideias científicas sobre a natureza, mas nunca explicam o estabelecimento de uma ligação coletiva como a que foi feita por Boyle e Hobbes a um só tempo: entre Deus, o rei, os cidadãos e a *Royal Society*.

A estranheza da invenção demarcatória de ambos é também uma contradição, já que não vemos esclarecido o duplo trabalho que acontece contraditoriamente nessa separação entre saberes: de um lado, um processo de tradução, mediação ou hibridização, que concerne à criação de seres híbridos, ora pertencentes ao que seria do campo da natureza, ora pertencentes ao que seria do âmbito da cultura – a um só tempo fabricados e naturais; por outro, um processo de purificação, que possibilita a repartição das coisas em um polo referente às coisas em si mesmas, como na natureza, transcendente aos homens, e em um polo referente aos homens eles mesmos, como na sociedade/cultura, imanente aos homens – embora se intercambiem entre si quando consideradas as contradições encontradas em seu funcionamento. Muitas vezes, enxergamos bem a purificação estabelecida e persistindo no vocabulário explanatório das ciências, mas não percebemos bem o processo inverso de tradução que acontece ao mesmo tempo no corpo de seus objetos e nas práticas reais da ciência. Permita-se que possamos explicar o caráter contraditório da invenção de Boyle e Hobbes, usando, como exemplo, a concepção de discurso com a qual a ADC trabalha. Isso inclusive nos possibilitará discutir mais alguns artigos de lei e as garantias que a constituição moderna fornece à forma de se fazer ciência até hoje.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por um lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é

socialmente constitutivo. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

O conceito de discurso, como explicado acima na citação de Fairclough, pode ser compreendido em dois estatutos possíveis, seja como objeto de investigação da disciplina, seja como produto-proposta da investigação da teoria¹⁰⁴. Para que não confundamos ambos os sentidos, ou mesmo as duas práticas que eles sinalizam por si só – a de análise e a de proposição de um novo discurso –, vejamos primeiro seu *status* de objeto, de *subject-matter* da ciência ADC. Enquanto objeto, queremos estabelecer aqui, em nossa discussão, que o discurso é semelhante ao vácuo dos experimentos de Boyle. Um híbrido. Um ser misto, por ser fabricado e não fabricado.

Fairclough dá ao discurso a dupla face de Jano, o senhor dos começos e dos fins, das entradas e das saídas, de todas as portas: ora é-lhe atribuída a possibilidade de poder significar e construir o mundo em significado, ora é-lhe concedida a condição de estar sob tutela de estruturas sociais que o moldam e restringem, limitando a agência sobre o mundo e as pessoas. Isso quer dizer que o discurso então é algo que, por um lado, fica à mercê dos homens, do que produzem os homens, já que os sujeitos que o utilizam podem agir no mundo pelo discurso constituindo várias dimensões da vida social, embora seja também aquilo que, por outro, lhes escapa e os transcende, sendo sempre um recurso a que se deve previamente recorrer para agir no mundo e sobre as pessoas. É como o vácuo de Boyle e se apresenta sob a forma como este concebe o acontecimento presenciado em seu laboratório: é construído pelo instrumento da bomba de ar em um espaço de experimentação que assegura a existência do vácuo, mas é nesses mesmos espaços que é proclamada a origem transcendental dos fatos, pois não são de autoria de ninguém, apesar de serem fabricados e invocados toda vez que é acionada a máquina de Otto von Guericke. Como sustentar, assim, a eficácia do conceito, se ele ora é transcendente, ora é imanente aos homens? Até que ponto essa natureza híbrida do discurso é sustentada para garantir a eficácia da teoria, sem que, com a prática de análise, o analista educado na ADC não dê início – ao mesmo tempo em que balança na corda bamba de aceitar o discurso ora como moldado por forças que nos escapam (a estrutura social, a classe

¹⁰⁴ Esse segundo estatuto será por nós analisado no próximo capítulo, quando apresentaremos não só os limites da atuação da ADC na propositura de discursos alternativos às práticas que analisa, como também os acordos que deve promover e os cursos de ação que deve perseguir para que cheguemos a um quadro de descrição mais realista da ação dos discursos científicos das ciências sociais críticas.

social, as instituições estabelecidas, as normas e as leis), ora como ferramenta de construção do mundo em vários aspectos e dimensões – ao processo de purificação de sua análise, retirando-lhe, por exemplo, qualquer mácula de que é tão político e ideológico quanto deputados em reunião não oficial antes da votação de emendas parlamentares? Vejamos as garantias institucionais da constituição moderna que permite essa forma de fazer ciência.

Aqueles que falam em nome da transcendência dos fatos, que atestam sua existência e sua ocorrência independente da interferência humana, apresentam o poder natural das coisas oferecendo, de seu lado, uma garantia fundamental que herdamos até hoje: não serem os homens aqueles que fazem a natureza, pois que ela sempre existiu e esteve presente, cabendo aos homens apenas revelar seus fenômenos e segredos. Já aqueles que falam em nome da imanência do governo dos homens, da sociedade como cálculo das forças presentes no conjunto dos cidadãos a serem representados pelo soberano que fará apenas o que aqueles mandarem fazer, apresentam o poder político dos homens oferecendo também, por seu turno, uma garantia essencial: serem apenas os homens os que constroem a sociedade e que decidem livremente sobre o destino que desejam. Tais garantias, segundo Latour (2009, p 36), não podem ser concebidas separadamente, pois nem os defensores dos poderes naturais nem os dos poderes políticos conseguiriam se sustentar, esmagados, os primeiros, pela transcendência de uma natureza longe dos homens e de seu controle e, os segundos, pela imanência de um soberano que jamais homogeneizará no cálculo de si as diferenças dos cidadãos representados. Elas foram criadas juntas e se sustentam como contrapeso uma da outra. É nisso que reside a estranheza do discurso filosófico inventado por Boyle e Hobbes: a transcendência e a imanência da natureza e da política não são atributos definitivos de uma dimensão e de outra, já que se intercambiam entre si para sustentar a prática, de um lado, de uma ciência das coisas e a prática, de outro, de uma política dos homens.

Os descendentes de Boyle não dizem apenas que as leis da natureza escapam a nosso domínio, eles também as fabricam no laboratório. Apesar de sua construção artificial na bomba de vácuo – é fase de mediação ou tradução –, os fatos escapam totalmente a toda e qualquer fabricação humana – é a fase de purificação. Os descendentes de Hobbes não afirmam apenas que os homens criam sua própria sociedade aos murros, mas também que o Leviatã é durável e sólido, imenso e forte, que mobiliza o comércio, as invenções, as artes, e que o soberano tem em suas mãos a espada de aço temperado e o cetro de ouro. Apesar de sua construção humana, o Leviatã ultrapassa infinitamente o homem que o criou, pois mobiliza em seus poros, em seus vasos, em seus tecidos as coisas inumeráveis que lhe dão sua consistência e duração (LATOUR, idem, p. 36-37).

Como se vê, às duas primeiras garantias constitucionais, o poder transcendente das coisas e o poder imanente dos homens, são acrescentadas outras duas que parecem contradizer as outras primeiras: a natureza é imanente aos homens, pois é e deve construída por eles no laboratório para permitir o governo dos homens sobre as coisas, e a sociedade é transcendente aos homens, pois o Leviatã deve os ultrapassar para sustentar sua supremacia de forma durável. Analisando as duas primeiras garantias com essas duas novas, veremos que a contradição em termos de cada uma só ocorre se as tomarmos, repetimos, separadamente, sem contrabalancear a extensão de uma em função da outra. É mais ou menos isso com que, por exemplo, tanto a ADC quanto o RC tiveram de lidar quando elaboraram a perspectiva crítica que nos oferecem.

A ADC teve de lidar, a um só tempo, com teorias linguísticas que ou atestavam a natureza transcendente dos discursos e dos significados – colocando os usuários da língua como sujeitos passivos que faziam uso dela como instrumento definido e acabado para suas interações comunicativas e como conjunto de significados definidos pelas estruturas sociais em que estavam os sujeitos inseridos –, ou trabalhavam com a desconstrução da ideia de significado transcendental e com o socioconstrutivismo disso decorrente – colocando os sujeitos não mais como passivos e epifenômeno da língua ou dos sentidos, e sim como atores sociais a quem pôde ser, por fim, estendida tardiamente a humanidade livre das luzes e do esclarecimento, ao nos deixar diante do jogo de linguagem indefinido de metanarrativas que multiplicam e fragmentam os centros e núcleos de organização e fixação das coisas. O RC, por seu turno, surge como alternativa de superação aos inúmeros impasses em que a ciência se encontrava por ter perdido o fio da meada que a ligava à filosofia, quando ora se via orientada por uma tradição, realista e transcendental, herdeira do discurso filosófico de Parmênides – que funciona se e somente se for assegurada a ideia de imutabilidade e de essência fixa das coisas, o que fazia da ciência uma tarefa de caça aos tesouros escondidos e à espera de serem descobertos para a alegria dos adeptos desta tradição por verem, nas descobertas científicas, o triunfo da verdade das coisas –, ora se via solapada por outra tradição, empirista e idealista, herdeira do discurso filosófico de Heráclito – que se norteia pela fenomenalidade das coisas, uma vez que se sustenta a ideia do caráter continuamente accidental das coisas ou que se revele a experiência humana dos sujeitos como a pedra de toque da possibilidade de conhecimento sobre as coisas, o que fazia da ciência refém das mãos sujas dos homens e das consciências desinteressadas da verdade última das coisas.

O discurso filosófico moderno inventado por Boyle e Hobbes, ao combinar dois processos distintos na junção dos dois blocos de garantias – o processo de

tradução/hibridização e o processo de purificação/demarcação –, forma um terceiro bloco de garantias constitucionais das formas de se fazerem ciência e política na modernidade. Esse terceiro bloco nada mais é do que o texto completo da Constituição moderna (agora maiúscula, pela combinação das garantias entre si e pela consciência dos processos concorrentes em sua formulação). Se a constituição moderna foi capaz de oferecer à nossa matriz antropológica, científica, a separação completa do mundo natural em relação ao mundo social, podemos agora entender que ela só foi possível em função do trabalho duplo de tradução/hibridização e de purificação/demarcação. Quando Latour (2009) alerta que, por exemplo, nem os fatos nem o soberano são exclusivamente transcendentais ou imanentes, mas antes se retroalimentam ao se admitir sub-repticiamente que a natureza é imanente aos homens e que o Leviatã os ultrapassa infinitamente, o que conseguimos entender é que essa “contradição” só pode ser assim concebida caso sejam desconsiderados os processos que a todo instante trabalham para ora hibridizar a natureza e a sociedade, ora purificar a sociedade da natureza e vice-versa. Assim se forma o texto da *Constituição moderna*:

Figura 12 – Garantias constitucionais do discurso filosófico moderno

Constituição	
<i>1ª garantia: ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos.</i>	<i>2ª garantia: ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos.</i>
<i>3ª garantia: a natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas; o trabalho de purificação deve permanecer absolutamente distinto do trabalho de mediação.</i>	

Fonte: Latour (2009).

O que são a ADC e o RC senão uma forma de se fazer ciência que se estrutura totalmente em termos das garantias da Constituição moderna? A ambivalência entre transcendência e imanência nas atividades e nos modos de concepção dos mundos natural e social está presente na definição de Fairclough (2001, p. 90-91), como vimos acima, do que é e de como funciona o discurso, uma possibilidade indefinida de agência, mas também uma condição constringida de estruturas sociais. A mesma coisa encontramos no RC, como vimos no capítulo anterior, quando apresentamos a discussão de Roy Bhaskar a respeito da

articulação e da tensão que há, em seu Modelo Transformacional, entre sociedade e agência humana. Isso faz Roy Bhaskar tentar abrir caminhos nas matas ciliares das beiras do rio em busca de estabelecer uma ponte na Sociologia que estava dividida em perspectivas weberianas e durkheimianas, entre a margem que defende a transcendência da sociedade e a margem que a coloca como fruto das ações humanas:

[...] a concepção realista crítica enfatiza que a sociedade é a) uma condição pré-existente e (transcendental e causalmente) necessária para a *agência intencional* (insight de Durkheim), mas igualmente b) como algo que existe e persiste somente em virtude desta agência. Nesta concepção, a sociedade é tanto a condição quanto o resultado da agência humana e esta tanto reproduz quanto transforma aquela. [...] em qualquer época, a sociedade é pré-dada aos indivíduos, que nunca a criam, mas simplesmente a reproduzem ou transformam. O mundo social é sempre pré-estruturado. [...] Isso significa que os agentes estão sempre agindo num mundo de constrangimentos e possibilidades que eles não produzem. A estrutura social, portanto, é ao mesmo tempo uma condição sempre presente e um resultado continuamente reproduzido da *agência humana intencional* (BHASKAR, 2004, p. xvi, grifo nosso)¹⁰⁵.

Não é à toa que Fairclough e seus signatários encontraram no RC a possibilidade não só de casá-lo bem com as pretensões de teorizar sobre o discurso, a sociedade e as mudanças sociais, mas também de tanto reforçar seus fundamentos ontoepistemológicos quanto engrossar o caldo de uma alternativa discursiva que se alimenta de um entremeio, no final das contas, nada mais, nada menos do que moderno. Um tal perspectiva está presente em muitas obras inovadoras na Linguística que não compactuam nem com a adoção irrestrita de uma dimensão transcendental do discurso, dos significados, da língua, nem com a crença na tutipotência do discurso nas mãos e bocas dos atores sociais, como se vê na obra de Valentin Volóchinov (2017) e do Círculo de Bakhtin, quando ensinam a como não ceder estritamente a uma ou outra direção. *Nihil novi sub sole*. Pois, se pudéssemos fazer a história da disciplina Linguística aqui, é certo que veríamos o passeio de várias perspectivas teóricas a se

¹⁰⁵ No original: “[...] the critical realist conception stresses that society is both (a) a pre-existing and (transcendentally and causally) necessary condition for intentional agency (Durkheim's insight) but equally (b) as existing and persisting only in virtue of it. On this conception, then, society is both the condition and outcome of human agency and human agency both reproduces and transforms society. [...] at any moment of time society is pre-given for the individuals who never create it, but merely reproduce or transform it. The social world is always pre-structured. [...] It means that agents are always acting in a world of structural constraints and possibilities that they did not produce. Social structure, then, is both the ever-present condition and the continually reproduced outcome of intentional human agency. Thus people do not marry to reproduce the nuclear family or work to sustain the capitalist economy. Yet it is the unintended consequence (and inexorable result) of, as it is the necessary condition for, their activity”.

alternarem continuamente, com maior ou menor grau, entre as garantias capitais da Constituição moderna.

4.1.1 O trabalho de purificação como forma de transcendentalização da ciência social crítica: como funciona a ADC com o RC?

Nunca foi fraqueza que a invenção de Boyle e Hobbes, tal como discutiram Shapin e Schaffer (2011) e Latour (2009), tivesse sido criar uma matriz filosófica que respaldasse formas de conceber e repartir os saberes cada um em seu próprio campo, garantindo, com isso, a eficácia de suas produções sem permitir, às vistas de todos, a interferência mútua entre um campo e outro. Pelo contrário, isso tornou os modernos tão poderosos que é possível dizer que o saber total sempre esteve em suas mãos, já que, combinando as garantias da Constituição, capacitaram-se para tomar as ciências naturais como forma de criticar as pretensões falsas do poder ao mesmo tempo em que podem se utilizar das certezas das ciências humanas e sociais para questionar as pretensões falsas das ciências e da dominação dos espaços privados dos laboratórios. Como destaca Latour (idem p. 41): “Quem nunca sentiu vibrar dentro de si esta dupla potência, ou quem nunca foi obstinado pela distinção entre o racional e o irracional, entre falsos saberes e verdadeiras ciências, jamais foi moderno”. E quem não se lembrará aqui do vocabulário da ADC e do RC que fizemos questão de frisar em capítulos anteriores, por estarem sempre preocupados em transformar prototeorias em teorias, em más percepções em compreensões intransitivas do discurso e das coisas?

O poder da Constituição moderna não para aí. Ela não só os tornou poderosos e quase invencíveis em suas artimanhas de alternar os repertórios críticos seja para o polo da transcendência, seja para o polo da imanência, toda vez que for isso conveniente; como também conseguiu amarrar a potencialidade da crítica em volta dessas duas linhagens de raciocínio: mobiliza a transcendência da natureza contra a imanência da sociedade, da mesma forma que consegue mobilizar a transcendência da sociedade contra a imanência da natureza. Como nos explica Latour (idem, p. 43):

Se você os criticar dizendo que a natureza é um mundo construído pelas mãos dos homens, irão mostrar que ela é transcendente e que eles não a tocam. Se você lhes disser que a sociedade é transcendente e que suas leis nos ultrapassam infinitamente, irão dizer que somos livres e que nosso destino está apenas em nossas mãos. Se você fizer uma objeção dizendo que estão usando duplicidade, irão mostrar que não misturam nunca as leis da

natureza e a imprescritível liberdade humana. Se você acreditar neles e desviar sua atenção, irão aproveitar para introduzir milhares de objetos naturais no corpo social, dotando-o da solidez das coisas naturais. Se você se virar bruscamente, como na brincadeira infantil “estátua!”, eles ficarão paralisados, com ar inocente, como se não tivessem se mexido: à esquerda, as coisas em si; à direita, a sociedade livre dos sujeitos falantes e pensantes. Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe, não ocorre. É o impensável, o impensável dos modernos.

Mas nem só de flores vivem os modernos. Aliás, toda essa potencialidade crítica que vemos nas garantias capitais da Constituição só poderia ocorrer livre de todas ameaças possíveis, se não tivesse ela mesma um calcanhar de Aquiles subterraneamente a lhe sustentar. O papel desta Constituição é tornar não apenas possível a separação dos saberes e o cinismo de camaleonicamente mudar a transcendência e a imanência das coisas e dos homens, mas também impensável o trabalho de tradução, mediação, hibridização que ela traça ao permitir, por exemplo, que os fatos sejam criados da mesma forma que a sociedade e o governo, mas ao negar o que faz, purificando-os, separando-os para os polos que melhor aprazem aos modernos. Mais acima, falávamos dos dois processos de constituem o fazer o discurso filosófico moderno, o da purificação/demarcação e o da tradução/mediação/hibridização. Todo o poder dos modernos reside não apenas em demarcar as coisas e o poder dos homens entre os polos da transcendência e imanência e em trafegar cinicamente entre ambos, misturando-os sempre que necessário, mas sobretudo em esconder, em obscurecer esse papel mediador que acontece antes mesmo da purificação dos polos e que permitiu o surgimento e a multiplicação dos objetos híbridos – pertencentes à natureza embora fabricados por homens; pertencentes à sociedade embora independentes dos homens.

Ao pressupor um contínuo domínio da natureza e uma crescente explicação do real, o que os modernos fizeram foi cada vez fazer pulular a quantidade de híbridos entremetidos no campo indefinido que liga a ciência à política, a natureza à cultura, a realidade natural à construção social. Toda vez que o trabalho de mediação terminava, iniciava o da purificação. Os fatos são por vezes difíceis de (re)produzir nos laboratórios de pesquisa mundo afora, precisam passar pelo crivo de testemunhas confiáveis que atestem sua existência, mas quem fala quando os fatos falam para a assembleia de testemunhas: eles mesmos ou seus porta-vozes? A natureza que os fatos representam ou os homens que fazem os fatos acontecerem no laboratório? Os cientistas afirmam não falar nada, pois os fatos falaria por si só, ainda que só existam em função de se fazerem existir nas redomas dos laboratórios, isto é, só existem por causa dos cientistas? Quem fala, afinal? A essa questão, a

resposta é sempre redundante: embora mudos, são somente os fatos que falam, além de serem capazes de subscrever os textos da ciência e significar o mundo, mesmo a partir do espaço privado do laboratório.

Esse jogo de cintura de purificação é tudo para esconder o trabalho de tradução que é feito a todo momento. Esses objetos híbridos de natureza e cultura, de existência natural ou existência social, fruto de manifestações do real ou da construção social dos homens, sempre existiram, sempre foram criados pelas mãos dos homens, mas a luta por colocá-los nas esferas deslindadas do natural e do social é ininterrupta. À medida que nascem esses quase-objetos, esses quase-sujeitos, é dada a largada à purificação. Esse duplo trabalho de tradução e purificação acontece quando se trata de olharmos para a ADC? Se seu objeto de investigação é o discurso, uma vez percebendo, como vimos acima, que este é uma mistura de agência e sobredeterminação, de liberdade e coerção, tudo limitado, tudo “até certo ponto”, que *status*, ao fim e ao cabo, é dado ao discurso e aos significados que o compõe (como parte material do que ele é)?

No quadro metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60), elaborado em função do consórcio com o RC, está em destaque o passo analítico de, após identificar um problema, um evento, um acontecimento e seu funcionamento numa prática social (tentativa aqui, poderíamos dizer, de pensar os liames que o acontecimento tem e estabelece com vários elementos da vida social), indicar meios que levem à sua superação, ao seu entendimento, ao rompimento das relações que ele (o problema, o evento, o acontecimento) assimetricamente compõe para com os agentes sociais ou ajuda a estabelecer nas lutas sociais. Vejamos:

Figura 13 – Passo a passo metodológico para uma análise crítica do discurso

-
1. Um problema (atividade, reflexividade).
 2. Obstáculos a serem superados:
 - a) análise da conjuntura;
 - b) análise da prática da qual o discurso (o problema) é um momento;
 - (i) é uma prática relevante?
 - (ii) qual a relação do discurso com outros momentos da prática?
 - discurso como parte da atividade
 - discurso e reflexividade;
 - c) análise do discurso:
 - (i) análise estrutural: a ordem do discurso
 - (ii) análise inter-relacional
 - análise interdiscursiva
 - análise linguística e semiótica.
 3. Função do problema na prática.
 4. Formas possíveis de ultrapassar os obstáculos.
 5. Reflexão sobre a análise.
-

Nesse caso, o trabalho em ADC não se restringiria ao trato descritivo-explanatório do funcionamento político-ideológico dos discursos nas práticas sociais, ou seja, não se resumiria a desenhar os mais variados contornos que um discurso, um evento discursivo ou um evento que produz discurso ou que funciona discursivamente pode assumir, mas deve ir além, como seguir o passo deontológico de propor alterações, no caso, de pôr em evidência entendimentos novos a respeito do funcionamento do evento, de modo que, empoderando agentes sociais com tal desvelamento, possam encetar novas atuações nas práticas sociais. Mas de onde vêm esses liames entre o acontecimento e seu discurso, ou entre o discurso-acontecimento, ou entre o acontecimento-discurso e a vida social¹⁰⁶? Vêm da capacidade explanatória do pesquisador em ADC, educado no RC, de identificar os mecanismos gerativos polissubjacentes do evento-discurso sob análise. Haveria mecanismos; desencadeariam ações; gerariam efeitos no mundo social, nas práticas. O que diferenciaria a compreensão que o analista tem daquele entendimento comum que vigora a respeito de evento é o uso de um *framework* teórico e uma heurística tais que o levam a perceber as múltiplas relações que o evento-discurso tem com a conjuntura social mais ampla. É a ideia inquestionável de que o evento, de que o discurso não é solto no mundo, mas é antes um dos elementos do quadro social, que faz o pesquisador tentar enxergar o papel e a participação do discurso nas práticas. Contudo, é aqui onde começa o trabalho de purificação do analista.

Primeiro, porque, para Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001, 2003), o discurso, que estamos aqui unindo correlativamente a acontecimento ou evento, não se dilui no evento, não é o único acontecimento, antes é apenas um hipônimo, um dos elementos a compor o evento, está contido no acontecimento. A purificação acontece nesse primeiro momento, um momento puramente teórico por sinal, porque está pressuposto e defendido que, além do discurso, do texto (natureza imanente), o evento-acontecimento também possui, na prática social em que funciona, outros elementos, como “atividade material” (relativa à natureza transcendente), “crenças/valores/desejos/fenômenos mentais” (relativos a um sujeito imanente), “poder/ideologia” (relativo à sociedade transcendente), e assim por diante (HARVEY, 1996; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, p. 21). Ou seja, não há tão-só uma separação clara entre recursos materiais e recursos simbólicos/semióticos, mas sim

¹⁰⁶ Cabe lembrarmos que o discurso, na ADC, não se confunde com outros elementos que coparticipam de uma prática social. É só um momento semiótico. A separação, portanto, entre acontecimentos materiais, não discursivos, e o discurso ou discurso-acontecimento é um dos tijolos a compor a muralha teórico-metodológica da ADC e do RC.

entre o que seria uma atividade social imanente e uma atividade material transcendente, entre uma atividade social transcendente e uma atividade material imanente. O discurso fica aqui como um elemento “neutralizado”, sem *a priori* pertencer ao polo da natureza ou ao da sociedade/sujeito; à transcendência ou à imanência. É-lhe dado, à primeira vista, um papel de um híbrido (veremos isso mais abaixo), de mediação, tal como vimos mais acima na definição de Fairclough (2001, p. 90-91). Mas, vejamos como, ao mesmo tempo, ele é purificado no trabalho de análise.

A ADC apresenta um quadro louvável de análise quando, mesmo purificando, separando os recursos, relaciona-os um a um e promove a ligação entre eles, numa compreensão crítica que Latour chamaria de mediadora, “não moderna” (2009, p. 89). Por exemplo, com base em Harvey (1996), Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) definem essa ligação como “internalização”, a relação dialética, no interior da prática social, entre os diferentes elementos (recursos) sociais que a comporiam. Além disso, os autores ainda utilizam o conceito de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2001) de “articulação” para explicar a atividade mesma, feita pelos atores sociais via discurso, de internalização de um elemento em outros. A articulação leva a uma configuração local, específica, entre os diferentes elementos, e toma uma forma tal por conta da internalização estabelecida, de modo que seja entendido que a forma que a internalização entre os elementos adquire numa prática social dada é passível de mudança, de uma nova reconfiguração. Essa configuração específica, a internalização percebida, num dado espaço e tempo, entre os elementos da vida social, Chouliaraki e Fairclough concebem como “momento”, ou seja, a forma particular como os elementos estão internalizados numa prática social (a necessidade de diferenciar a internalização da articulação é para assinalar tanto o fato de que as internalizações não são fixas para sempre, as formas como os elementos estão internalizados entre si são particulares, quanto o fato de que as formas como estão internalizados os elementos são passíveis de mudança, pois estão a serviço de algum funcionamento específico dentro da prática ou de rede práticas maior em que o discurso está integrado).

Se formos atentos à estratégia de Chouliaraki e Fairclough (1999), veremos que o discurso, essa configuração desenhada pela articulação e internalização, esse acontecimento, torna-se um híbrido, quase-objeto, quase-sujeito, quase-tudo, quase-nada, que só adquire grau de existência quando da reunião de vários elementos, purificados ora para o polo da natureza, ora para o polo da sociedade/sujeito; ora transcendentalizados (pois que se agrupam elementos que escapam inconscientemente dos atores sociais que produzem o discurso), ora imanentizados (já que temos uma articulação, contingente, particularizada, de tais elementos).

A articulação e a internalização são atividades da imanência, portanto mediadoras. Mas, a explanação de como se dão a articulação e a internalização, bem como de quais recursos/elementos estão sendo articulados e internalizados uns nos outros, vem dos inúmeros compromissos que a ADC tem com o RC, que torna sempre pressuposta a ideia de que, a despeito da imanência dessas internalizações, cada elemento – pertencentes que é a cada esfera ou estrato da vida, como se define no RC quando da diferenciação do mundo em mundo aberto versus mundo fechado e quando da estratificação da vida social em nível do real, do realizado e do empírico – possui uma estrutura transcendente tal que se torna responsável pela ativação dos efeitos encimados no discurso. Ainda que não haja a defesa de que o discurso é um epifenômeno de estruturas, mas a de que, cumulativamente, ele, na criatividade/reflexividade de suas articulações, opera na transformação dessas estruturas, a explicação de seu funcionamento nos leva sempre à certeza do que nestas é transcendente, já que este é o objetivo de a ADC estar consorciada com o RC. “Pesquisadores/as em ADC interessam-se pelo que existe e pelo que potencialmente existiria de acordo com os poderes causais daquilo que estudam [...]” (RESENDE, 2009, p. 20). A busca pelos mecanismos mais profundos, das distantes da percepção comum, portanto, mais separados o possível dos homens, é a tarefa descritiva da ADC. Entender como um discurso funciona é entender, portanto, as estruturas daquilo que é e daquilo que se distancia do homem, ainda que seja o discurso “filho” dele. Aqui está o caráter desvelador/desmistificador, purificador/demarcatório, que corre as veias da ADC e do RC, tal como vimos capítulos atrás.

Nisso não residiria problema algum, uma vez que, na descrição dos mecanismos gerativos do discurso, haveria a possibilidade de novas internalizações sob outras articulações, graças ao que os atores sociais se empoderariam. O que surge como problemático no trabalho de análise é a presença daquilo que Latour (2009, p. 103) chama de “universalismo particular”: a ideia sub-reptícia de certas estruturas a que nenhum outro, senão o analista, é capaz de acessar, o que concede ao analista a postura desmistificadora dos reais funcionamentos do discurso; todo mundo pode ter entendimentos do acontecimento, mas, somente ao levarmos em consideração “as” estruturas geradoras dos acontecimentos, “é que” poderemos entender o que é, “na verdade”, o caso. Eis o tipo de comportamento presente na ADC.

Esse comportamento desvelador tivemos o cuidado de destacar nos capítulos anteriores, quando explicamos as controvérsias nos circunlóquios fechados dos conceitos e das artimanhas teóricas tanto da ADC quanto do RC. Não foi à toa que, como herança da tradição dos estudos críticos da linguagem, a ADC deu à análise dos discurso uma heurística

que torna a prática de análise uma atividade profunda e especializada. Na subseção 2.3.2, por exemplo, afirmamos que a evocação de conexões causais X e não Y nas identificações e nas análises do discurso e de seus significados já era em si uma forma de defesa pretensamente científica, purificada, dos putativamente verdadeiros e corretos elos causais entre os significados sociais de um discurso e as ideologias produzidas na sociedade. Vimos que, em uma atividade de análise do discurso que pauta por tentar desvelar os significados por trás a engendrar efeitos tais e quais como causas motrizes daquilo que é capaz de fazer, imbrica-se a certeza – ainda que chamada de hipotética por Kress e Hodge (1981, p. 17), ainda que chamada de politicamente motivada por Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999) a superar assimetrias sociais ou formas injustas de agir, representar e identificar-se no mundo – de que os elos e as conexões causa-efeito descritos são exatamente aqueles encontrados no processo de interpretação e análise críticas promovido pela ADC. A evocação, esse chamamento para fora do que está escondido, é coisa da Constituição moderna. Não é algo que, por exemplo, poderíamos escapar facilmente, caso ainda trabalhássemos dentro das garantias constitucionais que repartem os objetos de análise entre o que é transcendental e independente dos homens e o que é imanente e dependente dos homens.

Toda denúncia é desveladora. Tanto que, desavisadamente, poderiam considerar nosso trabalho aqui como não sendo outra coisa senão mais um daqueles textos que, para angariar uma fresta de luz ao sol, desmascaram, desmancham, descontroem, sem deixar pedra sobre pedra, teorias e concepções filosóficas contrárias às nossas. A formação de toda disciplina carrega consigo lutas em todas as dimensões, como a marca cesárea dos difíceis parto do conhecimento científico. “Para nós, modernos, desvelar era a tarefa sagrada. Revelar sob as falsas consciências os verdadeiros cálculos ou sob os falsos cálculos os verdadeiros interesses” (LATOURET, 2009, p. 48). A denúncia e o desvelamento são as expressões essenciais da gramática de nossas indignações científicas, de nossa forma de fazer ciência. Assim como no ditado popular costumamos dizer que, para todo e qualquer doido, um doido e meio, na ciência moderna, com base nas expressões argumentativas de denunciar para desvelar ou desvelar para denunciar, temos que, para todo e qualquer denunciador anterior, bastam um denunciador e meio. Discernir uma realidade que precisa ser trazida à tona para as mentes inconscientemente presas na dimensão empírica das coisas, na fenomenalidade pura de tudo, é a parte principal das análises em ADC e dos fundamentos filosóficos para as investigações científicas via RC:

As formas sociais que são produzidas por pessoas e que podem ser alteradas pelas pessoas estão sendo vistas como se fossem parte da natureza. Existe uma necessidade convincente de uma teorização crítica e análise da modernidade tardia, que pode não só *iluminar o novo mundo que está emergindo*, mas também *mostrar quais direções alternativas não realizadas existem* – como os aspectos desse novo mundo que melhoram a vida humana podem ser acentuados, como os aspectos que são prejudiciais podem ser alterados ou mitigados.

Assim, *a motivação básica para as ciências sociais críticas é contribuir para a consciência do que é, como veio a ser e o que pode ser*, com base no que as pessoas podem ser capazes de fazer e refazer com suas vidas¹⁰⁷ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, grifo nosso).

Diferenciar-se dos demais e justificar-se como desveladores é como se comporta a crítica de ambas as disciplinas. Na subseção 3.4.1, também chegamos a destacar essa natureza desmistificadora no RC, ao discutirmos sobre o caráter transcendentalizado da causação bhaskariana e afirmamos a natureza discursiva do real. Troquemos o “discursiva” aqui por “tradutória” e veremos, na ânsia por tornar o real “real”, o RC, mas também seu adepto semiótico, a ADC, imprimem o tom, às suas falas e às suas descobertas sobre o discurso, de que seus discursos não são discursos, de que os dados que elencam das coisas que analisam falam por si só e atestam sua própria transcendência. Vimos que o estabelecimento de uma explicação da realidade pautada na crença de que os poderes causais podem ser esgotados cumulativamente pelo acréscimo de novas informações ou descobertas de formas que denunciem mais clara e profundamente a natureza das coisas revela, por seu turno, a descrença por tudo aquilo que depende e nasce das mãos dos homens, da imanência dos homens, da imanência de um discurso científico que deixe à mostra o trabalho de tradução e mediação presente na transfenomenalidade. Lembramos, no início do Capítulo 3, que estar às voltas com a negação de aparências à luz de evidências de elementos reais e, portanto, transcendentais era o que *diferenciava* o RC das outras formas de realismo. E é incrível como, em toda forma de denúncia, está sempre presente a necessidade de identificar causas, pois, se escolhermos A como nosso bode expiatório, é porque A apresenta, como problemas, X e Y causas motivadoras de suas falhas. É preciso atribuir causas aos fenômenos para podermos entrar no processo de desvelar as coisas e denunciar os que atravancavam o seu caminho.

¹⁰⁷ No original: “Social forms that are produced by people and can be changed by people are being seen as if they were part of nature. There is a compelling need for a critical theorization and analysis of late modernity which can not only illuminate the new world that is emerging but also show what unrealized alternative directions exist – how aspects of this new world which enhance human life can be accentuated, how aspects which are detrimental to it can be changed or mitigated. Thus the basic motivation for critical social science is to contribute to an awareness of what is, how it has come to be, and what it might become, on the basis of which people may be able to make and remake their lives”.

A causação bhaskariana, por mais que opere em uma diferenciação de mundo como aberto e não fechado, não deixa de se enquadrar como forma de desvelamento. Ela é o critério ou passo metodológico transcendental primordial para o tipo de atividade científica advogada pelo RC e pela ADC, uma vez que ela dará a oportunidade de o analista do discurso realista crítico “chegar a níveis mais profundos da realidade”, coisa a que somente poucos e especializados humanos podem alcançar. Ou seja, o critério supra-humano da causação, seja ela contingente ou não, seja ela mecânica ou não, recai sempre na compreensão desveladora das coisas. Acima, destacamos de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 4): “As formas sociais que são produzidas por pessoas e que podem ser alteradas pelas pessoas estão sendo vistas como se fossem parte da natureza”. Em vez de entender como se estabilizam as formas sociais pelas extensão das redes pelas quais se sustentam como naturais, os autores preferem trabalhar com a postura desmistificadora que ecoa no RC de lançar um luz sobre o novo mundo do capitalismo tardio *mostrando* o que é e como funciona, bem como as alternativas que não foram realizadas, ou seja, revelar às mentes obnubiladas pela vertigem de suas vidas e paixões o que elas poderiam ter sido, mas não foram.

Como é possível, Senhor, desvencilhar-se de ser moderno, de modo a evitar as prescrições que decorrem das denúncias e dos desvelamentos analíticos de uma ciência como a ADC, que almeja mostrar o que é e o que pode ser? Olhemos para o trabalho da mediação que os modernos, como o são a ADC e o RC, tanto escondem. Se, para evitar essas grandes divisões, assumirmos uma estratégia dialética, uma salvaguarda ontoepistemológica de que qualquer que venha a ser o entendimento a propósito dos elos que o discurso tem com a vida social, dos sentidos que ele significa e que auxiliam no *modus operandi* dos agentes sociais e da estrutura social a que se vinculam, não pertence nem ao discurso ele mesmo, ao sistema da língua ela própria (à transcendência da língua, do sistema da língua, do discurso com seus significados sociais que nos ultrapassam, pois lá já estavam), nem à perlocução do pesquisador ela própria, nem à sua interpretação (à imanência da interpretação do sujeito, à imanência dos sentidos irremediavelmente sociais do discurso), ainda assim daremos largada ao duplo trabalho da Constituição moderna de, ao mesmo tempo, traduzir (mediar) e purificar, mas de, por fim, ficar com a purificação, com a alegada transcendência, para que o selo de “científico” e “crítico” tenha validade como nenhum outro entendimento, nenhuma outra “prototeoria”, nenhuma “má percepção” possam ter.

Qual o *status*, portanto, dos sentidos de um discurso, dos elos que este estabeleceria, enquanto acontecimento? Para a ADC e o RC, uma vez que devem carregar o título da transcendência de serem “mecanismos gerativos”, fator “causal”, os sentidos de um

discurso deverão pertencer, então, ao polo transcendente da natureza, das coisas-em-si, dos objetos – não à natureza de algo tal como a língua, a linguagem, mas sim à natureza múltipla de vários estratos que compõem, em conjunto, a vida em geral (estrato semiótico, biológico, físico, econômico e assim por diante) e os mecanismos gerativos de cada um. Não nos parece surpreender chegarmos a uma conclusão como essa, ao se afirmar que os sentidos de um discurso sob análise na ADC pertencerão, ao fim e ao cabo, ao polo da natureza, à transcendência, pois os mecanismos gerativos que a ADC e o RC dizem que devemos, nós pesquisadores, atingir constituem-se, em ambas as teorias, como a transcendência, e não como a imanência do polo da natureza. Está dito nos corolários do RC e da ADC: chegar à dimensão intransitiva e ao domínio do real; atingir níveis mais profundos da realidade social e do funcionamento do discurso. São “ciências da profundidade”, dos mecanismos gerativos que tornam os discursos possíveis, ao defenderem uma prática teórica de análise orientada simultaneamente tanto para a reflexividade/criatividade dos atores sociais nos usos do discurso (a imanência) quanto para as condições estruturais e os poderes causais que codeterminam a existência dos discursos (a transcendência) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 30).

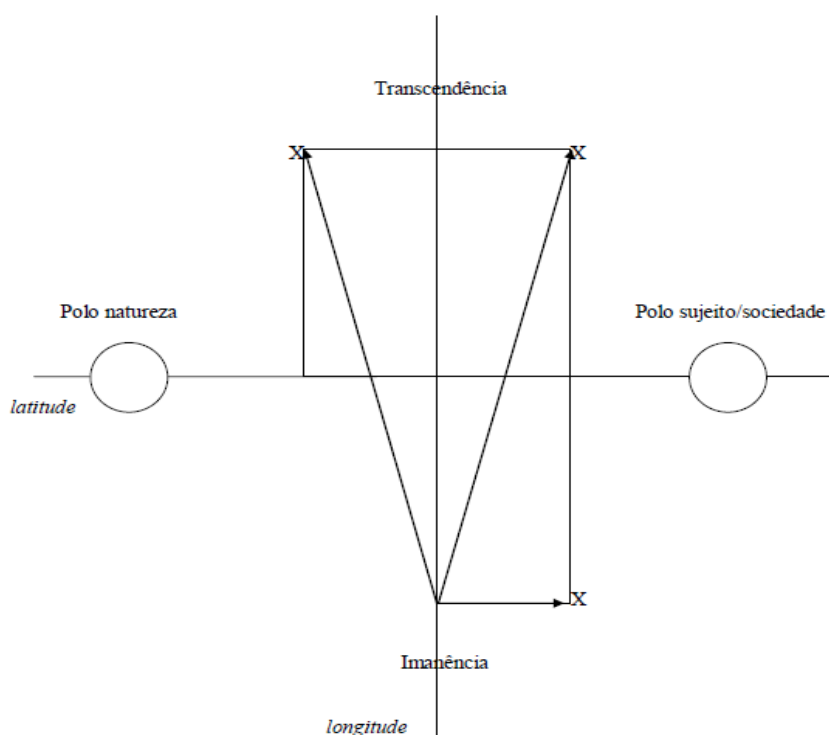
Contudo, se denunciarmos tal afirmação, alegando, com isso, que estamos próximo demais da extremidade das coisas em si e que, para não chegarmos a tanto, precisaríamos resgatar uma dimensão construtivista das coisas, estaremos com o norte de nossa bússola localizado no polo oposto, o da imanência do social. Então, poderíamos, aqui, nos decidir de pronto entre a transcendência ou a imanência, seja qual for, da natureza ou do social, uma vez que, para os modernos, o caminho do entremeio, da tradução/mediação, é impensável, senão como um momento que, tão logo o concluamos, logo o escondemos.

Os sentidos não devem ser reduzidos a nenhum desses estratos, pois, se assim fossem, seríamos flagrados, desnudos, diante da dicotomização transparente de imanência ou de transcendência putativas de algum desses estratos. (Se os sentidos pertencem ao econômico, estariam eles, então, no polo imanente ou transcendente do social? Todo um debate viria aqui entre os defensores do caráter imanente ao social da economia e os advogados do caráter transcendente ao social da economia. Se pertencem só ao semiótico, estariam eles, portanto, em que polo? Outro debate acalorado surgiria aqui: entre os pós-estruturalistas e estruturalistas, entre os funcionalistas e os formalistas, entre construtivistas e realistas). Teríamos de nos decidir a começar outro trabalho, muito mais cansativo, da “Constituição” para cada um deles: traduzi-los e purificá-los ao mesmo tempo, podendo, ao fim, pender para um polo ou outro, para a transcendência ou imanência, ou mesmo

combinarmos um com o outro, ao recorrer ao argumento correlativo “não só..., mas também...”.

Na medida em que a análise sob a ótica da ADC e RC se encaminha para levar os significados de um discurso do quadrante imanente localizado ao lado do polo sujeito/sociedade (cf. a figura abaixo) para o quadrante transcendente localizado ao lado do polo natureza/realidade (ou mesmo, para o transcendente do polo sujeito/sociedade), procedendo pela lógica da purificação, ela elimina, gradativamente, a história dos significados, suas trajetórias:

Figura 14 – O trabalho de purificação na ADC e no RC



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Latour (2009).

Saindo sempre da prática imanente da teorização e da percepção críticas do analista, chega-se transcendentemente, por fim, às constatações, aos desvelamentos, às desmistificações dos traços daquilo que analisa: ora dando-lhe característica totalmente imanente e produto dos homens (criatividade/reflexividade ou significados ideológicos e particulares), ora dando o *status* de transcendência, mas do polo da sociedade (constrangimentos das estruturas e instituições sociais), ora dando-lhe o título de algo não só transcendente, mas também natural (os elementos não discursivos, e materiais que se internalizam no discurso nas articulações das práticas sociais).

Ainda que Bhaskar, por exemplo, ressalte o fator histórico das descobertas científicas, os conhecimentos, os materiais precedentes (a dimensão transitiva do conhecimento sobre a dimensão intransitiva, sobre as estruturas gerativas dos eventos, como os discursos, no caso da ADC), sua compreensão da história do processo científico é da contínua aproximação dos reais mecanismos geradores dos eventos, ou seja, não trata sua dimensão intransitiva como uma dimensão sócio-historicamente estabilizada pelo trabalho da mediação, como imanência transcendentalizada, como essência estabilizada, como um conjunto de trajetórias ontológicas imanentes que lutam, ao decorrer do tempo, nas comunidades científicas e fora delas, pela estabilização e naturalização enquanto transcendência, seja do polo da natureza/realidade, seja do polo do sujeito/sociedade. A análise via ADC sob RC desnatura sentidos, mas pode des-historicizá-los, ou seja, a história dos sentidos é o contínuo processo de perda prognóstica das trajetórias pregressas, da histórica luta pela estabilização.

Surge, então, um contrassenso: como seria possível que a análise dos sentidos de um discurso – que deve ser uma análise da história de um discurso, do seu funcionamento dentro de uma prática ou rede de práticas maior, numa conjuntura social dada, com os sujeitos/agentes sociais envolvidos, seja na sua produção, seja na sua recepção, com as relações sociais estabelecidas por ele – fosse des-historicizante? Justamente quando ela se propõe a dizer qual o funcionamento “real” do discurso na sociedade e distingue sua explicação em detrimento de qualquer outra presente no mundo social. Talvez se revele uma linha tênue aqui entre a margem que nos leva a adentrar ainda mais na crítica à ADC e a margem que nos faz afundar no terreno de nossa própria crítica, pois, se não for possível desenhar os fios com frequência invisíveis que ligam o discurso, seus sentidos, à conjuntura social que o subjaz, então como seria possível fazer uma análise do discurso simétrica, como a antropologia de Latour?

O problema não está em desenhar os fios que ligam o discurso, seus sentidos, à conjuntura histórica a que pertence via prática social, mas sim, primeiro, em diferenciar tal desenho de qualquer outro (a teoria da prototeoria; a percepção da má percepção; os mecanismos profundos da fenomenalidade pura do discurso); e, segundo, em como fazê-lo, por que critérios. A ADC, por meio do RC, envereda pelo critério causal; Latour, pelo trabalho da mediação, da tradução.

4.1.2 Destacar o trabalho da tradução/mediação como forma de recuperação da potencialidade crítica da ADC: o discurso como quase-objeto/híbridos e os sentidos como (re)(des)territorialização

O trabalho da purificação/demarcação está saturado. Os modernos tentam, de toda forma possível, encontrar novas nomenclaturas, novas explicações, novas justificativas para o seu fazer e, no fim, sempre estão balançando entre os polos da transcendência e da imanência, buscando fincar seus pés ora do lado material das coisas, ora do lado abstrato da sociedade. Por mais que tenha se tornado inviável esconder os processos de tradução e mediação que ocorrem, ainda assim os modernos insistem em negá-los e criativamente fornecem, com uma habilidade incrível de combinar e recombinar esses polos com as dimensões ontológicas do natural e do social, circunlóquios teóricos e filosóficos que redundam na purificação. Purificar é valorizar o passe da ciência. Traduzir é desvalorizá-lo. A ciência moderna substituiu Deus pela pureza de suas atividades e de suas *matters of fact*.

O jogo de cintura dos modernos está na ADC e no RC. O Modelo Transformacional da Atividade Social deste último, por exemplo, nada mais é do que a grande alternativa contra as perspectivas weberianas e durkheimianas, inclusive contra a dialética bergeriana. A Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough é, por seu turno, outro exemplo de alternativa contra, de um lado, teorizações do social que davam foco às estruturas sociais e esqueciam o lugar da semiose e da linguagem nos processos de reprodução e transformação da sociedade e, de outro, abordagens linguísticas que priorizavam a língua e suas estruturas em detrimento das conexões sociais mais profundas que haveria entre linguagem e sociedade, entre o linguístico e o social. Ambas as teorias em nenhum momento cedem integralmente às perspectivas que lhe são contrárias, nem quando combinam dialeticamente potencialidades de uma com a outra, mas, antes, tentam se destacar como novas veredas que levam ao entrecaminho do que até então fora ofertado. Por mais que trabalhem com a ideia de que nem incorrem à transcendentalização das coisas, nem à imanentização das ações humanas, uma vez que uma se interconecta à outra de inúmeras formas, no final de tudo estão sempre preocupadas de algum modo em purificar suas atividades analíticas, seja das ideologias, seja das políticas, seja dos interesses particulares dos pesquisadores, seja do lugar da prática científica no todo das práticas sociais.

Foi a essa questão que tivemos o cuidado de nos atentar quando destacamos a primeira das controvérsias levantadas em neste trabalho (cf. seção 2.3.1), quando dissertávamos a respeito de a análise de discurso crítica ser desideologizada em comparação

às práticas “práticas” ou ordinárias que analisa. Dissemos que a acepção de discurso que a ADC usa para investigar as práticas sociais e seus momentos semióticos, equilibrada entre a reprodução e a transformação, é colocada fora da própria atuação do analista do discurso e de sua atuação na análise quando decidimos aplicar o conceito à própria prática de análise, à própria ADC. O discurso reproduz e transforma, podemos mostrar e descrevê-lo assim, mas ele é uma categoria analítica cuja ambivalência em ser imanente e transcendente só tem razão de ser nas práticas sociais em análise, e não na prática de análise que dele se faz uso. Se a ação dos atores sociais pelo e no discurso é analisada em termos de sua relação com a manutenção ou transformação das estruturas sociais e dos discursos ideológicos de que se utilizam para agirem nas práticas sociais, por que a atuação do analista de discurso não pode ser vista como também mais um discurso? Os discursos científicos da prática científica que analisa o “mundo da vida” são reduzidos a uma questão de argumentação em esferas científicas, cabendo à perspicácia do analista em levar a comunidade científica a aceitar ou não.

Seguindo Bhaskar (Collier, 1994), vemos que a ciência social crítica tem tanto um objeto ‘transitivo’ quanto ‘intransitivo’. Seu objeto intransitivo são as práticas reais que ela está analisando. Seu objeto transitivo são as prototeorias que são produzidas como parte dessas práticas – o elemento reflexivo dessas práticas. Em termos de seu objeto transitivo, *a teoria crítica se propõe a transformar prototeorias em teorias científicas* por meio de uma aplicação da lógica dialética [...]. Na medida em que prototeorias funcionam ideologicamente, como mostradas através da análise crítica – por auxiliarem práticas a sustentarem relações de dominação –, a ciência social crítica deve subverter as práticas que ela analisa, mostrando *prototeorias como sendo más percepções e produzindo teorias científicas que podem ser tomadas (e encetar lutas) dentro das práticas* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33, grifos nossos)¹⁰⁸.

Entre a transitividade e a intransitividade das coisas, estão a ADC e o RC. Transformar coisas que funcionam ideologicamente e como más percepções em teorias e/ou discursos científicos que lutem pelo bem de todos os desprovidos de poder. Saem as prototeorias, entram as teorias. É autojustificado o discurso analítico e redundante sempre na

¹⁰⁸ No original: “Following Bhaskar (Collier, 1994), we see critical social science as having a ‘transitive’ as well as an ‘intransitive’ object. Its intransitive object is the actual practices it is analyzing. Its transitive object is the proto-theories which are produced as a part of those practices – the reflexive element of practices. In terms of its transitive object, critical theory sets out to transform proto-theories into scientific theories through applying the dialectical logic [...]. In so far as proto-theories are shown through critical analysis to be working ideologically – to be helping the practices sustain relations of domination – critical social science may subvert the practices it analyses, by showing proto-theories to be miscognition, and producing scientific theories which may be taken up within (and enter struggles within) the practices” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 32-33).

purificação de si contra as formas impuras, as protorealidades do mundo ordinário das práticas sociais comuns. É isso o que se vê, por exemplo, na separação entre a explanação científica e interpretação mundana das coisas, como destacamos na segunda controvérsia da ADC em seu consórcio com o RC, na seção 3.4.2. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67-68) são categóricos ao afirmarem que a ADC não preconiza um entendimento particular do texto, mas antes defende uma explanação particular. Segundo os autores, o vocabulário usado na redescrição das propriedades de um texto não afetaria a percepção e interpretação do fenômeno analisado.

Uma explanação redescrive as propriedades de um texto (incluindo o alcance dos entendimentos que ele origina) usando um enquadro teórico particular para localizar o texto na prática social. Útil aqui é a distinção de Bernstein (1996: 135-7) entre a “linguagem de descrição” interna e externa no processo de pesquisa: a linguagem interna refere-se às propriedades do quadro teórico propriamente dito, “à sintaxe pela qual uma linguagem conceitual é criada” [...]; a linguagem externa relaciona os conceitos do quadro com o material empírico, construindo assim o objeto da pesquisa (que relações são relevantes para a análise), seu funcionamento (como essas relações se articulam) e suas potencialidades (não apenas seus efeitos reais, mas também sua função potencial). A explanação reside na interação entre as duas linguagens de descrição e pode ser vista como um processo de tradução, pelo qual a linguagem conceitual (interna) é usada para reescrever material empírico específico, como textos. É uma interpretação do texto nos termos do enquadro teórico, que implica crucialmente tornar visíveis as categorias invisíveis. [...] Por exemplo, a interpretar textos ideologicamente não faz parte da compreensão dos textos, mas é uma parte da explanação, na medida em que envolve a localização de textos na prática social, em parte pela referência à categoria teórica de ideologia. [...] Pode-se argumentar que os analistas, como todos os outros, têm que começar por alguma compreensão do texto, e é assim. Mas, para obter a distância necessária das compreensões iniciais, é preciso estar ciente da distinção da própria linguagem de descrição (o enquadro teórico e construção e análise do objeto de pesquisa) e ser reflexivo no gerenciamento de sua interação [entre as duas linguagens] (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 67-68)¹⁰⁹.

¹⁰⁹ No original: “An explanation re-describes properties of a text (including the range of understandings it gives rise to) by using a particular theoretical framework to locate the text in social practice. Useful here is Bernstein’s distinction (1996: 135-7) between the internal and external ‘language of description’ in the process of research: internal language refers to the properties of the theoretical framework itself, ‘the syntax whereby a conceptual language is created’ [...]; external language relates the concepts of the framework to empirical material, thereby constructing the object of research (what are relevant relations for analysis), its working (how these relations articulate together) and its potentialities (not only its actual effects but also its potential function). Explanation lies in the interplay between the two languages of description and it can be seen as a process of translation, whereby the (internal) conceptual language is used to re-describe specific empirical material, such as texts. It is an interpretation of the text in the terms of the theoretical framework, which crucially involves making invisible categories become visible. [...] For instance, interpreting texts ideologically is not a part of understandings of texts but a part of explanation, in that it involves locating texts in social practice partly by reference to the theoretical category of ideology. [...] One might argue that analysts, like everyone else, have to start from some understanding of the text, and that is so. But to gain the necessary distance from initial understandings, one has to be aware of the distinctiveness of one’s own

Como se vê, a purificação está presente a todo momento na lógica explanatória de uma pesquisa em ADC, já que a “linguagem de descrição” está sempre repartida entre uma dimensão interna à ciência e outra externa a ela, referente aos fatos que analisa e descreve, traduzindo o mundo na ciência, mas não as confundindo ao manter a distância necessária entre o que é interno à ciência e externo a ela, entre o que pertence à próprio jogo da ciência e o que está à mercê de ser descrito por ela. A compreensão ou entendimento do analista pode até ser um entendimento, mas, para não ser um qualquer, é preciso separar bem as ferramentas analíticas da ciência dos materiais em busca de serem descritos pelo que aquelas permitirão descrever. A lógica descritiva interna é purificante se conseguirmos mantê-la distante do que precisa ser descrito. As análises críticas do discurso amenizam, assim, como dissemos, a compreensão do papel mundano, externo e sociopoliticamente enraizado do pesquisador social crítico, como tentativa de escapar da ideia de um “infinito jogo de diferença” (DERRIDA, 1995), de um imperialismo discursivo ou um socioconstrutivismo extremo, por não estenderem à sua própria prática a dimensão analítica do discurso e limitar a ciência a um trabalho interno que olha para o externo. Resende (2009, p. 12), por exemplo, afirma que pesquisas em ADC não trabalham com a ideia de “imparcialidade científica”, mas antes têm um caráter “posicionado”, por “desvelar” discursos que servem de base para a dominação ou assimetrias sociais, o que nos leva, aqui, à discussão de critérios transcendentais, das lógicas explanatórias externas, que decidam quando um discurso científico é mais científico do que outro, menos prototeórico do que outro, uma percepção melhor do que outra.

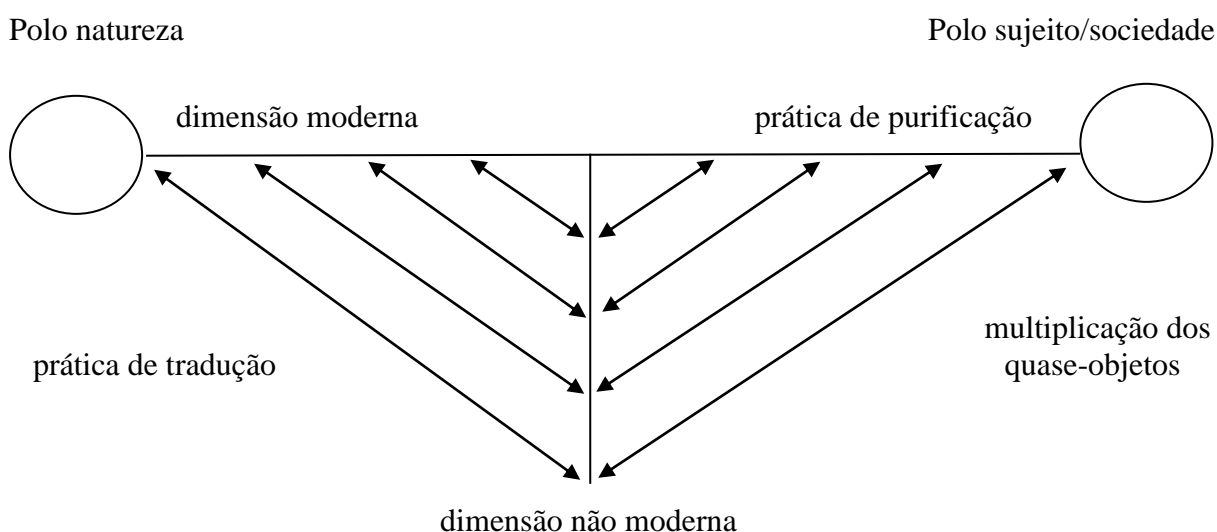
Quando Chouliaraki e Fairclough (idem, ibidem) mencionam que as práticas de análise promovem uma explanação que “pode ser vista como um processo de tradução, pelo qual a linguagem conceitual (interna) é usada para reescrever material empírico específico, como textos”, o que eles nos ensinam é coincidentemente o processo de tradução/mediação que Latour (2009) tenta nos alertar como negado nas práticas científicas dos modernos. Eles nos dão uma mostra clara de que a ciência social crítica do discurso é tradutória, mas, vejamos: subvertem a potencialidade dessa tradução ao defenderem que a lógica explanatória, por mais particular que seja, por mais circunscrita que esteja a um conjunto de teorias particulares, não preconiza entendimento particular algum, ou seja, o discurso que nasce sob a interface interacional das duas linguagens de descrição é independentizado da imanência dos entendimentos particulares. Transcende-os na medida em que mostra como tais entendimentos

language of description (the theoretical framework and the construction and analysis of the research object) and be reflexive in managing their interplay”.

e os discursos que os baseiam funcionam nas práticas sociais, como eles escondem aquilo que a prática científica de análise de discurso tenta tornar visível. É esse o funcionamento da Constituição moderna: traduzir, mediar, mas purificar e demarcar, negando o que faz e que o faz.

Que *status* poderíamos dar a esse discurso resultante da análise de discurso crítica promovida pela ADC? Conseguimos responder mais acima atribuindo aos sentidos que a prática analítica identifica e descreve o funcionamento como transcendentalizados quando vislumbrados pela ótica do analista. Mas, como poderíamos concebê-los, para não mais obscurecer o trabalho da tradução e valorizar, assim, uma descrição mais realista e crítica do que fazem, sem cair no processo de purificação que os modernos tanto fazem em suas práticas científicas?

Figura 15 – As dimensões moderna e não moderna nas práticas de purificação e de tradução



Fonte: Latour (2009).

A Figura acima nos dá uma clara definição do que acontece para além da prática de purificação, ao nos mostrar o trabalho sub-reptício de multiplicação dos objetos híbridos (esses objetos, esses *subject-matters*, que são construídos pela ação humana, ao mesmo tempo em que são desalojados do fazer dos homens) e da prática de tradução e hibridização. A dimensão não moderna das coisas, em que tudo se mistura e nasce em função não de seu grau de pertencimento a um dos polos, mas sim do eixo indefinido da mediação a que se vinculam, tem sobrevivido no limbo do pensamento filosófico e científico ocidental, embora seja

responsável pela sua sustentação, como Atlas sustenta o globo em seu eterno castigo. Sem o trabalho das práticas de tradução, todos aqueles fantasmas que, por exemplo, percorriam as reflexões de Boyle e Hobbes, os fantasmas tanto da transcendência supra-humana e o da imanência humana ilimitada, estariam à solta encurralando os homens nas mãos de outras entidades. Mas o que a dimensão moderna fez foi, para não deixar às claras as artimanhas e as garantias de seus textos constitucionais, esconder a latitude das coisas. Esse esconderijo, no entanto, vem saturando as práticas de purificação, ao menos em termos do que definem as garantias da Constituição moderna, porque, como vemos na ADC e no RC, obriga os praticantes de seu texto constitucional a fazerem malabarismo em definir seus objetos em ora objetos da natureza, ora *subject-matters* da sociedade, em atribuir-lhes ora transcendência dos homens, ora imanência deles mesmos. É nesse sentido que Latour (2009, p. 54) prefere, ao molde de Michel Serres, chamar esses objetos de conhecimento e da pesquisa científica moderna de “híbridos”, de quase-objetos, por não ocuparem nem a posição de objetos do polo da natureza, nem de *subject-matters* do polo dos homens/sociedade, nem poderem ser alocados em um *continuum* que ligue um a outro polo, assumindo o *status* ambivalente de coisas naturais e símbolo social. O malabarismo teórico e metodológico da ADC e do RC, por exemplo, em sua busca sem fim de definir um entremeio, um caminho entre um polo e outro, em ceder à dialética como uma estratégia para negar o trabalho de tradução que ocorre no mesmo compasso do de purificação que fazem sem querer, é um diagnóstico do limite e da saturação do quadro institucional da constituição e da Constituição modernas.

Não respondemos ainda, assim, o *status* do discurso resultante da análise e da síntese explanatórias de uma ADC, porém teremos, de início, uma noção melhor aqui de como suas explicações operam não em conformidade com o eixo latitudinal da tradução e da mediação, com a dimensão não moderna, mas sim em consonância com o eixo longitudinal da purificação e da demarcação das coisas. Esse domínio dos objetos híbridos, dos quase-objetos, como o discurso, até o momento, sob a lógica explanatória da disciplina, de inspiração realista crítica bhaskariana, assume sempre o ponto de partida de uma análise de discurso: inicia-se do discurso, pensam-se seus significados e conexão com outras esferas sociais que lhe codeterminam o sentido, veem-se as posições sociais elaboradas dentro do discurso, busca-se entender a serviço de que(m) e em detrimento de que(m) ele funciona, propõem-se novas formas de discursar, com articulações e internalizações idiossincráticas às pessoas nas práticas envolvidas, e lança o novo discurso como uma proposta para encetar lutas sociais mediadas pelo discurso que levem a mudanças mais justas na sociedade. Tomar o discurso e as redes de práticas sociais em que está sempre envolvido como ponto de partida não seria problemático

de forma alguma, além de nos dar a sensação de que, sendo o discurso um híbrido, estaríamos com os pés cravados a todo instante nos domínios não moderno e moderno, sem perder o foco na tradução/mediação. Mas, como Latour (2009, p. 76-77) nos chama a atenção, essas formas de análise dos híbridos têm sempre três aspectos: uma *purificação prévia* de formas puras do pensamento ou dos polos aos quais se destinam os quase-objetos (polo da transcendência ou polo da imanência; polo da natureza das coisas ou polo da sociedade e dos homens), uma *separação fracionada* de elementos pertencentes a um ou outro polo, mostrando os elementos intermediários na linha longitudinal da divisão prévia entre os polos, e, por fim, uma *mistura progressiva* com todos os elementos, tentando destacar modos de internalização ou articulação de um elemento com outro. Como ele nos fala, “a explicação crítica partia sempre dos dois polos e se dirigia para o meio, inicialmente ponto de clivagem e depois ponto de encontros dos recursos opostos” (LATOURE, idem, ibidem). Essa mesma forma de pensar e de explicar criticamente o trabalho dos híbridos encontramos na ADC. Vejamos:

[...] qualquer prática articula diversos elementos da vida (como seus “momentos”), e, por conseguinte, diversos mecanismos. O discurso é um de tais elementos, com seu próprio mecanismo. Os momentos de uma prática são articulados numa dialética – cada um internaliza os outros sem ser reduzido a eles. As práticas em si são articuladas em redes de práticas, e suas características “internas” são determinadas por estas relações “externas” com outras práticas. Qualquer prática é uma prática de produção – pessoas em relações sociais particulares aplicam tecnologias em materiais. Também, qualquer prática tem um elemento reflexivo – representações de uma prática são geradas como parte dela. O discurso, por isso, figura de dois modos dentro de práticas: práticas são em parte discursivas (fala, escrita etc. são modos de agir), mas elas são também discursivamente representadas. Na medida em que tais representações ajudam a sustentar relações de dominação dentro da prática, elas são ideológicas. Redes de práticas e práticas particulares em redes constituem relações particulares que podem ser conceitualizadas do ponto de vista da hegemonia – como lutas pelo fechamento [*closure*] que nunca podem ter êxito totalmente, pois sempre dão origem a resistências. Focar a vida social em forma de prática é uma maneira de mediação entre estruturas abstratas e eventos concretos, associando as perspectivas da estrutura e agência. Nós sugerimos que análises de “conjunturas” – conjuntos transinstitucionais de práticas em torno de projetos específicos – podem ser um modo produtivo de operacionalização de um foco no discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 37-38).

O discurso, o *subject-matter* da ADC, é tomado como o ponto de partida e o ponto de chegada da análise, como se o analista iniciasse e sempre se mantivesse no objeto híbrido discurso, sem perder nunca o foco de suas explicações. Antes dessa compreensão do início e do fim da análise, contudo, não podemos esquecer o que páginas atrás destacamos da concepção de Fairclough (2001) sobre o que é o discurso: o discurso é moldado e restringido

pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis, assim como contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social. Isso evidencia que, antes de partir-se para o reino do centro, da multiplicação dos objetos híbridos como o discurso, o analista tem previamente estabelecido, ainda que coloque isso numa constante e eterna dialética de constrangimento e transformação, o que é transcendente ao discurso e o que é imanente a ele: destaca que há uma estrutura social que o molda e restringe, embora esta mesma sendo fruto da constituição operada pelo próprio discurso; o discurso transforma as estruturas sociais, embora estas mesmas o constriam e determinam. Esse é um dos aspectos da explanação crítica dos modernos dada a seus objetos híbrido: o da *purificação prévia*. O segundo aspecto, a *separação fracionada* dos elementos que intermedeiam o polo da transcendência (as estruturas sociais) e o polo da imanência (a agência humana via discurso), aparece quando os autores decidem que, para pensarmos a dialética entre estrutura social e agência humana, tendo o discurso como intermediário, precisamos complexificar essa intermediação pelo auxílio de outros objetos híbridos conceituais, como os outros elementos ou “momentos” (assim como o é o discurso) das práticas sociais, as práticas sociais, as práticas discursivas das práticas sociais, as redes de práticas particulares articuladas com outras práticas sociais, o texto como produto material do discurso nas práticas. Sem isso, não teremos uma compreensão das conjunturas em que os discursos funcionam ideologicamente, o que coloca o discurso como elemento amalgamador que mistura estrutura social (a transcendência) e agência humana (imanência). Ou seja, o discurso é a *mistura progressiva* entre todos esses elementos conceituais, tudo isso para não esquecermos de entender as formas puras que previamente constituem o discurso, uma vez que “focar a vida social em forma de prática é uma maneira de mediação entre estruturas abstratas e eventos concretos, associando as perspectivas da estrutura e agência”. O discurso é uma mistura, assim, de formas puras previamente estabelecidas, o que nos mostra que, de acordo com a Figura 15 acima, a ADC faz o analista sempre trabalhar sempre na linha longitudinal que separa os polos constituintes da vida social, enquanto vai negando o lugar latitudinal a partir do qual deveria ser pensado o discurso – esse objeto híbrido por excelência.

Latour (2009) sugere invertamos as ordens das explicações. Ao invés de partirmos das formas puras em direção aos híbridos para entendermo-los, deveríamos iniciar dos híbridos, do centro, da latitude, e ir em direção aos extremos longitudinais. As estruturas sociais e a agência humana não seriam assim mais o ponto de apoio da realidade do discurso, mas antes o resultado provisório e parciais daquilo que os discursos foram capazes de fazer. Talvez aqui um defensor da ADC e do RC pudesse reivindicar que é justamente isso o que as

duas teorias fazem e que é uma má interpretação nossa dizer que os analistas do discurso partem dos extremos para o meio ou tomar uma parte da divisão didática e analítica de ambas as teorias como se fosse isso mesmo o ponto de partida. Concordamos que pudéssemos ser considerados assim tão ingênuos, mas somente caso não tivéssemos tido o cuidado de mostrar que, em vez de olharem para a estrutura social como aquilo que deve ser explicado, os analistas do discurso veem-na como aquilo que explica o que o discurso é ou como uma dimensão recursiva a que se recorre para a produção dos discursos, a despeito ou não da possibilidade de reverter ou subverter o que está estabelecido por elas. Tanto o RC quanto a ADC concebem assim as estruturas sociais, essa dimensão purificada como transcendental.

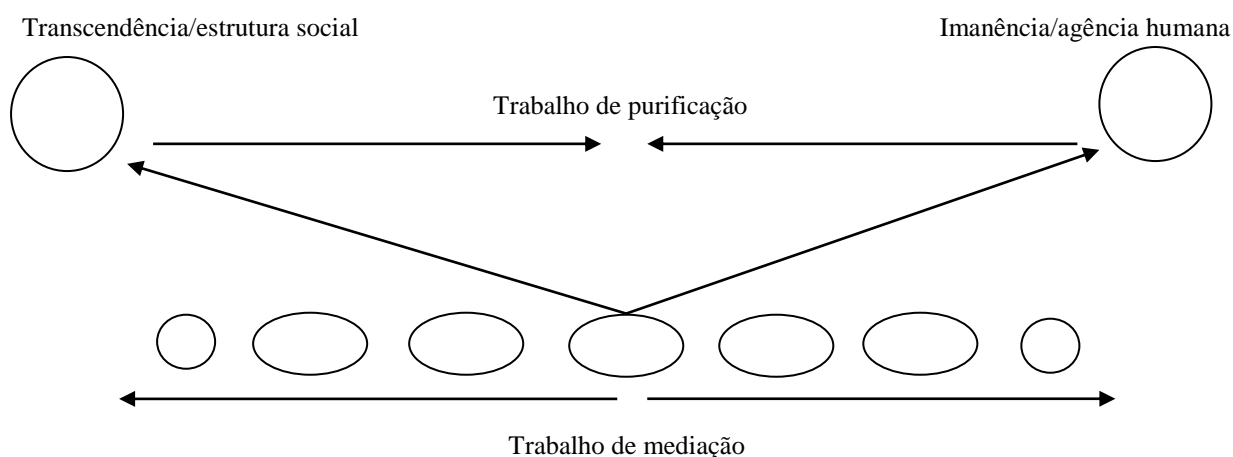
Latour (2009, 2016, 2017) já não parte da ideia da estrutura social como recurso a que se apela obrigatoriamente para a agência humana, nem toma a agência humana como aquela dimensão do livre-arbítrio pela qual se constroem o mundo e as estruturas sociais ainda que em dialética com estas. Abandonemos essas dimensões como leis gerais que explicam. Olhemo-las como aquilo que é explicado pelos objetos híbridos, nos trabalhos de tradução e mediação. Isso é diferente da forma como preconiza a ADC e o RC. Pois o discurso como objeto híbrido não seria aquilo que é fruto de constrangimentos e da agência humana, ou seja, das formas puras purificadas ainda que traduzidas pela ação humana, mas sim como aquilo que, sendo elemento da tradução, alia sua identidade de híbrido ao processo mesmo de purificação. Integra-se, assim, a purificação como um caso particular de mediação, em vez de negar a mediação em função da purificação ou manter o *status* de híbrido dos objetos como intermediários de formas purificadas – a estrutura que nos transcende e a agência que nos é imanente.

Como se pode perceber, o que chamamos atenção aqui é para o *status* ontológico dos discursos como uma categoria conceitual típica dos intermediadores, ou seja, como aquilo que difunde, mas mistura, desloca, mas liga natureza (enquanto polo transcendente) e sociedade (enquanto polo imanente), que na ADC assumem as formas de sociedade/estruturas sociais (enquanto polo transcendente) e de agência humana (enquanto polo imanente). Essas duas formas, purificadas nos polos em que estão, permitem as explicações de tudo o que acontece no discurso ou em seus pares igualmente intermediários, como práticas sociais, práticas discursivas e redes de práticas particulares de práticas discursivas e sociais, justamente porque elas não precisam ser explicadas, já que estão a transmitir a todo instante sua potência por meio dos intermediários (a estrutura social – seus constrangimentos e poderes causais; a agência humana – sua criatividade e reflexividade práticas). O que o discurso e seus pares intermediários fazem nada além de transportar, veicular, deslocar a

potência desses dois seres reais, estrutura e agência. Como diz Latour (2009, p. 79), falta “qualquer dignidade ontológica” aos intermediários, sempre burros de carga do que está ideal e realmente presente nos polos em meio aos quais se encontram eternamente.

Conforme pode ser visto na Figura 16, se nos voltarmos mais à prática de tradução e hibridização e dotarmos os quase-objetos, os objetos híbridos, de um estatuto ontológico que, em vez de apenas intermediarem a existência e a potência de categorias prévias e polarizadoras, os torna o local onde se fabrica aquilo que supomos que os explica, entenderemos, sem incorrer nos problemas de um consórcio entre ADC e RC, que é ao redor dos híbridos, do funcionamento dos híbridos e das redes de atuação dos híbridos que se formam as estruturas sociais (os mecanismos gerativos e poderes causais), que surge a agência humana (a criatividade e a reflexividade, bem as articulações e internalizações), que se constrói uma nova forma de fazer ciência e análise crítica do discurso – com os híbridos, como o discurso, a compor nosso (mundo) coletivo, um coletivo que inclui sociedade e agência humana, natureza e cultura, como categorias resultantes do trabalho constante de mediação e tradução operado pelos híbridos. Se temos mitos o suficiente para nos contar como o sujeito constitui o objeto, faltaram-nos, na mesma proporção, narrativas que expliquem como o objeto constrói o sujeito, sem ceder a ontologias prévias estabelecidas e explicativas.

Figura 16 – O trabalho de purificação integrado ao trabalho de mediação



Fonte: Latour (2009).

Uma vez que damos ao discurso um estatuto de híbrido e que ao híbrido concedemos uma ontologia distinta daquela concebida até então pela ADC para o conceito de discurso, chegaremos ao entendimento de que a explicação do funcionamento do discurso em

sua relação com a agência humana e com as estruturas da sociedade nunca é destas para aquele e daquele para estas, como um jogo dialético de reprodução e transformação, de constrangimento e subversão, de amoldamento e inovação, mas sim parte dos mediadores, como o discurso, e atinge os extremos enquanto resultados estabilizados, semelhantemente ao que Sartre dizia sobre a existência dos homens: a existência precedendo a essência. Parece uma dialética aos moldes da concepção de discurso de Fairclough e do modelo transformacional da sociedade de Bhaskar, mas não o é, pois não toma a transcendência das estruturas sociais e a imanência da agência humana como recursivamente dadas nem simplesmente como concebidas da contínua atuação da ação humana – produto ou resultado histórico-temporal do conjunto das ações humanas, o que nos deixaria, nessa segunda alternativa, mais próximos do que estamos querendo defender –, mas antes apresenta o discurso e os polos aos quais se equilibra como elementos cuja geometria se estabiliza em função do coletivo e das práticas coletivas que eles mesmos sustentam. Isso quer dizer que não é o discurso o produto das ações humanas constrangidamente definidas pela conjuntura sócio-histórica e pelas práticas particulares em que se encerram, o que nos faria tomar a geometria inversa e moderna de partir dos extremos para explicar o meio e depois partir para os extremos para explicá-los ou entendê-los tal como está presente na ADC, mas sim que é o discurso que sustenta, aqui e agora, o que é pertencente a cada um dos polos e que explica como se dá o trabalho de purificação dentro da mediação/tradução, ou seja, é o discurso o espaço de cosmogonia de si mesmo, das práticas de mediação e purificação, bem como dos polos que cria para acomodar as coisas como essências das coisas. É uma “pragmatogonia” (LATOURET, 2009, p. 83) do discurso, pela qual ambos os trabalhos de purificação e mediação estão integrados, sem que nunca neguemos este último, mas que sempre começemos por ele.

Agora podemos compreender melhor o paradoxo dos modernos. Uma vez que utilizavam ao mesmo tempo o trabalho de mediação e o de purificação, mas representavam apenas o segundo, eles jogavam ao mesmo tempo com a transcendência e com a imanência das duas instâncias da natureza e da sociedade. [...] Ora, se traçarmos o mapa das variedades ontológicas, iremos perceber que [...] [a] dupla transcendência da natureza, de um lado, e da sociedade, do outro, corresponde às essências estabilizadas. Em compensação, a imanência das naturezas-naturantes e dos coletivos corresponde a uma mesma e única região, a da instabilidade dos eventos, a do trabalho de mediação. A Constituição moderna, portanto, está certa: há de fato um abismo entre a natureza e a sociedade, mas este abismo é apenas um resultado tardio da estabilização. O único abismo que conta é o que separa o trabalho de mediação da moldagem constitucional, mas este abismo torna-se, graças à própria proliferação dos híbridos, um gradiente contínuo que somos capazes de percorrer tão cedo nos tornamos novamente aquilo que jamais deixamos de ser, ou seja, não-modernos. Se acrescentarmos à versão oficial

e estável da Constituição sua versão oficiosa e quente – ou instável –, é o meio, pelo contrário, que fica cheio, e os extremos se esvaziam. Compreendemos porque os não-modernos não sucedem aos modernos. Tudo que os primeiros fazem é oficializar a prática desviada dos segundos. Pelo preço de uma pequena contrarrevolução, podemos enfim compreender, retrospectivamente, aquilo que sempre havíamos feito (LATOUR, 2009, p. 86-87).

O que temos aqui nada mais é do que a ideia de que a essência das coisas, os sentidos dos discursos, os elos que eles têm com aquilo que se alega terem, as estruturas sociais e linguísticas que geram aquilo que se manifesta, mas que somente os analistas, educados por princípios realistas críticos, podem entender é tão-somente o resultado de trajetórias percorridas pelos discursos, enquanto objetos híbridos, mistos de natureza-cultura, de transcendência-imanência, de estruturas-agência, que se estabilizam, à força de inúmeros acordos e actantes mobilizados por eles e com eles, graças ao trabalho incessante e imanente de tradução, e não exclusiva e transcendentemente de purificação. Em seu conluio com o RC, os analistas de discurso críticos pecam por, em sua perseguição dos poderes causais dos discursos e dos elementos que bloqueiam estruturalmente a ativação de outros, estarem sempre a proceder com a purificação dos híbridos, dando, ao fim e ao cabo, representação apenas a esse trabalho final, enquanto perde o fio que liga o discurso às redes que cria em suas trajetórias pelos eixos da tradução e purificação. A análise de um discurso e a proposição de um que subverta os efeitos derrocados dos discursos em circulação nas práticas sociais promovem, dessa forma, uma luta por novos sentidos que, por fim, permite somente atribuir imanência aos discursos sob análise e transcendência ao discurso proposto pós-análise, esquecendo e desperdiçando com isso o enorme trabalho que ainda precisa ser feito para verem asseguradas a permanência e a persistência de um discurso que se pretende resistência. Encetar novas lutas é o propósito pós-análise da ADC, mas este se esbarra no hábito moderno de, acabado o trabalho de tradução-mediação, negá-lo em prol da purificação, ou seja, a ADC analisa, desconstrói, desmonta o funcionamento dos discursos atribuindo-lhes os mecanismos gerativos que têm, apontando as possibilidades que poderiam ter, mas esquecendo que não é por descrever tudo isso metodologicamente tão bem que engajará um novo discurso, com novos sentidos, novas representações sociais e novas formas de referendar o mundo nas práticas discursivas e sociais que analisa. É preciso muito mais. Como dissemos, nunca nos abundaram narrativas que nos deem uma noção exata de como decorrem os trabalhos dos híbridos na Constituição moderna, pois nos acostumamos, por mais inovadores que tenhamos

sido com nossas teorias, a negar uma qualidade ontológica aos híbridos que os coloquem no centro de nosso fazer científico e dos coletivos que eles formam em nossa sociedade.

Precisamos, então, dar maior visibilidade ao trabalho de mediação-tradução na ADC, se quisermos dar uma nova energia à teoria e não perder seu potencial analítico. Pode até parecer muito semelhante ao que a própria teoria concebe, mas só não é em função de não ter compreendido o triplo trabalho de purificação e de negação da tradução, bem como de negação do trabalho de purificação que faz, e de não ter valorizado suficientemente o *status* ontológico diferenciado do discurso enquanto quase-objeto, quase-sujeito, um híbrido por excelência. Optar pelo trabalho da mediação-tradução é descrever as tramas dos discurso onde quer que eles e elas estejam, e não ter de responder se nossas pesquisas nos levam a mais perto da natureza, da sociedade, da imanência ou da transcendência, muito menos à dimensão intransitiva das coisas-em-si. É entender como os discursos nos envolvem com eles e com a sociedade, com o que é naturalizado e fabricado, formando um coletivo de tramas, muito mais flexíveis do que a noção de práticas, mais históricas do que a noção de conjuntura, muito mais empíricas do que a noção de mecanismos gerativos. Para que possamos dizer que uma análise sócio-crítica do discurso seja de fato realista e não ceda aos temores de uma tirania discursiva, de uma metanarrativização pós-moderna, para que ela esteja fundada sobre as práticas sociais e discursivas em que se inserem os discursos, e não apenas se restrinja a dissecar sentidos de um discurso em conexão com estruturas estabilizadas, além de redefinirmos o *subject-matter* da teoria, isto é, o discurso, precisamos entender que os discursos são como *subject-matters* das ciências como um todo, como as *matters-of-fact*, como o era o ar para os experimentos de Boyle, que só têm razão de ser em função das redes que formam, traduzem e, por vezes, se estabilizam:

[...] Se é verdade que a ciência não está fundada sobre ideias, mas sim sobre uma prática, se ela não está do lado de fora, mas sim do lado de dentro do recipiente transparente da bomba de ar, se ela tem lugar no interior do espaço privado da comunidade experimental, então como ela poderia estender-se “por toda parte”, a ponto de tornar-se tão universal quanto as “leis de Boyle”? Bem, ela não se torna universal, ao menos não à maneira dos epistemólogos! *Sua rede se estende e se estabiliza*. [...] Evidentemente, a interpretação da elasticidade do ar dada por Boyle se propaga, mas se propaga exatamente com a mesma velocidade que a comunidade dos experimentadores e seus equipamentos se desenvolvem. *Nenhuma ciência pode sair da rede de sua prática*. O peso do ar certamente continua a ser um universal, mas *um universal em rede*. Graças à extensão desta, as competências e o equipamento podem tornar-se suficientemente rotineiros para que a produção do vácuo torne-se tão invisível quanto o ar que respiramos, mas universal como antigamente, nunca (LATOURET, 2009, p. 30, grifos nossos).

Justamente porque os discursos, enquanto híbridos, traçam redes que se enroscam como tramas com os sujeitos, com os interesses científicos intraespecíficos, com o exercício do poder fora da ciência, mas com a ciência e pela ciência, é que não devemos perder de vista que, para fazermos um bom relato do que acontece não só numa ciência como ADC, mas também dos objetos que ela produz, dos híbridos que dela nascem, dos discursos que ela propõe, não podemos nunca sair da rede que é traçada tanto pela ciência quanto por seu *subject-matters*, tanto pela forma como ela se engaja com a realidade social quanto pelos acordos que são estabelecidos com outros atores localizados não como se estivessem de fora da ciência, mas como se fossem uma extensão das redes que ela e seus objetos criam e estabelecem. Os híbridos, os discursos, formam um coletivo, redefinem o corpo social, regulam o que é sujeito e o que é objeto, o que é transcendente e o que é imanente; nunca se tratam de espelhos, nunca refletem o que quer que seja, mas antes são o rizoma que se estende por toda a trama da sociedade, os bulbos que a alimentam toda, sustentando inclusive o que possível fazer enquanto ciência. Pois, a ciência, como a ADC, está para as redes que alimenta e se liga como um peixe congelado está para uma geladeira: não pode ficar um instante que seja fora um do outro. É nesse sentido que não podemos perder de vista que uma ciência social crítica está muito mais engajada com a política do que nós supomos, faz muito mais política do que desejariam os defensores da teoria. Ciência é política, mas uma política executada por outros meios (LATOUR, 2009, p. 109). Não obstante, seu modo de governar é semelhante à política: precisa de acordos com atores não só de sua seara, como também de outras para poder aprovar suas leis e seus projetos, suas medidas parlamentares e seus (re) cursos de ação. É com o objetivo de mostrar como uma análise sócio-crítica do discurso deve funcionar para descrever seus *subject-matters* que iremos começar as próximas seções. Na próxima, informaremos as acepções necessárias para o conceito de discurso, de modo a escaparmos das repartições promovidas quando imersos estamos nos acordos da Constituição moderna e fornecermos uma dimensão mais libertadora ao conceito e às formas de descrição de seus cursos de ação. Somente assim, conseguiremos entender em que medida é possível analisarmos e descrevermos um discurso em termos de redes, sobretudo de redes de produção, distribuição e consumo: como trajeto, e nunca como um começo, meio e fim.

4.2 RETORNANDO ÀS REDES DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DO DISCURSO: O DISCURSO COMO ACTANTE, TÉCNICA E INSCRIÇÃO

Na seção anterior, destacamos o caráter híbrido que os discursos, enquanto *subject-matter* da ADC, têm em sua concepção e funcionamento dentro da teoria. Apontamos a necessidade de reinaugurar o conceito não mais em termos exclusivos das práticas de purificação, e de repensá-lo como híbrido sempre a partir do papel que exerce e dos coletivos que forma quando integramos as práticas de purificação não mais como fim nelas mesmas, mas sim como uma modalidade, até secundária e tardia, e não primeira, das práticas de tradução e mediação. Na medida em que destacamos o trabalho da purificação funcionando tanto como hábito quanto como pressuposto do modo de análise apregoado pela ADC quando consorciada pelo RC, alertamos para a importância de nos atentarmos para tudo aquilo que os discursos, enquanto híbridos, fazem em nossos coletivos e para sua capacidade de nos mostrar não só como se constituem as ciências modernas, mas também como se estruturam nossas sociedades com as questões de verdade científicas que se lhes oferecem, caso tomemos como ponto de partida e clivagem do que é transcendente ou imanente não mais esses polos previamente estabelecidos, e sim os híbridos em trabalho de tradução e mediação dos nossos coletivos. Não obstante a pertinência dessas observação, ficou faltando uma explicação melhor do que são esses coletivos, de como eles formam isso o que chamamos de sociedade e de quais mudanças eles trazem para os estudos do fazer científico quando os tomamos em aliança aos trajetos dos híbridos, às redes que esses traçam. A partir daqui, à proporção que oferecermos um entendimento melhor dessas questões, daremos, assim, uma reorientação às práticas de análise da ADC em termos não mais realistas críticos, e sim mais próximos do que preconiza Latour (2012, 2016, 2017) em sua Teoria do Ator-rede (TAR).

Para que possamos entender o que são os coletivos, devemos abandonar todas as clivagens prévias que foram estabelecidas pelas garantias institucionais da Constituição moderna e que se tornaram pontos de partida e de explicação para qualquer análise. A separação entre transcendência e imanência, entre natureza e cultura, entre sociedade e homens, a que recorreremos constantemente aqui para explicar o trabalho de purificação que ocorre nas práticas científicas, em especial na ADC e no RC, sob o prisma das dicotomias estrutura-agência, causa-efeito, mecanismo gerativo-acontecimentos, só tinha razão de ser se e somente se fosse concebida dentro e tão-somente na linha horizontal em que são colocados os *subject-matter* da ciência. Essas dicotomias até existem, mas não em função delas mesmas, como se estivessem *toujours-déjà-là* ou funcionassem em uma dialética inescapável de

constrangimento e liberdade, e sim como decorrência de um trabalho contínuo e incessante de tradução e purificação que tanto constrói essa separação como a sustenta, mas somente como uma extensão das redes formadas pelos híbridos. Estas redes são, assim, a malha viária por onde percorrem os humanos e os não humanos para a produção de mistos de naturezas-culturas, de sociedades-homens, de estruturas-agências. Isto são os coletivos: nem são a sociedade dos homens, como concebem os sociólogos, o polo dos homens-entre-si, nem são a natureza das coisas, como entendem os epistemólogos, o polo das coisas-em-si. A matriz antropológica da Constituição moderna funciona com essa repartição prévia; o que os híbridos e o trabalho da mediação que eles nos ensinam fazem é mobilizar ao mesmo tempo o céu, a terra, os mares, os corpos, os espíritos, os bens, o direito, os ancestrais, as crenças, as animais, tudo em um ou mais coletivos a partir dos quais, só futuramente, no trabalho de purificação, se decidirá, como em um acordo, onde ficarão: se na natureza, se na sociedade, se com *status* de transcendência, se com de imanência, e assim por diante. A elasticidade do ar, o objeto de investigação de Boyle, não é algo pertencente à natureza das coisas em si, nem é fruto da fabricação da sociedade dos homens entre si. É um híbrido e forma um coletivo. Mobiliza muito mais do que a natureza do ar em si mesmo. Mobiliza muito mais do que os cientistas em torno de uma bomba de ar. Para existir, precisa mobilizar. Para ser algo pertencente à transcendências das coisas em si ou à imanência dos homens entre si, precisará ter mobilizado todo um conjunto de redes, de práticas científicas, de instrumentos, de técnicas, de actantes/atores que formam um coletivo:

É possível comprovar “em todos os lugares” a gravitação, mas com o custo da extensão relativa das redes de medidas e de interpretação. A elasticidade do ar pode ser verificada em toda parte, mas somente quando estamos conectados a uma bomba de vácuo que se disseminou pela Europa graças às múltiplas transformações dos experimentadores. Tentem comprovar o mais simples dos fatos, a menor lei, a mais humilde constante, sem antes conectar-se às diversas redes metrológicas, aos laboratórios, aos instrumentos. O teorema de Pitágoras ou a constante de Planck se estendem às escolas e aos foguetes, às máquinas e aos instrumentos, mas não saem de seus mundos, assim como os achuar não saem de suas aldeias [...]. Os primeiros formam redes alargadas, os segundos territórios ou anéis, diferença importante e que devemos respeitar, mas nem por isso devemos transformar os primeiros em universais e os segundos em localidades (LATOUR, 2009, p. 117).

É nesse sentido que podemos compreender a universalidade da ciência ou os tributos de verdade de suas investigações identificados em suas práticas não mais como a descoberta de predicados que nos pudessem engavetar os objetos, os *subject-matters*, nos polos dicotômicos da Constituição moderna, e sim como a extensão das redes de sustentação e

de mobilização de atores que estão engajados a assegurar a credibilidade e a universalidade das coisas. Quanto mais extensa a rede, mais universais são nossos coletivos. Assim, o que entendemos é que os coletivos são formados por híbridos, mas os híbridos só existem em função dos coletivos. Isso porque não conseguiremos nunca conceber a existência dos híbridos se não for pela extensão das redes pelas quais percorrem *em conjunto com* outros atores. É importante frisarmos essa questão, para resvalarmos na armadilha moderna de, uma vez provada a existência do vácuo, acreditar que ele existe agora independentemente de todos os atores que trabalham *em conjunção* para sua existência e extensão. Existir é estender-se, mas essa extensão não decorre dos híbridos eles mesmos, senão em conjunto com outros intermediários, com outros atores, humanos ou não humanos, que dão a medida exata de sua extensão-existência. Como um engarrafamento: quanto mais atores humanos e não humanos nele estão, maior será sua existência-extensão.

Precisa-se, assim, sempre de novos atores para trabalharem com os híbridos. A medida de nossa incompreensão do funcionamento da sociedade e da ciência talvez tenha se dado como consequência de nunca termos nos preocupado em reconstruir os fios e os elos que as compõem através da rede intermediária formada pelos híbridos em conjunção com outros atores, ou seja, da rede formada pelos coletivos. Dizemos se os coletivos são naturais ou sociais, estruturais ou livres de constrangimentos, intransitivos ou transitivos, globais ou locais, ideológicas ou não ideológicas, justas ou injustas, protorealidades ou verdades científicas de nada nos ajudará a compreendê-los, pois tudo isso são representações purificadas que fazemos dos próprios coletivos. Precisaríamos, aqui, mostrar que a ADC também comete esse deslize em sua concepção de discurso a funcionar em redes de práticas? Vejamos como é defendido o quadro de análise crítico explanatório, tal como vem descrito na Figura 13, na seção 4.1.1:

O primeiro tipo de análise, aqui, é a *análise da conjuntura* – isto é, uma especificação da configuração de práticas dentro das quais o discurso em foco está localizado. O foco aqui é na configuração de práticas associadas com ocorrências sociais específicas e ocasionadas [*specific occasioned social goings-on*]. Assim, *uma conjuntura representa uma trajetória pela qual a rede de práticas sociais constitui a estrutura social*. Conjunturas podem ser mais ou menos complexas do ponto de vista do número e da variedade de práticas a elas ligadas, mais ou menos extensas no tempo e no espaço sociais. [...] Conjunturas podem ser identificadas em diferentes níveis de especificidade, [...] e não há um corte claro entre conjuntura e estrutura. *Essas não são questões para o analista de discurso decidir – a questão aqui é ter, ao menos, uma larga compreensão do quadro total da prática social dentro da qual o discurso em foco está localizado*. Um aspecto da análise de conjunturas mais imediatas é *localizar o discurso em foco no tempo real de*

modo que o ligue às suas circunstâncias e processos de produção e às suas circunstâncias e processos de consumo, que traz a questão de como o discurso é interpretado (e a diversidade de interpretações) na análise (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 61, grifos nossos)¹¹⁰.

É comum nas ciências sociais (mas cada vez mais também nas práticas sociais cotidianas) que a noção de contexto, ou mesmo de conjuntura (ambas não são a mesma coisa, porém, com frequência, são tomadas como molduras micro ou macro), seja evocada para estabelecer um quadro minimamente deslindável dentro do qual possa ser inserida uma explicação ampla e inquestionável de um enunciado. Nesse sentido, há um alarguemento horizontalmente espaço-temporal, geocronológico que, em alguns casos, extrapola não apenas em décadas e em localidades, mas também em séculos e em globalidade as circunstâncias-mor e gerativas de um evento no presente. Mas, quando interpomos um “horizontalmente” ao qualificativo “temporal”, é porque a compreensão temporal de um fenômeno deveria, também, ser abordada por um viés a ela perpendicular, vertical, que, senão apenas complexifica a questão dos limites de um enunciado, revela fatores que se intercalam num mesmo dado temporal vindos dos actantes imediatamente envolvidos na interpretação. O que não se perde de vista é que a noção de conjuntura pode ser um placebo explanatório. A “moldura”, a conjuntura ou contexto no qual se inserem os dados, torna até o quadro mais bonito, mas não acrescenta em nada à pintura (LATOUR, 2006, p. 341); assim como nunca vimos um pintor começar seu quadro pela moldura, por que deveríamos, no caso da análise de um discurso, começar pela conjuntura, pelo contexto, esse conjunto de fatores de (*from*) todo tipo de ordem que não altera em nada o que é de conhecimento comum sobre eles mesmos?

Há vários descompassos no trecho que destacamos acima entre o que estamos sugerindo como devemos tratar nossos coletivos e nossas redes e o que a ADC preconiza como passo metodológico para análise do discurso. O primeiro deles reside na defesa dos autores de que a conjuntura é concebida em termos de uma trajetória de redes de práticas que previamente a constituem como estrutura social sócio-historicamente determinada. O discurso

¹¹⁰ No original: “The first type of analysis here is *analysis of the conjuncture* – i.e. a specification of the configuration of practices which the discourse in focus is located within. The focus here is on the configuration of practices associated with specific occasioned social goings-on. Such a conjuncture represents a particular path through the network of social practices which constitutes the social structure. Conjuncture can be more or less complex in terms of the number and range of practices they link together, more or less extended in time and in space social. [...] Conjunctures can be identified at different levels of specificity [...] and there is no clear cut-off between conjuncture and structure. These are not matters for discourse analysts to decide – the point here is to have at least a broad sense of the overall frame of social practice which the discourse in focus is located within. One aspect of the analysis of more immediate conjunctures is to locate the discourse in focus in real time in a way which links it to its circumstances and processes of production and its circumstances and processes of consumption, which brings the question of how the discourse is interpreted (and the diversity of interpretations) into the analysis”.

aparece aí como elemento que circula por essas redes de práticas já estabelecidas, como uma moeda no sistema monetário e econômico de mercado, como um glóbulo vermelho na corrente sanguínea. O sistema monetário já está definido, assim como suas redes de trocas e de bens por onde irá circular a moeda; o sistema circulatório já está definido, bem como as veias e as artérias por onde também irá circular o glóbulo. Os autores invertem a ordem de explicação. Em vez de partirem do discurso, do híbrido, e dos coletivos que forma para poder circular e estender sua rede no tempo e no espaço, preferem tomar as redes e a conjuntura que constituem como o ponto de partida. Quando os autores parecem acenar com a possibilidade de entenderem e trabalharem com os trajetos e as redes que surgem em função dos acordos e das mobilizações de nossos híbridos dentro dos coletivos, aí é que demonstrar ignorar que, se o discurso age por esses espaços, por essas redes, percorrendo essas trajetórias, é porque conseguiu mobilizar, para o concurso de suas ações, o maior número possível de elementos, de atores que concorrem para formar a extensão de sua rede. Identificar as redes de práticas não é possível previamente. É necessário começar pelos híbridos, pelos coletivos que agenciam, para compreendermos como a conjuntura/estrutura que compõe a rede de práticas por onde anda o discurso nada mais é do que o concurso das ações deste discurso. A conjuntura é o coletivo. A extensão do coletivo é a extensão das (redes de) práticas criadas pelas trajetórias dos híbridos.

O segundo descompasso vem da decisão que não pode ser decidida pelo analista de discurso. Identificar os níveis de especificidade da conjuntura, das redes que a constroem no tempo e no espaço sociais, analisar, dessa forma, sua extensão não é o que deve ser feito pelo analista, já que a conjuntura/estrutura serve apenas para demonstrar um quadro mais ou menos geral dentro do qual podemos localizar o discurso. A conjuntura é a moldura. É algo muito mais externo àquilo que se analisa do que o que deve ser analisado. O foco da análise é lugar em que está e funciona o discurso, quando na verdade é o discurso o lugar ou o próprio operário da obra que faz. Uma das observações feitas por Latour (2012, p. 30) a propósito de como habitualmente se concebe o social nos alerta para o fato de que, se o social, o contexto social, a estrutura social, a natureza daquilo que se acreditar ser o social permanecer o mesmo em todo o percurso da explicação e dos traçados pelo objeto em análise, então não temos uma rede de actantes formada pelo trabalho de tradução (pelas *associações* e pelas *substituições*) dos híbridos, ainda mais se com aquilo que é concebido como social, conjuntural, estrutural for possível também explicar um estado de coisas – como nesse nosso caso, o que faz o discurso e como pode encetar processos de mudança social, a assimetria de poder entre atores sociais e a luta por hegemonia. Se a conjuntura tiver de ser a moldura dentro da qual devemos

localizar o discurso, se permanece como fato que explica o funcionamento do discurso e não como desenho ou decalque dos trajetos que o discurso, com outros elementos, forma num lapso de tempo analisado, não teremos descrito a rede de atuação do discurso. É o que podemos perceber, aqui, na sugestão da ADC. Embora se afirme a necessidade de estabelecer causas e conexões que façam o discurso ser participante de processos de mudança social em curso na sociedade, numa postura assumida como crítica (cf. “Introdução”, FAIRCLOUGH, 2001), a descrição do “movimento” do discurso é a de algo estático, cujas ligações são estabelecidas não como intersecção de cursos de ação de objetos ou elementos variados (o discurso, as relações de poder, as identidades sociais...), mas sim como molduras que explicam a razão de ser e estar do discurso.

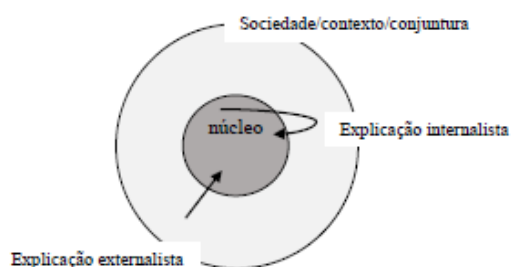
Quando abandonamos o mundo moderno, não recaímos sobre alguém ou sobre alguma coisa, não recaímos sobre uma essência, mas sim sobre um processo, sobre um movimento, uma passagem, literalmente, um passe, no sentido que esta palavra tem nos jogos de bola. Partimos de uma existência contínua e arriscada – contínua porque é arriscada – e não de uma essência; partimos da colocação em presença e não da permanência. Partimos do *vinculum* em si, da passagem e da relação, aceitando como ponto de partida apenas aqueles seres saídos desta relação ao mesmo tempo coletiva, real e discursiva. Não partimos dos homens, este retardatário, nem da linguagem, mais tardia ainda. O mundo dos sentidos e o mundo do ser são um único e mesmo mundo, o da tradução, da substituição, da delegação, do passe. Diremos, sobre qualquer outra definição de uma essência, que ela é “desprovida de sentido”, desprovida de meios para manter-se em presença, para durar. *Toda duração, toda dureza, toda permanência deverá ser paga por seus mediadores.* É esta exploração de uma transcendência sem oposto que torna nosso mundo tão pouco moderno, com todos seus núncios, mediadores, delegados, fetiches, máquinas, estatuetas, instrumentos, representantes, anjos, tenentes, porta-palavras e querubins. Que mundo é este que nos obriga a levar em conta, ao mesmo tempo e de uma só vez a natureza das coisas, as técnicas, as ciências, os seres ficcionais, as economias e os inconscientes? É justamente nosso mundo (LATOURET, 2009, p. 127, grifo nosso).

É ao trabalho de tradução, de delegação, de substituição que precisa dar o lugar de centro da pesquisa com o discurso. Se a ADC é uma ciência social crítica que fornece subsídios teóricos e metodológicos para aliar desenvolvimentos teóricos e epistemológicos de searas que consideram o social sem o linguístico, de um lado, e o linguístico sem o social, de outro, sem ceder aos apelos das transcendências e das imanências previamente estabelecidas, ela necessita adotar outros princípios que elevem o discurso ao *status* ontológico que tanto lhe é negado, o de um intermediário, um híbrido, que compõe coletivos a se sustentarem em redes. Não tomar o discurso por ele mesmo, não adotar categorias, conceitos, instituições,

conjunturas, práticas como elementos estabelecidos, ainda que didaticamente, como fora dos discursos, não creditar o discurso à globalidade ou à localidade do que quer que seja, nem à naturalidade ou à sociabilidade do que seja ou não tomado como dado, em suma, não conceder nenhum corte epistemológico que separe por um momento sequer o discurso das redes que constrói em suas trajetórias. O começo é o meio, e o fim são os polos, contanto que a rede jamais seja cortada nem que o relato/descrição de sua extensão seja reduzida. Cortar os fios que ligam o discurso aos coletivos que ele mobiliza é como cortar o fio de Ariadne no labirinto de Dédalo, nas redes de produção, distribuição e consumo dos discursos.

Com uma acepção renovada de discurso como essa, precisaríamos ainda definir seus modos de atuação, o concurso de forças que mobiliza para formar nossos coletivos e nossas divisões futuras entre o que pertence à transcendência ou à imanência. Um dos cortes epistemológicos que a Constituição moderna havia propagado em toda a prática científica e que perpassa inclusive a constituição da ADC enquanto disciplina científica exatamente na compreensão do papel que o discurso a ser proposto pós-análise deve ter é a separação entre ciência e política. Essa cisão só ocorre porque é defendido que uma ciência, para se manter digna de ser executada, deve despojar-se de tudo aquilo que ameace ou invalide sua produção de certezas. A divisão entre os trabalhos de Boyle e de Hobbes não era simplesmente fruto das preocupações acadêmicas ou intelectuais de cada um dos cientistas, mas antes dizia respeito à forma como a Constituição moderna define o *modus operandi* do conhecimento em nossa sociedade: a sociedade aos sociólogos, a natureza aos naturalistas, a economia aos economistas, o discurso aos analistas do discurso. Qualquer menção a tudo aquilo que fugiria aos limites de uma seara só poderia ser feita conquanto fosse preservado o núcleo de atuação de uma disciplina, extirpada das outras, pois a elas não se liga senão por qualquer circunstância acidental.

Figura 17 – Modelo de repartição crítica entre ciência e sociedade/política



Fonte: Latour (2017).

Compreender uma ciência e os produtos que propõe como resultado de suas pesquisas é compreender a rede complicada de conexões sem definir que exista, de um lado, um dado estado de coisas que pertençam à sociedade e, de outro, um dado estado de coisas que interessem à ciência. Somos muito hábeis em dizer que nossas pesquisas devem ter algum retorno na sociedade ou que devemos honrar todo o investimento que a política e as políticas fazem para a realização de nossas pesquisas; somos muito conscientes da forma como um cientista social crítico deve se comportar para não separar o homem da ciência do homem da política, ligando a razão pura de suas investigações à razão prática do engajamento político; estamos cada vez mais atentos em cartografar demandas de ação e em fornecer alternativas práticas aos problemas que afetam nossos informantes e participantes de nossas pesquisas; mas toda vez deixamos de compreender que a ciência, crítica ou não, só tem de razão de ser em função do conjunto de atores, actantes, de híbridos, em contínua e em incessante associação e substituição de forças, de modo a delegar cada vez mais ao futuro a continuação, a permanência da rede pela qual se estendem nossos fatos científicos, nossos discursos científicos, nossos híbridos.

A Figura acima mostra a forma comum de separação entre ciência e sociedade, entre ciência e política. Qualquer semelhança com os estratos endógenos e exógenos da língua de Halliday, com a Concepção Tridimensional do Discurso de Fairclough (2001, p. 101), com a concepção estratificada do mundo de Roy Bhaskar e com a dimensão metacrítica da sua Crítica Explanatória não é mera coincidência. Há sempre um núcleo duro (seja da própria ciência, seja dos objetos que ela analisa) rodeado por um ambiente social, político ou cultural mais amplo, ou seja, há sempre um contexto da ciência, um contexto dos objetos. Podemos, assim, oferecer sempre dois recursos críticos de explicação às nossas pesquisas: uma explanação externalista, que empregarão, sempre que necessário, o vocabulário do contexto, da conjuntura, das dimensões exógenas da ciência, da crítica e dos objetos que estuda; e uma explanação internalista, que usarão o vocabulário do conteúdo científico, das dimensões intrínsecas da crítica, da metacientificidade. Enquanto os primeiros trabalham com a ideia de que a ciência se explica em função do que acontece na sociedade, na conjuntura, no contexto imediato ou mais amplo (que atrapalha ou estimula, que constrange ou possibilita o que a ciência faz), os segundos atribui ao próprio desenvolvimento interna da ciência as explicações de seus sucessos e insucessos (o que permite, por exemplo, traçarem os epistemólogos uma história endógena dos desenvolvimentos cumulativos da ciência e de suas descobertas científicas) (cf. LATOUR, 2017, p. 110).

Nesse modelo de relação entre ciência e sociedade, entre ciência e política, não ficarão jamais claras as inúmeras conexões que acontecem entre esses dois ramos separados por nossa Constituição moderna. Elas até serão mencionadas, quando se procuram as interseções entre uma e outra ou quando buscamos explicações sociais, conjunturais ou contextuais para nossos *subject-matters* ou mesmo quando fornecemos os resultados de nossas pesquisas como formas de intervenção social; mas paramos por aí. Até se teme o engajamento literalmente político do cientista na política, pois ameaça a credibilidade e os valores de verdade que devem ter para serem considerados científicos e críticos. Até se defende a interdependência causal entre ciência e sociedade, mas há sempre uma dimensão intransitiva das coisas às quais podemos recorrer para justificar nossas explicações em conexão mais direta com a política e a sociedade.

É preciso reconhecer as estruturas como existindo previamente aos eventos estudados, embora sejam nos eventos *historicamente* criadas, reificadas e transformadas – um/a pesquisador/a crítico/a da exclusão social que não perceba as estruturas causadoras da miséria e da favelização, por exemplo, como prévias às interações e aos eventos apresentará uma inconsistência ontológica grave, com consequências epistemológicas para a explanação social (RESENDE, 2009, p. 76).

A estratificação entre ciência e sociedade, entre *subject-matter* e condições estruturais, está sempre garantida, por exemplo, pela ADC. Há uma preocupação muito forte em separar questões epistemológicas e questões ontológicas, quando o que os nossos objetos de análise, nossos híbridos, nossos discursos fazem é a todo instante misturarem ambas as dimensões, o corte promovido pela velha matriz antropológica da Constituição moderna. A diferenciação do mundo como um sistema aberto, como vimos no Capítulo 3, no Realismo Crítico de Bhaskar, também opera no mesmo sentido, uma vez que defende a eterna dialética o jogo inacabado da ciência em busca de poderes causais que nunca se esgotam por estarem em conexão com os diferentes estratos da vida social – conexões essas concebidas apenas em termos causais e gerativos, como estruturas subjacentes que sobem à superfície para a captura dos analistas ou cientistas realistas críticos.

A ideia de estratificação da ciência em relação a outros estratos da vida social, como, por exemplo, a política, a sociedade, já é sim mesma reificante quando se toma o que deve ser explicado como o próprio ponto de explicação. Em vez de considerar, pré-determinadamente, um mundo dividido, composto por esferas ou estratos ou mesmo campos que se conjugam para a realização de eventos, como o discurso ou como os textos,

deveríamos focalizar nossa atividade analítica com o discurso e com os textos nas conexões e nos agregamentos que ambos são capazes de associar para constituírem as próprias esferas, estratos ou campos que constituem. Não como o social e o político se conectam e interferem no discurso, mas como o discurso agrega e associa em si, por meio de si, através de si cursos de ação distintos e compõe coletivos enquanto novos objetos ou atores de ação. O discurso deve ser encarado, assim, como um actante, na medida em que ele é um informante das associações que faz, é e foi capaz de fazer.

A noção de actante aqui é imprescindível para entendermos uma nova metodologia de estudo dos discursos. A grande contribuição que os Estudos Científicos e os trabalhos de Latour fornecem reside no fato de permitirem o entendimento do funcionamento, na prática científica, bem como do surgimento não só dos inúmeros híbridos que compõem a atividade científica, como também dos vários atores ou actantes que concorrem para a construção das redes em que atuam. Como explica Latour (2017), no lugar de partirmos em nossas descrições e explicações científicas de entidades que já estão dispostas no mundo e o compõem previamente, deveríamos enfatizar as trajetórias complexas e controversas dos híbridos para terem existência. Nesse sentido, olhamos para os híbridos, como os discursos ou os textos, essas dimensões atribuídas mais materiais do que o discurso, com base naquilo que eles fazem e desempenham nos cursos de ação promovidos por suas ações. O fato de, mais tarde, no futuro, conseguirmos atribuir competências X ou Y aos discursos, como se representassem as “normas” desta ou daquela dimensão repartida pelo trabalho de purificação tardio é decorrente não tanto do que eles são, mas sim do que foram capazes de fazer e de como vieram a se estabilizar. Como dissemos, suas redes se estendem e se estabilizam, mas com o preço de terem percorrido várias sinuosidades que ligam a ciência e outros campos de interesse para virem a ter existência garantida.

Outra observação importante que devemos fazer é que a ADC, pautada pelo RC, tende a considerar que um texto ou mesmo qualquer outra instância como esfera que tem poderes causais e/ou como efeito de outras causas. Essa consideração, dentro do quadro tridimensional da teoria, faz o analista estar parado no tempo, na sincronia metodológica de tomar o texto como um momento a funcionar em uma prática ou em uma rede de práticas. Esse passo metodológico nada tem a ver com a ideia de que o discurso é um actante, que promove, em meio a desvios e composições, cursos de ação e constrói uma extensa rede de atuação para se sustentar. A noção de causalidade, além de ser uma dessas categorias apriorísticas típicas da Constituição moderna, faz dos híbridos, dos actantes, dos discursos reféns perpétuos do jogo previamente determinado de estruturas subjacentes. Ainda que se

atribua poder causal aos híbridos e que essa causação não seja do tipo mecânica nem pressuponha uma relação direta entre si e os efeitos gerados, sua potencialidade gerativa só pode ser definida em função do quadro, da moldura dentro da qual os discursos e os híbridos estão contidos. Ou seja, não permite que vejamos o discurso em rede, nos seus cursos de ação.

Se atribuímos um significado racional à pergunta “Os fermentos existiam antes de Pasteur?”, ainda não nos livramos da categoria modernista. Seu ímpeto não é apenas mantido pela polêmica linha divisória entre sujeito e objeto como reforçado também pela noção de causalidade. Se a história não tem outro significado a não ser concretizar uma potencialidade – isto é, efetivar o que já existia na causa –, então, independentemente da sarabanda de associações que ocorrerem, nada, ou pelo menos nenhuma coisa nova, acontecerá jamais, porquanto o efeito *já* estava oculto na causa como potencial. Os estudos científicos não só deveriam abster-se de utilizar a sociedade para explicar a natureza, e vice-versa, como abster-se de utilizar a causalidade para explicar seja lá o que for. A causalidade vem *depois* dos eventos, não *antes* [...].

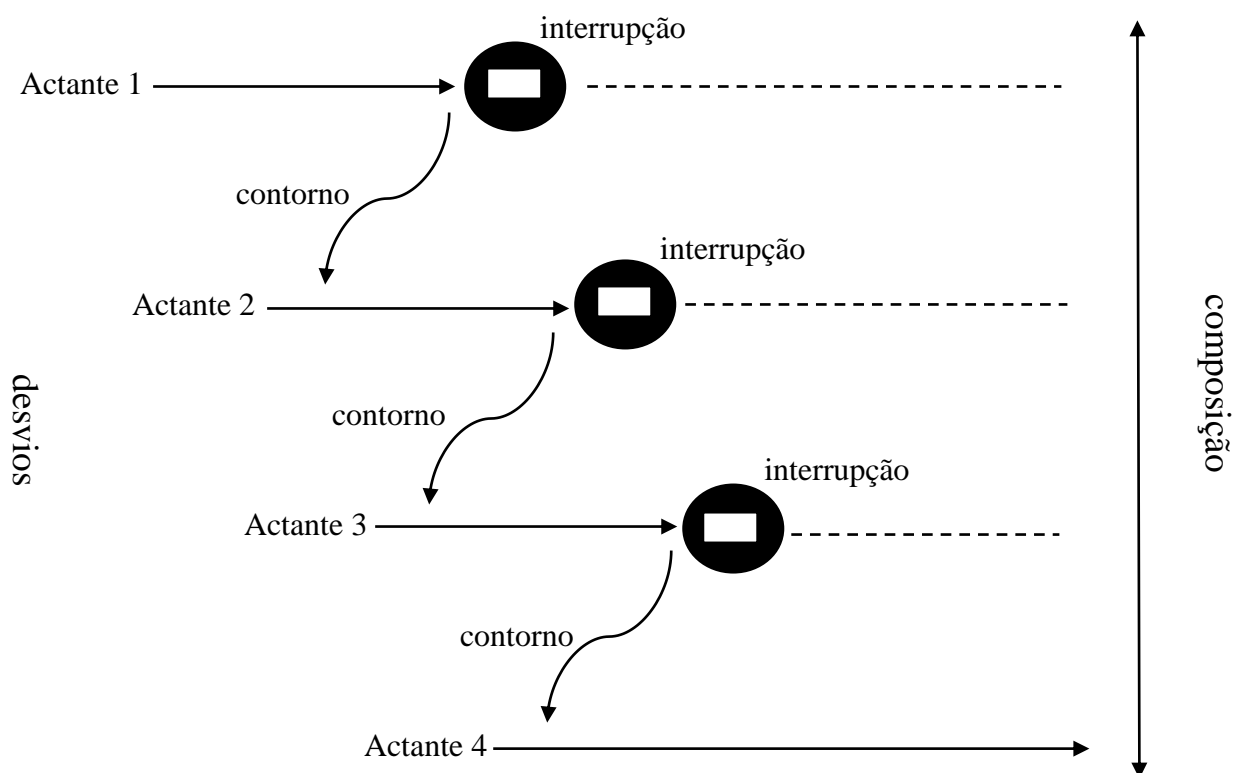
[...] Em parte alguma do universo – que não é obviamente natureza – encontramos uma causa, um movimento compulsório que nos permita recapitular um evento a fim de explicar sua emergência. Não fosse assim, ninguém se veria diante de um evento, de uma diferença, mas apenas da singela ativação de um potencial já existente. O tempo de nada serviria e a história seria vã. A descoberta-invenção-construção do fermento láctico exige que cada um dos artigos de sua associação receba o status de mediação, isto é, de ocorrência que não seja nem uma causa completa nem uma completa consequência, nem inteiramente um meio nem inteiramente um fim (LATOURET, 2017, p. 181-182).

É disso que decorre a noção de tradução: nem um meio, nem um fim; nem uma causa completa, nem uma consequência completa. A noção de tradução trabalha com a ideia de que o que há não são categorias prévias estabelecidas *a priori* ou fora do jogo de associações e substituições *em curso* nas trajetórias dos actantes. Ela fornece uma metáfora nova à prática de análise, pois não despoja a ciência e seus objetos das relações de *interessamento* (LATOURET, 2016, p. 30) que estabelece com outras disciplinas. Não é uma transdisciplinaridade o que falamos aqui. É antes o elo perdido entre ciência e política sempre negado pelos trabalhos de purificação da Constituição moderna. Elimina-se, assim, a cisão entre ciência e política como dois conjuntos desconexos que, embora se olhem de frente e tenham alguma interseção em comum, permanecem distintos um do outro, com dois tipos de atividades que seguem distintas direções e que nunca devem se misturar. Com a noção de tradução, com o resgate do trabalho de tradução para ocupar o lugar sempre negligenciado pela Constituição moderna, conseguiremos entender por que as ciências podem ou não ser interessantes em função de sua aptidão em se associarem a outros cursos de ação, não só para

alcançar uma aceitação necessária de seus *subject-matters*, como também para cumprir suas promessas e fazer-se reconhecer como fonte de transformações.

Com a noção de tradução, é necessário termos um entendimento melhor de como as ciências se constituem e se imiscuem em outros cursos de ação, de como seus objetos, os híbridos, como os discursos, se elevam à categoria de actantes para mobilizarem outros elementos, outros atores, para perseguir seus objetivos. Nesse novo conjunto, há associações e substituições, composições e desvios, contornos e interrupções, actantes/atores e técnicas, proposições e articulações. Vejamos a figura abaixo como alternativa à última que mostramos páginas atrás:

Figura 18 – Esquema das operações de tradução



Fonte: Latour (2017).

Quando olhamos para esse esquema, não enxergamos mais uma repartição entre os domínios da ciência, de um lado ou no centro, e os domínios do social, do político, de outro ou ao redor. O que temos nada mais é do que o concurso de vários cursos de ação que, diante de um obstáculo ou de uma interrupção, veem-se transformados em outros, desvirtuados no consórcio com outros actantes que também, por seu turno e curso, possuem seus cursos de ação. É aqui que se engata melhor uma definição do que é a tradução: é a

operação de transcrever, de transpor para outros cursos de ação os deslocamentos necessários, as articulações imprescindíveis para a consecução dos objetivos inicialmente pretendidos. O curso de ação nada mais é do que uma ação interessada, um objetivo que se engaja com outro para perseguirem juntos em seus fins propostos, ainda que por vezes seja distintos um do outro. Tradução é delegação, na medida em que analisamos os diferentes actantes que são mobilizados em um coletivo para o prosseguimento de um curso de ação e aos quais se delega a tarefa de dar continuidade ao que se tanto almeja.

Nesse esquema, não há divisão pré-estabelecida entre ciência e política, entre ciência e o que quer que seja, já que os híbridos produzidos ou estudados pela ciência podem despertar o interessamento de outras instituições e vice-versa. É impensável começarmos de um domínio recortado de antemão e categorizado previamente, depois de outro, para só em seguida se perguntar se eles têm alguma relação entre si (LATOURET, 2016, p. 34). As sinuosidades das ações dos híbridos, dos actantes, formam uma ação coletiva que, por desvios e composições, associações e substituições, contornos e interrupções, é capaz de embaralhar objetivos de origens muito distintas.

Nem sempre os cursos de ação obtêm êxito na consecução de seus objetivos. Imaginemos a nós mesmos desejando ir de uma cidade a outra, por uma única estrada disponível para nos ligar os dois sítios. Somos atores humanos com um objetivo em curso a ser alcançado. Para atingirmos esse objetivo de chegar à cidade almejada, não dispomos de nada, de nenhum veículo, senão nossas próprias pernas e o conhecimento de a partir de onde começa a estrada. Mesmo que o destino esteja separado de nós por 25 km de distância, colocamos os pés na estrada a fim de chegar, mais cedo ou mais tarde, ao ponto almejado. Não é de se estranhar que, menos de duas horas depois, não só estejamos ainda na metade do caminho, como também ainda tenhamos nos machucado ao torcer no pé nos cascalhos do acostamento. Diante dessa *interrupção* em nosso curso de ação, diante da *pane* de nosso circuito pedestre, o que devemos fazer, senão pedir o socorro imediato de outro *ator/actante* que, tendo ou não o mesmo objetivo, possa nos auxiliar em nosso trajeto até o fim? É assim que vemos iniciar a operação de *tradução/mediação* de nossos objetivos. 30 minutos são o suficiente até conseguirmos parar um carro e fazer uso de uma das melhores *técnicas* de tradução de nossos cursos de ação estrada afora: a carona. Um carro indo na mesma direção de nossos objetivos, mas com objetivos muitas vezes distintos. O carro para, seu motorista informa o trajeto que há de fazer, indo para além do destino que tínhamos planejado para nós, mas passando por ele. Se queríamos chegar a uma cidade a 25 km de distância da nossa e se o carro que passa e para gentilmente com a finalidade de nos levar vai para outra a 110 km de

distância, é uma circunstância imprevisível e dá uma noção de como atores distintos podem se convergirem para a realização de objetivos de um ou de ambos. A cadeia de *associações*, de *composição* de nosso curso de ação se forma ao ganhar mais um elemento, um ator, a nos auxiliar em nosso fim. Mas o motorista que dirige o carro dispunha para si de uma *técnica* que nós, pobres infelizes, não tínhamos ao alcance para alcançar nosso destino: o veículo, o carro. Somos agora três, pois há o concurso de um carro e de um motorista que nos oferecerá a carona. A vida nos prega surpresa, muitas vezes nem sempre agradáveis, de tal forma que, quando parece que uma coisa não dá certo, é porque ela não deveria. Teimosos, não desistimos, nem quando o carro, passando por um dos buracos não tapados após o último quadro de chuvas da região, tem o pneu furado e nos leva a parar, interrompendo, mais uma vez, nosso curso de ação. Dispomos ali, naquele instante de desespero, de outras técnicas, que nos ensinam ou a vida, ou nossos companheiros: nós, que não tínhamos carro, mas sabíamos substituir um pneu por outro, neste momento oferecemos nossa *competência*, nossa habilidade em *contornar* interrupções que nos atravancam o caminho. Além de nossa competência em contornar uma interrupção, há outras técnicas, outros objetos à mão para nos auxiliar: as ferramentas. Vejamos, só, o quão complexo, o quão misturado se tornou nosso curso de ação: dois homens, um veículo, uma caixa de ferramentas. Dois atores humanos, um actante (um ator não humano) e uma caixa de técnicas. Entre nós e a caixinha localizada no porta-malas do carro, há um conjunto de técnicas às quais fazemos apelo para que nos ajudem, sempre que necessário, para a consecução de nossos objetivos e para o futuro de nossos cursos de ação: sabemos dirigir, sabemos usar as ferramentas, sabemos trocar o pneu. Nosso curso de ação, aqui, é complexo. De social – alguém desejando chegar a uma cidade distante a 25 km –, de técnico – um veículo automotivo capaz de levar quem quer que saiba manuseá-lo –, passamos a ter um curso de ação que mistura, traduz, media ações que seriam de cunho humano e que seriam de cunho técnico. Uma caixa de ferramentas que se usam para trocar um pneu será o contorno necessário para chegarmos à cidade que almejamos. Nosso curso de ação se tornou um sistema *sócio-técnico*, ao mesmo tempo humano e não humano, social e tecnológico.

Em nosso exemplo, encontramos várias interrupções, várias brechas que se abriram em nosso caminho, em nosso curso de ação, e que exigiram uma busca por soluções de continuidade, contornos que obrigaram o recrutamento de outros atores que falam outras linguagem e dispõem de outras competências. O curso de ação tornou-se composto, heterogêneo. A cada associação que fazemos com outros atores ou outros actantes, cada técnica que é mobilizada para a perseguição do que tanto desejamos, vemos se formar um ziguezague de desvios, de deslizos, de deslocamentos que compõem, paradigmaticamente,

uma *cascata* de contornos e concursos de ação. Como analisaríamos, portanto, esse sistema sócio-técnico? A partir de que ponto poderíamos começar nosso curso de ação de analisar, por exemplo, um discurso? A que *locus* espaço-temporal poderíamos atribuir os papéis de “produtor”, de “distribuidor” e de “consumidor”? A primeira ideia que precisamos ter disso tudo é que as técnicas e os actantes não são objetos de análise, não devem ser encarados em um recorte epistemológico que nos permita dizer que estamos diante de um *subject-matter* em busca de existência material. Quando acrescentamos ao conceito e ao *status* ontológico de híbrido do discurso a aceção de que ele é actante, devemos entender que ele nunca é um objeto, mas um *projeto* de ação. Isso não leva a entender que ele é passível de compreendido não em função das garantias da Constituição moderna, nem de que tenha um começo, um meio e um fim (ou muitos fins), mas em termos do trabalho de tradução/mediação que é capaz de fazer. Se ele deve existir para uma análise de discurso como um objeto de análise, é apenas enquanto uma fração, um instante, um frame do curso de ação de que participa ou se associa para decorrer, para dar continuidade e para vir a ser. É preciso olhar para o discurso em ação, como um programa de ação; descrevê-lo não tanto em si mesmo, mas sim em termos do que fez e com quem foi capaz de se associar para realizar o que quer que seja. Uma análise sócio-técnica do discurso precisa entender isso: o discurso é como um bonde andando, e não um bonde parado conectado aos cabos de eletricidade acima de si e aos trilhos de ação pré-definidos da estação abaixo de si. O objeto é uma parada; o projeto, um *programa de ação*. A própria ADC é um sistema sócio-técnico, sócio-teórico, uma vez que agrega em si, sintagmaticamente, outros cursos de ação, tenta responder com contornos a inúmeras interrupções no que concerne ao estudo do social e do discurso, com o objetivo de nos oferecer uma explanação crítica da relação entre o discurso e a sociedade. Mas peca por começar pelo discurso, como se ele em si mesmo, um recorte, por mais didático ou metodologicamente adequado que seja, atribuindo-lhe uma repartição ora como produção, ora como distribuição, ora como consumo, quando o mais acertado devesse ser considera-lo em cadeia, em transmissão, em rede contínua de ação.

Em vários momentos da formulação do campo de pesquisa social crítica e da agenda de pesquisa da ADC, encontramos a afirmação difundida de que o discurso é uma forma pela qual as mudanças sociais, econômicas e culturais da modernidade tardia ocorrem. Por exemplo, em Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 4), é dito que tais mudanças têm a característica de existirem tanto como discursos quanto como processos que tomam forma fora do discurso, mas que tais processos externos ao discurso, ao mesmo tempo, são de modo substancial moldados por esses discursos. Aqui o que temos é que a entidade “discurso”, para

além das tantas acepções que assume dentro do enquadre teórico geral da proposta teórico-metodológica de Fairclough, tem sua percepção garantida seja como *expressão hiperônima* que, longe de apenas abranger um número grande de transformações de âmbitos múltiplos, mas interconectados (o social, o cultural, o econômico), metamorfoseia tais transformações, tornando-as possíveis e existentes para um campo de percepção do analista, seja como *elemento hipônimo* que, inserido em uma ideia de práticas sociais compostas por vários elementos (materiais, ideológicos, semióticos, moralistas), pode tanto tomar parte como uma das várias peças do jogo de mudanças sociais em curso na sociedade global quanto ser responsável por moldar essas mesmas mudanças.

O discurso é visto não apenas como elemento de uma prática social que é determinado por e determinante de comportamentos ou questões estruturais, mas, sob o prisma que vemos aqui desenhando, também como uma espécie de *técnica falseante* que pode tanto auxiliar na consecução de novos cursos de ação (a emancipação das relações assimétricas de poder, o empoderamento de atores sociais) quanto implodi-los (a desnaturalização de discursos ou sistemas de representação social que funcionam a favor da hegemonia de determinados grupos dominantes).

Com as acepções de actante e de técnica associadas ao conceito de discurso, poderíamos, dessa forma, compreender em que medida pode a mudança no discurso favorecer processos de luta social pelo poder. Contudo, quem permitiria que um discurso, enquanto técnica, tão destoante dos propósitos de um curso de ação, deste viesse a participar não para conduzi-los ao seu fim proposto, mas sim para impedir que este fosse atingido? Se ele participar de outros cursos que conscientemente tentem desencadear amálgamas, agregados que favoreçam ou levem a atingir um objetivo, criaríamos uma *inscrição* que pode vir a vingar caso sua citação esteja garantida por outros discursos mais à frente. É mais ou menos nestes termos o que Fairclough pensa da perspectiva emancipatória de sua atividade enquanto analista ou mesmo dos resultados das pesquisas sociais críticas em ADC? Só ele ou seus adeptos podem responder.

Antes de discutirmos essa questão de ser o discurso uma possibilidade de *inscrição* a ser garantida por outras, em cascata, como diria Latour (2016), vejamos uma parte dessa dimensão de “técnica falseante” conforme mencionamos acima. Convém explicar, primeiro, porque chamamos o discurso de técnica. Ao fazer isso, estamos diretamente nos reportando à ideia de técnica enquanto procedimento que auxilia na alteração ou na persecução de objetivos, em especial (aqui para nós) no âmbito da ciência (social crítica, como é o nosso caso). As técnicas são exemplos típicos de elementos que, iguais a

ferramentas e muletas, permitem as ciências realizarem suas atividades ou as de outras. No momento em que o discurso, aqui entendido como o elemento hipônimo que participa ativamente na reprodução e moldura de ideologias e estruturas sociais, é engatado na ADC como objeto a ser analisado, ele pode ser interpretado não apenas como objeto sócio-técnico que é mobilizado para a execução de cursos de ação das transformações do capitalismo tardio, mas também como mina terrestre (outra técnica) que dificultaria ou subverteria qualquer avanço no sentido de estabelecer as relações de poder putativamente desiguais. É uma técnica e, enquanto tal, torna-se tão maleável ao ponto de ser usada para o bem e para o mal. Uma espécie de “signo neutro”, como diria Volóchinov (2017, p. 99) no Círculo de Bakhtin, por participar e assumir as feições, nuances e tons de todos os campos institucionais das quais venha a tomar parte.

O curioso dessa questão é que o discurso, enquanto técnica, para os analistas em ADC, não é percebido como tal, senão quando passado pelo escrutínio crítico de especialistas que veem no uso dela, da técnica-discurso, uma ameaça ou injustiça social cometida em detrimento de grupos sociais economicamente explorados. “Esse é um efeito mistificador das relações desiguais de poder na linguagem – é o discurso funcionando ideologicamente”¹¹¹ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 5). Mas, como é possível que o discurso, esta técnica, uma vez trabalhada pelos analistas, seja encarada como ideologicamente justa ou construída de modo a favorecer relações igualitárias de poder? Outra questão é: trabalhando em nome de tamanha nobreza social, a redução das desigualdades sociais de poder entre grupos, como é possível não ser tão ideológico quanto os discursos (aqui, no sentido hiperônimo) econômicos que compõem e realizam o chamado capitalismo tardio? Percebemos, aqui, portanto, o grande defeito de a ADC ter ido tão longe com base nas garantias institucionais da Constituição moderna, o que nos levou a formular este trabalho na esperança de revitalizar a ADC a partir de outra matriz filosófica que lhe oxigenasse a teoria e a metodologia, tomando-a não mais como uma ciência que fala de uma realidade *out there*, e sim transformando-a em uma ciência que descreve a realidade *down there*, isto é, no chão “sujo” das redes de práticas discursivas que ligam ciência e política desde o início e até o fim.

Além das acepções de actante e técnica, uma necessidade premente que temos de tentar revitalizar o potencial analítico da ADC é a de acrescentarmos ao discurso a ideia de que é uma inscrição, ainda mais quando consideramos essa dimensão emancipatória da disciplina, ao propor discursos alternativos para forma de subverter relações assimétricas de

¹¹¹ No original: “This is a mystifying effect of unequal relations of power on language – it is discourse working ideologically”.

poder. Enquanto a noção de actante permite que vejamos o discurso como um copartícipe de cursos de ação iguais ou distintos do seu, o que significa que tomar o discurso como objeto de análise só será possível se o considerarmos como uma instância, um frame de um programa de ação maior, um sistema sócio-técnico para o qual se mobilizam vários atores/actantes, com várias competências e técnicas no concurso de novas ações, a noção de inscrição se alia à de técnica para mostrar que o curso de ação a ser traçado em decorrência do que se proporá com um novo discurso encetante de lutas sociais só terá de razão de prosseguir em seu trajeto até o final se lhe for garantido que o que se propõe continuará em uma cadeia de remissões futura.

O verdadeiramente importante aqui é recordar que se trata de lugares precisos [o ateliê, o laboratório, o escritório, a academia], ocupados por pequenos grupos de pessoas argumentando que submetem que submetem os fenômenos em que se especializaram a provas particulares, mediante o emprego de instrumentos frequentemente complexos e custosos, que obtêm como resultados parciais fragmentados de inscrições que acabam confirmando, assegurando, invalidando, perturbando outras escrituras, acarretando consigo pouco a pouco uma convicção, por meio de um processo de interpretações contraditórias que não cessam de se complicar e se estender e que, às vezes, cristalizam-se em um resultado assegurado e passam então aos manuais, em que servem de premissas para outros razoamentos segundo as regras hesitantes de uma hermenêutica refinada, cuja literatura científica [...] oferece um seguimento bastante bom, sobretudo a partir da numeração das bases de dados (LATOURET, 2016, p. 129-130).

Nada do que se diz ou do que se deve dizer não pode deixar de remeter a uma inscrição a qual só se garante na medida e na mesma proporção em que é mobilizado nas cadeias futuras ou outras de tradução, em novos cursos de ação. Como brilhantemente diz Latour (idem, p. 87): “não será afirmado nada que não esteja garantido por um documento mobilizado exatamente em frente – o mais próximo possível – do que se afirma”. O que é preciso fazer para que o discurso se converta em uma possibilidade de inscrição garantida por outras e garantidora do que vier pela frente? O discurso da análise, pós-análise, aqui ganha a aceção de inscrição, uma vez que pode se encadear a outros discursos, em uma espécie de cascata, de ziguezague contínuo e adiante de si, em que cada inscrição vai fornecendo a outra uma transformação incessante de cursos de ação. Um quadro retomado por uma equação; uma representação social retomada por um esquema conceitual; uma fotografia por um discurso político, e assim por diante. O que garantirá ao discurso pós-análise implodir os cursos de ação em curso que são socialmente problemáticos é não tanto que seja uma técnica falseante dos desvios em concurso, mas também que se transforme em uma inscrição à qual se remeta, como um referente, uma nova composição nos cursos de ação.

Como garantir a remissão às inscrições discursivas de uma análise crítica do discurso? Voltamos ao ponto inicial de nosso presente trabalho. É preciso engajar muito mais os cursos de ação de uma ciência como a ADC com os cursos de ação de outras formas de governar, do que supõem os analistas de discursos. É preciso ser política, saber negociar com outros governos a existência daquilo que propõe em seus discursos, com seus discursos.

4.3 UMA METODOLOGIA EM/DE/PARA REDES: OS CIRCUITOS E OS CURSOS DE AÇÃO PARA UMA ANÁLISE SÓCIO-CRÍTICA DO DISCURSO

O melhor da contribuição de uma concepção multifacetada de discurso como a que mencionamos acima é que ela permite fazermos o que a Constituição moderna nos impedira até então: vincular a ciência ao coletivo. Não é preciso mais a invenção estranha de um mundo exterior, extirpado de uma sociedade ou do inconsciente coletivo da massa, nem o apelo alucinado a estratégias que nos coloquem como cientistas que podem, após gastar pupilas na inspeção contínua e dolorosa de “uma realidade que transcende a própria imagem sua debuxada” (ANDRADE, 2012, p. 105), ter acesso direto a estruturas profundas e distantes das experiências mais comuns dos homens mais comuns. Não precisamos mais de uma realidade objetiva, independentemente dos homens, que possamos analisar e identificar seu funcionamento de uma forma que facilite a subversão de sua maquinaria pela substituição de suas peças por outras de reposição. Antes, vigiávamos o mundo por meio de uma repartição que nos colocava como soldados dos exércitos da realidade “objetiva”, “causal”, “transcendental”, ou de uma sociedade múltipla e caótica que imprimia pelo poder o que desejasse ser como real; agora, podemos fazer uso de um senso de percepção que olhará para as coisas não mais em função de seu lugar no mundo, e sim em função do que fazem no mundo. Ser um ator, um actante, uma técnica, uma inscrição. Híbrido por não ter lugar definido no mundo, porque o lugar que no mundo se faz como existente é o rastro pelo qual esse híbrido passou e no qual foi agenciado estar. O discurso é empreendedor, por saber onde se imiscuir para dar prosseguimento ao seu próprio negócio. Abra uma loja de peças de moto onde motos poucas há: o empreendimento falirá. Abra-a onde abunda esse veículo e aonde todos possam acessar, mas onde outras não possam estar: o empreendimento sucesso terá. Assim, temos a noção de coletivo, de ciência vinculada ao coletivo: capaz de se misturar a cursos de ação. Se antes quanto menos vinculada a ciência fosse melhor ela era, hoje, longe de adotar somente o trabalho de purificação como a pedra de toque do fazer científico, o que faremos é defender o contrário: quanto mais vinculada ela for com o coletivo, melhor.

A luta contra ou a favor da verdade absoluta, da defesa dos múltiplos pontos de vista ou da construção social dos fatos científicos não importará mais, pois tudo isso são muito mais do que consequências diretas dos artigos de lei da Constituição moderna. É preciso voltarmos os olhos para e colocarmo-nos no centro o trabalho de tradução, de mediação dos atores, dos actantes, das técnicas da ciência, em ação. A política não é a da verdade, mas sim das coisas em ação. Estar em circulação é a condição daquilo que se quer como ciência. Ciência e política não são domínios ontológicos distintos, assim como não o são sociedade e natureza. Tudo o que precisamos entender é como traçar uma metodologia em redes tal que nos auxilie a saber identificar os vários circuitos e acordos necessários para o discurso da ciência vingar como alternativa/técnica possível para contornar empecilhos em nossos cursos de ação. Para isso, é que as noções de técnica e de inscrição seriam de maior utilidade para uma ideia mais circulante de ação via discurso. Não é à toa que escolhemos em nosso trabalho a Teoria do Ator-rede (TAR), de Bruno Latour, como uma alternativa metodológica que poderíamos vincular à ADC como forma de superar os impasses às quais nos deparamos por ela operar dentro da matriz antropológica moderna. Embora não tenhamos mencionado diretamente a TAR como aquilo que Latour tem a nos oferecer em seus trabalhos, a teoria latouriana não tem razão de ser senão como consequência do que os Estudos Científicos, tais como o do próprio Latour, ensinaram-nos para não só compreender, em termos ontoepistemológicos, a Constituição moderna a governar as práticas científicas e os pressupostos filosóficos como a da ADC e os do RC respectivamente, como valorizar o trabalho de tradução que lhe acontecia subjacentemente sem esquecer o de purificação que ocorria a todo instante.

TAR é o nome que se dá não tanto a uma teoria ilustrativa de algum objeto ou grupo de pesquisas no âmbito das ciências e tecnologias, e sim mais a uma perspectiva antropológica e sociológica, a um método de descrição destinado ao campo das ciências, das técnicas e das tecnologias, frequentemente às interfaces que o laboratório (este *locus* por excelência da ciência moderna) possui com questões ditas não científicas, ou seja, políticas, sociais, culturais, em suma, humanas. A TAR é uma forma de enxergarmos descrevendo, rastreando as conexões e as hibridizações entre questões e elementos considerados humanas (a cultura, a política, o Protocolo de Kyoto, o Crédito de Carbono...) e termos ou actantes encarados como não humanos (a natureza, a camada de ozônio, o vácuo, o CO₂...), tentando superar ou pôr em suspenso as divisões tradicionais que preenchem o imaginário ou a cosmografia moderna de separação radical entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto, entre ciência e política, entre linguagem e natureza. Nesse sentido, a expressão “ator-rede”

designa justamente a complexa natureza dos coletivos em se envolve a ciência, bem como a quase inextricável natureza da autoria dos cursos de ação.

[...] Definirei um bom relato como aquele que tece uma rede.

Refiro-me com isso a uma série de ações em que cada participante é tratado como um mediador completo. Em palavras mais simples: um bom relato TAR é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos do texto pode ser tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistos como parte da sociedade. O texto, em nossa definição de ciência social, versa portanto sobre quanto atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social.

Desse modo, a rede não designa um objeto exterior com a forma aproximada de pontos interconectados, como um telefone, uma rodovia ou uma “rede” de esgoto. Ela nada mais é que *um indicador da qualidade de um texto* sobre os tópicos à mão (LATOUR, 2012, p. 189, grifo do autor).

A questão que fica em aberto para nós aqui é: como descrever o discurso enquanto um ator/actante? Como seria possível apontar para a categoria “texto-discurso” a possibilidade de ser um dos atores de um curso de ação? Devemos voltar aqui para a noção de inscrição, como uma das acepções do conceito de discurso. Mas também devemos destacar uma diferença entre o que Latour defende como ferramenta indispensável para uma descrição em rede, o relato, do que a ADC propõe como heurística ideal para a persecução de seus objetivos, a análise crítica.

O que é análise? A análise não é um método qualquer, nem mesmo uma palavra recente cuja origem seja tão ordinária quanto seu uso. Analisar alguma coisa é desmontá-la para entender seu funcionamento e identificar falhas na sua atividade. É um método empregado desde os geômetras gregos, como Euclides, Tales de Mileto, Arquimedes, Pappus de Alexandria, com o objetivo de se levar à resolução de problemas (análise problemática) e à demonstração de teoremas (análise teórica). É um método que procede “de trás para frente ou contra a corrente, por partir do fim, assumindo-o como atingido, para chegar a algo anterior, efetivamente dado ou conhecido” (BATTISTI, 2010, p. 585). Como característica, há uma etapa complementar, chamada de síntese, a qual se sucede, a partir do que foi alcançado pós etapa de análise, ao conclusão do problema ou da verdade do teorema.

Como se vê aqui, a análise, além de ser uma forma de decomposição, de dissolução, de separação dos dados ou elementos que compõem um todo, é inclusive um modo de remissão ao passado, é uma montante, vai da foz à nascente, para justamente ver que aquela provém desta. Parte-se, dessa forma, do objeto dado a ser analisado para aquilo que deu origem, para o que seria a causa primeira e inicial da foz, do objeto. Contudo, esse remontar-se à nascente é uma manifestação de que o objeto de análise e sob análise é o efeito de algo, ainda que esse algo não possa ser devida e definitivamente mensurado¹¹². O objeto sob o jugo da análise será sempre submetido a uma decomposição tal que exigirá compreendermo-lo somente em função de ser ele um efeito de uma causa. É por esta razão que sua inteligibilidade só é dita possível porque o efeito, por si só, a foz, como dissemos acima, é a manufatura de alguma causa. É a famosa tese cartesiana de que a causa de algo é sua razão, da identidade entre causa e razão, causa e inteligibilidade, *causa sive ratio*.

Mas, qual a “razão” de distinguirmos aqui as assunções presentes na ideia de “análise”? É um fato que não pode ser despercebido: a remissão ao passado, à nascente do objeto, à sua origem como efeito, só ocorre pela suposição fatídica de que há algo tal que é responsável pela geração de um efeito. Esse algo é dado, ainda que ulteriormente desconhecido. Ocorre, de antemão, a ontologização de algo, mesmo sem a identificação do que de fato seja. O método analítico, a análise, assim, terá seu objetivo atingido na medida que é capaz de, decompondo palmo a palmo o objeto sob seu olhar, nos levar, cada vez mais, rio acima, em direção ao seu olho-d’água. Ou seja, está aliado demais às garantias da Constituição moderna. É totalmente diferente do que acima mencionamos da citação de Latour sobre relato, da escrita sócio-técnica, uma vez que esta exige que nos coloquemos em movimento, que consigamos traçar trajetórias que só existem enquanto estão a agir ou em função da atuação de atores, que teçamos, rastreemos, descrevamos fluxos, controvérsias, contornos, substituições, associações que só acontecem agindo, perenemente, e não intermitentemente¹¹³. É mais desafiador fazer um relato sócio-técnico, uma descrição ao estilo TAR, porque, nela, não se analisa tal como dissemos assim sobre a noção de “análise”, nem se afirmam hibridismos, nem se denunciam dualidades, nem se apontam as garantias dos artigos de lei da Constituição moderna. Neste trabalho, por exemplo, em nenhum momento conseguimos fazer um relato, uma descrição em que o trabalho de tradução seja prioritário ao

¹¹² Cf. como Descartes (2012) via a questão da causalidade, bem como Bhaskar encara o problema para seu realismo crítico, o qual será de fundamental importância para a ADC de Norman Fairclough.

¹¹³ Há boas indicações de como deve ser uma escrita sócio-técnica, uma escrita em/de/para redes. Além de Latour (1998, 2012), a melhor e mais direta descrição que encontramos em língua portuguesa é de Petry (2016) e Ingold (2015).

da purificação. Não deixamos de ser tão denunciadores quanto aqueles cujos recursos críticos estão atolados na velha matriz antropológica moderna. A dificuldade é tamanha, pois a metodologia científica moderna é analítica, do mesmo modo que a matemática dos geômetras gregos.

A principal dificuldade em integrar [um relato sobre os actantes e] a tecnologia na teoria social é a falta de um recurso narrativo. Sabemos descrever as relações humanas, sabemos como descrever os mecanismos, muitas vezes tentamos alternar entre contexto e conteúdo para falar sobre a influência que a tecnologia exerce na sociedade ou vice-versa, mas ainda não somos especialistas em tecer os dois recursos descritivos em um todo integrado. É algo lamentável, uma vez que, sempre que descobrimos uma relação estável, é a introdução de alguns não humanos que pode explicar essa duração relativa. A maneira mais produtiva de criar novas narrativas tem sido acompanhar o desenvolvimento de uma inovação (LATOUR, 1998, p. 118)¹¹⁴.

É nesse sentido que fazer uma análise em termos da TAR é um contrassenso, a não ser que estejam falando de descrever trajetórias, de rastrear cursos de ação ou de identificar conexões entre atores e actantes quando houver, de tal modo que, enquanto for possível e enquanto houver, o leque de atores e de suas agências em rede cada vez mais se expanda, ao invés de diminuir. Analisar aqui deveria ser acompanhar o empenho dos atores/actantes, o desenvolvimento, como se disse acima, de “uma inovação”. Nossa dificuldade, em se tratando de descrição, de análise de discurso, é ainda maior, pois o que nos tem faltado até agora, cientistas do discurso, é entender, principalmente no quadro teórico da ADC, que alcance e que habilidade dispõe nosso vocabulário analítico para não apenas descrever e explicar o engajamento das pessoas em discurso, mas para antes elaborar um texto, um relato, um discurso que, sendo discurso, consiga falar do próprio discurso como se não fosse discurso para engajar as pessoas em discurso. Além disso, não basta atribuir agência a quantos atores surjam, pois o que importa é ação e não o *status* pré-figuradamente ontológico dos atores; é o resultado da descrição de um processo, e não a determinação de quem age ou não. Não basta dizer se o discurso é um intermediário – “aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los” (LATOUR, 2012, p. 65) – ou um mediador – atores

¹¹⁴ No original: “la principal dificultad para integrar la tecnología en la teoría social es la carencia de recurso narrativo. Sabemos cómo describir las relaciones humanas, sabemos cómo describir los mecanismos, frecuentemente intentamos alternar entre contexto y contenido para hablar acerca de la influencia que ejerce la tecnología en la sociedad o viceversa, pero todavía no somos expertos en tejer los dos recursos descriptivos en un todo integrado. Y es algo lamentable, puesto que, siempre que descubrimos una relación estable, es la introducción de algunos no-humanos lo que puede explicar esta duración relativa. La manera más productiva de crear nuevas narrativas ha consistido en seguir el desarrollo de una innovación”.

que “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, *idem*, *ibidem*), pois a análise não diz nada, nem mesmo a descrição, mas sim o fluxo de ação dos atores/actantes em jogo. Não basta pegar a teoria para dizer que os atores formam uma rede, porque é uma teoria apenas na medida em que mostra como estudar ou como não estudar as coisas (LATOURE, 2006). É preciso muito mais. É necessário saber se imiscuir nas redes para saber analisá-las, mas como para saber descrevê-las.

A primeira etapa para uma boa descrição ao estilo da TAR é, portanto, identificar os pontos controversos das redes, os locais onde acontecem as *panes* nos circuitos de ação dos atores, dos actantes. O que fizemos, por exemplo, nos capítulos 2 e 3, ao apontarmos os pontos controversos da ADC e do RC, foi justamente identificar pontos a partir dos quais a ADC tentou superar fornecendo novas alternativas técnico-teóricas, de modo a tornar seu sistema analítico eficaz na perseguição de seus objetivos. Isso significa que a própria ADC poderia ser considerada um ator/actante, na medida em que ela é também um texto que tenta responder a inúmeras controvérsias ou nós cegos nas teorias sociológicas e linguísticas, que impediam de contribuir para uma compreensão mais realista e crítica, e menos ingênua e idealista sobre o discurso. Dessa forma, poderíamos analisar toda a obra de Fairclough como uma rede: encarando a ADC como um sistema ou rede sócio-técnica ou sócio-teórica cujos cursos de ação, múltiplos pela quantidade de teorias e métodos mobilizados para sua consecução, podem tanto ser concebidos como um instante ou contornos no curso de ação de várias teorias – que se complexifica à medida em que são percebidos como desvios possíveis de outros cursos de ação – quanto se convergir, com sucesso ou não, para a realização de um único curso de ação, no caso, a análise e a proposição de discursos para a mudança social. Nesse caso, pode-se dizer que a operacionalização de uma análise do discurso, vista pelo prisma de princípios descritivos e antropológicos como os da TAR e dos Estudos Científicos, só poderia se realizar se esta mesma se reinventasse, com novos desvios, com novas teorias, não necessariamente as mesmas, uma vez que as mesmas só teriam razão de ser contornos de um curso de ação em função do curso de ação ao qual se vincularam, ou seja, se o curso de ação que os desencadeou for igual aos que se pretendem ter. Do contrário, caso os objetivos, os cursos de ação que um analista tenha sejam outros, ele se deparará, certamente, com obstáculos que ou obsoletizam as “técnicas”, as teorias inicialmente já mobilizadas para contornarem outros (e aqui o analista entenderá que ADC é uma espantinho que assusta ou impede que lhe cheguem os dados), ou energizam o pesquisador a buscar novos desvios, novas técnicas que traduzam o novo curso de ação. Assim, a ADC só poderia ser vista com sucesso se ou os cursos de ação forem sempre os mesmos, ou estiver aberta a ser um gato de Schrödinger, que estará vivo ou

morto a depender do que fizermos com ela: reinventar-se, fazendo novas associações, o que torna, assim, um campo aberto, um curso de ação “virgem”, ou repetir-se, usando as mesmas técnicas para problemas novos.

Os pontos controversos, por outro lado, podem ser concebidos também no tratamento que a ADC pode vir a dar aos discursos, caso escape das armadilhas da matriz antropológica da Constituição moderna. A negociação dos sentidos, a luta de classes a se destacar nas práticas sociais e discursivas, as tentativas de subversão dos significados e das ações discursivas com foco na simetria de poder também poderiam ser entendidas como controvérsias de redes discursivas, de redes de práticas discursivas. A cautela que se exige nesse caso é não extrair a potencialidade causal dos significados em ação, pois pode haver ou não uma continuidade dos cursos de ação discursiva em jogo, mas sim em identificar que contornos serão feitos pelos atores para levarem adiante aquilo que pretendem com seus discursos. É nesse sentido que o discurso age como *ator/actante*: ele constrói o rio pelo qual escorrerá sua ação. É nesse sentido que o discurso age como *técnica*: desbarata as controvérsias oferecendo alternativas de contorno às interrupções das ações intentadas. É nesse sentido que o discurso pode agir como *técnica falseante*: não apenas a auxiliar na continuidade de cursos de ação, mas subverter os cursos de ação em ação que ofereçam problemas de todo tipo aos atores em jogo. O importante de se trabalhar com as inflexões das redes como ponto de partida para as análises é que dão o recorte metodológico necessário para se iniciar o relato, contanto que se mantenha em vista e ao longo do relato que, embora a análise se centre na descrição de pontos da rede, existem ainda muitas associações em curso a serem descritas (PETRY, 2016, p. 43-44).

Uma segunda etapa, tão promissora quanto a primeira no auxílio a nos ensinar como se imiscuir em redes, é identificarmos novas inscrições ou a superposição de inscrições em um curso de ação. Aqui nos aproximamos melhor da acepção de *inscrição* para o conceito de discurso com a qual finalizamos a seção anterior. “[...] os cientistas dominam o mundo – mas desde que o mundo venha até eles sob a forma de inscrições bidimensionais, superpostas e combinadas” (LATOUR, 2017, p. 44). Essa possibilidade de a inscrição ou a superposição de inscrições ser uma etapa metodológica para se começar um relato aos moldes da TAR se alia a duas características que as inscrições têm e que se associam ao conceito de discurso por extensão. Primeiro, as inscrições funcionam como *affordances*, como utilidades disponíveis para algum curso de ação (HOLANDA, 2014, p. 50). É nesse sentido que a superposição de inscrições será responsável por uma continuidade e por uma extensão que são indispensáveis aos trajetos, às redes dos atores/actantes envolvidos em um coletivo, algo como *affordance* a

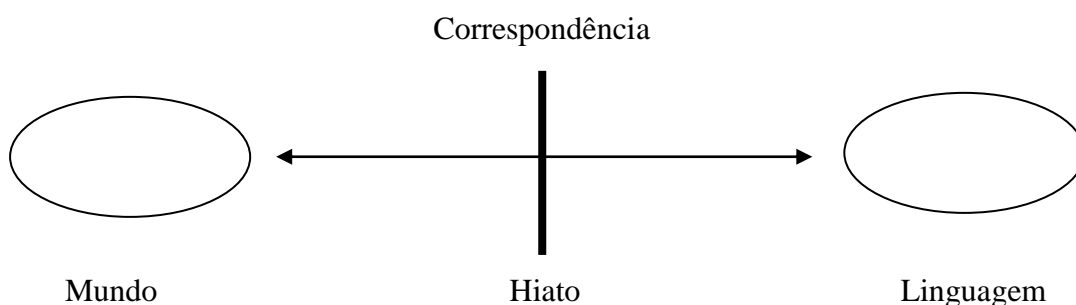
que se recorre para produzir novos textos sem a necessidade de explicações. À mesma proporção que uma inscrição está distante na cadeia de *referenciações* possíveis em um curso de ação, mais habituais e “naturais” ela e as significações que carregam se tornam. Quanto mais a ela se faz referência, mais real ela fica. Nenhum texto, por exemplo, enquanto possível ator, actante, agencia novas formas de ação, nem todo texto é um novo curso de ação, mas todos os cursos de ação dependem, em alguma medida, de um texto, de um discurso para se estender no tempo e no espaço. Uma vez que nos deparamos com coletivos e com o fazer científico frente não só aos *subject-matters* mas também a outros atores que dão existência à prática científica e que se agenciam aos fatos por ela produzidos, temos discursos a funcionarem como inscrições, como referentes a que se faz apelo. Quanto mais óbvio for uma ciência, no sentido que não haver questionamentos em seus fatos e na remissão à existência desses fatos em textos, em artigos científicos, até se intrometerem em nossas vidas cotidianas, quanto mais tautológica for a remissão a si e aos fatos produzidos pelo fazer científico, mais considerado real ela poderá ser, mais *affordance* a inscrição será. Mas aqui emerge outra característica: a de ser referente. “[...] para tornar-se reconhecível, o mundo precisa transformar-se em laboratório” (LATOURETTE, 2017, p. 59). Isso significa que é preciso transformar o mundo em inscrição, construir o mundo em diagrama, em tabela de dados, em ensaio científico, em tese para tornar-se maleável e referência a que se recorre para dar continuidade a cursos de ação que dela necessitem. O que seria dessa tese sem os seus constantes “segundo Fulano de Tal”, “conforme Beltrano”, “de acordo com a Figura X”? Rastrear a rede de discursos significa, nesse caso, rastrear o conjunto de referências em cascata que se sucede de texto a texto, de discurso a discurso, de prática discursiva a prática discursiva, de trajeto a trajeto. É muito mais do que intertextualidade, já que se trata não de simplesmente remeter um texto a outro como atributo de origem do referente de um pelo outro, mas sim de perder de vista a origem de um referente e fazê-lo circular por outras superfícies de inscrição. Obviamente que não se fala de referência aqui no sentido linguístico tradicionalmente aceito pela Filosofia Analítica, mas sim no sentido que demos na primeira seção aos fatos científicos produzidos pelos cientistas. A referência aqui é circulante, deambulatória, e não a re-apresentação da realidade por ela mesma. Significa mudar um estado de coisas em assertiva, um fiador do que se fabrica da realidade em outro. A própria noção de realidade ou do que é real é muito mais dependente do que circula como referente do que daquilo que seria a realidade ela mesma. É o engajamento das coisas em signo, em discurso, um engajamento que agencia atores em um ou mais cursos de ação.

“O texto científico é diferente de todas as outras formas de narrativa. Ele fala de um referente, *presente* no texto, de um modo diverso da prosa: mapa, diagrama, equação, tabela, esboço. Mobilizando seu próprio referente *interno*, o texto científico traz em si sua própria verificação” (LATOURE, 2017, p. 71). O texto científico aqui surge como uma inscrição, como uma possibilidade de citação, como uma forma de agenciamento que faz o referente circular para frente, sem necessidade de atribuímos à inscrição anterior o estatuto de origem do referente, já que a superposição de inscrições, ou seja, a *referenciação* contínua e incessante garantirá também a sedimentação em circulação do referente. Como diz Latour (idem, p. 73, grifo do autor): “a referência [...] é, antes, um jeito de fazer com que algo permaneça *constante* ao longo de uma série de transformações”. Nesse sentido, não conseguiremos jamais capturar a ruptura entre palavras e coisas, entre signo e referente, entre linguagem e natural/mundo real, pois o que temos acesso não é a esse momento de arbitrariedade entre discurso e realidade, e sim à série de elementos alojados, de inscrições superpostionadas, em que cada uma faz o papel de inscrição superposta para o anterior e de referente para o posterior. Cada passagem, cada passe de bola leva à transformação da inscrição, novos agenciamentos. Assim, analisar criticamente um discurso tal como preconiza a ADC, uma vez colocando-a nos trilhos das redes de práticas de ações discursivas, é entender quão de inscrição o discurso pós-análise, o discurso propositivo serve para os discursos ou cursos de ação anteriores ou em movimento e quão de referente ele funciona para aqueles que não de surgir. Além disso, a dificuldade de a ADC ter um vocabulário explanatório que consiga falar do discurso como se este não fosse o que é, um discurso, advém não tanto da natureza do *subject-matter* da ADC, que é discurso, mas do fato de que, saltando do discurso analisado para o discurso pós-análise, os significados não disporão mais de um meio de substituição/tradução que não o modifique, fazendo-o permanecer o que é. Isto é, enquanto não trabalharmos com uma concepção renovada do que é o discurso – um híbrido, ator/actante, sócio-técnica, inscrição –, estar-se-á sempre à mercê dos impasses de se diferenciar e demarcar uma lógica interpretativa de uma lógica explanatória, uma prática “prática” e uma prática analítica. Por isso, a necessidade de substituímos as garantias modernas presentes no consórcio da ADC com o RC por uma forma de descrição que priorize as traduções e os processos de substituições e associações que o discurso promove em redes de práticas discursivas.

Uma atenção para com essa forma de descrição da circulação de referentes em inscrições e do agenciamento de discursos em cursos de ação que precisamos ter é que ela deve ter a propriedade de ser e permanecer reversível, de tal modo que a sucessão de etapas

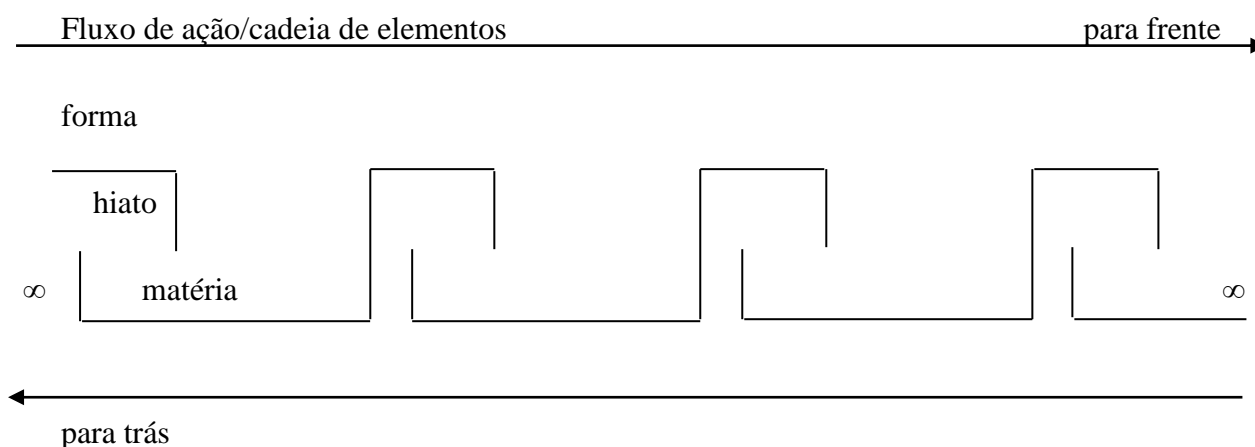
entre uma superposição de inscrição a outra seja rastreável e viaje nos dois sentidos – para frente e para trás. Do contrário, a referência, a cadeia de referências e superposições de inscrições deixa de transportar o referente, deixa de produzir, de traçar o caminho pelo qual se forma o curso de ação. É nesse sentido que a referência designa muito mais a cadeia, a qualidade da trajetória, do que a coisa, o estado de coisas no mundo. Isso acusa-nos uma diferença enorme entre as formas disponíveis para pensarmos a relação entre linguagem e mundo, entre discurso e realidade, entre o discurso analítico e discurso analisado: de um lado, a concepção correspondentista (Figura 19), que cria um hiato entre palavras e mundo a ser preenchido pela ponte da correspondência, como ponto de encontro de ambas as dimensões ontológicas disponíveis – linguagem e mundo; de outro, a ideia aqui advogada de uma circulação de referente por uma cadeia de superposição de inscrições, uma concepção deambulatória da referência (Figura 20), não como correspondência, mas como cadeia que se alonga para frente e para trás, em que se prevê uma série de transformações das inscrições.

Figura 19 – Concepção correspondentista da referência



Fonte: Latour (2017).

Figura 20 – Concepção deambulatória da referência



Fonte: Latour (2017).

Ambas as figuras demonstram concepções distintas tanto da referência quanto da possibilidade de se fazer análise/descrição. Enquanto na Figura 19, o hiato entre as duas esferas, finitas e pré-definidas, é preenchido pela mais variada sorte de elementos que nossa tradição filosófica tentou imputar, como ponto de encontro, por exemplo, das categorias universais *a priori* do pensamento e das manifestações fenomênicas do noumeno, como diria Kant, na Figura 20 a cadeia que não tem limite nem extremidade alguma; ao contrário, pela cadeia, podemos nos alongar indefinidamente, contanto que estejamos atentos à sério de transformações que decorrem de cada etapa, de cada tradução, de cada superposição de inscrição. Há uma dialética da perda e do ganho, em que cada etapa é matéria para aquilo que a sucede e forma para aquilo que a precede e em que ocorre a transformação de uma coisa em outra, a transubstanciação da matéria em forma, da inscrição em referente. Sem esse entendimento, não conseguiremos compreender o hiato que ocorre entre aquilo que tomamos como inscrição proposta/superposta e aquilo que se torna como referência a ser circulada. O que importará para nós, a partir de uma reconsideração crítica da ADC dentro de um quadro descritivo, metodológico e ontoepistemológico da TAR e dos Estudos Científicos, é tomar o discurso como uma inscrição que tanto constrói a realidade quanto inaugura a possibilidade de referência circulante. Interpretar os sentidos de um texto não deverá ser como desmontar um motor e vê-lo como funciona na prática, mas antes como muitos outros discursos funcionam em função da garantia dos significados de um discurso, considerando, contudo, as dimensões da perda e do ganho nos processos de tradução e transubstanciação de inscrição para referente e vice-versa. Por isso, a análise de um discurso não é apenas a exploração de um discurso, e sim a perseguição dos passos e das trilhas pelas quais ele percorre agenciando outros atores/actantes em um fluxo contínuo de ação. A concepção deambulatória do referente, quando temos como *subject-matter*, como ator/actante o discurso, nos coloca de frente com o paradoxo da regressão contínua e da proliferação indefinida, tal como a define Deleuze (2015, p. 31):

Quando designo alguma coisa, suponho sempre que o sentido é compreendido e já está presente. Como diz Bergson, não vamos dos sons às imagens e das imagens ao sentido: instalamo-nos logo “de saída” em pleno sentido. O sentido é como a esfera em que estou instalado para operar as designações possíveis e mesmo para pensar suas condições. O sentido está sempre pressuposto desde que o eu começa a falar; eu não poderia começar sem esta pressuposição. Por outras palavras: nunca digo o sentido daquilo que digo. Mas, em compensação, posso sempre tomar o sentido do que digo como objeto de uma outra proposição da qual, por sua vez, o sentido. Entro

então em uma regressão infinita do pressuposto. Esta regressão dá testemunho, ao mesmo tempo, da maior impotência daquele que fala e da mais alta potência da linguagem: minha impotência em dizer o sentido do que digo, em dizer ao mesmo tempo alguma coisa e seu sentido, mas também o poder infinito da linguagem de falar sobre as palavras.

Em vez de isso ser um problema para nós, analistas do discurso, torna-se uma fortaleza, na medida em que nos tornamos capazes de considerar nossa análise não mais como um processo de decomposição de um discurso, uma vez adotadas as garantias institucionais da Constituição moderna e os fundamentos ontoepistemológicos de um RC, e sim como um processo de descrição deambulatória, sócio-técnica, que dá uma imagem mais pormenorizada e, portanto, mais realista das séries de transformações tanto regressivas, quanto progressivas do agenciamento e da agência de atores/actantes em redes extensas ou curtas, proliferadas ou reduzidas pela cadeia de associações e substituições, contornos e panes, composições e desvios.

Mas não acaba aqui o passo a passo metodológico para uma descrição sócio-técnica de atores/actantes em rede. Talvez tenhamos deixado de lado uma dimensão mais complexa e mais cabal para termos uma ideia mais ampla de ciência e da circulação de seus fatos pela sociedade. A noção de tradução, translação, não apenas dizia respeito ao caráter composicional, associativo, agregativo que os atores de um curso de ação ou que os cursos de ação deveriam ter para poder dar continuidade e permanência ao fluxo, à rede de atuação. Para termos um entendimento menos ingênuo ou intracientífico demais das trilhas da circulação dos fatos, mas sobretudo da circulação de um discurso propositivo, como aquele a nascer da prática analítico-descritiva da ADC, não basta fornecer uma explicação menos causal e mais composicional dos fatos, das referências, dos discursos como inscrições em jogo. A própria TAR não tem razão de existir se com ela não formos capazes de oferecer uma descrição quase ininterrupta ou não segmentar do fluxo sanguíneo por que correm as proposituras-actantes da ciência. Aliás, se uma descrição precisar, em algum momento, de uma explicação a mais ao que já foi descrito, é sinal, portanto, de que ela não é uma boa descrição, já que essa explicação funcionaria simplesmente como se fosse a adição de outro ator para dar àqueles já descritos a energia necessária que estes não tiveram para agir. Ou seja, a descrição estaria falha, por depender do acréscimo de um ator, o que revela que a rede não está completamente descrita, e, se os atores reunidos não conseguem agir ou não têm energia suficiente para isso, então eles não são atores, mas sim marionetes, meros intermediários (cf. LATOUR, 2006).

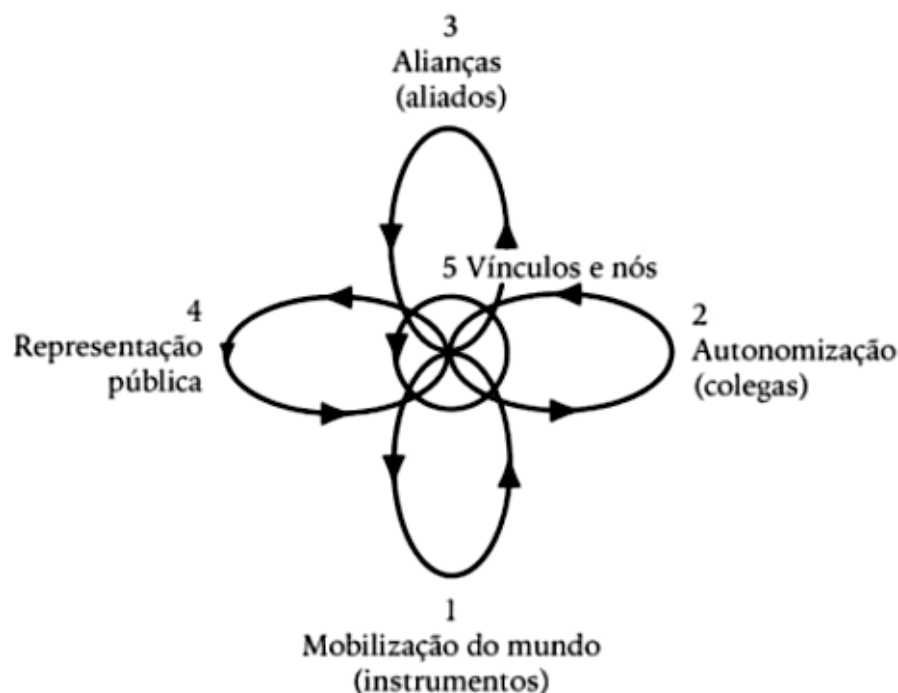
Uma vez equipados com uma concepção renovada de discurso, poderemos integrar a ciência e seus *subject-matter* ao restante do coletivo. A noção de tradução aqui se estende e alcança domínios antes apartados da ciência. Os Estudos Científicos, conforme discutimos nas seções 4.1 e 4.2, não compactuam com a ideia de uma ciência desvinculada da sociedade, nem com a ideia contrária de construção social irrestrita da realidade, muito menos com a posição intermediária que relaciona fatores puramente científicos com fatores meramente sociais. Na Figura 17, da seção 4.2, mostramos como o conceito de discurso tal como concebido pela ADC ainda estava ligado a essas ideias contra as quais os Estudos Científicos se erigem. De acordo com essas ideias, tudo o que aparece misturado não só no discurso, mas também em qualquer *subject-matter* da ciência, era explicado em referência a uma das dimensões apartadas pelo Acordo moderno ou mesmo às duas ao mesmo tempo, mas em separado: à ciência, aos fatos científicos puros e transcendentais; e à política, ao poder políticos dos homens e da massa, à força imanentemente humana. O projeto dos Estudos Científicos é não só eliminar essa divisão enquanto ela persistir, mas em promover uma descrição mais pormenorizada do túnel que liga uma a outra, que faz uma traduzir seus objetivos na outra, que estender a dimensão de uma pelo eco que encontra a circular na outra:

[...] o projeto dos estudos científicos, contrariamente ao que os guerreiros da ciência queriam induzir todos a crer, não é estabelecer *a priori* que existe “alguma conexão” entre ciência e sociedade, pois *a existência dessa conexão depende daquilo que os atores fizeram ou deixaram de fazer para estabelecê-la*. Os estudos científicos apenas fornecem os meios de traçar essa conexão *quando ela existe*. Ao invés de cortar o nó Górdio – de um lado ciência pura, de outro política pura –, eles procuram acompanhar os gestos daqueles que o apertam ainda mais. A história social da ciência não diz: “Busquem a sociedade oculta dentro, por trás ou por baixo das ciências”. Apenas faz algumas perguntas simples: “Num dado período, até que ponto é possível seguir uma política antes de ter de lidar com o conteúdo detalhado de uma ciência? Até que ponto é possível examinar o raciocínio de um cientista antes de ter de lidar com os detalhes de uma política? Um minuto? Um século? Uma eternidade? Um segundo? Não pedimos que corteis o fio que vos conduz, ao longo de uma série de transições imperceptíveis, de um tipo de elemento para outro”. Todas as respostas são interessantes e constituem dados de grande relevância para aqueles que desejam compreender esse imbróglio de coisas e pessoas – *inclusive*, é claro, os dados que possam mostrar que não existe a menor conexão, em dada época, entre uma ciência e o resto da cultura (LATOURET, 2017, p. 104-105, grifos do autor).

Nesse sentido, é preciso entendermos as séries de translações pelas quais os cursos de ação de uma ciência veem-se entrecruzando os cursos de ação de uma política. A translação/tradução de termos políticos em termos científicos, assim como de termos

científicos em termos políticos. A combinação de dois interesses até então diferentes em um único objetivo composto. O que importa não é tanto a fusão de interesses entre ciência e política, mas a criação de um novo curso de ação, a nova ramificação de um rizoma. Que saímos de uma controvérsia trepidante e cheguemos a um conhecimento tomado como dado, a translação/tradução teve de ser progressiva e contínua o suficiente para sedimentar a rede de certezas. A ciência não consegue sozinha transformar seus *subject-matters* em fatos científicos, aceito por todos; ela sempre precisa de outros para promover uma transformação, uma tradução desse tipo. Assim como no exemplo da carona na estrada que descrevemos páginas atrás, a ciência, decerto, precisa muito mais dos outros do que apenas de si mesma para ir aonde pretende ir. Ela é tão perlocucionária quanto um ato de fala: seu destino está nas mãos dos outros, o que não significa que ela só exista em função deles, mas que depende deles para ir tão longe quanto ela sozinha poderia ir. Ela precisa convencer? Sim, mas não é somente pela retórica que isso se faz. Se Boyle precisou de inúmeros recursos para mostrar aos cavalheiros da *Royal Society* o vácuo em um recipiente, em um laboratório, então a ciência, como a ADC, também precisa de outros recursos que fogem de sua seara para lobrigar êxito. “Disciplinar homens e mobilizar coisas, mobilizar coisas disciplinando homens; eis uma nova maneira de convencer, às chamadas de pesquisa científica”, escreve Latour (2017, p. 114) tentando reconfigurar a questão de como a ciência se imbrica com a política. Ela se assegura do que diz, à proporção que circulam em cascatas suas referências, ao longo de um grande número de transformações e translações, ao modificar e constranger os atos de fala de humanos sobre os quais ninguém tem um controle perenemente durável (LATOURE, idem, p. 115). Como assegurar o *uptake* das verdades propagadas pela ciência? Qual o alcance perlocucionário dos atos de fala de uma ADC? A medida desse alcance será dada pela força ou pela questão do interessamento de uma disciplina para outra, ou seja, sua aptidão para associar seu curso de ação a outros, para fazerem ser aceitos seus desvios de modo a cumprir as promessas que deu e a se fazer reconhecer como fonte primária da rede ou do curso de ação, embora os interesses dependam sempre da composição, do conjunto das associações (LATOURE, 2016, p. 32).

Figura 21 – Circuitos heterogêneos encarregados da permanência viva dos fatos científicos



Fonte: Latour (2017).

Cada uma das cinco fases acima é tão relevante quanto o são as outras. Retroalimentam-se umas às outras, fornecendo, assim, uma noção aproximada dos muitos circuitos pelos quais corre o fluxo sanguíneo da ciência. Por esses circuitos, percorrem os fatos científicos, os discursos da ciência, os acordos que precisa fazer para perpetuar em rede e extensão aquilo que propõe para e na sociedade. Esse mapeamento nos dará um prisma mais realista das atividades a serem descritas nos Estudos Científicos, bem como de tudo aquilo que determinada o vigor de uma ciência.

O primeiro circuito, chamado de *mobilização do mundo*, concerne aos meios pelos quais continuamente a ciência insere em seu discursos elementos não humanos, os híbridos, aqueles mistos de natureza-cultura, como o são os próprios discursos. Conceitos, termos, leis e sistemas teóricos são formas refinadas pelas quais costumam falar do mundo, mobilizar o mundo, torná-lo móvel à medida que conseguimos fazê-lo caminhar para frente, ser acondicionado na forma de um signo, como um discurso sobre discursos, como uma conclusão sobre como funcionam os discursos, para nos permitir aqui usar o vocabulário tal como se estivéssemos nos guiando pela bússola da ADC. Como diz Latour (2017, p. 119, grifo do autor), em algumas disciplinas, a mobilização do mundo designará os instrumentos e os equipamentos que se usam para tornar o mundo suscetível de ser falado, argumentado e empenhado em outras formas de ação; já em outras, concerne às expedições mandadas a todo

o mundo para trazer plantas, taxonomizar animais, descrições cartográficas, mas, em outras disciplinas, a expressão “não significará nem instrumentos, nem equipamentos, nem expedições, mas *levantamentos*, questionários que reúnem informações sobre o estado de uma sociedade ou economia”. É como se os cientistas fizessem os objetos girarem em torno deles, é quando conseguem transformar uma coisa em signo, uma porção da realidade em inscrição. Trata-se, portanto, de expedições e levantamentos, com o auxílio de ferramentas e apetrechos, assim como se trata de sítios ou lócus em que se encontram todos aqueles elementos ou objetos que serão reunidos e contidos sob a nomenclatura de uma nome inscrição. Se falamos de uma *cuesta* na geografia e sabemos que formato ela tem, não é porque a trazemos toda vez à boca de cena, mas sim porque a mobilizamos em formas de inscrições que podem ou não ganhar foro de fato científico. Se conseguimos falar com autoridade e segurança sobre determinados objetos, é porque foram mobilizados de tal modo que os tornou prontamente úteis em forma de argumentos. O mundo se converte em signos mobilizadores. E aqui não cabe decidirmos, nem nos metermos nas aporias da Constituição moderna de se saber se o que mobilizamos do mundo é de fato o mundo ou não (tarefa tardia de purificação que dependerá da firmeza dos circuitos e dos acordos firmados para assegurar a permanência de algo enquanto tal).

Mas o primeiro circuito não vingará se junto a ele não houver a *autonomização* de um grupo de colegas a quem se pode recorrer para provar sua mobilização do mundo e para convencer segundo critérios válidos e aceitos engendrados pela própria confraria. Esse circuito de autonomização concerne, portanto, ao modo pelo qual uma disciplina se torna independente e forja seus critérios de credibilidade científica. A autonomização de uma disciplina nem sempre se dá forma singela. Ela depende da autonomização simultânea de um pequeno número de testemunhas e de pares que concedam o necessário desenvolvimento da disciplina, da ciência. Aqui ocorre o que, por exemplo, vemos ocorrer na filosofia realista crítica de Roy Bhaskar: a defesa de um grupo de especialistas que sejam capazes de assegurar a existência de algo que nem todo mundo pode assegurar. As habilidades exigidas por esse tipo de circuito são distintas daquelas necessárias para o fluxo do primeiro. Podemos ter uma escrita exímia de um linguista versando sobre os processos de mudança social via discurso, mas ele pode ser extremamente prolixo e truncado na forma de convencer a agência financiadora de que os resultados de sua pesquisa devem importar. É nesse sentido que esse segundo circuito também está relacionado às técnicas, aos recursos, aos estatutos, aos regulamentos de uma instituição científica, já que esta é tão relevante para a solução de problemas e controvérsias do fazer científico quanto o é o fluxo de superposição de inscrições

no primeiro circuito. A referência circulante não cessa nos dados, porque estes têm de continuar a fluir para e por outros colegas (LATOUR, 2017, p. 121-122).

Mas sem o terceiro circuito, as *alianças*, nem a mobilização do mundo nem a autonomização das disciplinas vão importar. Grupos grandes, influentes, precisam ser mobilizados para que a ciência se desenvolva em larga escala, para que as expedições aumentem e abundem, para que as instituições prosperem e se multipliquem.

É possível atrair o interesse dos militares para a física, o dos industriais para a química, o dos reis para a cartografia, o dos professores para a teoria da educação, o dos congressistas para a ciência política. Sem o empenho em tornar o público interessado, os outros circuitos nada mais seriam que uma viagem imaginária; sem colegas e sem um mundo, o pesquisador não custaria muito, mas também não valeria nada (LATOUR, 2017, p. 123).

É por esta razão que não é suficiente que uma análise de discurso se encerre e se complete quando consegue tanto descrever o funcionamento, na prática, de discursos assimetrizantes quanto propor novos entendimentos a respeito deles ou discursos que sejam justos, democráticos, racionais, simétricos e socialmente adequados se não for capaz de, com isso, mobilizar alianças e encetar interesses a outros grupos, de modo a fomentar seus cursos de ação e dar-lhe existência e continuidade. Desavisadamente, podemos supor que os fatos científicos, nessa lógica, devam importar somente quando úteis, utilitários forem os interesses que despertam, mas não. O que Latour nos mostra, com essa lógica, não é como ela deve ser, mas como tem sido. Vemos, assim, que a verdade é muito mais fruto de pactos com o demônio do “não científico” do que da pureza conceitual da deusa ciência. As alianças não pervertem o fluxo da informação científica nem as mentes mais brilhantes de nosso tempo; ao contrário, constituem justamente aquilo que torna o fluxo mais rápido, com uma pulsação cada vez mais forte. Quanto mais inevitáveis são as alianças, mais se estendem as redes por onde circulam os fatos da ciência.

O quarto circuito encarregado da circulação dos fatos científicos não é tão exterior quanto podem ter sido suposto ser, por exemplo, as alianças. A *representação pública* dos fatos científicos concerne à “epistemologia espontânea das pessoas” (LATOUR, idem, p. 125), à relação entre “civis”, digamos assim, e todos aqueles que se envolveram com alianças, com autonomização e com a mobilização do mundo. Aqui também o circuito está tão envolvido quanto os outros, e talvez resida aqui o grande impasse da ciência, quando não dá a devida atenção a essa conexão necessária com o grupo dos não especialistas. Como sucede que, de um lado, o vocabulário feminista tenha cada vez mais espaço em discussões de nosso

cotidiano, apesar das constantes resistências sociais contra os devidos direitos das mulheres? Como se deu que a cosmologia judaico-cristã tenha se alastrado tanto quanto se alastraram os impérios romanos e helênicos? Como se explica que seja cada vez mais comum as pessoas se utilizarem em suas conversas mais banais expressões e explicações típicas da psicanálise, como “recalque”, “complexo de Édipo” e “sublimação”? Somos desenvoltos, por vezes, em nossas arguições acadêmicas, mas, por outras, não passamos de bobões cujos textos e explicações não têm relevância nenhuma para nossos amigos, por exemplo, em redes sociais.

O quinto e último circuito é o mais difícil de explicar, embora goze da reputação gráfica de estar no centro, como um coração, de todos os outros circuitos. Os *vínculos e nós* concernem ao núcleo conceitual que amalgama todos os outros circuitos em um só acordo. Ele robustece a coesão dos circuitos, acelera a circulação dos fatos, mas só pode ser concebido em função da existência dos outros (LATOURET, idem, p. 127-128). Ele enuclea a sociedade em todo um coletivo de fatos científicos mobilizados por instrumentos, expedições científicas, pela autonomia de grupos ou instituições acadêmicas, pela aliança com inúmeros grupos de interesses diversos dos da ciência, assim como pela ligação com a representação pública e cotidiana dos fatos científicos. Além disso, com esse circuito, o que temos é uma nova forma de entendermos o conteúdo conceitual de uma ciência: não mais cercada por um contexto social, uma dimensão social a vaguear por fora da ciência e a lhe fornecer qualquer indício de relação ou concatenação com a realidade extracientífica, tal como vimos nas figuras 2 e 17, uma a falar da enucleação da língua pela sociedade e a outra da ciência pela sociedade, respectivamente. Quando um conceito científico se incorpora em nossa sociedade como científico, não é porque ele é aceito enquanto tal, ao mesmo tempo distante do que lhe macula a essência e próximo do que nos conta sobre o real, mas sim porque ele se liga muito mais estreitamente a nossos repertórios cotidianos. É por esta razão que poderíamos que, quanto mais uma ciência estiver articulada com outros circuitos, com outros repertórios, mobilizar muito mais pessoas e elementos em nossos coletivos, alimentando instituições e fazendo alianças com outras, mais inflexível, mais acessível, mais disseminada ela será. A dificuldade em descrever este circuito é fruto muito mais do tamanho que ele pode tomar do que na verdade ele é. Ele forma um continente muito maior quanto maior for sua capacidade de articulação e associação aos outros circuitos. Quanto mais enfraquece qualquer um dos outros, menor este ficará; quanto se fortalece este circuito, maior e mais forte estarão os outros.

A lição que tomamos da exigência de uma metodologia como essa em/de/para redes é que não precisamos mais operar dentro de um quadro de excisões típicas da

Constituição moderna que nos obriga a colocar e a repartir as disciplinas umas distantes das outras, ligadas, por acaso, apenas por relações mais ou menos previamente estabelecidas ou, quando muito, repartidas o suficiente para garantir o núcleo duro de uma em comparação com a de outra. Não precisamos mais nos preocupar em pensar nas relações entre elas concebendo um mundo aberto cujas esferas composicionais, como as disciplinas epistemologicamente separadas o são, interferem-se mutuamente em um *crescendo*, por critérios ou noções de causa e efeito contingenciais. O que aprendemos com esse novo vocabulário é o fato de que, quanto mais uma ciência estiver conectadas e em circuito outras redes de atores/actantes, mais chances ela terá de fazer circular a exatidão de seus fatos. Em vez de libertar uma ciência da política, devemos entender como ela se liga o mais estreitamente possível ao restante do coletivo. Não basta pensarmos a ciência transdisciplinarmente a outras, mas sim saber identificar suas conexões com outros inúmeros circuitos e elos que sustentam a circulação e a deambulação da referência de seus fatos.

Não nos adiantaria por muito tempo fazermos consórcios com outras disciplinas filosóficas que insistam em nos dar alternativas eternamente as mesmas a explicar o sucesso das ações de uma ciência com o acréscimo de uma lista de fatores ou atores que permanecem estáveis, como uma *fiat* explicativo. Isso gera um déficit que, por mais que acrescentemos perspectivas ou elementos realistas, construtivistas, idealistas, racionalistas, dialéticas, recorrendo a financiamentos como “natureza exterior”, “fatores macro ou microsociais”, “ego transcendental”, “paradigmas”, “tendências gerativas”, “poderes causais”, nunca dará a medida exata do trabalho actante que a ciência deve ter para dar às suas explicações a energia necessária para fazê-las circular:

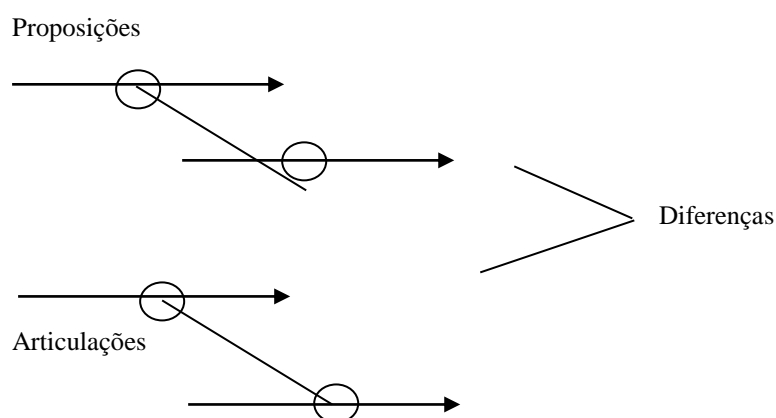
[...] o estoque sacado *antes* do evento experimental não é o mesmo que será sacado *depois*. É precisamente por isso que um experimento é um evento e não uma descoberta, um desvelamento, uma imposição, um juízo sintético *a priori*, a concretização de uma potencialidade e por aí além (LATOUR, *idem* p. 151, grifos do autor).

Não adianta, portanto, agir como se a “descoberta” que opera dos elos a ligar um discurso, por exemplo, a fatores relacionados à ideologia ou ao poder fosse o acontecimento, o desvelamento necessário para podermos, agora sim, dar continuidade ao processo científico. Não. A lista de atores/actantes que se envolvem e formam os circuitos que garantem o funcionamento da ciência e a circulação de seus fatos é que será responsável pela modificação de tudo o que virá depois, à frente, mas somente se o estoque de ferramentas, conceitos teóricos e princípios metodológicos que sacamos *antes* para explicar o que ocorre com os

discursos que analisamos não for mais o mesmo, mesmo quando *depois* concluímos o que é objetivado na análise (desmistificar os discursos), pois, do contrário, isso terá sido sinal, então, de que não tínhamos um estoque de atores/actantes necessários para qualquer circulação dos fatos científicos. A energização de uma explicação proveniente de uma ciência, e tomemos aqui como exemplo a ADC, depende de um quadro que forneça não só uma descrição pormenorizada dos atores/actantes envolvidos nos circuitos responsáveis pelas circulação dos fatos, mas também uma ideia dos planos de transferência, de tradução, de delegação de uma ação a outro ator/actante.

Uma análise de discurso tem, assim, duas dimensões de atuação: sua análise/narração e a delegação de sua análise/narração a outros atores/actantes. Mas para essas duas dimensões funcionarem dentro do quadro antropológico que desenhamos na Figura 21, precisaremos daquilo que mostramos na Figura 18: de formas de tradução, de delegação de nossas explicações a outros cursos de ação. Essa nova forma de descrever e atuar com as coisas, com os discursos, permite-nos trabalhar com outra alternativa ao tropo ontoepistemológico conforme vimos na Figura 19. Aos moldes do que mostramos nas figuras 18 e 20, a ADC poderia ter concebidas suas dimensões de atuação em modelo de *proposições* que daria uma noção mais aprimorada de suas formas de agir em novos cursos de ação:

Figura 22 – Modelo de proposições para as formas de atuação da ADC



Fonte: Latour (2017).

O modelo acima nos faz abandonar as alternativas que demarcam, de um lado, questões ontológicas e, de outro, questões epistemológicas, além de nos fornecer uma quarta e última acepção para o conceito de discurso, conforme víamos definindo na seção anterior. Não precisamos mais nos deter em explicar, da mesma forma que a Figura 19, o que é de competência da ontologia, do mundo, da natureza, da realidade, do real, nem o que é de

competência da epistemologia, dos homens, das sociedades, das teorias, das críticas explanatórias, já que não há uma separação prévia entre o que pertence ao polo da natureza e ao polo da sociedade. Nesse antigo modelo, a referência das afirmações científicas é obtida a partir do perigoso cruzamento do abismo da falta de correspondência entre esses dois polos. Se, em vez disso, desconsiderando os polos pré-concebidos, previamente estabelecidos entre mundo e palavra, entre natureza e sociedade, entre realidade e humanidade, entre objetos intransitivos e objetos transitivos, considerarmos, na verdade, proposições diferentes entre si, como se uma ciência fornecesse uma explicação e outras dessem outra, teremos, no lugar da necessidade de correspondência, da necessidade de distinção entre questões ontológicas e epistemológicas, uma relação de articulação entre proposições entre si que caudalizem ou não novos cursos de ação, alimentando os circuitos estabelecidos ou a serem estabelecidos para permitir o funcionamento do sistema sanguíneo da ciência, a circulação dos fatos científicos.

A diferença também está na forma como concebemos as proposições. Elas não são assertivas sobre o mundo, ainda que insistamos em entender seus significados ordinários como afirmações sobre o mundo, mas sim actantes, são “*ocasiões de se fazer contato*” (LATOURET, idem, p. 169), ocasiões de interação entre entidades distintas, de forma a modificar as definições de seus próprios cursos de ação. Além disso, temos uma nova forma de compreensão do conceito de articulação. Se em Fairclough (2003) e em Chouliaraki e Fairclough (1999) no deparamos com um conceito de articulação que opera dentro de um quadro de recursos disponíveis nas práticas sociais – diferentes elementos articulados dentro de uma prática com o fito de levar a novas formas de ação –, o que temos com esse modelo de proposições é que a articulação é o contorno muito mais político e agregador do que supúnhamos ser. Ela é a medida do nosso envolvimento com as coisas das quais falamos cientificamente ou não. Os circuitos por onde corre o fluxo sanguíneo dos fatos científicos se mantêm em função das articulações possíveis que uma proposição pode desencadear quando lançada a novos cursos de ação. Quando as proposições não dão energia suficiente para a continuidade de um curso de ação, é sintoma de que as articulações elaboradas não deram a liga necessária para a delegação das ações de um ator/actante. As articulações, portanto, são a medida exata de nosso envolvimento direto com o coletivo. O quinto circuito que descrevemos com base em Latour se torna o mais difícil de explicar, porque as articulações que as proposições científicas estabelecem com o resto do coletivo são numerosas demais para acreditarmos que basta oferecer um discurso pós-análise às práticas sociais que investigamos para que novos cursos de ação surjam como alternativas aos que tanto insistem em nos envolver.

Que os discursos que um analista crítico do discurso oferece às práticas sociais que analisa existam como alternativas aos discursos disponíveis em tais práticas, isso é algo preconiza a ADC, mas a justeza de tais discursos não deveria vir da assunção de que são fruto de uma descoberta científica assaz premente que nos levará, por si só, a engajarmo-nos de forma diferente em novas formas de ação (discursiva). Para que eles existam como alternativa viável às práticas sociais, é preciso entendê-los como proposições capazes de se tornar atores/actantes que governem cursos de ação ao preço de se manterem em função dos inúmeros atores/actantes que conseguem associar e das associações que conseguem manter. É por esta razão que o fornecimento dos discursos enquanto alternativas às práticas sob análise decorre muito mais da duração dessas associações e das articulações que lhes asseguram poder (de existirem como fatos à mão disponíveis) do que das rupturas promovidas pelos golpes de verdade de uma prática analítica. Entender substancialmente um discurso é como funciona e se sustenta o seu governo, com sua capacidade de se articular a novos atores/actantes e a engendrar novos cursos de ação.

O benefício de trabalharmos com a prática científica nos moldes do que Latour, com sua TAR, e os Estudos Científicos nos oferecem é que não precisaremos negar nem abandonar tudo da ADC, pois, ao enxergar de forma distinta como os fenômenos discursivos/os fatos científicos que propõe como explicações do real funcionamento dos discursos se elaboram, conseguimos perceber melhor qual o papel e como tem existência o trabalho do discurso resultante da prática analítica da ADC. Não eliminamos que uma prática social é composta por vários elementos como discursos, crenças, coisas materiais, gestos, poder etc.; só não conceberemos mais todos eles como demarcados um do outro, nem como provenientes de esferas ou dimensões epistemológicas bem definidas e diferentes entre si. Na verdade, encaramos como atores/actantes, como elementos que se associam para perseguirem e darem continuidade a seus cursos de ação. A principal e primeira preocupação que temos é saber como e o que fazem e conseguem fazer quando se associam, para transformarem cursos de ação, traduzindo ofertas em necessidades, delegando ações de um para outro, levando, assim, adiante de si e dos outros, o que tanto deseja fazer: circular entre vivos e mortos, entre humanos e não humanos, entre pessoas e coisas, entre a natureza e a cultura, como cimentos imprescindíveis de nossas formas de vida em coletividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Bloor (2009), assim como em Latour, há uma premissa (reflexiva, causal, simetria e imparcial para Bloor) de que, se existe alguma lei geral que explica o funcionamento de alguma coisa, o que deve ser explicado não é tanto a coisa, mas sim a lei geral. Nesse caso, o que nós, no cerne de uma discussão a respeito das relações entre ADC e RC, fizemos foi tanto tomar a ADC e o RC como exemplos dessas leis gerais que dão o tom explicativo do discurso quanto analisar como o discurso pode ser concebido quando reconsideramos princípios ontoepistemológicos da ADC não mais em termos realistas críticos, mas em termos latourianos: não como o discurso manifesta discursos econômicos e sociais em voga na sociedade e nas práticas de que participa e transforma significados acionais, representacionais e identitários em nome de uma luta hegemônica por representações mais democráticas, igualitárias e simétricas, e sim como o discurso, de um lado, enquanto actante, elabora e sedimenta, nas redes de práticas em que é acionado e que aciona, as realidades sociais, políticas e econômicas pelas quais é corresponsável como construtor, sem transcendê-las, ao mesmo tempo em que a elas purifica nessa construção, e, por outro, enquanto técnica (quando discurso do analista crítico sobre o discurso criticamente analisado), tanto enceta novos programas de ação que alterem os resultados de cursos de ação que o discurso-técnica traduz, quanto se inscreve como actante-inscrição disponível a novos cursos de ação que, por sua vez, ontologizem, objetifiquem e naturalizem novas realidades sociais, políticas e econômicas almejadas.

Somente assim, ora tomando a ADC como lei geral a ser explicada, ora indicando que desdobramentos internos pode ter (uma vez assumindo princípios heurísticos provenientes da TAR), é que tivemos a possibilidade de entender a complexa rede de atuação da disciplina, situada entre a metalinguagem comprometida com um visão retangular e fechada (ainda que nomeadamente aberta) de mundo e ciência e sua relação com práticas reais de intervenção (agora, como actante, técnica e inscrição para cursos de ação reais).

Com a ADC fundamentada pelo RC, estivemos presos e nos enganamos continuamente em nos deter na análise e explanação de um discurso ao dissecar-lhe os sentidos em jogo construídos, como se estes fossem ali tão fabricados quanto um material concreto e não fossem tão cambiantes quanto uma porção de água em um recipiente acondicionante (o significado nas categorias analíticas do analista e nas suas interpretações), enquanto o papel mais promissor em trabalhar com discurso tivesse sido descobrir não antes os sentidos nele presentes, mas sim a cadeia de remissão a sentidos referendados, o caráter

deambulatório de significados que ora caminham para frente na referenciação e citação em novos discursos, ora se reportam para trás a todos os discursos que lhe condicionaram e se transformaram no que ele é hoje.

Em vez de considerar o texto como instância que tanto tem poderes causais (no sentido de que levam a mudanças de comportamento, de crenças, de valores, de identidades sociais) quanto é construído por constrangimentos das ordens de discurso das quais faz parte, nessa eterna dialética entre dimensões pré-concebidas, poderíamos defender uma análise que entendesse o discurso não como um momento de práticas sociais fruto de determinações e cadinho de transformações, mas sim como instância de inscrição e reinscrição, como proposições e articulações a fazer andar para frente referentes/referenciações que tanto fundamentam uma ordem ontoepistemológica do mundo, das identidades, das ações sociais quanto traduzem, quando traduzidos por uma prática científica, interesses e objetivos do próprio fazer analítico em convergência com de outras práticas, o que garantirá sua condição de nova inscrição apenas se houver quantidade de remissões futuras crescentes que caudalizem novas circulações de referências, novos cursos de ação. Talvez isso soe como uma questão mais vocabular do que epistemológica, mas não é. Isso é muito mais do que apontar poderes causais como realidade dos discursos. Isso é muito mais do que esgotar os sentidos geradores de futuros eventos (textos): é considerar a extensão dos ecos de um discurso como o referente epistemológico respaldado não por poderes causais, mas sim pela possibilidade de ser ponto rizomático de novas significações; é considerar não que a análise crítica do discurso dá um salto qualitativo de justiça ou rompe a cadeia produtiva de injustiça e desigualdade sociais, e sim que o discurso tanto sob análise como decorrente da análise é o conglomerado de interesses e trajetórias específicas de cada prática social, que reverbera traduções de cada enunciador para novos auditórios/actantes, para novos cursos de ação.

O discurso é actante, na medida em que é a tradução de um curso de ação de uma prática social particular, como momento semiótico dessa prática; o discurso é técnica, na medida em que disponibiliza possibilidade de cursos de ação serem desencadeados a partir dele, seja como instrumento técnico tradutório, seja como sedimentação de referentes que podem circular; o discurso é inscrição, na medida em que garante a continuação de cursos de ação ao mesmo tempo em que estende sua rede de atuação como em uma espiral de citações e referências futuras.

Ou a ADC leva a cabo a ideia de uma dimensão intransitiva dos discursos (significados tais têm efeitos tais sob condições tais), o que lhe conduziu continuamente à compreensão de que, mesmo sendo um sistema aberto, a esfera semiótico tem poderes causais

(que acionados por poderes causais de outros sistemas ocasionam, ativam determinados efeitos e mecanismos gerativos) – ficando presa nas garantias de lei da Constituição moderna –, ou usa a tetraconcepção ontoepistemológica como actante, técnica, inscrição e proposição para os cursos de ação científicos e autojustificados que haverá de promover. De uma forma ou de outra, respaldar-se por princípios realistas críticos fará com que a disciplina continue cega de sua prática teórica e analítica, à proporção que perde o potencial analítico de trabalhar com discurso em redes de ação.

Apenas dizer que os mecanismos causais que identifica são apenas os que se decidiu mencionar em função de bloqueios ou ativações de poderes causais de outros sistemas gerativos, como a ADC faz em consórcio com o RC, é como traduzir um novo curso de ação, mas purificá-lo da ideia de que é um novo curso de ação. É dizer que determinados significados do discurso têm poderes causais, mas se furtar de ter concluído sub-repticiamente que tais significados têm quais efeitos, por não funcionarem a sós, e sim em parceria com outros poderes causais de outros sistemas. Se não funcionam só porque a vida social é um sistema aberto, então é porque a forma de conceber esses poderes causais não devesse partir de uma ideia estratificada e ontologizada da vida social. Precisamos entendê-la não ontologizando-a em estratos, mas compreendendo-a como uma teia, uma cadeia, uma rede de actantes e de redes, um conglomerado complexo de elementos cujos cursos de ação compõem isso o que chamamos de “social”.

Se a ideia de um mundo social aberto, imprevisível por serem imprevisíveis as contingências que ativam, bloqueiam e fazem interferir os mecanismos gerativos de um estrato sobre outro(s), é central para não generalizarmos nossas explicações como sendo a extensão máxima da própria realidade social, como acreditar, então, que a explanação científica de um discurso pelo analista poderá encetar novas lutas e significações no mundo social, se não são controláveis as condições estruturais para a ativação e o desencadeamento de mecanismos gerativos em eventos futuros? Essa e outras controvérsias identificamos e discutimos ao fim dos Capítulos 2 e 3. Decidimos não oferecer uma resposta mais acertada do que cada uma nos termos de seus próprios vocabulários, pois não queríamos compactuar da mesma matriz antropológica que enseja forma de a ADC e o RC conceberem a prática científica e atuação das disciplinas no mundo social.

Se a pesquisa científica crítica advogada pela ADC, ao propor alternativas discursivas e ao alimentar lutas sociais pautadas por ideias de justiça e equidade em um mundo onde a visibilidade e o atravessamento de um discurso neoliberal são cada vez mais onipresentes em nossas práticas sociais, das institucionalizadas às ordinárias, tem sua razão de

ser em prognosticar novos discursos e ações sociais mediadas pela linguagem, que garantias terá em olhar para o futuro cuja realidade é composta por mecanismos que, embora identificáveis, são imprevisíveis por se conjugarem com poderes causais de indeterminadas esferas que também podem ou não serem conjugadas na consecução de novos eventos discursivos?

Enquanto a ADC não estiver comprometida com uma perspectiva ontoepistemológica diferente da que compactua para pensar e explicar sua ciência, cairá como presa nas armadilhas de sua própria argumentação: assim como o discurso sob análise que se tornou evento pelo conjunto complexo e incontrolável de poderes causais de N estratos, o discurso da explanação, o que se projetará como combustível para novas significações da vida social, também estará presa do fadário do caráter aberto, acidental e fragmentário da estratificação do mundo social. Como semente lançada entre as pedras.

A constituição de um novo de curso de ação que se insurge com um discurso-técnica dependerá de um duplo jogo “endógeno e exógeno” da ciência: a de ser capaz não só de garantir um discurso como inscrição a que se deve remeter como referência aceita e difundida no próprio campo disciplinar, mas também de se associar a novas trajetórias de ação no mundo social, fora da disciplina, do interesse acadêmico. Não estará ao alcance do analista do discurso garantir novas associações se não estiver disposto a se imiscuir em vários cursos de ação, a traduzir novas trajetórias com sua técnica-discurso, a sair da bolha disciplinar a que está fadado a se encerrar por os discursos que analisa e faz nascer não dependerem sua existência dele, do analista do discurso. A grande dificuldade de o analista de discurso ser alguém, um cientista a quem se deve recorrer para discorrer e explicar o papel dos discursos que compõem e atravessam a vida social é a de não ser tão utilitário em situações extra-acadêmicas para ser chamado a versar sobre os discursos da ciência como um todo, da biologia, do direito, da política, do social etc. O caráter ubíquo dos discursos na vida social, o fato de os discursos serem a estrada pela qual se caminham as ideias, os significados, as formas de compreensão da realidade, faz, o mais das vezes, do analista não alguém que tem o *status* de autorizado a falar sobre quaisquer que sejam os discursos, mas um cientista menor ou qualquer a quem se apela para explicar coisas de uma seara restrita (a sociologia, o direito, a filosofia...) ou para versar sobre os discursos dentro de sua própria área.

O analista do discurso é como um fator RH AB+ para aquilo que analisa: de um lado, é capaz de receber demandas analíticas e explanatórias sobre o discurso de qualquer dimensão da atividade humana (analisa discurso da política, da economia, da mídia, da conversação entre vizinhos, da comunicação institucional etc.), porém, de outro, daquilo que

analisa de sua seara, só se interessam em receber os resultados de sua análise de discurso aqueles que fazem parte ou de sua seara disciplinar (os colegas linguistas), ou de sua pesquisa (seus informantes). Jogar para os informantes a responsabilidade de associar um discurso resultante da análise a novos outros e ao curso de ação que hão de promover é encerrar a cadeia ou interromper a trajetória que ali poderia estar a começar; compilar o resultado da análise nas estantes da biblioteca da instituição científica que financia ou à qual se vincula o analista é fazer da ciência uma engavetadora da realidade em desconexão com a vida, a não ser que a pesquisa tenha interesse extradisciplinar.

A possibilidade de se imiscuir o analista do discurso em outros cursos de ação dependerá tanto de sua habilidade de penetrar como formiga nas esferas de atuação que lhe interessa quanto da importância teleológica que a análise terá para novas trajetórias. Como esta tarefa é ideal demais para conseguirmos disso uma garantia, voltamos à afirmação de que a postura do analista do discurso é em acompanhar as trajetórias dos discursos: não somente em descrever como são, o que lhes ocasionou e o que constituem em termos de significação/referenciação sobre a realidade, mas sobretudo em como se associam e estão a se associar a novos cursos de ação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Claudina Nogueira de. **Linguagem e medo da morte**: uma introdução à linguística integracionista. Fortaleza: EDUECE, 2009.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro enigma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- APOTHÉLOZ, Denis; PEKAREK DOEHLER, Simona. Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles aux approches interactionnelles. **VERBUM**. XXV, 2003, p. 109-136. Disponível em: <https://apps.atilf.fr/homepages/apotheloz/wp-content/uploads/sites/59/2015/06/dA_SP.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- ARCHER, Margaret. **Realist Social Theory**: The Morphogenetic Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2003a.
- _____. **Being Human**: The Problem of Agency. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.
- ARCHER, Margaret *et al.* (eds.). **Critical Realism**: Essential Readings. London; New York: Routledge, 2004.
- ARIEL, M. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS, T.; SCHILPEROORD, J.; SPOOREN, W. (org.) **Text representation**: linguistic and psycholinguistic aspects. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2001, p. 29-92.
- AUSTIN, John. Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BATTISTI, César Augusto Battisti. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 571-596, 2010.
- BHASKAR, Roy. Realismo. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (eds.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- _____. General Introduction. In: ARCHER, Margaret *et al.* (eds.). **Critical Realism**: Essential Readings. London; New York: Routledge, 2004, p. ix-xxiv.
- _____. **The possibility of naturalism**: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences. 3. ed. London; New York: Routledge, 2005.
- _____. **A realist theory of science**. London: Verso, 2008a.
- _____. **Dialectic**: a pulse of freedom. London; New York: Routledge, 2008b.
- _____. **Scientific Realism and Human Emancipation**. London; New York: Routledge, 2009.
- BLOMMAERT, Jan. **Discourse**. A critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BLOOR, David. **Wittgenstein and the Social Theory of Knowledge**. Londres: Macmillan, 1983.

_____. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Edition Gallimard, 1991.

CAMERON, Deborah *et al.* **Researching Language**: issues of power and method. London: Routledge, 1992.

CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, B. B.; CIULA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHALMERS, Alan Francis. **O que é ciência afinal?** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COLLIER, Andrew. **Critical Realism**: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy. London: Verso, 1994.

_____. Language, practice and realism. In: PARKER, Ian. **Social Constructivism, Discourse and Realism**. London: Sage, 1998.

_____. **Being and Worth**. London; New York: Routledge, 1999.

DESCARTES, René. **Regras para a orientação do espírito**. Tradução de Maria Ermantina De Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**. Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DITTMAR, Norbert. **Sociolinguistics**: A Critical Survey of theory and Application. London: Edward Arnold, 1976.

DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991a, p. 11-37.

_____. Limited inc. a b c. In: _____. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991b, p. 39-148.

_____. Em direção a uma ética da discussão. In: _____. **Limited Inc.** Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991c, p. 149-212.

_____. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. 2. ed. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 229-49.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Lingüística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical and descriptive goals in discourse analysis. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Critical Realism and Semiosis. In: **Journal of Critical Realism**, Department of Sociology, Lancaster University, v. 5, 2002, p. 2-10. Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/fairclough-jessop-sayer-critical-realism-and-semiosis.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

FOWLER, Roger; HODGE, Bob. Critical linguistics. In: FOWLER, Roger *et al.* (eds.). **Language and Control**. London: Routledge; Keegan Paul, 1979.

FOWLER, Roger *et al.* (eds.). **Language and Control**. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FOWLER, Roger. On critical linguistics. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (eds.). **Texts and practices: readings in Critical Discourse Analysis**. London: Routledge, 1996, p. 3-14.

_____. Literature as Discourse. In: NEWTON, K. M. (eds.). **Twentieth-Century Literary Theory: a reader**. Houndsmills; New York: Palgrave Macmillan, 1997.

_____. Sobre a Linguística Crítica. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 207-222, 2004.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. **Lógica e filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

GOMES, Emanuel Pedro Martins. **A constatação da corrupção enquanto performatização de um discurso**: uma análise de reportagens de VEJA em casos de corrupção política. Fortaleza, 2013. 171f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

_____; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Problemas do consórcio Realismo Crítico/Análise do Discurso Crítica para a análise social do discurso: sociopolitizando a postura crítica. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 511-533, 2015.

GOUVEIA, Carlos A. M. Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In: MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Clara Nunes (orgs.). **Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 335-351.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e Justificação**. Ensaios Filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HALFPENNY, Peter. Explicação. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (orgs.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

HALLIDAY, Michael A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

_____; HASAN, Ruqaiya. **Language, Context and Text: aspects of language in a social semiotic perspective**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Ano/vol. 43, número 2. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21843206.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

HARRÉ, Rom; MADDEN, Edward. H. **Causal Powers: A Theory of Natural Necessity**. Oxford: Blackwell, 1975.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HODGE, Bob; KRESS, Gunther; JONES, G. The ideology of middle management. In: FOWLER, Roger *et al.* (eds.). **Language and Control**. London: Routledge and Keegan Paul, 1979, p. 81-93.

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. **Social Semiotics**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1995.

HOLANDA, André. **Traduzindo o Jornalismo para tablets com a teoria Ator-rede**. 2014. 308f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 31-68.

HUME, David. **Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Tratado da Natureza Humana**. Trad. Débora Danowski. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KIRALY, Cesar. A Outra Modernidade de Hume. **Breviário de Filosofia Pública**, L(E)H – Laboratório Estudos Hum(e)anos, UFF, nº 66, 06/2012, p. 198-200, 2012.

KOCH, Ingedore V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KRESS, Gunther R. **Linguistic Processes in Sociocultural Practice**. 2. ed. Geelong; Oxford: Deakin University Press; Oxford University Press, 1989.

_____. **Literacy in the New Media Age**. London; New York: Routledge, 2003.

_____; HODGE, Bob. **Language as ideology**. 2. ed. London: Routledge, 1993.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Post-Marxism without apologies? In: LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

_____. **Hegemony and socialist strategy**. London; New York: Verso, 2001.

LATOURETTE, Bruno. La tecnología es la sociedad hecha para que dure. In: DOMENECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (comps.). **Sociología Simétrica**: ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998, p. 109-142.

_____. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-38, 2006.

_____. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

_____. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de

Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LUNA FREIRE, Letícia. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, Janeiro-Julho, 2006.

MAGALHÃES, Célia Maria (org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MEY, Jacob L. **Concise Encyclopedia of Pragmatics**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PENNYCOOK, Alastair. **The cultural politics of English as an international language**. London: Longman, 1994.

_____. **Critical Applied Linguistics: a critical introduction**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

PETRY, Dalila Floriani. Nos labirintos de uma escrita sociotécnica. **Inter-Legere – Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal (RN), n. 19, jul./dez. de 2016, p. 35-49, 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo. Parábola Editorial, 2010.

RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso e Realismo Crítico: princípios para uma abordagem crítica explanatória do discurso. In: **Anais da XII Conferência Anual da IACR - International Association for Critical Realism**. Realismo e emancipação humana. Um outro mundo é possível? Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

RORTY, Richard (ed.). **The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method (with two retrospective essays)**. Chicago: University Of Chicago Press, 1992.

SAYER, Andrew. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. In: **Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, 6. 2: 7-32, 2000a.

_____. **Realism and social Science**. London: Sage, 2000b.

SEARLE, John. R. Reiterating the differences: A reply to Derrida. **Glyph**, Baltimore, v. 1, p. 198-208, 1977.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **Leviathan and the Air-Pump**: Hobbes, Boyle and the Experimental Life. Princeton: Princeton University Press, 2011.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001.

_____. **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. London: Sage, 2009.